Publicações legais

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 644/2025
Súmula: Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei n.º 360, de 17 de junho de 2015.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei n.° 360, de 17 de junho de 2015.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
ALTO PARAÍSO - PR, 25 de junho de 2025.
Luiz Eliseu dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
LEI COMPLEMENTAR N.º 006/2025
de 25 de junho de 2025
"Atualiza Tabelas Salariais dos Professores e Professores de Educação Infantil constantes na Lei Complementar Municipal nº 027/2010 e Altera a Lei Complementar Municipal nº 027/2010 (Lei do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério) e dá outras providências."
A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º As Tabelas Salarias dos Professores (20 horas) e Professores de Educação Infantil (40 horas), constantes na Lei Complementar 027/2010 (Lei do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério), passam a valer nos valores constantes do Anexo I e Anexo II, parte integrantes desta lei.
Art. 2º Fica acrescentado o § 3º ao art. 18 da Lei Complementar nº 027 de 30 de setembro de 2010, com a seguinte redação:
§ 3º. Nos termos do inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal que veda a acumulação para fins de concessão de acréscimo ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamentos, não se aplica aos servidores municipais enquadrados no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério o adicional por tempo de serviço (biênio), previsto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 008/94 de 30 de maio de 1994.
Art. 3º Fica alterado o art. 20 da Lei Complementar nº 027 de 30 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 20. O exercício de cargo em comissão, função do magistério, função gratificada, função de suporte pedagógico, direção, supervisão, orientação, coordenação e orientador pedagógico e coordenador pedagógico e/ou educacional não impede o avanço horizontal e vertical.
Parágrafo único: Para a Avanço Funcional previsto no § 1º do Art. 18 da presente Lei, os profissionais efetivos enquadrado na Lei do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério que estejam desempenhando as funções e cargos relacionados no caput deste artigo, deverá ser observados o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e os seguintes critérios:
I – Ser ocupante do cargo Efetivo de Professor e/ou Professor de Educação Infantil aprovado no estágio probatório;
II – Concluir no mínimo 100 (cem) horas de curso de formação continuada na área do magistério, sendo no mínimo 25% (vinte e cinco por centos) das horas realizadas em cada semestre do interstício de 24 (vinte e quatro) meses;
III – Comprovar o tempo de serviço na administração pública municipal.
Art. 4º Fica alterado o § 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 027 de 30 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:
§ 2º. As horas destinadas às atividades complementares ao exercício da docência não poderão ser inferiores a 1/3 (um terço) da jornada de trabalho dos profissionais do magistério em função de docência.
Art. 5º Fica alterado o § 4º do art. 21 da Lei Complementar nº 027 de 30 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:
§ 4º. A função de Coordenação Educacional será exercida mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação, condicionada à aprovação e designação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo tal função extensiva a todas as instituições educacionais integrantes da rede municipal de ensino. O local de exercício do profissional designado será a sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação, fazendo jus à gratificação pelo desempenho da função de Coordenação Educacional, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 33 desta Lei.
Art. 6º. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de agosto de 2025.
Alto Paraíso - PR, 25 de junho de 2025.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA SALARIAL DO PROFESSOR COM CARGA HORÁRIA

DE 20 HORAS SEMANAIS

CLASSE	NÍVEL P1	NÍVEL P2	NÍVEL P3	NÍVEL P4	NÍVEL P5	NÍVEL P6	NÍVEL P7
01	R$ 2.433,88	R$ 2.750,28	R$ 2.944,99	R$ 3.529,13	R$ 3.772,51	R$ 3.894,21	R$ 4.015,90
02	R$ 2.566,01	R$ 2.805,29	R$ 3.003,89	R$ 3.599,71	R$ 3.847,96	R$ 3.972,09	R$ 4.096,22
03	R$ 2.617,33	R$ 2.861,40	R$ 3.063,97	R$ 3.671,70	R$ 3.924,92	R$ 4.051,53	R$ 4.178,14
04	R$ 2.669,68	R$ 2.918,62	R$ 3.125,25	R$ 3.745,14	R$ 4.003,42	R$ 4.132,56	R$ 4.261,71
05	R$ 2.723,07	R$ 2.977,00	R$ 3.187,76	R$ 3.820,04	R$ 4.083,49	R$ 4.215,22	R$ 4.346,94
06	R$ 2.777,53	R$ 3.036,54	R$ 3.251,51	R$ 3.896,44	R$ 4.165,16	R$ 4.299,52	R$ 4.433,88
07	R$ 2.833,08	R$ 3.097,27	R$ 3.316,54	R$ 3.974,37	R$ 4.248,46	R$ 4.385,51	R$ 4.522,56
08	R$ 2.889,74	R$ 3.159,21	R$ 3.382,87	R$ 4.053,86	R$ 4.333,43	R$ 4.473,22	R$ 4.613,01
09	R$ 2.947,54	R$ 3.222,40	R$ 3.450,53	R$ 4.134,93	R$ 4.420,10	R$ 4.562,69	R$ 4.705,27
10	R$ 3.006,49	R$ 3.286,84	R$ 3.519,54	R$ 4.217,63	R$ 4.508,50	R$ 4.653,94	R$ 4.799,37
11	R$ 3.066,62	R$ 3.352,58	R$ 3.589,93	R$ 4.301,98	R$ 4.598,67	R$ 4.747,02	R$ 4.895,36
12	R$ 3.127,95	R$ 3.419,63	R$ 3.661,73	R$ 4.388,02	R$ 4.690,65	R$ 4.841,96	R$ 4.993,27
13	R$ 3.190,51	R$ 3.488,03	R$ 3.734,97	R$ 4.475,79	R$ 4.784,46	R$ 4.938,80	R$ 5.093,13
14	R$ 3.254,32	R$ 3.557,79	R$ 3.809,66	R$ 4.565,30	R$ 4.880,15	R$ 5.037,57	R$ 5.195,00
15	R$ 3.319,41	R$ 3.628,94	R$ 3.885,86	R$ 4.656,61	R$ 4.977,75	R$ 5.138,32	R$ 5.298,90

ANEXO II

TABELA SALARIAL DO PROFESSOR COM CARGA HORÁRIA

DE 40 HORAS SEMANAIS

CLASSE	NÍVEL P1	NÍVEL P2	NÍVEL P3	NÍVEL P4	NÍVEL P5	NÍVEL P6	NÍVEL P7
01	R$ 4.867,76	R$ 5.500,57	R$ 5.889,99	R$ 7.058,25	R$ 7.545,03	R$ 7.788,42	R$ 8.031,81
02	R$ 5.132,02	R$ 5.610,58	R$ 6.007,79	R$ 7.199,42	R$ 7.695,93	R$ 7.944,19	R$ 8.192,44
03	R$ 5.234,66	R$ 5.722,79	R$ 6.127,95	R$ 7.343,41	R$ 7.849,85	R$ 8.103,07	R$ 8.356,29
04	R$ 5.339,35	R$ 5.837,25	R$ 6.250,51	R$ 7.490,28	R$ 8.006,85	R$ 8.265,13	R$ 8.523,42
05	R$ 5.446,14	R$ 5.953,99	R$ 6.375,52	R$ 7.640,08	R$ 8.166,98	R$ 8.430,43	R$ 8.693,88
06	R$ 5.555,06	R$ 6.073,07	R$ 6.503,03	R$ 7.792,88	R$ 8.330,32	R$ 8.599,04	R$ 8.867,76
07	R$ 5.666,16	R$ 6.194,54	R$ 6.633,09	R$ 7.948,74	R$ 8.496,93	R$ 8.771,02	R$ 9.045,12
08	R$ 5.779,49	R$ 6.318,43	R$ 6.765,75	R$ 8.107,71	R$ 8.666,87	R$ 8.946,44	R$ 9.226,02
09	R$ 5.895,08	R$ 6.444,79	R$ 6.901,06	R$ 8.269,87	R$ 8.840,20	R$ 9.125,37	R$ 9.410,54
10	R$ 6.012,98	R$ 6.573,69	R$ 7.039,08	R$ 8.435,27	R$ 9.017,01	R$ 9.307,88	R$ 9.598,75
11	R$ 6.133,24	R$ 6.705,16	R$ 7.179,87	R$ 8.603,97	R$ 9.197,35	R$ 9.494,04	R$ 9.790,73
12	R$ 6.255,90	R$ 6.839,27	R$ 7.323,46	R$ 8.776,05	R$ 9.381,30	R$ 9.683,92	R$ 9.986,54
13	R$ 6.381,02	R$ 6.976,05	R$ 7.469,93	R$ 8.951,57	R$ 9.568,92	R$ 9.877,60	R$ 10.186,27
14	R$ 6.508,64	R$ 7.115,57	R$ 7.619,33	R$ 9.130,60	R$ 9.760,30	R$ 10.075,15	R$ 10.390,00
15	R$ 6.638,82	R$ 7.257,89	R$ 7.771,72	R$ 9.313,22	R$ 9.955,51	R$ 10.276,65	R$ 10.597,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 345/2025, DE 19 DE MAIO DE 2025
SÚMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Municipal nº 650/2011, de 26 de julho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 907/2020, de 18 de março de 2020,
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR o Servidor RICARDO EIDI MISAWA, brasileiro, solteiro, inscrito na CI/RG n.º 7.360.992-5/PR e CPF n.º 063.796.429-27, DIRETOR DE SAÚDE, a viajar até a cidade de Curitiba-PR, nos dias 22 e 23 de maio de 2025, para transporte de paciente do município, cabendo-lhe o pagamento de 01 (uma) diária e 1/2 meia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de maio de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE CANCELAMENTO
Processo Administrativo: 26/2025
Modalidade: Concorrência Pública nº 03/2025
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de piso modular esportivo para o GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL, através da Secretaria de Esporte.
Considerando a necessidade de ajustes no memorial descritivo e edital para melhor adequação às especificações técnicas e normativas vigentes, informamos o cancelamento da Concorrência Pública nº 03/2025.
Motivo do Cancelamento:
Ajustes requeridos no memorial descritivo e edital para garantir a clareza e precisão das especificações técnicas exigidas.
Manutenção da transparência e lisura do processo licitatório.
Cafezal do Sul, 25 de junho de 2025
Kátia Silva Trives
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 391/2025, DE 25 DE JUNHO DE 2025
EMENTA: NOMEIA QUELLI REGINA PREZENCE CABOCLO DA SILVA PARA O PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Concurso Público, aberto através do Edital nº 01/2024, de 05/11/2024, realizado pelo Município no dia 15 de dezembro de 2024; com homologação do resultado divulgado através do Decreto nº 035/2025, de 30/01/2025 e convocação através do Edital nº 19/2025, de 17/06/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear, a partir de 25 de junho de 2025, QUELLI REGINA PREZENCE CABOCLO DA SILVA, brasileira, inscrita na CI/RG sob nº 10.018.152-5/PR e CPF sob nº 059.814.749-71, sob o Regime Estatutário, para ocupar o cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICA – 40 horas, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante no anexo II do quadro de pessoal da Lei Complementar nº 01/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.
Art. 2º - A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Art. 41 da Constituição Federal.
Art. 3º - Fica a Divisão de Recursos Humanos encarregada de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 25 de junho de 2025.
Art. 5º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de junho de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025
REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025 – REGISTRO DE PREÇOS – PRCA
Aos 23 dia do mês de junho de 2025, foi homologado a Dispensa Licitação – Registro de Preços 004/2025 – PRCA modalidade Dispensa de 004/2025, pelo Termo de Ratificação 004/2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado no dia 25/06/2025, processo em que foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 323/2006 E 098/2010, e disposições da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, que conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o P.R.C.A – PROJETO RESGATE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, inscrita no CNPJ n.77.870.608/0001-00, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Padre José de Anchieta 1500,00 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo. . Sr. Everton Romanelli, portador do RG nº 9.311.332-2 e do CPF nº. 062.451.249-56, residente na cidade de Altonia, Estado do PR,e o DETENTOR DA ATA: a Empresa: 57.177.908 DANIEL PEDRO OLIVA TODÃO - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 57.177.908/0001-92, com sede a Avenida João XXIII, 959 – Centro, CEP: 87560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Daniel Pedro Oliva Todão, portador do CPF nº. 071.152.829-27, residente na cidade de Iporã, estado do Paraná, à saber:
Consideram-se registrados os itens constantes em anexo.
Faz parte do Rol de encargos da Detentora da Ata, por sua conta, custo e risco para Contratação de empresa para fornecimento de uniformes e aviamentos para identificação dos alunos do Projeto Resgate da Criança e do Adolescente - PRCA
A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura podendo ser renovada por igual período de acordo com Artigo 84 da lei 14133/2021.
ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho ou autorização de entrega por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile, na forma descrita no Edital de DISPENSA 004/2025– Registro de Preços – PRCA
O prazo para entrega do respectivo item será de 15 (quinze) dias corridas após a solicitação, conforme estabelecido no Edital do Processo de Pregão – Registro de Preços, inclusive nas condições já estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA, emitida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
Empresa Licitante deverá realizar a entrega no município de Altônia, na sede do PRCA, no horário das 08:00 as 17:00 horas
Os valores devidos pela Entidade serão pagos em até 30 (trinta) dias após o fornecimento do material, contatos da apresentação da nota fiscal/fatura, à vista do Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou recibo, liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidade perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante.
O objeto desta licitação deverá ser entregue conforme a necessidade, contados a partir da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente, conforme o caso), conforme as condições estabelecidas no Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2025– PRCA.
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos de Dotações Orçamentárias dos Órgãos da Administração Municipal que vierem fazer uso do Registro de Preço, recursos estes previstos no orçamento da Entidade.
Altônia -Pr, 24 de junho de 2025.
ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2025 – PRCA – DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2025
LOTE 01 – UNIFORME

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	UNIT	V. TOTAL
1.	230	CAMISETAS Nº 08, 10, 12, 14 e 16	32,00	7.360,00
2.	120	CAMISETAs Nº P, M, G e GG	37,00	4.440,00
3.	04	CAMISETAS GOLA POLO	48,00	192,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003
Ao Contrato Administrativo Nº 093/2023, firmado em 28 de junho de 2023.
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL e EMPRESA JORNALISTÍCA UMUARARAMA LTDA. - EPP. – CNPJ 04.233.582/0001-07
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO, COM CIRCULAÇÃO MÍNIMA DE 06 (SEIS) DIAS NA SEMANA, DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EDITAIS, AVISOS, NOTIFICAÇÕES, ATOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, LICITAÇÕES, CONTRATOS, RESUMOS DE CONTRATOS, CONCURSOS, TESTES SELETIVOS, RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO FISCAL E/OU GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, ETC.), NÃO HAVENDO LIMITE QUANTITATIVO DIÁRIO PARA O ENVIO DE MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES, COMPREENDENDO O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONSELHOS MUNICIPAIS E FUNDOS ESPECIAIS
Alteração: prorrogação de prazo de execução, vigência e alteração de valor.
Fundamento: cláusulas décima quarta "b", do Contrato nº 093/2021.
Data da assinatura deste Termo: 24/06/2025.
Alex Antonio Cavalcante
Prefeito Municipal
Ilídio Coelho Sobrinho EMPRESA JORNALISTÍCA UMUARARAMA LTDA. - EPP. – CNPJ 04.233.582/0001-07
24/06/2025
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA nº. 034/2025, de 25 de junho de 2025.
Concede férias regulamentares a servidor do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.
O Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e do artigo 39, inciso XXIX, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e demais regramentos pertinentes
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 20 (vinte) dias, computadas a partir de 01 de julho de 2025 a 20 de julho de 2025, ao servidor FABIO TONDATO, ocupante do cargo efetivo de advogado, relativo ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2024 a 09 de janeiro de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara de Vereadores do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2025.
ROGERIO CIPRIANO DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul/PR
Gestão 2025/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n° 39/2025
Concorrência Eletrônica Nº 2/2025
Processo n° 30/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul (CNPJ: 95.640.652/0001-05)
Contratada: LONGUINI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 03.716.753/0001-96
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de engenharia para a execução do projeto de recapear as vias públicas, uma intervenção fundamental para garantir melhores condições de mobilidade urbana e acessibilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, conforme convenio nº 946370/2023.
Valor total: R$ 169.900,00 (cento e sessenta e nove mil e novecentos reais).
Vigência: 18/06/2025 A 18/06/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

ESTADO DO PARANÁ
O MUNICIPIO DE CIDADE GAÚCHA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, centro, Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 75.377.200/0001-67, torna público que irá requerer ao IAT a Licença Ambiental Simplificada para Pavimentação Asfáltica em CBUQ a ser implantada no trecho da Estrada Rural Cidade Gaucha/Guaporema, no Município de Cidade Gaúcha, PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 274, DE 24 DE JUNHO DE 2025.
Nomeia os membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Cidade Empreendedora, designa Agente de Desenvolvimento para atendimento de dispositivo legal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e XXV do § 1º do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos demais dispositivos legais,
CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n.º 10, de 15 de agosto de 2023;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
CONSIDERANDO o Memorando de Protocolo n.º 2025002924, encaminhado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia em 09 de junho de 2025.
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Cidade Empreendedora, as pessoas abaixo relacionadas, nos seguintes termos:
I – ELISIANE SALZER, inscrita no CPF sobre o n.º 051.***.***-09, como membro titular, representante governamental da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;
II – LILIAN DE LOURDES BRAGA BALOTIN, inscrita no CPF sobre o n.º 028.***.***-44, como membro titular, representante governamental da Secretaria Municipal de Finanças;
III – ELIANA MADRONA MORETTI CERCI, inscrita no CPF sobre o n.º 555.***.***-72, como membro titular, representante governamental da Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – REGIANE APARECIDA ALVES, inscrita no CPF sobre o n.º 057.***.***-00, como membro titular, representante governamental da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
V – PAULO ROBERTO PIM, inscrita no CPF sobre o n.º 019.***.***-89, como membro titular, representante governamental da Associação Comercial de Cruzeiro do Oeste;
VI – ANDRÉIA KATIA SELLA TEIXEIRA, inscrita no CPF sobre o n.º 032.***.***-26, como membro titular, representante governamental do Departamento de Compras e Licitações;
VII – CEZAR AUGUSTO CANDIDO DE SOUZA, inscrita no CPF sobre o n.º 101.***.***-26, como membro titular, representante governamental do Departamento de Tributação;
VIII – FERNANDO HENRIQUE DE SOUZA GANDOLFO, inscrita no CPF sobre o n.º 066.***.***-13, como membro titular, representante governamental da Cooperativa de Crédito Sicoob Arenito;
IX – CRISTIANE ROMAGNOLI TAVARES TOMASZEWKI, inscrita no CPF sobre o n.º 026.***.***-03, como membro titular, representante governamental da Faculdade e Colégio FACO.
Art. 3° Fica nomeada a servidora Danielle Ferraresi, portadora da cédula de identidade RG n.º **32.505-*, e matrícula n.º 31588487, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento.
Art. 4° Fica nomeada a servidora Elisiane Salzer, portadora da cédula de identidade RG n.º **30.467-* e matrícula n.º 31588698, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento.
Art. 5º As Agentes de Desenvolvimento terão por função:
I - Articular e mobilizar a aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;
II - Promover ações concretas visando fortalecimento do segmento de micro e pequenas empresas;
III - Coordenar a continuidade das atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável, articulando e fortalecendo as relações do poder público com as principais lideranças do setor privado no município;
IV - Organizar e manter a articulação entre as lideranças, registrando e organizando as atividades e auxiliando o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
V - Outras atividades correlatas ao fomento das Micro e Pequenas Empresas.
Art. 6º A função de Agente de Desenvolvimento não será remunerada, sendo o seu exercício considerado de relevante interesse público.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 24 DE JUNHO DE 2025.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 277/2025
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotação no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a suplementar dotações do orçamento corrente da Secretaria Municipal de Saúde.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n.º 95, de 23/12/2024 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL-LOA).
CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específicas no orçamento do legislativo municipal vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotação no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a suplementar dotações do orçamento corrente da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a seguir:
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002.10.301.0020.2041 – Contabilização de Transferências à Consórcio de Saúde
FONTE 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
(155) 3.3.71.70.00.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 500.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..R$ 500.000,00
Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º desta Lei, nos termos do Artigo 43, § 1º inciso III da Lei Federal 4.320/64, o Executivo Municipal utilizar-se-á do cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002.10.301.0020.2043 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Saúde
FONTE 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
(158) 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 500.000,00
TOTAL DE CANCELAMENTOS..R$ 500.000,00
Art. 3º - Ficam alteradas as ações da Lei nº 66, de 20/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022/2025, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como Ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 48, de 12/07/2024, que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2025 (LDO), a Lei nº 95/2024 de 23/12/2024 que trata do Orçamento Anual para o Exercício de 2025, no que couber.
Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINO) DIAS DO MÊS JUNHO DE 2025.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Douradina-PR, através de seu Prefeito, torna público que se acha aberta no setor de licitações, a licitação abaixo relacionada:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 26/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização, para atendimento das demandas de eventos do município de Douradina-PR.
Modo de Disputa: Aberto
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br.
A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em 22 de julho de 2025 as 09h00min, no site www.bll.org.br, nos termos das condições descritas neste Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 26/06/2025 até as 08h10min do dia 22/07/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h10min às 08h45min do dia 22/07/2025
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 22/07/2025
AQUISIÇÃO DO EDITAL: A pasta contendo o edital completo poderá ser adquirida, junto ao setor de licitações, no endereço acima e no site: www.douradina.pr.gov.br e www.bll.org.br
DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidos no setor de licitações ou pelo fone (44) 3663-1579, ramal 217.
Douradina-PR, 25 de junho de 2025.
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 080/2024 – ID Nº 2934, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA- EPP.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão Rio Branco, nº 767, inscrito no CNPJ sob nº 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agente público, portador da C. I. R. G. nº. 4.419.431-7 SSP/PR e do CPF/MF sob o nº. 623.228.189-68, residente e domiciliado na Rua Domingos Cervinhani, nº. 170, Parque Agostinho, nesta Cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA- EPP., Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Projetada A, nº 1.646, Parque Industrial III, CEP. 87.507-135, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, telefone (44)9.8402-9882, e-mail-adm_rcm@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob n.º 06.129.907/0001-31, Inscrição Estadual nº 904.37958-10, neste ato representado por seu sócio Administrador: Cleber Ruiz Martinez, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.925.696-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 021.110.919-36, residente e domiciliado à Rua Rua Eloy Baptista Lopes, nº 6.333, Jardim Harmonia II, CEP. 87.502-430, na Cidade de Umuarama, Estado Paraná, de ora em diante denominado CONTRATADO, firmam o presente TERMO ADITIVO, para fins de Prazo de Execução.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de Execução inicial do contratado por mais 120(cento e vinte) dias, após a data de 14/05/2025, conforme solicitação e Parecer Técnico, sendo esse embasado pelo mediante Processo Licitatório nº 093/2023, Tomada de Preços nº 06/2023, Homologada 18/07/2024, com fundamento, da lei Federal nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços originário
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04 (quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (14/05/2025).
MUNICÍPIO DE DOURADINA R C M Pavimentações e Construções Ltda- Epp
Oberdam José de Oliveira Cleber Ruiz Martinez
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
PORTARIA N.º 365/2025
DATA: 24/06/2025
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DEVAIR FABRIS PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAÍMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e Lei Federal nº 14.133, de 01de abril de 2021
RESOLVE:
1º)– Designar o Servidor Sr. Laercio Fernandes, portador da RG n.º 3.313.XXX-3 e do CPF nº 459.XXX.019-49, como Gestor do Contrato de Prestação de Serviços nº 108/2025, Sr. Moacir Pedroso Dias, portador RG nº5.XXX.628-X e CPF nº XXX.XXX.139-87, como Fiscal do Contrato de Prestação de Serviços nº 108/2025. Empresa: MINISTERIO BANDA GRATIDÃO - ME, firmado entre este ente Municipal e a Empresa.
2°)- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 24 dias do mês de junho de 2025
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2025
DATA DA ABERTURA: 09 de julho de 2025.
HORÁRIO: 08:00 horas.
DATA/HORÁRIO DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 26 de junho de 2025 às 07:30m.
DATA/HORÁRIO DE TÉRMINO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09 de julho de 2025 às 07:50m.
LOCAL: https://bllcompras.com/Home/Login.
OBJETO: Aquisição de 01 terraceador agrícola, 01 distribuidor de fertilizantes e sementes e 01 resfriador de leite a granel, com o objetivo de atender agricultores familiares do Município de Alto Piquiri - PR, no âmbito do Convênio nº 235/2024 - DEAGRO, promovendo o aumento da produtividade, a conservação do solo e a melhoria da qualidade da produção agropecuária.
TIPO: Menor Preço – Por Item.
REGIME CONTRATAÇÃO: Compras.
VALOR ESTIMADO: R$ 129.851,00(cento e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais)
Processo exclusivo para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas na área de abrangência da AMERIOS (Associação dos Municípios de Entre Rios), que terão preferência na contratação.
A exclusividade e a preferência serão aplicadas desde que haja, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos, devidamente enquadrados como ME ou EPP, com sede local ou regional, aptos a atender todas as exigências do instrumento convocatório. Caso não haja o número mínimo de fornecedores, a contratação poderá ser estendida a empresas de outras localidades.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme a retirada - 30 dias após a emissão da Nota Fiscal
Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, pelo site www.altopiquiri.pr.gov.br, pelo telefone (44)3656-8000 ou no Departamento de Licitações, desta Prefeitura Municipal, de Segunda à Sexta-Feira, no horário das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou pelo e-mail licitacao@altopiquiri.pr.gov.br.
Alto Piquiri - Pr, 25 de junho de 2025
LUIZ APARECIDO RABELO JUNIOR
Pregoeiro Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone (0xx) 44 3664 1320
e-mail – administracao@altoparaiso.pr.gov.br
www.altoparaiso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, **NOTIFICAMOS** os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
Cota Parte Royalties Petróleo	25/06/2025	16.338,93
TOTAL REPASSE		16.338,93
AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	17/06/2025	1.000,00
TOTAL REPASSE		1.000,00
BLOCO GERTÃO PROG. BOLSA FAMILIA E CAD. ÚNICO	24/06/2025	3.360,00
TOTAL REPASSE		3.360,00

Alto Paraíso, 25 de junho de 2025.

Luiz Elizeu dos Santos
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 174/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais de conformidade com os Art. 160 e 161 da Lei Municipal nº 572/2009, de 22/12/2009 e de acordo com a 6ª Conferência Municipal da Cidade, realizada no dia 30 de maio de 2025,
D E C R E T A:
Art. 1° - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE, órgão consultivo e deliberativo em matéria de gestão de políticas públicas territoriais, urbanas ou rurais, de acordo a Lei Municipal nº 572/2009, de 22.12.2009, composto por 14 membros titulares e seus suplentes, conforme segue:
I. 07 (SETE) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
a) 03 (TRÊS) REPRESENTANTES DO NÚCLEO DE PESQUISA, PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:
Titular: VANESSA MASCARENHAS BOSCARIOLI
Suplente: CLAUDETE PORTILHO ESTÁBILE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Titular: GIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS
Suplente: RENAN CARLOS EVANGELISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: ROBERTO LEANDRO DE MELLO
Suplente: VALDIR JOSÉ SANTANA
b) 04 (QUATRO) REPRESENTANTES DAS ÁREAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO URBANO, AO SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE PÚBLICO, MEIO AMBIENTE E À HABITAÇÃO;
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO:
Titular: CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA TOINKO TAKADA
Suplente: JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS:
Titular: AROLDO SASSI TRIVES
Suplente: ADEMIR GIACOMETTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:
Titular: AGUINALDO FERREIRA DA SILVA
Suplente: ANA PAULA FREIRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – HABITAÇÃO:
Titular: MARIA APARECIDA DINIZ INOUE
Suplente: THEILON DA SILVA
I. 01 (UM) REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:
Titular: ANGELA APARECIDA CÉSAR
Suplente: GILBERTO JOSÉ EIDT
II. 06 (SEIS) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
a) 02 (DOIS) MEMBROS DE CONSELHOS MUNICIPAIS DISTINTOS:
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Titular: EDILSON CANDIDO
Suplente: JACIDIO THOMAZ DA ROSA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Titular: ROSANGELA COIADO ORCELLI
Suplente: IOLANDA ALVES PRADO
b) 02 (DOIS) REPRESENTANTES DAS ASSEMBLÉIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL:
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – JANGADA:
Titular: ADÉLIO PIANOVSKI
Suplente: LAUDINÉIA REGINA TRINCK FREIRE
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – CONJ. HABIT. COLINA VERDE:
Titular: LUIZ TADEU MARIM
Suplente: GISLAINE ANTONHOLI
c) 01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADES DE ENSINO:
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Titular: LEILA FÁTIMA DE OLIVEIRA CENE
Suplente: EDER DA SILVA CORDEIRO
d) 01 (UM) MEMBRO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, NÃO CONTEMPLADAS NAS ALÍNEAS ACIMA:
IGREJAS DO MUNICÍPIO:
Titular: Pe. LUIZ CARLOS BERA
Suplente: Pr. BENEDITO BATISTA DE SOUZA
Art. 2º - O Conselho ora constituído atenderá as disposições da Lei Municipal nº 572/2009, de 22/12/2009.
Art. 3º - A função de membros do Conselho ora constituído, será sem ônus para o Município, sendo considerados de relevância.
Art. 4º - Os Conselheiros terão mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições do Decreto nº 096/2025, de 31 de março de 2025.
Art. 3º - PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de junho de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 389/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025
SÚMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Municipal nº 650/2011, de 26 de julho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 907/2020, de 18 de março de 2020,
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR o Senhor PEDRO MINORU INOUE, Prefeito do Município de Cafezal do Sul-PR, inscrito na CI/RG sob nº 6.960.175-8/PR e CPF sob n.º 038.937.568-33, a viajar até a cidade Curitiba-PR, no período de 24 a 27 de junho de 2025, para participar de reuniões no Gabinete do Dep. ALEXANDRE CURI; em DIVERSAS SECRETARIAS; e recebimento de Kit de Materiais Esportivos, cabendo-lhe o pagamento de 03 (três) diárias e 1/2 meia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de junho de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA
CIDADE GAÚCHA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025
Processo Administrativo Nº 29/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: GEOVANE MARTINS DE SOUZA
Data de Publicação: 16/04/2025 14:27:45

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:34
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: própria Modelo: camiseta
Descrição: CAMISETAS tecido Dry Fit, 100% poliester, com aplique na logo do município na frente e logo do evento nas costas, de acordo com o solicitado, nos tamanhos P ao EG, com cores e estampas a definir.
Quantidade: 600 **Valor Unit.:** 31,40 **Valor Total:** 18.840,00

Item: 2 Unidade: KIT Marca: própria Modelo: kit
Descrição: KIT DE VIAGEM, contendo camiseta, tecido dry fit 100% poliéster, transfer (sublimação) sendo com a logo com aplique nas camisas e calções, na frente e nas costas, nos tamanhos adulto. Bermuda masculina tactel, 100% poliéster, com bolsos laterais. Tamanho variados P, M, G e GG
Quantidade: 200 **Valor Unit.:** 73,40 **Valor Total:** 14.680,00

Item: 3 Unidade: KIT Marca: própria Modelo: kit
Descrição: KIT PARA DIVISÃO DE ESPORTE, com camisetas, tecido dry fit 100% poliéster, transfer (sublimação), sendo a logo com aplique nas camisetas e calções, na frente e nas costas, nos tamanhos, adulto. Bermuda masculina tactel, 100% poliéster, com bolsos laterais.
Quantidade: 60 **Valor Unit.:** 73,40 **Valor Total:** 4.404,00

Item: 4 Unidade: UN Marca: própria Modelo: mochila
Descrição: MOCHILA ESPORTIVA 100% poliéster, 2 (duas) alças de costas e uma de mão. Peso 380 g, dimensão aproximadas: 48 cm de altura, 34 cm largura, 02 (dois) logotipos em aplicação a ser definido pelo município.
Quantidade: 50 **Valor Unit.:** 59,50 **Valor Total:** 2.975,00

Item: 5 Unidade: UN Marca: própria Modelo: agasalho
Descrição: AGASALHO COMPLETO E JAQUETA. Tecido Dry Itália, Gola Baixa, Punho com dedal, barra tradicional, zíper frontal no peito, escudo bordado, modelagem atleta closer, Design em sublimação digital, cores tecnologia color full power, Patrocínio Sublimados. CALÇA: Tecido Dry Itália, cintura com elástico regulável, 2 bolsos zíper, barra Skinning tradicional, escudo bordado, modelagem Atleta Closer, Design em sublimação digital, cores tecnologia color full power, patrocínios sublimados ilimitados
Quantidade: 50 **Valor Unit.:** 173,00 **Valor Total:** 8.650,00

Item: 6 Unidade: KIT Marca: própria Modelo: kit
Descrição: KIT DE VIAGEM INFANTIL: Camiseta tecido Dry Fit 100% poliéster, transfer (sublimação), sendo com a logo com aplique na Camiseta e Bermudas, na frente e nas costas, nos tamanhos, infantil. Bermuda Tactel + Elastano, com logo com aplique do município, com bolsos laterais. Tamanhos variados, 8, 10, 12, 14 e 16.
Quantidade: 300 **Valor Unit.:** 76,00 **Valor Total:** 22.800,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	856	50.583.738/0001-05	110.370,70	72.349,00		Sim
2 C D BACELAR - IBAITI	888	32.761.917/0001-03	72.400,00	72.400,00	0,07	Sim
3 GJM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	958	41.133.385/0001-42	110.370,70	79.999,99	10,50	Sim
4 M TESTA ATACADO LTDA	076	43.044.418/0001-03	323.000,00	106.999,99	33,75	Sim
5 UNILIMA UNIFORMES E CONFECÇÕES	170	18.250.413/0001-90	110.370,70	107.000,00	0,00	Sim
6 PRATIK UNIFORMES LTDA	273	53.457.650/0001-27	107.900,00	107.900,00	0,84	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
I. S. LICITACOES LTDA	879	48.501.228/0001-91	110.370,70	72.300,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: ALEXANDRE LUCENA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Avenida Brasil, nº 2170 – CEP: 87400-000
Fone: (44) 3676-3422
E-mail: secretariaexecutiva@cruzeirodooeste.pr.gov.br
CMAS

Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução Nº 13 de 25 de junho de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Centro Dia do Idoso José Luiz Borges.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das suas atribuições, que lhe conferem a Lei Municipal N° 55/2017, considerando a 6ª reunião do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 24 de junho de 2025 nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Centro Dia do Idoso José Luiz Borges.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANA PAULA DE ARAÚJO NOCKO
Presidente do CMAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESOLUÇÃO nº 83/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12º REGIONAL DE SAÚDE DA Umuarama, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando contido no art. 7º da resolução Orçamentária nº 83/2025 de 25/06/2025, que aprova o orçamento do corrente exercício financeiro.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
01 Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA AMERIOS 12ª R.S.
01.001 Consórcio Intermunicipal de Saúde
01.001.10.302.0002.2.004. Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO
41 - 3.1.90.11.00.00 11000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 80.000,00
44 - 3.1.90.13.00.00 11000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 10.000,00
Total Suplementação: 90.000,00

Artigo 2º - Como recurso, para cobertura de Crédit será utilizada a redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente.

Redução
01 Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA AMERIOS 12ª R.S.
01.001 Consórcio Intermunicipal de Saúde
01.001.10.302.0002.2.002. Manutenção das Atividades de Saúde
27 - 3.1.90.11.00.00 11000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 80.000,00
29 - 3.1.90.13.00.00 11000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 10.000,00
Total Redução: 90.000,00

Artigo 3º - Este Ato entrará em vigor a partir da publicação.

SEDE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS - 12ª REGIONAL DE SAÚDE, Umuarama , em 25/06/2025.

EVERTON BARBIERI
Presidente

** Elotech **
25/06/2025
Pág. 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco 767 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

PORTARIA Nº 398

DE 25 DE JUNHO DE 2025

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho, e conforme dispõe o Decreto nº. 53 de 31 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (Uma) diária de viagem, no valor de R$ 266,25 (Duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao Servidor **ROBSON FLORENCO SILVA**, matrícula nº 1931, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
26/06/2025	05:00h/16:00	Maringá-PR	Conduzir paciente para tratamento de saúde no Instituto da Audição.

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 25 de junho de 2025

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Avenida Brasil, nº 2170 – CEP: 87400-000
Fone: (44) 3676-3422
E-mail: secretariaexecutiva@cruzeirodooeste.pr.gov.br
CMAS

Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução Nº 14 de 25 de junho de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Constituição de Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das suas atribuições, que lhe conferem a Lei Municipal N° 55/2017, considerando a 6ª reunião do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 24 de junho de 2025 nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os conselheiros abaixo selecionados para compor a Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda da seguinte forma:

Vanessa de Souza Madeiro – Presidente
Edileuza Almodovar Rodrigues - Relator
Alanna Fernandes Castro - Secretária

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANA PAULA DE ARAÚJO NOCKO
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
INEXIGIBILIDADE Nº 18 /2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2024
CONTRATO Nº 108/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, n.º 686, CEP: 87.400-000, inscrito no CNPJ sob n.º 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.° XX2.150-X e do CPF sob n.° XX0.071.879-XX, residente e domiciliada nesta cidade.
CONTRATADA: MARIA ANDRESSA GOMES MENEZES, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.° 60.692.361/0001-78, situada na Rua Ester Tavares, n.°360, Bairro: Bairro Sol Nascente, CEP: 87400000, Município de Cruzeiro do Oeste, PR neste ato representado pelo(a) Sr.(ª) Maria Andressa Gomes Menezes, portador do CPF n.º 088.XXX.XXX-08.
As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Este instrumento tem por objeto o credenciamento de profissionais interessados em integrar o quadro de instrutores de Oficinas, visando atender as Escolas/Cmeis do Município de Cruzeiro do Oeste/PR.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS QUITAÇÕES ENTRE AS PARTES
2.1. As partes dão entre si quitações mútuas relativamente à contratação havida a contar do dia 16 de junho de 2025, declarando inexistirem descumprimentos das cláusulas do contrato original, bem como quaisquer pendências.
3. CLÁUSULA TERCEIRA– DO FORO
3.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cruzeiro do Oeste, (PR) para dirimir questões oriundas deste termo de rescisão, renunciando as partes a qualquer outro foro que lhes possa ser mais favorável.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.
Cruzeiro do Oeste, 16 de junho de 2025.
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Sr. Armando Cerci Junior
Prefeito Municipal
CONTRATANTE
MARIA ANDRESSA GOMES MENEZES
CONTRATADO
Sra. Jaquelina Aparecida Pacheco Rodrigues
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Testemunhas: 1---------- 2 ----------

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul – Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 07 ao CONTRATO Nº. 190/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: **ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.**

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA,endereço eletrônico:** alugalila@gamail.com pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ sob nº 05.826.387/0001-53** com sede à Rodovia PR 323 – KM 326+400 mts, CEP: 87538-000,na cidade de Perobal - Estado do Paraná, endereço.

II – REPRESENTANTES: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33e a CONTRATADA a Sra. **MARLI APARECIDA PENARIOL DE SOUZA,** brasileira, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.520.909-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 829.589.049-20. Residente e domiciliado à rua Cambé, 3925, Edifício Ônix, apto 1701, Zona II,Umuarama - PR, doravante denominada

III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo Administrativo n.º 81/2023 Concorrência nº 02/2023.**

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO,** - passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO"

- Fica prorrogado por 120 dias o respectivo contrato, referente de 20 de fevereiro de 2025 a 09 de junho de 2025, a fim de viabilizar a conclusão da obra com a qualidade exigida, minimizando os riscos de danos futuros e atendendo aos interesses da coletividade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 25 de junho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

ALUGALILA- USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
MARLI PENARIOL DE SOUZA

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco 767 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

PORTARIA Nº 392

DE 25 DE JUNHO DE 2025

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho, e conforme dispõe o Decreto nº. 53 de 31 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (Uma) diária de viagem, no valor de R$ 266,25 (Duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao Servidor **VALDENIR APARECIDO DA SILVA**, matrícula nº 1929, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
25/06/2025	04:00h/15:00	Cascavel-PR	Conduzir paciente para tratamento de saúde no Nuclevel e Clinica São Lucas..

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 25 de junho de 2025

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 392/2025, DE 25 DE JUNHO DE 2025
SÚMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Municipal nº 650/2011, de 26 de julho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 907/2020, de 18 de março de 2020,
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR o Servidor RICARDO EIDI MISAWA, brasileiro, solteiro, inscrito na CI/RG n.º 7.360.992-5/PR e CPF n.º 063.796.429-27, DIRETOR DE SAÚDE, a viajar até a cidade de Curitiba-PR, nos dias 26 a 28 de junho de 2025, para transporte de paciente do município, cabendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de junho de 2025.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
a) Processo Nrº : 21/2025
b) Licitação Nrº : 6/2025
c) Modalidade : Inexigibilidade
d) Data Homologação : 25/06/2025
e) Objeto Homologado : Credenciamento de profissionais interessados em integrar o quadro de instrutores de Oficinas, a fim de incrementar o desenvolvimento educacional dos alunos que frequentam as Escolas/Cmeis em período integral/ parcial do Município de Cruzeiro do Oeste/PR.
f) Dotação Orçamentaria:
11.001.12.365.0026.2.080.3.3.90.36.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
11.001.12.365.0026.2.080.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
11.002.12.361.0022.2.084.3.3.90.36.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
11.002.12.361.0022.2.084.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):
1) NILIAN CRISTINA TEIXEIRA SILVA inscrito no CNPJ/CPF Nº 61.366.249/0001-00 no valor total dos itens vencidos de R$ 24.960,00 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta reais).
CRUZEIRO DO OESTE, 25 de junho de 2025.
ARMANDO CERCI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICIPIO DE ALTONIA
ALTÔNIA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025
Processo Administrativo Nº 86/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: MARIA HELENA ZANDONÁ MOLINARI LISBOA
Data de Publicação: 05/06/2025 16:31:45

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: alianca Modelo: campo simples
Descrição: Campo Cirúrgico Simples, TAMANHO 1,70M X 1,80M, TECIDO Brim Pesado 100% Algodão 235 a 250g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 26 **Valor Unit.:** 63,00 **Valor Total:** 1.638,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	535	36.365.315/0001-80	84,00	63,00		Sim
2 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	678	27.743.380/0001-00	83,00	65,00	3,17	Sim
3 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	676	50.583.738/0001-05	84,00	70,00	7,69	Sim
4 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	385	23.206.130/0001-80	78,00	78,00	11,43	Sim
5 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	069	26.687.015/0001-63	83,50	83,50	7,05	Sim
6 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	363	19.575.409/0001-64	84,00	84,00	0,60	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	620	49.918.306/0001-10	84,00	53,00		Sim
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	974	47.326.944/0001-17	84,00	54,00	1,8868	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: alianca Modelo: campo simples
Descrição: Campo Cirúrgico Simples, TAMANHO 1,50M X 1,50M, TECIDO Brim Pesado 100% Algodão 235 a 250g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 32 **Valor Unit.:** 54,00 **Valor Total:** 1.728,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	326	36.365.315/0001-80	71,00	54,00		Sim
2 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	701	27.743.380/0001-00	70,00	56,00	3,70	Sim
3 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	175	26.687.015/0001-63	70,50	58,00	3,57	Sim
4 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	011	23.206.130/0001-80	65,00	65,00	12,07	Sim
5 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	341	19.575.409/0001-64	71,00	71,00	9,23	Sim
6 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	492	49.918.306/0001-10	71,00	71,00	0,00	Sim
7 ELO TEXTIL LTDA - EPP	264	28.844.636/0001-39	71,00	71,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	008	47.326.944/0001-17	71,00	55,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PADRAO
Descrição: Campo Cirúrgico Simples, TAMANHO 1,00M X 1,00M, TECIDO Brim Pesado 100% Algodão 235 a 250g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 31,00 **Valor Total:** 930,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	061	26.687.015/0001-63	47,00	31,00		Sim
2 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	748	23.206.130/0001-80	32,00	32,00	3,23	Sim
3 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	289	36.365.315/0001-80	48,00	37,10	15,94	Sim
4 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	228	27.743.380/0001-00	47,00	45,00	21,29	Sim
5 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	790	19.575.409/0001-64	48,00	48,00	6,67	Sim
6 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	325	49.918.306/0001-10	48,00	48,00	0,00	Sim
7 ELO TEXTIL LTDA - EPP	416	28.844.636/0001-39	48,00	48,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	762	47.326.944/0001-17	48,00	30,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PADRAO
Descrição: Campo Cirúrgico Simples Fenestrado, TAMANHO 1,00M X 1,00M, TECIDO Brim Pesado 100% Algodão 235 a 250g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 30,00 **Valor Total:** 300,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	384	26.687.015/0001-63	47,00	30,00		Sim
2 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	825	23.206.130/0001-80	37,00	37,00	23,33	Sim
3 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	258	36.365.315/0001-80	48,00	38,33	3,59	Sim
4 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	166	19.575.409/0001-64	48,00	45,00	17,40	Sim
5 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	165	49.918.306/0001-10	48,00	46,00	2,22	Sim
6 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	050	27.743.380/0001-00	47,00	47,00	2,17	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	224	47.326.944/0001-17	48,00	29,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 5 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PADRAO
Descrição: Campo Cirúrgico Simples, TAMANHO 0,50cm X 0,50 cm, TECIDO Brim Pesado 100% Algodão 235 a 250g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 10,50 **Valor Total:** 315,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	272	26.687.015/0001-63	17,00	10,50		Sim
2 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	767	23.206.130/0001-80	15,50	15,50	47,62	Sim
3 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	493	27.743.380/0001-00	17,00	17,00	9,68	Sim
4 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	905	19.575.409/0001-64	18,00	18,00	5,88	Sim
5 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	431	49.918.306/0001-10	18,00	18,00	0,00	Sim
6 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	423	36.365.315/0001-80	18,00	18,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	986	47.326.944/0001-17	18,00	9,50		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 6 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PADRAO
Descrição: Campo Cirúrgico Simples Fenestrado, TAMANHO 0,50 CM X 0,50 CM, TECIDO Brim Pesado 100% Algodão 235 a 250g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 11,00 **Valor Total:** 330,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	480	26.687.015/0001-63	18,00	11,00		Sim
2 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	070	27.743.380/0001-00	18,00	18,00	63,64	Sim
3 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	564	23.206.130/0001-80	18,00	18,00	0,00	Sim
4 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	729	19.575.409/0001-64	19,00	19,00	5,56	Sim
5 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	551	49.918.306/0001-10	19,00	19,00	0,00	Sim
6 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	132	36.365.315/0001-80	19,00	19,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	452	47.326.944/0001-17	19,00	10,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 7 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: própria Modelo: capote
Descrição: Capote Cirúrgico sem OPA e sem Descanso de Mãos, TAMANHO GG, TECIDO Brim Leve 100% Algodão 190 a 220g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 88,00 **Valor Total:** 2.640,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	415	50.583.738/0001-05	120,00	88,00		Sim
2 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	130	27.743.380/0001-00	119,00	89,00	1,14	Sim
3 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	902	23.206.130/0001-80	110,00	110,00	23,60	Sim
4 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	086	19.575.409/0001-64	120,00	120,00	9,09	Sim
5 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	907	49.918.306/0001-10	120,00	120,00	0,00	Sim
6 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	770	36.365.315/0001-80	120,00	120,00	0,00	Sim
7 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	288	26.687.015/0001-63	120,00	120,00	0,00	Sim
8 ELO TEXTIL LTDA - EPP	865	28.844.636/0001-39	120,00	120,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	108	47.326.944/0001-17	120,00	120,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 8 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:26
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: alianca Modelo: conjunto calca e blusa
Descrição: Conjunto Privativo: Blusa Manga Curta, Gola V, 01 Bolso no Peito - Calça com Elástico e Cordão, sem Bolsos e sem Vivo, TAMANHO M , TECIDO Brim Leve 100% Algodão 190 a 220g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 92,47 **Valor Total:** 924,70

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	423	36.365.315/0001-80	123,00	92,47		Sim
2 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	988	49.918.306/0001-10	123,00	95,00	2,74	Sim
3 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	772	19.575.409/0001-64	123,00	96,00	1,05	Sim
4 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	614	27.743.380/0001-00	122,00	99,00	3,13	Sim
5 AMERIFORME INDÚSTRIA E COMERCIO	593	49.225.981/0001-64	123,00	110,00	11,11	Sim
6 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	314	26.687.015/0001-63	122,00	115,00	4,55	Sim
7 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	242	23.206.130/0001-80	120,00	120,00	4,35	Sim
8 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	200	50.583.738/0001-05	123,00	121,00	0,83	Sim
9 M TESTA ATACADO LTDA	998	43.044.418/0001-03	500,00	500,00	313,22	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	558	47.326.944/0001-17	123,00	98,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 9 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: alianca Modelo: conjunto calca e blusa
Descrição: Conjunto Privativo: Blusa Manga Curta, Gola V, 01 Bolso no Peito - Calça com Elástico e Cordão, sem Bolsos e sem Vivo, TAMANHO G , TECIDO Brim Leve 100% Algodão 190 a 220g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 92,47 **Valor Total:** 924,70

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	281	36.365.315/0001-80	123,00	92,47		Sim
2 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	612	49.918.306/0001-10	123,00	94,00	1,65	Sim
3 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	702	19.575.409/0001-64	123,00	95,00	1,06	Sim
4 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	516	27.743.380/0001-00	122,00	99,00	4,21	Sim
5 AMERIFORME INDÚSTRIA E COMERCIO	569	49.225.981/0001-64	123,00	110,00	11,11	Sim
6 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	329	26.687.015/0001-63	122,00	115,00	4,55	Sim
7 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	392	23.206.130/0001-80	120,00	120,00	4,35	Sim
8 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	028	50.583.738/0001-05	123,00	121,00	0,83	Sim
9 M TESTA ATACADO LTDA	678	43.044.418/0001-03	500,00	500,00	313,22	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	354	47.326.944/0001-17	123,00	123,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 10 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: alianca Modelo: conjunto calca e blusa
Descrição: Conjunto Privativo: Blusa Manga Curta, Gola V, 01 Bolso no Peito - Calça com Elástico e Cordão, sem Bolsos e sem Vivo, TAMANHO G G, TECIDO Brim Leve 100% Algodão 190 a 220g/m², COR Verde Bandeira, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 92,47 **Valor Total:** 924,70

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	733	36.365.315/0001-80	125,00	92,47		Sim
2 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	002	49.918.306/0001-10	125,00	94,00	1,65	Sim
3 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	483	19.575.409/0001-64	125,00	95,00	1,06	Sim
4 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	380	27.743.380/0001-00	124,00	99,00	4,21	Sim
5 AMERIFORME INDÚSTRIA E COMERCIO	767	49.225.981/0001-64	125,00	110,00	11,11	Sim
6 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	379	26.687.015/0001-63	124,00	115,00	4,55	Sim
7 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	440	23.206.130/0001-80	120,00	120,00	4,35	Sim
8 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	459	50.583.738/0001-05	125,00	121,00	0,83	Sim
9 M TESTA ATACADO LTDA	290	43.044.418/0001-03	500,00	500,00	313,22	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	689	47.326.944/0001-17	125,00	125,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 11 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: Própria Modelo: C.Edital
Descrição: Lençol, TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m², nas medidas 2,50 x 1,60, na cor AZUL, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 300 **Valor Unit.:** 30,00 **Valor Total:** 9.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	601	23.206.130/0001-80	30,00	30,00		Sim
2 M.L. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES	353	44.651.148/0001-61	32,90	31,00	3,33	Sim
3 COMERCIAL GETRIX LTDA	906	03.488.409/0001-97	32,90	32,90	6,13	Sim
4 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	318	36.365.315/0001-80	32,90	32,90	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ANDRE ANTONIO SABINO - ME	796	27.743.380/0001-00	32,00	29,00		Sim
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	487	47.326.944/0001-17	32,90	32,90	13,4483	Sim
SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	488	46.022.479/0001-68	32,90	32,90	0,0000	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 12 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: MARCA PROPRIA Modelo: CONFORME DESCRITIVO DO EDITAL
Descrição: Fronha, TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m², NAS MEDIDAS 0,50 X 0,70, NA COR AZUL, COM SILK DE 1 COR.
Quantidade: 100 **Valor Unit.:** 13,00 **Valor Total:** 1.300,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	688	27.743.380/0001-00	15,00	13,00		Sim
2 ORTHOVIDA COMERCIO E PRODUCAO	348	55.690.054/0001-18	15,50	14,00	7,69	Sim
3 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	731	23.206.130/0001-80	15,00	15,00	7,14	Sim
4 M.L. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES	630	44.651.148/0001-61	15,50	15,50	3,33	Sim
5 ELO TEXTIL LTDA - EPP	621	28.844.636/0001-39	15,50	15,50	0,00	Sim
6 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	388	36.365.315/0001-80	15,50	15,50	0,00	Sim
7 COMERCIAL GETRIX LTDA	115	03.488.409/0001-97	15,50	15,50	0,00	Sim
8 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	320	19.575.409/0001-64	15,50	15,50	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	719	46.022.479/0001-68	15,50	9,56		Sim
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	835	47.326.944/0001-17	15,50	11,00	15,0628	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 13 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: MARCA PROPRIA Modelo: CONFORME DESCRITIVO DO EDITAL
Descrição: Pijama Adulto: Blusa Manga Curta, Gola V e Bermuda com Elástico, sem cordão. TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m², Tamanho G cor Azul ou Verde, COM SILK DE 1 COR
Quantidade: 40 **Valor Unit.:** 57,00 **Valor Total:** 2.280,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	404	27.743.380/0001-00	64,00	57,00		Sim
2 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	279	23.206.130/0001-80	60,00	60,00	5,26	Sim
3 ELO TEXTIL LTDA - EPP	011	28.844.636/0001-39	65,00	65,00	8,33	Sim
4 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	312	36.365.315/0001-80	65,00	65,00	0,00	Sim
5 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	304	19.575.409/0001-64	65,00	65,00	0,00	Sim
6 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	588	26.687.015/0001-63	66,00	66,00	1,54	Sim
7 M TESTA ATACADO LTDA	062	43.044.418/0001-03	500,00	500,00	657,58	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 14 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: MARCA PROPRIA Modelo: CONFORME DESCRITIVO DO EDITAL
Descrição: Pijama Adulto: Blusa Manga Curta, Gola V e Bermuda com Elástico, sem cordão. TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m², Tamanho M cor Azul ou Verde, COM SILK DE 1 COR
Quantidade: 40 **Valor Unit.:** 57,00 **Valor Total:** 2.280,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	702	27.743.380/0001-00	64,00	57,00		Sim
2 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	056	23.206.130/0001-80	60,00	60,00	5,26	Sim
3 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	048	19.575.409/0001-64	65,00	65,00	8,33	Sim
4 ELO TEXTIL LTDA - EPP	577	28.844.636/0001-39	65,00	65,00	0,00	Sim
5 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	830	36.365.315/0001-80	65,00	65,00	0,00	Sim
6 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	402	26.687.015/0001-63	66,00	66,00	1,54	Sim
7 M TESTA ATACADO LTDA	077	43.044.418/0001-03	500,00	500,00	657,58	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 15 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: Própria Modelo: C.Edital
Descrição: Camisola Aberta Atrás SEM Transpasse. TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m² Tamanho M cor Azul ou Verde, COM SILK DE 1 COR
Quantidade: 2 **Valor Unit.:** 35,00 **Valor Total:** 70,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	373	23.206.130/0001-80	35,00	35,00		Sim
2 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	476	36.365.315/0001-80	37,00	37,00	5,71	Sim
3 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	061	26.687.015/0001-63	38,00	38,00	2,70	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 16 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: Própria Modelo: C.Edital
Descrição: Camisola Aberta Atrás SEM Transpasse. TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m² Tamanho G cor Azul ou Verde, COM SILK DE 1 COR
Quantidade: 39 **Valor Unit.:** 35,00 **Valor Total:** 1.365,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	060	23.206.130/0001-80	35,00	35,00		Sim
2 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	115	36.365.315/0001-80	37,00	37,00	5,71	Sim
3 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	284	26.687.015/0001-63	38,00	38,00	2,70	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 17 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: Própria Modelo: C.Edital
Descrição: Camisola Aberta Atrás SEM Transpasse. TECIDO Percal 180 Fios 50% Algodão 50% Poliéster 105g/m² Tamanho GG cor Azul ou Verde, COM SILK DE 1 COR
Quantidade: 39 **Valor Unit.:** 35,00 **Valor Total:** 1.365,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	212	23.206.130/0001-80	35,00	35,00		Sim
2 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	146	36.365.315/0001-80	37,00	37,00	5,71	Sim
3 ORUS UNIFORMES INDUSTRIA E	132	26.687.015/0001-63	38,00	38,00	2,70	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 18 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: GUABIARTE Modelo: GUABIARTE
Descrição: Toalha de Banho, TECIDO: Atoalhado Profissional 90% Algodão 10% Poliéster 400g/m², nas medidas 1,40 x 0,70, cor Branca, COM SILK DE 1 COR
Quantidade: 100 **Valor Unit.:** 18,41 **Valor Total:** 1.841,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	921	51.647.234/0001-66	40,90	18,41		Sim
2 ELO TEXTIL LTDA - EPP	611	28.844.636/0001-39	40,90	19,41	5,43	Sim
3 M.L. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES	477	44.651.148/0001-61	40,90	27,90	43,74	Sim
4 ANDRE ANTONIO SABINO - ME	119	27.743.380/0001-00	40,00	29,90	7,17	Sim
5 ORTHOVIDA COMERCIO E PRODUCAO	532	55.690.054/0001-18	40,90	32,00	7,02	Sim
6 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	242	23.206.130/0001-80	38,00	38,00	18,75	Sim
7 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	786	36.365.315/0001-80	40,90	40,90	7,63	Sim
8 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	093	19.575.409/0001-64	40,90	40,90	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	151	46.022.479/0001-68	40,90	25,41		Sim
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	048	47.326.944/0001-17	40,90	40,90	60,9603	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 19 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:27
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: SULMAX Modelo: SULMAX
Descrição: Manta Microfibra Solteiro, tecido Microfibra 100% Poliéster 200g/m², cor Azul Marinho, Verde ou Bege, com Transfer.
Quantidade: 60 **Valor Unit.:** 24,20 **Valor Total:** 1.452,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	701	51.647.234/0001-66	57,00	24,20		Sim
2 ELO TEXTIL LTDA - EPP	264	28.844.636/0001-39	57,00	27,20	12,40	Sim
3 M.L. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES	880	44.651.148/0001-61	57,00	38,00	39,71	Sim
4 ORTHOVIDA COMERCIO E PRODUCAO	847	55.690.054/0001-18	57,00	49,00	28,95	Sim
5 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	476	23.206.130/0001-80	50,00	50,00	2,04	Sim
6 INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS	834	49.918.306/0001-10	57,00	56,00	12,00	Sim
7 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	353	19.575.409/0001-64	57,00	57,00	1,79	Sim
8 ETERNA TECIDOS E CONFECCOES	272	36.365.315/0001-80	57,00	57,00	0,00	Sim
9 COMERCIAL GETRIX LTDA	199	03.488.409/0001-97	57,00	57,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	808	47.326.944/0001-17	57,00	25,20		Sim
SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	740	46.022.479/0001-68	57,00	31,20	23,8095	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 20 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 09:10:28
Enxoval Hospitalar

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIO
Descrição: Travesseiro Clínico Hospitalar Em Fibra Siliconada Impermeável TAMANHO 70x50cm, na cor Azul marinho
Quantidade: 160 **Valor Unit.:** 32,00 **Valor Total:** 5.120,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ELO TEXTIL LTDA - EPP	446	28.844.636/0001-39	72,00	32,00		Sim
2 M.L. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES	695	44.651.148/0001-61	72,00	33,00	3,13	Sim
3 ORTHOVIDA COMERCIO E PRODUCAO	182	55.690.054/0001-18	72,00	39,00	18,18	Sim
4 A.S.SEMEGHINI ENXOVAIS ME	510	23.206.130/0001-80	70,00	70,00	79,49	Sim
5 COMERCIAL GETRIX LTDA	991	03.488.409/0001-97	72,00	72,00	2,86	Sim
6 LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI	020	19.575.409/0001-64	72,00	72,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	765	46.022.479/0001-68	72,00	30,00		Sim
GUSTAVO ERNESTO BLESE NETO	060	47.326.944/0001-17	72,00	44,00	46,6667	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: DIEGO JARDIM PERGO

MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA
CIDADE GAÚCHA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025
Processo Administrativo Nº 33/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: GEOVANE MARTINS DE SOUZA
Data de Publicação: 06/05/2025 08:57:40

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: ACER Modelo: ANV15-51 + WINDOWS 11PRO
Descrição: Notebook nas seguintes especificações: 13ª geração Intel Core i5-13450HX (10-core, cache de 20MB, até 4.6GHz). Windows 11 Home, Português. No mínimo 16 GB (2x8 - Dual Channel) de memória RAM 2.400MHz ou superior. NVIDIA GeForce RTX 3050, 6GB GDDR6. SSD de 512GB PCIeNVMe M.2 Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120Hz, 250 nits Teclado retroiluminado, numérico e em português
Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 5.550,00 **Valor Total:** 83.250,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 HIGH TECH INFORMÁTICA SÃO CARLOS	067	27.703.597/0001-97	5.883,00	5.550,00		Sim
2 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	112	04.459.281/0001-04	5.883,21	5.625,00	1,35	Sim
3 IHARD TECNOLOGIA LTDA	533	82.599.879/0001-02	5.883,31	5.750,00	2,22	Sim
4 SOS MICROS COMERCIO INFORMATICA	079	59.773.077/0001-47	5.880,00	5.777,77	0,48	Sim
5 C. F. MELGARECHO	962	30.632.911/0001-00	5.883,31	5.799,99	0,38	Sim
6 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	228	23.231.651/0001-98	5.883,00	5.800,00	0,00	Sim
7 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	719	09.170.651/0001-02	11.766,00	5.879,99	1,38	Sim
8 UMICRO COMERCIO E SERVICOS LTDA	161	54.491.422/0001-36	5.883,00	5.883,00	0,05	Sim
9 BONDETECH INFORMATICA LTDA	753	19.283.765/0001-04	5.883,31	5.883,31	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
BD INFORMATICA LTDA	578	32.109.914/0001-81	5.850,00	5.099,69		Sim
TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	459	11.138.213/0001-09	5.883,31	5.104,00	0,0845	Sim
VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	023	97.546.883/0001-71	5.883,31	5.350,00	4,8197	Sim
PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	186	09.064.543/0001-47	5.883,31	5.451,1899	1,8914	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: bd informatica Modelo: i5 12th + gpu
Descrição: "Gabinete montado, tipo Mid Tower, contendo:
- Processador de configurações iguais ou superiores ao modelo Intel Core i5-12400;
- Memória Ram 32 GB (2x16 - Dual Channel) 2.666 MHz DDR4 ou superior;
- SSD 1TB NVMe, Leitura 2.500 MB/s, Gravação 2.000 MB/s ou superior;
- Placa mãe compatível com o processador, ssd e a memória acima, contendo ao menos 4 saídas USB, sendo no mínimo 2 USB 3.0 ou superior;
- Placa de Vídeo de configurações iguais ou superiores ao modelo RTX 2060, NVIDIA, 6GB DDR6;
- Fonte 550W ou superior acompanhada de todos os cabos necessários;
- 1x Air Cooler 90mm ou superior.
"
Quantidade: 40 **Valor Unit.:** 3.485,16 **Valor Total:** 139.406,40

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BD INFORMATICA LTDA	752	32.109.914/0001-81	4.150,00	3.485,16		Sim
2 FULMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE	328	33.932.632/0001-42	4.165,92	3.769,00	8,14	Sim
3 J L PEREIRA ARCHILLA	386	78.556.156/0001-40	4.165,92	3.770,00	0,03	Sim
4 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	668	97.546.883/0001-71	4.165,92	3.784,00	0,37	Sim
5 IHARD TECNOLOGIA LTDA	898	82.599.879/0001-02	4.165,92	3.850,00	1,74	Sim
6 SANDRO VILMAR PIRES ME	222	09.253.952/0001-91	5.000,00	3.889,00	1,01	Sim
7 LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA	743	53.867.026/0001-06	4.165,00	4.000,00	2,85	Sim
8 ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA	885	14.228.157/0001-83	4.160,00	4.054,00	1,35	Sim
9 PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO	381	30.282.572/0001-71	4.165,92	4.055,00	0,02	Sim
10 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	447	11.138.213/0001-09	4.165,92	4.080,00	0,62	Sim
11 SYSMA SOLUÇÕES LTDA	936	46.192.487/0001-52	4.165,00	4.138,00	1,42	Sim
12 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	568	59.382.965/0001-39	4.165,92	4.140,00	0,05	Sim
13 GDAI INDUSTRIA & COMERCIO	766	32.084.616/0001-84	4.165,00	4.150,00	0,24	Não
14 RJJ INFORMATICA E SERVICOS LTDA	415	42.689.838/0001-84	4.165,00	4.159,00	0,22	Sim
15 H2T TECNOLOGIA LTDA	172	58.971.574/0001-97	4.165,92	4.164,99	0,14	Sim
16 A CASA DA INFORMATICA LTDA	370	12.146.615/0001-00	4.165,00	4.165,00	0,00	Sim
17 AMMO INFORMATICA LTDA	394	07.300.151/0001-04	4.165,92	4.165,91	0,02	Sim
18 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	533	04.459.281/0001-04	4.165,92	4.165,92	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	540	57.231.460/0001-48	4.165,00	3.150,00		Sim
GRS COMERCIO LTDA ME	176	45.909.091/0001-10	4.165,00	3.169,00	0,6032	Sim
PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	378	09.064.543/0001-47	4.165,92	3.199,9999	0,9782	Sim
GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	863	34.759.165/0001-63	4.165,00	3.250,00	1,5625	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PCFORTE Modelo: F2130
Descrição: MONITOR DE VIDEO TECNOLOGIA LED, 21,5 POLEGADAS - Monitor de vídeo, com tecnologia LED, com base para de inclinação/altura da tela e rotação de 90 graus (pivotamento), padrão FULL HD, de 21,5" widescreen (16:9), resolução de 1920 x 1080 pixels em 60 hz, brilho de 250 cd/m² e contraste 600:1 (estático), tela de LED com tratamento antirreflexivo, tempo máximo de resposta de 05 ms, controle de ajuste digital, para posição horizontal e vertical de imagem, com conectores de entrada hdmi, dvi, d-sub, garantia de 12 meses, com manual de instalação e operação em português, com cabo hdmi, cabo de forca, tensão 100/240vac 50 a 60 hz, furação para suporte no padrão vesa. Resolução mínima aceitável Full
Quantidade: 40 **Valor Unit.:** 375,00 **Valor Total:** 15.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AMMO INFORMATICA LTDA	921	07.300.151/0001-04	1.288,63	375,00		Sim
2 OTIMO TECNOLOGIA LTDA	191	20.411.148/0001-26	1.288,63	379,00	1,07	Sim
3 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	629	39.581.101/0001-39	1.288,63	380,00	0,26	Sim
4 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	912	09.064.543/0001-47	1.288,63	394,9999	3,95	Sim
5 PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	864	57.231.460/0001-48	800,00	520,00	31,65	Sim
6 SOS MICROS COMERCIO INFORMATICA	498	59.773.077/0001-47	1.280,00	567,00	9,04	Sim
7 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	523	04.459.281/0001-04	1.288,63	576,00	1,59	Sim
8 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	136	18.861.730/0001-42	1.288,63	615,00	6,77	Sim
9 DELTA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS	470	45.853.627/0001-23	128.863,00	619,99	0,81	Sim
10 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	354	65.149.197/0002-51	1.200,00	712,00	14,84	Não
11 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	794	97.546.883/0001-71	1.288,63	749,00	5,20	Sim
12 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	035	49.704.499/0002-98	1.280,00	769,97	2,80	Sim
13 SEVENTEC COMERCIO LTDA	983	08.784.976/0002-95	1.288,63	770,00	0,00	Não
14 4U DIGITAL COMERCIO E SERVICOS	204	21.982.891/0002-80	1.288,00	839,99	9,09	Sim
15 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	382	50.958.011/0001-57	1.288,63	849,98	1,19	Sim
16 GRS COMERCIO LTDA ME	919	45.909.091/0001-10	1.288,00	960,00	12,94	Sim
17 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	031	44.352.658/0001-38	1.288,63	963,00	0,31	Sim
18 J L PEREIRA ARCHILLA	023	78.556.156/0001-40	1.288,63	987,00	2,49	Sim
19 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	895	11.138.213/0001-09	1.288,63	990,00	0,30	Sim
20 PAGNAN & BACHES LTDA	303	20.953.739/0001-25	1.288,62	1.039,99	5,05	Sim
21 H2T TECNOLOGIA LTDA	173	58.971.574/0001-97	1.288,63	1.099,99	5,77	Sim
22 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	793	23.231.651/0001-98	1.280,00	1.100,00	0,00	Sim
23 IHARD TECNOLOGIA LTDA	571	82.599.879/0001-02	1.288,63	1.190,00	8,18	Sim
24 DANTAS REPRESENTACOES,	404	57.990.512/0001-60	1.288,00	1.288,00	8,24	Sim
25 RS MIDIA SUPRIMENTOS DE	376	13.383.196/0001-92	1.288,63	1.288,63	0,05	Sim
26 FG SERVICOS E COMERCIO DE	720	47.957.488/0001-03	1.288,63	1.288,63	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: C3TECH Modelo: KB-M10BK
Descrição: Teclado com fio para computador de alta durabilidade, cor predominante preto. Conexão: USB-A, Padrão ABNT2, com no mínimo 107 teclas, teclado numérico, suporte inclinável e ajustável. Comprimento mínimo do cabo deve ser de 2,0m.
Quantidade: 60 **Valor Unit.:** 24,9599 **Valor Total:** 1.497,594

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	023	09.064.543/0001-47	85,75	24,9599		Sim
2 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	526	04.459.281/0001-04	85,75	24,96	0,00	Sim
3 MARFAP COMERCIAL LTDA	813	49.978.985/0001-13	85,75	33,35	33,61	Sim
4 STELAR TECNOLOGIA LTDA	453	52.750.930/0001-66	85,00	33,36	0,03	Sim
5 AMMO INFORMATICA LTDA	717	07.300.151/0001-04	85,75	38,00	13,91	Sim
6 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	942	11.138.213/0001-09	85,75	39,00	2,63	Sim
7 PAGNAN & BACHES LTDA	282	20.953.739/0001-25	85,74	44,90	15,13	Sim
8 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	159	49.704.499/0002-98	85,00	45,00	0,22	Sim
9 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	992	59.382.965/0001-39	85,75	46,00	2,22	Sim
10 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	470	09.170.651/0001-02	46,86	46,84	1,83	Sim
11 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	459	50.958.011/0001-57	85,00	62,49	33,41	Sim
12 SABIO COMERCIO E SERVICO LTDA	106	41.058.406/0001-02	85,75	62,50	0,02	Sim
13 IHARD TECNOLOGIA LTDA	361	82.599.879/0001-02	85,75	80,00	28,00	Sim
14 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	463	23.231.651/0001-98	85,00	84,90	6,13	Sim
15 DANTAS REPRESENTACOES,	525	57.990.512/0001-60	85,00	85,00	0,12	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
THE SUPPLY COMPANY LTDA	720	49.256.132/0001-78	85,75	20,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 5 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 5

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: CANON Modelo: G3110
Descrição: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - JATO DE TINTA. ESPECIFICAÇÕES - TIPO JATO DE TINTA, IMPRESSÃO VIA CABO E WI-FI, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 600 DPI. CAPACIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO PRETO E BRANCO: 3.000 PÁGINAS/TANQUE, COLORIDO: 5.000 PÁGINAS/TANQUE.
Quantidade: 24 **Valor Unit.:** 807,99 **Valor Total:** 19.391,76

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA	074	34.152.516/0001-73	2.292,13	807,99		Sim
2 4U DIGITAL COMERCIO E SERVICOS	762	21.982.891/0002-80	2.292,00	808,00	0,00	Sim
3 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	953	18.861.730/0001-42	2.292,13	830,00	2,72	Sim
4 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	958	25.027.024/0001-65	2.200,00	890,00	7,23	Sim
5 OTIMO TECNOLOGIA LTDA	495	20.411.148/0001-26	2.292,13	955,00	7,30	Sim
6 A CASA DA INFORMATICA LTDA	540	12.146.615/0001-00	2.292,00	958,00	0,31	Sim
7 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	981	97.546.883/0001-71	2.292,13	960,00	0,21	Sim
8 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	658	44.352.658/0001-38	2.292,13	997,00	3,85	Sim
9 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	714	09.064.543/0001-47	2.292,13	999,9999	0,30	Sim
10 SEVENTEC COMERCIO LTDA	081	08.784.976/0002-95	2.292,13	1.050,00	5,00	Não
11 BD INFORMATICA LTDA	823	32.109.914/0001-81	2.200,00	1.058,84	0,84	Sim
12 GRS COMERCIO LTDA ME	111	45.909.091/0001-10	2.292,00	1.100,00	3,89	Sim
13 FINATTO DISTRIBUIDORA LTDA	632	24.166.094/0002-12	2.292,13	1.138,80	3,53	Sim
14 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	209	39.581.101/0001-39	2.292,13	1.139,00	0,02	Sim
15 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	510	09.170.651/0001-02	2.142,60	1.154,99	1,40	Sim
16 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	481	11.138.213/0001-09	2.292,13	1.290,00	11,69	Sim
17 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	048	09.441.686/0001-20	2.292,00	1.329,00	3,02	Sim
18 RS MIDIA SUPRIMENTOS DE	383	13.383.196/0001-92	2.292,13	1.450,00	9,10	Sim
19 MARFAP COMERCIAL LTDA	075	49.978.985/0001-13	2.292,13	1.528,99	5,45	Sim
20 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	496	49.704.499/0002-98	3.290,00	1.540,00	0,72	Sim
21 DELTA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS	933	45.853.627/0001-23	2.292,13	1.540,14	0,01	Sim
22 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	131	23.231.651/0001-98	2.150,00	1.550,00	0,64	Sim
23 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	031	59.382.965/0001-39	2.292,13	1.600,00	3,23	Sim
24 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	629	04.459.281/0001-04	2.292,13	1.625,00	1,56	Sim
25 IHARD TECNOLOGIA LTDA	676	82.599.879/0001-02	2.292,13	1.860,00	14,46	Sim
26 MARCIO KUHN 03546061900	045	18.048.988/0001-24	2.292,13	2.292,13	23,23	Sim
27 AMMO INFORMATICA LTDA	319	07.300.151/0001-04	2.292,13	2.292,13	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 6 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 6

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: KNUP Modelo: KP-RO821
Descrição: CAIXA DE SOM 2.1 CANAIS (2 CAIXAS SATÉLITES ESTÉREO E 1 CAIXA SUBWOOFER), PARA COMPUTADORES. POTÊNCIA TOTAL MINIMA: 15W RMS
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 100,00 **Valor Total:** 4.800,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L&R SOLUCOES LTDA	534	52.623.583/0001-00	110,30	100,00		Sim
2 SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS	616	29.583.709/0001-49	110,20	103,89	3,89	Sim
3 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	918	23.231.651/0001-98	105,00	103,90	0,01	Sim
4 IHARD TECNOLOGIA LTDA	109	82.599.879/0001-02	110,30	110,30	6,16	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 7 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 7

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: HAYONIK Modelo: CPA12400 L
Descrição: CAIXA ACÚSTICA. CARACTERÍSTICAS: CAIXA DE SOM AMPLIFICADORA DE SOM, COM NO MÍNIMO 300W RMS, 220V, COM ENTRADA DE LINHA BALANCEADA EM CONECTOR XLR.
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 1.499,89 **Valor Total:** 14.998,90

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS	012	29.583.709/0001-49	2.578,00	1.499,89		Sim
2 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	967	23.231.651/0001-98	2.570,00	1.499,90	0,00	Sim
3 AUDIOFRAHM INDUSTRIA E COMERCIO	852	27.133.259/0001-67	2.578,80	1.500,00	0,01	Não
4 L2A UNIÃO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO	131	36.232.725/0001-52	2.578,00	1.600,00	6,67	Sim
5 C. F. MELGARECHO	638	30.632.911/0001-00	2.578,00	1.650,00	3,13	Sim
6 COMERCIAL TRÊS ACORDES	631	32.850.995/0001-76	2.578,80	1.778,68	7,80	Sim
7 J L PEREIRA ARCHILLA	718	78.556.156/0001-40	2.578,80	1.780,00	0,07	Sim
8 KNERD DISTRIBUIDORA LTDA	605	41.621.094/0001-01	2.578,00	2.017,86	13,36	Sim
9 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	222	59.382.965/0001-39	2.578,80	2.100,00	4,07	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	497	09.064.543/0001-47	2.578,80	1.499,8991		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 8 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 8

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: c3teck Modelo: w17
Descrição: MOUSE SEM FIO, CONEXÃO USB-A. CARACTERÍSTICAS: SEM FIO, SENSOR ÓPTICO, RESOLUÇÃO DE 1200DPI. DEVE UTILIZAR BATERIA RE
Quantidade: 60 **Valor Unit.:** 21,9197 **Valor Total:** 1.315,182

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 A CASA DA INFORMATICA LTDA	520	12.146.615/0001-00	139,00	21,9197		Sim
2 MARFAP COMERCIAL LTDA	944	49.978.985/0001-13	139,68	22,92	4,56	Sim
3 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	237	50.958.011/0001-57	139,68	24,93	8,77	Sim
4 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	035	11.138.213/0001-09	139,68	29,00	16,33	Sim
5 AMMO INFORMATICA LTDA	399	07.300.151/0001-04	139,68	30,00	3,45	Sim
6 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	219	04.459.281/0001-04	139,68	31,25	4,17	Sim
7 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	452	49.704.499/0002-98	135,00	38,14	22,05	Sim
8 PAGNAN & BACHES LTDA	862	20.953.739/0001-25	139,67	38,20	0,16	Sim
9 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	648	59.382.965/0001-39	139,68	38,99	2,07	Sim
10 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	236	09.170.651/0001-02	52,06	49,99	28,21	Sim
11 L&R SOLUCOES LTDA	137	52.623.583/0001-00	139,68	50,00	0,02	Sim
12 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	022	23.231.651/0001-98	135,00	55,00	10,00	Sim
13 SABIO COMERCIO E SERVICO LTDA	700	41.058.406/0001-02	139,68	56,20	2,18	Sim
14 IHARD TECNOLOGIA LTDA	221	82.599.879/0001-02	139,68	62,50	11,21	Sim
15 STELAR TECNOLOGIA LTDA	350	52.750.930/0001-66	138,00	134,90	115,84	Sim
16 DANTAS REPRESENTACOES,	216	57.990.512/0001-60	139,00	139,00	3,04	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	630	09.064.543/0001-47	139,68	21,9196		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 9 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:56
Lote 9

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: C3TCH Modelo: MS29BK
Descrição: MOUSE ÓPTICO COM FIO, CONEXÃO: USB-A, CARACTERÍSTICAS: COM FIO, SENSOR ÓPTICO, RESOLUÇÃO MINIMA DE 1200DPI, COR: PRETO, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO: 1,8m.
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 14,97 **Valor Total:** 718,56

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MARFAP COMERCIAL LTDA	133	49.978.985/0001-13	44,66	14,97		Sim
2 A CASA DA INFORMATICA LTDA	487	12.146.615/0001-00	44,66	14,98	0,07	Sim
3 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	542	09.064.543/0001-47	44,66	15,0099	0,20	Sim
4 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	007	59.382.965/0001-39	44,66	15,25	1,60	Sim
5 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	137	04.459.281/0001-04	44,66	17,50	14,75	Sim
6 STELAR TECNOLOGIA LTDA	468	52.750.930/0001-66	44,50	19,80	13,14	Sim
7 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	256	49.704.499/0002-98	44,00	20,79	5,00	Sim
8 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	001	50.958.011/0001-57	44,00	21,24	2,16	Sim
9 PAGNAN & BACHES LTDA	561	20.953.739/0001-25	44,65	23,10	8,76	Sim
10 SABIO COMERCIO E SERVICO LTDA	648	41.058.406/0001-02	44,66	28,80	24,68	Sim
11 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	898	09.170.651/0001-02	35,40	33,89	17,67	Sim
12 IHARD TECNOLOGIA LTDA	247	82.599.879/0001-02	44,66	39,00	15,08	Sim
13 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	062	23.231.651/0001-98	40,00	40,00	2,56	Sim
14 DANTAS REPRESENTACOES,	856	57.990.512/0001-60	44,00	44,00	10,00	Sim
15 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	940	11.138.213/0001-09	44,66	44,66	1,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
THE SUPPLY COMPANY LTDA	516	49.256.132/0001-78	44,66	10,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 10 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 10

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: JBL Modelo: T110
Descrição: FONE OUVIDO COM FIO, IN-EAR HD ESTÉREO ERGONÔMICO MICROFONE, TIPO C, CARACTERÍSTICAS: FONE COM FIO, MICROFONE EMBUTIDO, ERGONÔMICO, SOM DE ALTA QUALIDADE, FIO SUPER RESISTENTE, CONECTOR USB, COMPATIVEL COM WINDOWS
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 65,00 **Valor Total:** 2.340,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 IHARD TECNOLOGIA LTDA	804	82.599.879/0001-02	68,00	65,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 11 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 11

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PLUS CABLE Modelo: PC-USB3002
Descrição: CABO EXTENSOR UBS 3 METROS, CARACTERÍSTICAS: CABO EXTENSOR 3 METROS DE COMPRIMENTO, -1 CONECTOR USB-A FEMEA; 1 CONECTOR USB-A MACHO
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 19,9799 **Valor Total:** 719,2764

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	604	09.064.543/0001-47	28,93	19,9799		Sim
2 PAGNAN & BACHES LTDA	458	20.953.739/0001-25	28,92	19,98	0,00	Sim
3 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	073	04.459.281/0001-04	28,93	20,00	0,10	Sim
4 IHARD TECNOLOGIA LTDA	090	82.599.879/0001-02	28,93	24,90	24,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 12 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 12

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: SEAGATE Modelo: STGX2000400
Descrição: DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL HD EXTERNO 2TB - CARACTERÍSTICAS: DISCO RÍGIDO (HDD) EXTERNO 2 TB Tipo externo portátil, conexão USB 3.0, capacidade de armazenamento de 2TB; velocidade mínima de transferência de dados 480 Mb/s usando USB 2.0; Alimentação via USB-A; Conteúdo da embalagem: um disco rígido externo, um cabo USB compatível com o dispositivo e um manual de instruções. Compatível com Windows 7 e posterior, Mac OS X v.10.6.x ou superior, Linux v.2.6.x ou superior. Garantia de 12 meses. .
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 478,90 **Valor Total:** 22.987,20

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KARINE RISSATTO DE SOUZA SANTOS	705	43.568.106/0001-07	760,00	478,90		Sim
2 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	255	23.231.651/0001-98	690,00	479,00	0,02	Sim
3 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	425	97.546.883/0001-71	765,25	490,00	2,30	Sim
4 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	938	11.138.213/0001-09	765,25	499,00	1,84	Sim
5 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	808	04.459.281/0001-04	765,25	500,00	0,20	Sim
6 J L PEREIRA ARCHILLA	068	78.556.156/0001-40	765,25	514,80	2,96	Sim
7 AMMO INFORMATICA LTDA	140	07.300.151/0001-04	765,25	517,18	0,46	Sim
8 MARCIO KUHN 03546061900	706	18.048.988/0001-24	765,25	520,00	0,55	Sim
9 MARFAP COMERCIAL LTDA	300	49.978.985/0001-13	765,25	547,97	5,38	Sim
10 A CASA DA INFORMATICA LTDA	370	12.146.615/0001-00	765,00	547,98	0,00	Sim
11 IHARD TECNOLOGIA LTDA	172	82.599.879/0001-02	765,25	590,00	7,67	Sim
12 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	941	09.170.651/0001-02	1.296,67	599,99	1,69	Sim
13 STELAR TECNOLOGIA LTDA	922	52.750.930/0001-66	765,00	699,90	16,65	Sim
14 PAGNAN & BACHES LTDA	468	20.953.739/0001-25	765,24	764,99	9,30	Sim
15 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	190	59.382.965/0001-39	765,25	765,25	0,03	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 13 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 13

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: KINGSTON Modelo: SXS1000R
Descrição: Unidade de Armazenamento do tipo SSD EXTERNO portátil, capacidade mínima de 1 TB. conexão USB 3.0, velocidade mínima de transferência de dados (leitura e gravação) 1.000 Mb/s usando USB 3.0; Alimentação via USB-A; Conteúdo da embalagem: um disco rígido externo SSD, um cabo USB compatível com o dispositivo e um manual de instruções. Compatível com Windows 7 e posterior, Mac OS X v.10.6.x ou superior, Linux v.2.6.x ou superior. Garantia de 12 meses
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 550,00 **Valor Total:** 26.400,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MARCIO KUHN 03546061900	849	18.048.988/0001-24	743,94	550,00		Sim
2 A CASA DA INFORMATICA LTDA	945	12.146.615/0001-00	743,00	589,00	7,09	Sim
3 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	041	97.546.883/0001-71	743,94	590,00	0,17	Sim
4 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	447	44.352.658/0001-38	743,94	617,00	4,58	Sim
5 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	230	09.170.651/0001-02	1.350,70	621,99	0,81	Sim
6 J L PEREIRA ARCHILLA	667	78.556.156/0001-40	743,94	709,00	13,99	Sim
7 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	554	09.064.543/0001-47	743,94	729,9899	2,96	Sim
8 DANTAS REPRESENTACOES,	748	57.990.512/0001-60	743,00	743,00	1,78	Sim
9 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	912	59.382.965/0001-39	747,94	747,94	0,66	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	332	23.231.651/0001-98	74,00	74,00		Sim
MARFAP COMERCIAL LTDA	993	49.978.985/0001-13	743,94	449,99	508,0946	Sim
AMMO INFORMATICA LTDA	942	07.300.151/0001-04	743,94	450,00	0,0022	Sim
F. O. GIAROLA & CIA LTDA	998	04.459.281/0001-04	743,94	475,00	5,5556	Sim
TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	305	11.138.213/0001-09	743,94	538,00	13,2632	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 14 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 14

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PRISMATEC Modelo: PRIMATEC
Descrição: FILTRO DE LINHA, COM 4 TOMADAS. CARACTERÍSTICAS: FILTRO DE LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220V, POTÊNCIA MÁXIMA 2200 W, CORRENTE MÁXIMA 10A, QUANTIDADE DE SAÍDA: 4 TOMADAS TRIPOLARES 2P+T , COMPRIMENTO CABO 1,30 METROS, NORMAS TÉCNICAS: NOVO PADRÃO NBR 14136 E NBR 13249
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 20,99 **Valor Total:** 1.007,52

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS	637	31.651.344/0001-94	53,50	20,99		Sim
2 IVANETE APARECIDA MIRANDA	906	31.722.206/0001-59	53,00	21,00	0,05	Sim
3 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	563	04.459.281/0001-04	53,50	22,50	7,14	Sim
4 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	523	09.064.543/0001-47	53,50	31,9999	42,22	Sim
5 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	451	11.138.213/0001-09	53,50	32,00	0,00	Sim
6 STELAR TECNOLOGIA LTDA	244	52.750.930/0001-66	53,00	44,90	40,31	Sim
7 IHARD TECNOLOGIA LTDA	835	82.599.879/0001-02	53,50	45,00	0,22	Sim
8 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	621	23.231.651/0001-98	50,00	47,90	6,44	Sim
9 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	204	49.704.499/0002-98	53,00	51,79	8,12	Sim
10 PAGNAN & BACHES LTDA	422	20.953.739/0001-25	53,49	51,85	0,12	Sim
11 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	744	09.170.651/0001-02	89,03	52,06	0,41	Sim
12 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	850	59.382.965/0001-39	53,50	53,50	2,77	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 15 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 15

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: INTELBRAS Modelo: 2510
Descrição: TELEFONE SEM FIO. Características: aparelho telefônico sem fio, tecla rediscar, tecla flash, idioma português, mínimo 10 memórias para rediscar, 03 opções de volume e localizador de manofone, visor de led/lcd, com identificador de chamada
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 129,00 **Valor Total:** 6.192,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	322	11.138.213/0001-09	264,00	129,00		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA	949	07.300.151/0001-04	264,00	131,61	2,02	Sim
3 MARFAP COMERCIAL LTDA	444	49.978.985/0001-13	264,00	150,29	14,19	Sim
4 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	244	09.064.543/0001-47	264,00	151,2999	0,67	Sim
5 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	741	44.352.658/0001-38	264,00	156,00	3,11	Sim
6 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	386	04.459.281/0001-04	264,00	163,00	4,49	Sim
7 SABIO COMERCIO E SERVICO LTDA	214	41.058.406/0001-02	264,00	184,80	13,37	Sim
8 STELAR TECNOLOGIA LTDA	776	52.750.930/0001-66	263,00	196,00	6,06	Sim
9 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	394	49.704.499/0002-98	264,00	196,89	0,45	Sim
10 PAGNAN & BACHES LTDA	335	20.953.739/0001-25	263,99	228,49	16,05	Sim
11 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	180	23.231.651/0001-98	250,00	228,90	0,18	Sim
12 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	924	59.382.965/0001-39	264,00	230,00	0,48	Sim
13 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	748	09.170.651/0001-02	477,20	249,75	8,59	Sim
14 IHARD TECNOLOGIA LTDA	321	82.599.879/0001-02	264,00	264,00	5,71	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 16 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 16

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: RAGTECH Modelo: SIDE LASER 1000VA
Descrição: ESTABILIZADOR TENSÃO. ESTABILIZADOR DE 1000 KVA CARACTRISTICAS DE ENTRADA: TENSÃO NOMINAL 115V/227V; VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO PARA REGULAÇÃO DE 6% - 92.9 A 144.9; TENSÃO MÁXIMA PERMITIDA - 150V; FREQUENCIA NOMINAL - 60HZ; FAIXA DE VARIAÇÃO DE FREQUÊNCIA - 57 A 63 HZ; CORRENTE NOMINAL - 9,4; FUSIVEL DE ENTRADA - 10ª/250V; TIPO DE FUSÍVEL - AÇÃO RETARDADA. CARACTERISTICAS DE SAIDA: POTÊNCIA MÁXIMA - 1000VA; TENSÃO NOMINAL - 115V; REGULAÇÃO - +/- 6% DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA DE ESTABILIZADORES NBR 14373:2010; TOMADAS PADRÃO NEMA 5/15. CARACTERISTICAS GERAIS: RENDIMENTO DE CARGA NOMINAL - 92%; TEMPO MAXIMO DE RESPOSTA PARA ESTABILIZAÇÃO - MENOR OU IGUAL A 2 CICLOS DE REDE ELÉTRICA.
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 540,00 **Valor Total:** 25.920,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	293	25.027.024/0001-65	590,00	540,00		Sim
2 PAGNAN & BACHES LTDA	310	20.953.739/0001-25	598,66	548,50	1,57	Sim
3 J L PEREIRA ARCHILLA	140	78.556.156/0001-40	598,67	598,67	9,15	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	911	11.138.213/0001-09	598,67	200,00		Sim
HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	313	16.847.666/0001-10	598,00	209,00	4,5000	Sim
AMMO INFORMATICA LTDA	845	07.300.151/0001-04	598,67	249,45	19,3541	Sim
IHARD TECNOLOGIA LTDA	671	82.599.879/0001-02	598,67	250,00	0,2205	Sim
PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	863	09.064.543/0001-47	598,67	289,9999	16,0000	Sim
COMPUTECH INFORMATICA LTDA	201	09.170.651/0001-02	662,69	337,99	16,5483	Sim
L&R SOLUCOES LTDA	046	52.623.583/0001-00	598,67	338,00	0,0030	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 17 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 17

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: LEXMARK Modelo: MX431
Descrição: Impressora nas seguintes especificações mínimas: Multifuncional Laser Color; Tecnologia de Impressão LED Digital Colorido ou superior; Scanner Mesa Plana Colorida com AD; Alimentador de Folhas até 50 páginas, ou superior; Impressão Duplex Automática ou superior; Memória 512 MB, ou superior; Alimentação 110V; Conectividade: Wi-Fi, Rede Ethernet, USB 2.0, e o uso compartilhado ou superior; Resolução Máxima de Impressão 600 x 2400 dpi ou superior; Volume de Impressão Mensal Recomendado 1.500 páginas ou superior; Garantia de 1 ano.
Quantidade: 8 **Valor Unit.:** 2.499,99 **Valor Total:** 19.999,92

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	910	18.861.730/0001-42	5.990,00	2.499,99		Sim
2 A CASA DA INFORMATICA LTDA	995	12.146.615/0001-00	5.990,00	2.500,00	0,00	Sim
3 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	557	65.149.197/0002-51	5.900,00	2.999,00	19,96	Não
4 AMMO INFORMATICA LTDA	500	07.300.151/0001-04	5.990,00	3.499,00	16,67	Sim
5 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	972	97.546.883/0001-71	5.990,00	3.740,00	6,89	Sim
6 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	526	04.459.281/0001-04	5.990,00	3.750,00	0,27	Sim
7 FINATTO DISTRIBUIDORA LTDA	997	24.166.094/0002-12	5.990,00	3.950,00	5,33	Sim
8 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	876	25.027.024/0001-65	5.990,00	3.978,00	0,71	Sim
9 SEVENTEC COMERCIO LTDA	502	08.784.976/0002-95	5.990,00	4.088,31	2,77	Não
10 RS MIDIA SUPRIMENTOS DE	784	13.383.196/0001-92	5.990,00	4.150,00	1,51	Sim
11 MARFAP COMERCIAL LTDA	005	49.978.985/0001-13	5.990,00	4.180,54	0,74	Sim
12 OTIMO TECNOLOGIA LTDA	785	20.411.148/0001-26	4.180,55	4.180,55	0,00	Sim
13 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	462	09.064.543/0001-47	5.990,00	4.289,9999	2,62	Sim
14 IHARD TECNOLOGIA LTDA	438	82.599.879/0001-02	5.990,00	4.290,00	0,00	Sim
15 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	166	11.138.213/0001-09	5.990,00	4.448,00	3,68	Sim
16 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	042	44.352.658/0001-38	5.990,00	4.533,00	1,91	Sim
17 GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA	227	34.152.516/0001-73	5.990,00	5.499,99	21,33	Sim
18 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	699	23.231.651/0001-98	5.900,00	5.500,00	0,00	Sim
19 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	926	49.704.499/0002-98	5.990,00	5.979,90	8,73	Sim
20 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	305	39.581.101/0001-39	5.990,00	5.980,01	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 18 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 18

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: BROTHER Modelo: ADS 1300
Descrição: Scanner Tipo: Mesa , Cromatismo: Policromático , Resolução: 600 DPI, Tensão Alimentação: Bivolt V, Tipo Digitalização: Simplex/Duplex/Color/Pb/Tons Cinza , Interface: Usb , Formato: A4, Carta, Ofício. Deve obrigatoriamente fornecer um PDF pesquisavel
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 1.700,00 **Valor Total:** 17.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FINATTO DISTRIBUIDORA LTDA	282	24.166.094/0002-12	4.180,55	1.700,00		Sim
2 SEVENTEC COMERCIO LTDA	692	08.784.976/0002-95	4.180,55	1.712,80	0,75	Não
3 CREATECH COMERCIO E SOLUÇÕES	481	25.406.063/0001-73	4.000,00	1.720,00	0,42	Sim
4 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	736	65.149.197/0002-51	4.100,00	1.799,00	4,59	Não
5 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	908	25.027.024/0001-65	4.180,00	1.843,00	2,45	Sim
6 4U DIGITAL COMERCIO E SERVICOS	238	21.982.891/0002-80	4.180,00	1.968,88	6,83	Sim
7 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	750	18.861.730/0001-42	4.180,55	1.968,89	0,00	Sim
8 AMMO INFORMATICA LTDA	437	07.300.151/0001-04	4.180,55	1.968,99	0,01	Sim
9 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	906	11.138.213/0001-09	4.180,55	2.000,00	1,57	Sim
10 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	671	09.064.543/0001-47	4.180,55	2.099,8899	4,99	Sim
11 GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA	758	34.152.516/0001-73	4.180,55	2.199,88	4,76	Sim
12 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	567	04.459.281/0001-04	4.180,55	2.250,00	2,28	Sim
13 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	760	97.546.883/0001-71	4.180,55	2.520,00	12,00	Sim
14 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	555	44.352.658/0001-38	4.180,55	2.527,00	0,28	Sim
15 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	245	09.170.651/0001-02	5.914,94	2.689,99	6,45	Sim
16 KNERD DISTRIBUIDORA LTDA	921	41.621.094/0001-01	4.180,00	2.945,86	9,51	Sim
17 IHARD TECNOLOGIA LTDA	588	82.599.879/0001-02	4.180,55	3.899,00	32,36	Sim
18 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	790	23.231.651/0001-98	4.180,00	4.099,90	5,15	Sim
19 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	197	59.382.965/0001-39	4.180,55	4.180,55	1,97	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 19 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 19

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: SAMSUNG Modelo: A25
Descrição: Celular Smartphone com sistema android ou iOS. Capacidade de armazenamento da memória 128 GB, Capacidade de Memória RAM 6GB ou Superior, Dual Nano SIM; /Conexões: Bluetooth 5.2, Wi-Fi, GPS, NFC; ou superiores; Velocidade do processador: 2,4 GHz ou superior; /Tecnologia da tela: AMOLED ou superior; Resolução: 1080 x 2340 pixels ou superior; /Câmera Frontal: 10 MP ou superior; Câmera Traseira: 40 MP ou superior; /Bateria: 4.500 mAh ou superior; Conector de Entrada: USB-C; Resolução de gravação: 4K, 30 fps ou superior; Vídeo Câmera Frontal: Full HD, 30 fps ou superior; Sensores: Proximidade, Bússola, Acelerômetro, Giroscópio e Impressão digital; Certificação IP67; Garantia: no mínimo de 12(
Quantidade: 20 **Valor Unit.:** 1.399,6899 **Valor Total:** 27.993,798

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	054	09.064.543/0001-47	2.776,26	1.399,6899		Sim
2 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	929	59.382.965/0001-39	2.776,25	1.440,00	2,88	Sim
3 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	973	23.231.651/0001-98	2.700,00	1.650,00	14,58	Sim
4 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	533	09.170.651/0001-02	3.810,83	1.699,92	3,03	Sim
5 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	755	18.861.730/0001-42	2.776,26	1.874,89	10,29	Sim
6 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	145	04.459.281/0001-04	2.776,26	1.875,00	0,01	Sim
7 KNERD DISTRIBUIDORA LTDA	269	41.621.094/0001-01	2.776,00	1.982,13	5,71	Sim
8 C. F. MELGARECHO	084	30.632.911/0001-00	2.776,26	1.985,00	0,14	Sim
9 BASI MAGAZINE LTDA	520	44.519.381/0001-95	2.770,00	2.190,00	10,33	Sim
10 FG SERVICOS E COMERCIO DE	140	47.957.488/0001-03	2.776,26	2.198,00	0,37	Sim
11 IHARD TECNOLOGIA LTDA	107	82.599.879/0001-02	2.776,26	2.199,00	0,05	Sim
12 OTIMO TECNOLOGIA LTDA	170	20.411.148/0001-26	2.776,26	2.580,00	17,33	Sim
13 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	764	50.958.011/0001-57	2.775,00	2.769,99	7,36	Sim
14 J L PEREIRA ARCHILLA	721	78.556.156/0001-40	2.776,26	2.776,26	0,23	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
A CASA DA INFORMATICA LTDA	369	12.146.615/0001-00	2.770,00	940,00		Sim
TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	003	11.138.213/0001-09	2.776,26	950,00	1,0638	Sim
3S SECURITY TECNOLOGIA	807	19.140.331/0001-55	2.776,26	1.190,00	25,2632	Sim
DELTA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS	737	45.853.627/0001-23	2.776,26	1.199,99	0,8395	Sim
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	077	49.704.499/0002-98	2.700,00	1.330,00	10,8343	Sim
MARFAP COMERCIAL LTDA	457	49.978.985/0001-13	2.776,26	1.330,05	0,0038	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 20 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:57
Lote 20

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: Pure Power Modelo: PP-PSU2-500W PFC
Descrição: "Fonte 500W nominal de potencia, fabricada com componentes de alta qualidade Tensão Entrada: 115/230V (Manual) - Frequência: 50Hz-60Hz
- Certificação: 80Plus Acompanhada de todos os cabos para as devidas conexões..
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 174,90 **Valor Total:** 6.296,40

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FULMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE	990	33.932.632/0001-42	374,50	174,90		Sim
2 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	337	11.138.213/0001-09	374,55	175,00	0,06	Sim
3 PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	315	57.231.460/0001-48	374,00	186,00	6,29	Sim
4 AMMO INFORMATICA LTDA	633	07.300.151/0001-04	374,55	193,18	3,86	Sim
5 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	721	04.459.281/0001-04	374,55	232,00	20,10	Sim
6 VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	980	53.278.020/0001-95	374,55	236,25	1,83	Sim
7 HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA	687	41.010.343/0001-14	374,55	259,11	9,68	Sim
8 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	985	09.064.543/0001-47	374,55	289,9899	11,92	Sim
9 MARCIO KUHN 03546061900	194	18.048.988/0001-24	374,55	289,99	0,00	Sim
10 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	869	09.170.651/0001-02	628,15	298,05	2,78	Sim
11 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	277	23.231.651/0001-98	370,00	299,00	0,32	Sim
12 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	926	59.382.965/0001-39	374,55	320,00	7,02	Sim
13 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	622	50.958.011/0001-57	374,55	324,99	1,56	Sim
14 IHARD TECNOLOGIA LTDA	689	82.599.879/0001-02	374,55	325,00	0,00	Sim
15 PAGNAN & BACHES LTDA	864	20.953.739/0001-25	374,54	374,50	15,23	Sim
16 J L PEREIRA ARCHILLA	055	78.556.156/0001-40	374,55	374,55	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 21 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 21

VALORES UNITÁRIOS FINAIS
Item: 1 Unidade: UN Marca: PCYES Modelo: ACZFRRB
Descrição: Cooler Para Processador 90mm; Vida útil: 40.000 horas ou superior. TDP: 85W ou superior.
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 214,9999 **Valor Total:** 7.739,9964

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	405	09.064.543/0001-47	306,60	214,9999		Sim
2 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	892	11.138.213/0001-09	306,60	215,00	0,00	Sim
3 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	025	23.231.651/0001-98	270,00	217,80	1,30	Sim
4 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	635	59.382.965/0001-39	306,00	250,00	14,78	Sim

DESCLASSIFICADOS

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 22 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 22

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: FONENG - HDW004 Modelo: FONENG - HDW004
Descrição: FONTE 400W
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 84,27 **Valor Total:** 4.044,96

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA	662	41.010.343/0001-14	91,33	84,27		Sim
2 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	968	11.138.213/0001-09	91,33	85,00	0,87	Sim
3 PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	822	57.231.460/0001-48	91,00	89,70	5,53	Sim
4 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	176	23.231.651/0001-98	90,00	90,00	0,33	Sim
5 IHARD TECNOLOGIA LTDA	184	82.599.879/0001-02	91,33	90,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 23 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 23

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: CEAMERE Modelo: CMSSDA 512
Descrição: SSD 512GB SATA III, LEITURA 450MB/S, GRAVAÇÃO 450MB/S
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 196,80 **Valor Total:** 7.084,80

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K. LUMERTZ CARDOSO	107	38.311.637/0001-71	292,00	196,80		Sim
2 PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	411	57.231.460/0001-48	292,00	196,90	0,05	Sim
3 FULMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE	198	33.932.632/0001-42	292,60	204,00	3,61	Sim
4 A CASA DA INFORMATICA LTDA	661	12.146.615/0001-00	292,00	212,00	3,92	Sim
5 CASA DESIGN DISTRIBUIDORA LTDA ME	802	95.437.877/0001-50	292,00	213,00	0,47	Sim
6 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	634	04.459.281/0001-04	292,60	213,00	0,00	Sim
7 MARFAP COMERCIAL LTDA	046	49.978.985/0001-13	292,60	218,55	2,61	Sim
8 TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	101	27.274.178/0001-87	290,00	218,56	0,00	Sim
9 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	409	23.231.651/0001-98	280,00	232,00	6,15	Sim
10 MARCIO KUHN 03546061900	616	18.048.988/0001-24	292,60	239,99	3,44	Sim
11 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	309	09.064.543/0001-47	292,60	249,8999	4,13	Sim
12 STELAR TECNOLOGIA LTDA	687	52.750.930/0001-66	291,00	261,00	4,44	Sim
13 TECPARTS IMPORTACAO E	130	15.135.210/0001-64	292,00	261,22	0,08	Não
14 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	152	09.170.651/0001-02	546,76	274,89	5,23	Sim
15 PAGNAN & BACHES LTDA	040	20.953.739/0001-25	292,59	274,90	0,00	Sim
16 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	586	11.138.213/0001-09	292,60	275,00	0,04	Sim
17 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	310	09.441.686/0001-20	292,60	279,00	1,45	Sim
18 IHARD TECNOLOGIA LTDA	536	82.599.879/0001-02	292,60	285,00	2,15	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 24 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 24

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: NVIDIA GEFORCE Modelo: RTX4060
Descrição: Placa de Vídeo RTX 4060 NVIDIA GeForce 8GB GDDR6 ou superior.
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 2.459,00 **Valor Total:** 118.032,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KARINE RISSATTO DE SOUZA SANTOS	948	43.568.106/0001-07	2.780,00	2.459,00		Sim
2 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	529	23.231.651/0001-98	2.750,00	2.460,00	0,04	Sim
3 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	679	11.138.213/0001-09	2.789,33	2.500,00	1,63	Sim
4 FULMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE	470	33.932.632/0001-42	2.789,33	2.648,00	5,92	Sim
5 AMMO INFORMATICA LTDA	581	07.300.151/0001-04	2.789,33	2.682,86	1,32	Sim
6 PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	717	57.231.460/0001-48	2.789,00	2.735,00	1,94	Sim
7 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	321	44.352.658/0001-38	2.789,33	2.777,00	1,54	Sim
8 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	401	09.064.543/0001-47	2.789,33	2.785,9999	0,32	Sim
9 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	697	09.170.651/0001-02	5.578,00	2.786,00	0,00	Sim
10 DANTAS REPRESENTACOES,	639	57.990.512/0001-60	2.789,00	2.789,00	0,11	Sim
11 MARFAP COMERCIAL LTDA	839	49.978.985/0001-13	2.789,33	2.789,33	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 25 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 25

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: SANDISK Modelo: 64GB
Descrição: PEN DRIVE 64 gb
Quantidade: 24 **Valor Unit.:** 31,24 **Valor Total:** 749,76

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MARFAP COMERCIAL LTDA	544	49.978.985/0001-13	64,30	31,24		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA	870	07.300.151/0001-04	64,30	31,25	0,03	Sim
3 A CASA DA INFORMATICA LTDA	468	12.146.615/0001-00	64,00	31,50	0,80	Sim
4 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	133	59.382.965/0001-39	64,30	33,00	4,76	Sim
5 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	283	09.064.543/0001-47	64,30	40,9999	24,24	Sim
6 STELAR TECNOLOGIA LTDA	832	52.750.930/0001-66	64,00	41,00	0,00	Sim
7 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	613	50.958.011/0001-57	64,30	44,92	9,56	Sim
8 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	070	49.704.499/0002-98	64,00	50,00	11,31	Sim
9 PAGNAN & BACHES LTDA	318	20.953.739/0001-25	64,29	51,50	3,00	Sim
10 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	846	11.138.213/0001-09	64,30	55,00	6,80	Sim
11 IHARD TECNOLOGIA LTDA	770	82.599.879/0001-02	64,30	64,30	16,91	Sim
12 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	690	04.459.281/0001-04	64,30	64,30	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 26 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 26

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: MULTI Modelo: PCI
Descrição: PLACA DE REDE 1gb memoria
Quantidade: 24 **Valor Unit.:** 45,00 **Valor Total:** 1.080,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	095	11.138.213/0001-09	67,33	45,00		Sim
2 VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	758	53.278.020/0001-95	67,33	50,00	11,11	Sim
3 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	681	09.064.543/0001-47	67,33	54,9999	10,00	Sim
4 PAGNAN & BACHES LTDA	872	20.953.739/0001-25	67,32	67,30	22,36	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 27 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 27

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: C3TECH Modelo: F7-100BK
Descrição: COOLER 1000 rpm
Quantidade: 24 **Valor Unit.:** 104,32 **Valor Total:** 2.503,68

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 PAGNAN & BACHES LTDA	735	20.953.739/0001-25	104,32	104,32		Sim
2 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	424	59.382.965/0001-39	104,33	104,33	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 28 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 28

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: JBR Modelo: 2400VABIVOLT
Descrição: NOBREAK 2400VA BIVOLT
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 1.213,99 **Valor Total:** 58.271,52

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TICOTECO BRAZIL LTDA	951	39.510.411/0001-62	4.312,00	1.213,99		Sim
2 HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	592	16.847.666/0001-10	4.312,00	1.214,00	0,00	Sim
3 MICROTECNICA INFORMATICA LTDA	993	01.590.728/0009-30	4.312,34	1.339,44	10,33	Não
4 FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA	560	55.935.697/0001-84	4.300,00	1.511,99	12,88	Sim
5 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	177	25.027.024/0001-65	4.300,00	1.970,00	30,29	Sim
6 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	531	44.352.658/0001-38	4.312,34	1.981,00	0,56	Sim
7 PC41 COMERCIO DISTRIBUIÇÃO DE	857	57.231.460/0001-48	4.300,00	2.390,00	20,65	Sim
8 R7 DIGITAL INFORMATICA E SERVICOS	103	20.788.809/0001-37	4.312,34	2.399,99	0,42	Sim
9 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	330	09.170.651/0001-02	3.980,26	2.699,99	12,50	Sim
10 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	842	11.138.213/0001-09	4.312,34	3.000,00	11,11	Sim
11 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	318	59.382.965/0001-39	4.312,34	3.070,00	2,33	Sim
12 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	608	04.459.281/0001-04	4.312,34	3.125,00	1,79	Sim
13 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	112	09.064.543/0001-47	4.312,34	3.499,9999	12,00	Sim
14 Y P RAIS SUPRIMENTOS ME	576	40.648.281/0001-08	3.752,00	3.752,00	7,20	Sim
15 AMMO INFORMATICA LTDA	660	07.300.151/0001-04	4.312,34	3.791,27	1,05	Sim
16 IHARD TECNOLOGIA LTDA	845	82.599.879/0001-02	4.312,34	3.894,00	2,71	Sim
17 L&R SOLUCOES LTDA	616	52.623.583/0001-00	4.312,34	4.312,34	10,74	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 29 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 29

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: mercusis Modelo: ms
Descrição: SWITCH 08 PORTAS
Quantidade: 20 **Valor Unit.:** 52,00 **Valor Total:** 1.040,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 A CASA DA INFORMATICA LTDA	997	12.146.615/0001-00	249,00	52,00		Sim
2 VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	028	53.278.020/0001-95	248,66	54,80	5,38	Sim
3 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	110	09.064.543/0001-47	248,66	59,9999	9,49	Sim
4 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	036	11.138.213/0001-09	248,66	60,00	0,00	Sim
5 GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA &	232	44.352.658/0001-38	248,66	62,00	3,33	Sim
6 STELAR TECNOLOGIA LTDA	323	52.750.930/0001-66	248,00	87,90	41,77	Sim
7 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	803	04.459.281/0001-04	248,66	88,00	0,11	Sim
8 HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA	677	41.010.343/0001-14	248,66	97,70	11,02	Sim
9 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	528	09.441.686/0001-20	248,00	104,00	6,45	Sim
10 COMPUTECH INFORMATICA LTDA	349	09.170.651/0001-02	105,88	105,86	1,79	Sim
11 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	331	50.958.011/0001-57	248,66	149,89	41,59	Sim
12 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	587	23.231.651/0001-98	230,00	149,90	0,01	Sim
13 AMMO INFORMATICA LTDA	172	07.300.151/0001-04	248,66	150,00	0,07	Sim
14 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	108	49.704.499/0002-98	245,00	154,91	3,27	Sim
15 IHARD TECNOLOGIA LTDA	688	82.599.879/0001-02	248,66	155,00	0,06	Sim
16 TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	514	27.274.178/0001-87	245,00	203,01	30,97	Sim
17 R7 DIGITAL INFORMATICA E SERVICOS	419	20.788.809/0001-37	248,66	203,46	0,22	Sim
18 PAGNAN & BACHES LTDA	367	20.953.739/0001-25	248,65	244,00	19,93	Sim
19 MC PAPELARIA E MOVEIS DE	272	59.382.965/0001-39	248,66	248,66	1,91	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 30 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:58
Lote 30

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: CEAMERE Modelo: DDR4 2400
Descrição: Pente de memória RAM 2x8 (Dual Channel) DDR4, 2.400 MHz ou Superior.
Quantidade: 24 **Valor Unit.:** 209,90 **Valor Total:** 5.037,60

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K. LUMERTZ CARDOSO	555	38.311.637/0001-71	400,00	209,90		Sim
2 A CASA DA INFORMATICA LTDA	364	12.146.615/0001-00	470,00	210,00	0,05	Sim
3 STELAR TECNOLOGIA LTDA	713	52.750.930/0001-66	469,00	247,90	18,05	Sim
4 TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	303	27.274.178/0001-87	465,00	248,77	0,35	Sim
5 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	754	04.459.281/0001-04	470,36	250,00	0,49	Sim
6 IHARD TECNOLOGIA LTDA	202	82.599.879/0001-02	470,36	290,00	16,00	Sim
7 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	314	09.064.543/0001-47	470,36	299,9999	3,45	Sim
8 MARCIO KUHN 03546061900	573	18.048.988/0001-24	470,36	345,00	15,00	Sim
9 MARFAP COMERCIAL LTDA	976	49.978.985/0001-13	470,36	396,99	15,07	Sim
10 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	670	23.231.651/0001-98	399,00	397,00	0,00	Sim
11 CASA DESIGN DISTRIBUIDORA LTDA ME	971	95.437.877/0001-50	470,00	470,00	18,39	Sim
12 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	865	11.138.213/0001-09	470,36	470,36	0,08	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 31 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:59
Lote 31

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: CEAMERE Modelo: CMSSDA 512
Descrição: "SSD PARA ARMAZENAMENTO
Especificações:
Formato: 2,5"" Interface: SATA Rev. 3.0 (6Gb/s) compatível com versões anteriores para SATA Rev. 2.0 (3Gb/s). Capacidade¹: 512GB
Controlador: SM2259. NAND 3D TLC.
Criptografia: AES 256 bits Leitura/Gravação sequencial²: até 550/520MB/s. Máximo 4K Leitura/Gravação: até 90.000/80.000 IOPS.
Consumo de Energia: 0,06W inativo / 0,2W média / 1,3W (MAX) leitura / 3,2W (MAX) gravação.
Temperatura de Armazenagem: 40 °C a 85 °C.
Temperatura de Operação: 0 °C a 70 °C
Dimensões: 100,1 x 69,85 x 7 mm
Vibração durante a operação: 2,17G pico (7 800 Hz) Vibração fora de operação: 20G pico (10 2000 Hz)"
Quantidade: 18 **Valor Unit.:** 199,90 **Valor Total:** 3.598,20

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K. LUMERTZ CARDOSO	322	38.311.637/0001-71	275,00	199,90		Sim
2 A CASA DA INFORMATICA LTDA	390	12.146.615/0001-00	275,00	200,00	0,05	Sim
3 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	410	04.459.281/0001-04	275,93	213,00	6,50	Sim
4 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	689	49.704.499/0002-98	275,00	218,51	2,59	Sim
5 TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	911	27.274.178/0001-87	274,00	218,55	0,02	Sim
6 SOS MICROS COMERCIO INFORMATICA	395	59.773.077/0001-47	270,00	247,00	13,02	Sim
7 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	152	23.231.651/0001-98	270,00	265,00	7,29	Sim
8 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	091	11.138.213/0001-09	275,93	275,93	4,12	Sim
9 CASA DESIGN DISTRIBUIDORA LTDA ME	267	95.437.877/0001-50	275,93	275,93	0,00	Sim
10 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	105	09.064.543/0001-47	275,93	275,93	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 32 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:59
Lote 32

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Avision Modelo: AD345GWN
Descrição: SCANNER DE ALTO RENDIMENTO AD345GWN Para documentos A4 & Ofício, de rede, para multiusuários, de Alimentador automático com capacidade para 100 documentos, colorido, duplex (frente e verso), velocidade de 60 páginas por minuto / 120 imagens por minuto (frente e verso), ciclo diário de 10.000 digitalizações, aceita conexão de rede cabeada (software interno / autônomo) e Wi-Fi, digitaliza direto para dispositivos USB, para pasta compartilhada ou servidor FTP, e-mail, fax, impressão. Digitalização móvel através de tabletes e smartphones, via WiFi
Quantidade: 6 **Valor Unit.:** 4.691,99 **Valor Total:** 28.151,94

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MACROSOLUTION COMERCIO	118	05.003.219/0001-68	4.990,00	4.691,99		Sim
2 VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS	122	97.546.883/0001-71	4.991,67	4.692,00	0,00	Sim
3 IHARD TECNOLOGIA LTDA	864	82.599.879/0001-02	4.991,67	4.850,00	3,37	Sim
4 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	966	11.138.213/0001-09	4.991,67	4.991,67	2,92	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
CREATECH COMERCIO E SOLUÇÕES	306	25.406.063/0001-73	4.900,00	3.300,00		Sim
4U DIGITAL COMERCIO E SERVICOS	612	21.982.891/0002-80	4.991,00	3.399,99	3,0300	Sim
AMMO INFORMATICA LTDA	692	07.300.151/0001-04	4.991,67	3.499,00	2,9121	Sim
DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	633	18.861.730/0001-42	4.991,67	4.299,99	22,8920	Sim
NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	328	23.231.651/0001-98	4.900,00	4.499,90	4,6491	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 33 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:59
Lote 33

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: MULTI Modelo: PAD
Descrição: Mousepad: - Espessura: 3mm - Dimensões: 200 x 300 mm ou de área similar - Tecido de alta qualidade, faz com que o mouse se mova com mais suavidade e precisão - Base de borracha antiderrapante - Fácil de limpar - Revestimento à prova d' água
Quantidade: 36 **Valor Unit.:** 9,00 **Valor Total:** 324,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	153	11.138.213/0001-09	32,06	9,00		Sim
2 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	785	09.064.543/0001-47	32,06	16,9999	88,89	Sim
3 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	598	04.459.281/0001-04	32,06	17,00	0,00	Sim
4 PAGNAN & BACHES LTDA	699	20.953.739/0001-25	32,05	31,99	88,18	Sim
5 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	641	23.231.651/0001-98	32,00	32,00	0,03	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 34 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:59
Lote 34

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: EXBOM KAPBOM Modelo: 1M 1.4V
Descrição: CABO HDMI
Quantidade: 24 **Valor Unit.:** 13,99 **Valor Total:** 335,76

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS	437	50.958.011/0001-57	19,00	13,99		Sim
2 F. O. GIAROLA & CIA LTDA	723	04.459.281/0001-04	19,00	14,00	0,07	Sim
3 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	559	11.138.213/0001-09	19,00	15,00	7,14	Sim
4 PEPINHA DISTRIBUIDORA LTDA	950	09.064.543/0001-47	19,00	18,9499	26,33	Sim
5 PAGNAN & BACHES LTDA	069	20.953.739/0001-25	18,99	18,95	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 35 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:59
Lote 35

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: VINIK Modelo: DPXHDMI
Descrição: CABO DISPLAY PORT PARA HDMI, comprimento mínimo 1,8m, Conectores: Displayport Macho x HDMI Macho, Resolução de vídeo suportada: Pelo menos 1080p.
Quantidade: 48 **Valor Unit.:** 26,41 **Valor Total:** 1.267,68

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	995	11.138.213/0001-09	26,41	26,41		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 36 - HOMOLOGADO - 25/06/2025 08:07:59
Lote 36

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: ELGIN Modelo: L42
Descrição: "IMPRESSORA DE ETIQUETA GC420T
Instalação descomplicada
A ZD220 é simples de instalar e começar a imprimir assim que sai da embalagem. A conectividade por USB garante interoperabilidade universal. Substitua facilmente as impressoras antigas que usam linguagem de comando ZPL, EPL ou não Zebra. E, as trocas de mídia são rápidas com o design de concha Open ACCESS. É ideal para uso em aplicações dos setores de transporte e logística, manufatura leve, varejo e saúde para imprimir uma variedade etiquetas. Acompanha 04 rolos de etiqueta térmica."
Quantidade: 3 **Valor Unit.:** 1.220,04 **Valor Total:** 3.660,12

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AMMO INFORMATICA LTDA	357	07.300.151/0001-04	1.340,09	1.220,04		Sim
2 NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL	493	23.231.651/0001-98	1.340,00	1.340,00	9,83	Sim
3 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	994	18.861.730/0001-42	2.900,00	2.900,00	116,42	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: ALEXANDRE LUCENA

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL
Estado do Paraná

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal n° 9452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do Recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
02/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	3.570,65
02/05/2025	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PISO SALARIAL ENFERMAGEM	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	24.195,01
05/05/2025	RECURSOS FINANC. A TRANSFERIR AS SECRETARIAS DE SAUDE MUN. EST. E D(	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	6.000,00
06/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	4.217,73
07/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	20.413,87
08/05/2025	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	51,00
08/05/2025	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	6.532,00
08/05/2025	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	3.185,25
08/05/2025	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	3.865,75
08/05/2025	FNS - PROCEDIMENTOS NO MAC - 2022	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	1.824,52
09/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	955.421,97
09/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	-191.084,37
09/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCII	549,26
09/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCII	-109,85
09/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	54.172,60
12/05/2025	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULA	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	2.261,50
12/05/2025	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLI	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	107,16
12/05/2025	FNS - SAMU 192 - 2022	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	28.494,70
12/05/2025	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIP	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	39.613,50
12/05/2025	INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	5.850,75
12/05/2025	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	27.324,00
13/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	9.713,51
14/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	73.722,81
15/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	127,49
16/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	134,61
19/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	5,90
19/05/2025	Salário Educação	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - Receita	22.193,35
19/05/2025	REPASSE PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBAT	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	8.652,60
19/05/2025	REPASSE PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBAT	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	455,40
19/05/2025	FNS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE (DIVERSAS) - 2022	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	995,81
19/05/2025	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDI	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIR	500,00
20/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCII	1.626,82
20/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCII	-325,36
20/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	37.945,38
20/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	208.546,40
20/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	-41.709,27
21/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	49.486,24
22/05/2025	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Execício Corrente	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL - Receita	18.163,92
22/05/2025	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Execício Corrente	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - L	532,27
22/05/2025	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.360,00
22/05/2025	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SCFV)	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.680,48
22/05/2025	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SCFV)	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.031,36
23/05/2025	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULA	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	2.261,50
23/05/2025	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULA	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	2.261,50
27/05/2025	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Execício Corrente	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL - Receita	13.868,13
27/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	4.946,16
28/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	34.328,33
30/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	637.174,94
30/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	-127.434,97
30/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCII	481,26
30/05/2025	Recursos Livres	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCII	-96,25
30/05/2025	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB -	23.779,57
30/05/2025	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIME	35.451,14
30/05/2025	Recursos Livres	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 176/202	3.916,08

Câmara Municipal de Alto Paraíso
ESTADO DO PARANÁ
Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1.025 – FONE/FAX: (044) 3664-1171 – (044) 36641177
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2025

Ref. INEXIGIBILIDADE DE LICTAÇÃO Nº 014/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 016/2025

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: RAS -CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA CNPJ: 22.094.483/0001-73.

OBJETO: 02 (duas) inscrições, sendo 02 (dois) vereadores (as) da Câmara Municipal de Alto Paraíso – PR, para participação no curso (seminário) intitulado: **"Terceiro Setor e a Lei de Licitações nº 14.133/21: Segurança Jurídica, Responsabilidade e Fiscalização nos Repasses e Captações de Recursos para Habitação Popular com Eficiência na Gestão Pública Municipal."**, a ser realizado na cidade de **Maringá, Paraná**, durante os dias de 01 a 04 de julho de 2025.

O valor da inscrição é de R$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais) por participante, totalizando R$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais).

VALOR: R$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 DIAS

Data Assinatura: 24 de junho de 2025.

FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM
CAFEZAL DO SUL - PR

RESOLUÇÃO N° 02/2025, DE 21 DE JUNHO DE 2025

SÚMULA: APROVAÇÃO DA ADESÃO REFERENTE A RESOLUÇÃO SEMIPI Nº 25/2025, QUANTO A HABILITAÇÃO DE PROPOSTAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE OBRA DA POLÍTICA DA MULHER.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER CMDM DE CAFEZAL DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei n°. 750, de 01 de outubro de 2013; e

CONSIDERANDO a reunião extraordinária ocorrida no dia 21 de junho de 2025, as 16:15 horas no auditório da Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul-PR;

CONSIDERANDO a ata da reunião 03/2025,

RESOLVE:

Art.1°- Aprovar, sem ressalvas a Adesão referente a RESOLUÇÃO SEMIPI Nº 25/2025, quanto a habilitação de propostas para Reforma e Ampliação de Obra da Política da Mulher.

Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafezal do Sul – PR, 21 de junho de 2025.

MARIA APARECIDA DINIZ INOUE
Presidente do CMDM

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 01 AO ATA R. P. 040/2024 do PREGÃO Nº 011/2024, ID N° 2910 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E COPY SÍMILE REPRODUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado COPY SÍMILE REPRODUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP, com sede à Praça Mascarenhas de Moraes, nº 5075, Zona III, CEP. 87.502-210, na Cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 03.225.715/0001-30, Inscrição Estadual sob nº. 9018612000, telefone (44) 3624-0070/ (44) 3624-2936 e (44) 9996-71930, e-mail: helderfinanceiro@hotmail.com, representada neste ato pelo Senhor Helder Pereira Da Silva, brasileiro, solteiro, portador da C. I. R. G. sob n.º 5.875.021-2 SSP/PR e do CPF/MF sob nº. 900.624.859-20, residente e domiciliado na Avenida Rolândia, nº 4684, Zona III, CEP. 87.502-170, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO, VIGENCIA, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços até a data 11/12/2025, contados do término do prazo inicialmente estabelecido, ou seja, do dia 17/04/2025, mediante ao Edital ATA DE REGISTRO DE PREÇO, oriunda do Pregão Eletrônico n°11/2024 Licitatório n°40/2024, homologado em 27/05/2024, alteração essa Fundamentada no artigo art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Pregão, Original nº 011/2024.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco(10/06/2025).
MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR
Oberdam José de Oliveira
Contratante
COPY SÍMILE REPRODUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP
Helder Pereira Da Silva
Sócio Administrador
Testemunhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Douradina-PR, através de seu Prefeito, torna público que se acha aberta no setor de licitações, a licitação abaixo relacionada:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 27/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecer material de Concreto Asfáltico Usinado a quente, destinado à manutenção e reparos nas vias públicas do Município de Douradina-PR.
Tipo: Menor Preço
Modo de Disputa: Aberto
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br.
A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em 24 de julho de 2025 as 09h00min, no site www.bll.org.br, nos termos das condições descritas neste Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 26/06/2025 até as 08h10min do dia 24/07/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h10min às 08h45min do dia 24/07/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 24/07/2025.
AQUISIÇÃO DO EDITAL: A pasta contendo o edital completo poderá ser adquirida, junto ao setor de licitações, no endereço acima e no site: www.douradina.pr.gov.br e www.bll.org.br
DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidos no setor de licitações ou pelo fone (44) 3663-1579, ramal 217.
Douradina-PR, 25 de junho de 2025.
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 377/2025
Data: 25.06.2025
Ementa: substitui membro da Comissão de levantamento, avaliação e valoração de bens públicos municipais inservíveis ou obsoletos, para fins de alienação na modalidade leilão e/ou doação.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e considerando o memorando on-line sob nº 077/2025,
Considerando a exoneração do servidor MARCELO CELESTRINO, matricula funcional nº 24341-01 com desligamento no dia 09.06.2025, nos termos do Decreto nº 342/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal LUCAS MATEUS BRUM DE OLIVEIRA, matricula funcional nº 30599-01, em substituição ao Servidor Marcelo Celestrino, na função de membro da Comissão de levantamento, avaliação e valoração de bens públicos municipais inservíveis ou obsoletos, para fins de alienação na modalidade leilão e/ou doação, constituída pela Portaria nº 075/2025 de 06.02.2025.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 075/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 147/2025
Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n° 287/2024, Contrato nº 446/2024, do Edital de Pregão Eletrônico nº 084/2024
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Contratada: M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 30.390.257/0001-68
Objeto do Contrato: contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistema(s) de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse 4108809/2023 entre o Município de Guaíra e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia, para atender a demanda da Diretoria de Gestão Energética Sustentável da Secretaria Municipal de Planejamento.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato nº 446/2024, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 287/2024.
Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, de 04 de julho de 2025 até 03 de julho de 2026.
Do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de R$ 795.133,35 (setecentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.
Guaíra, Paraná, 25 de junho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINSITRATIVO Nº 503/2025
Processo Administrativo nº 191/2025
Dispensa de Licitação nº 032/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
CONTRATADA: RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, CNPJ nº 20.290.311/0001-40
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços, os quais serão utilizados na revisão de garantia (6 meses) do veículo Frota nº 644 (Ônibus VOLARE WL URBANO - EURO V, Placa: TAX5H48, Renavam: 1420919153 Ano: 2024/2025, Cor Branca, Patrimônio: 50704) da Secretaria Municipal de Administração / Diretoria de Administração e Controle, deste município.
Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.
Valor Total: R$ 3.627,49 (três mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos).
Recursos Orçamentários:
354.6.04.2024. 3339030010600.505
354.6.04.2024. 3339030399900.505
359.6.04.2024. 3339039190300.505
359.6.04.2024. 3339039199900.505
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias, com início na data de assinatura e término em 25 de setembro de 2025, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
Data de Assinatura: 25 de junho de 2025.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 25 de junho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 504/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 055/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025
CEDENTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
CESSIONÁRIA: GOVFACIL GESTAO & TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 41.886.613/0001-55
Objeto do Contrato: Contratação de empresa para o fornecimento da licença diamante do aplicativo GOVFÁCIL destinado ao acompanhamento de certidões e obrigações Estaduais e Federais, gestão de receitas e arrecadações, análise de demonstrativos constitucionais, acompanhamento de índices e investimentos em educação, FUNDEB, saúde, folha de pagamento, programas e convênios federais, análise fiscal preliminar, controle do fluxo de caixa, dados de empresas, empregos, frota, acompanhamento das publicações referente aos processos jurídicos dos principais Tribunais, indicadores gerenciais, e alguns comparativos destinados a facilitar o controle da Gestão Pública e tornar mais eficiente a gestão do Município.
Valor Total: R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)
Recursos Orçamentários:
179 / 04 / 1 / 2013 / 3339040000000000000 / 505
Prazo de Vigência: A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, com término em 25 de junho de 2026, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 57, da Lei n.º 14.133/2021, através de Termo Aditivo.
Data de Assinatura: 25 de junho de 2025.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 25 de junho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO: 043/2025-PMI
PROCESSO: 076/2025-PMI
OBJETO: Aquisição de equipamentos para perfuração de um poço artesiano.
A Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, torna público que a sessão do referido Processo 076/2025, Pregão Eletrônico 043/2025, que ocorreu no dia 23/06/2025, às 14h00min, na plataforma BLL Compras, foi declarada fracassada por ausência de propostas e documentos de habilitação previstos no Edital.
Iporã-PR, 25 de Junho de 2025
JANAINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA N° 378/2025
Data: 25.06.2025
Ementa: exclui membro da Comissão de Recebimento de Equipamento, Bens, Materiais e Serviços em Geral, constituída pela Portaria nº 016/2025, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e considerando o memorando online sob nº 039/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Fica excluído o Servidor Público Municipal a seguir mencionado da Comissão de Recebimento de Equipamento, Bens, Materiais e Serviços em Geral, constituída pela Portaria nº 016/2025 de 13.01.2025 e 329/2025 de 06.06.2025, a partir de 1º de junho de 2025:

Nome	Matrícula nº
Bianca Barbosa Nicolino	26247-01

Art. 2º Revoga-se a gratificação no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) contida no Artigo 4° da Portaria 016/2025 de 13.01.2025, referente a participação na Comissão de Recebimentos de Bens e Materiais, a partir de 1º de junho de 2025.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições das Portarias nºs 016/2025 e 329/2025.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1º de junho de 2025.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025
I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Trata-se de justificativa da suspensão pertinente ao Processo Licitatório nº 037/2025, Pregão Eletrônico nº 015/2025, cujo objeto trata-se do registro de preço para aquisição de materiais hospitalares destinados ao atendimento das necessidades das unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Ivaté.
II – DA SÍNTESE DOS FATOS
Preliminarmente, cabe destacar que o processo licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais. Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.
Após segunda ação fiscalizadora, que pode ser consultada no portal da transparência e plataforma BLL COMPRAS, foi identificada a necessidade de adequação do edital, em razão disso, o certame será temporariamente suspenso para que seja realizada a devida retificação do Edital, garantindo a conformidade com a legislação vigente e os princípios que regem o processo licitatório. A nova versão do Edital será disponibilizada oportunamente, com as devidas correções.
Assim, as razões que ensejaram a presente suspensão são plenamente justificáveis, em razão do poder-dever de autotutela, visto que, é a solução mais adequada.
III – DA CONCLUSÃO
Fica temporariamente suspensa a sessão pública do Pregão Eletrônico supramencionado, que ocorreria na data de 26/06/2025 às 09h00 por meio da plataforma BLL COMPRAS.
Após a devida retificação, uma nova data será marcada e divulgada.
Ivaté, 25 de junho de 2025.
Mônica Machado do Nascimento
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 368/2025
Data: 25.06.2025
Ementa: dispõe sobre a isenção de taxa de estacionamento para veículos tipo motor home, durante o 7º encontro de motor home, que realizar-se-á no município de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em observação ao artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de Guaíra,
Considerando o apoio do Município à realização do 7º Encontro de Motor Home, que ocorrerá entre os dias 23 a 29 de junho de 2025, no Centro Náutico e Recreativo Marinas, comandado diretamente pelo senhor Cláudio Schleicher, organizador e promotor da iniciativa;
Considerando o interesse público e turístico do evento, que contribui para a divulgação do Município de Guaíra, fomento à economia local e fortalecimento do setor de turismo e a necessidade de facilitar a participação dos visitantes e incentivar a permanência no Município durante o referido período;
Considerando o memorando online sob o nº 2501/2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica concedida a isenção de taxa de estacionamento para veículos do tipo motor home que participarem do 7º Encontro de Motor Home, no período de 23 a 29 de junho de 2025, no Centro Náutico e Recreativo Marinas, neste município de Guaíra, Estado do Paraná.
§ 1º A isenção mencionada neste artigo aplica-se exclusivamente ao período supramencionado, no local mencionado para motor homes participantes do evento, não estendendo a expositores, comércio ou serviços de qualquer natureza, conforme regulamentação vigente.
§ 2º A Secretaria Municipal competente será responsável pela fiscalização e regulamentação da utilização dos espaços de estacionamento, garantindo o ordenamento urbano e segurança pública no local.
Art. 2º A organização do evento será de responsabilidade do GRUPO DOS ESTRADEIROS DO PARANÁ, representada pelo senhor Cláudio Schleicher o qual deverá:
I – Manter cadastro atualizado dos participantes, contendo dados dos veículos e seus responsáveis, a ser disponibilizado à fiscalização quando solicitado;
II – O organizador do evento deverá garantir o atendimento de todas as normas técnicas de segurança, acessibilidade e organização urbana, além de atender integralmente às exigências dos órgãos fiscalizadores competentes, incluindo o Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária;
III – Adotar medidas de gestão ambiental, incluindo a correta destinação de resíduos sólidos e controle do impacto ambiental do evento;
IV – Disponibilizar apoio logístico para a administração municipal, facilitando o controle e ordenamento dos espaços concedidos para a isenção da taxa de estacionamento.
Art. 3º Fica estabelecido o valor correspondente de 1 (uma) UFG, a título de incentivo, para os munícipes que participarão do evento com comércio eventual ou ambulante.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicações legais

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Centro Dia do Idoso "José Luiz Borges"
Estado do Paraná
Avenida Rio Branco, 375, Cep: 87.400-000
Telefone: (44)3676-2277– centrodia@cruzeirodooeste.pr.gov.br

REGIMENTO INTERNO
CENTRO DIA DO IDOSO JOSÉ LUIZ BORGES

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Centro Dia do Idoso responsável pela execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas famílias, através da Secretaria de Assistência Social é uma unidade pública na modalidade não asilar de permanência diurna, destinado a ofertar o serviço da proteção social especial de média complexidade a pessoas idosas em estado de vulnerabilidade ou risco social, na condição de semi dependentes, e de seus familiares através de atendimento, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Resolução/CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 e do Guia de Orientações Técnicas– Centro Dia do Idoso.

§ 1° Este Regimento Interno tem por finalidade:
I. Determinar as normas de funcionamento do serviço;
II. Orientar a atuação qualificada das (os) servidoras (es) vinculados ao serviço;
III. Determinar as regras de utilização do serviço pelo público-alvo;
IV. Publicizar à rede de serviços suas competências e modo de atuação.

CAPÍTULO I

Art. 2º O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia tem por objetivo geral prestar atendimento às necessidades pessoais básicas das pessoas idosas que requeiram cuidados permanentes ou temporários, bem como reconhecer o potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados, que convivem com suas famílias, porém não dispõem de tempo integral para assisti-los no domicílio, visando a melhoria da qualidade de vida e integração comunitária.

§ 1° No atendimento realizado não se fará diferenciação entre as pessoas idosas em razão de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero ou classe social.
§ 2° De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, disposta na (Resolução nº 109, 11 de novembro de 2009), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia se enquadra no nível dos Serviços de Proteção Especial de Média Complexidade do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Art. 3° Para a consecução de sua finalidade, são objetivos do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia:

I- Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias;
II. Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;
III. Prevenir o acolhimento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
IV. Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;
V. Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;
VI. Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/ demanda de cuidados permanentes/prolongados;
VII. Oferecer ações que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã, a ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações;
VIII. Promover ações que visam o enfrentamento de situações de isolamento social, de vivências de negligência, violências e outras violações de direitos às pessoas idosas;
IX. Realizar o acompanhamento socioassistencial das pessoas idosas, seus familiares e cuidadores;

X. Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, os direitos, a necessidade de inclusão social e o estabelecimento de parcerias na área de abrangência do serviço;
XI. Articular com os atores as políticas públicas setoriais, ações integradas de atendimento na perspectiva de garantia de direitos, com ênfase nas articulações com as equipes de saúde, da atenção básica à rede de saúde especializada, incluindo urgências e emergências;
XII. Proporcionar atendimento ao idoso, com vistas à manutenção dos vínculos familiares e comunitários, e os cuidados necessários para um envelhecimento saudável;
XIII. Ofertar as famílias ou responsável pela pessoa idosa oportunidade para realização de atividades fora do domicílio, promovendo os cuidados ao cuidador, sem prejuízo ao atendimento a pessoa idosa sob sua responsabilidade;

Art. 4º As ações e serviços oferecidos pelo Centro Dia são regidos pelos seguintes princípios:
I. Seguranças de acolhida,
II. Segurança de convívio ou vivências familiar, comunitária e social;
III. Segurança de desenvolvimento da autonomia.

CAPÍTULO II
Da CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Art. 5º O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia terá a capacidade de atendimento para 12 pessoas idosas, sendo 06 do sexo masculino e 06 do sexo feminino com os graus de dependência 01, que não possuam doenças infectocontagiosas ou mentais incompatíveis com o regular funcionamento da unidade e que expressem livremente a sua vontade em serem admitidas. Ainda como condição necessária, os familiares da pessoa idosa têm que estar trabalhando e/ou estudando, não tendo, assim nenhuma disponibilidade de promoverem os cuidados necessários ao idoso.

CAPÍTULO III
DAS FORMAS DE ACESSO, DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 6º São formas de acesso ao serviço:
I. Demanda espontânea pelo próprio idoso ou de membros da família;
II. Busca ativa nos territórios de abrangência dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
III. Por encaminhamento da rede socioassistenciais e das demais políticas públicas que atendem pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
IV. Encaminhamento das pessoas idosas acompanhadas nos Serviços de Proteção Social Básica e/ou Proteção Social Especial, indicando a necessidade de articulação entre a gestão das duas proteções;
V. Por encaminhamento dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;

Art. 7° São critérios de preferência para admissão de pessoas idosas e prestação de serviço na unidade:
I. Pessoa com idade de 60 anos ou mais;
II. Residir no município de Cruzeiro do Oeste pelo menos 01 ano (sendo comprovada através dos sistemas Cadastro Único, Cartão do SUS, IPTU e outros que se fizerem necessários);
III. Situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural;
IV. Pertencer a famílias que não possuam condições de prover os cuidados da pessoa idosa durante o dia ou parte, decorrentes de atividades laborais, estudo ou situações a serem avaliadas pela equipe multidisciplinar.
V. Pessoa idosa em situação de risco ou violações de direitos, que esteja colocando sua vida ou de terceiros em risco;
VI. Situação de núcleo familiar onde idoso está cuidando do familiar idoso, ambos estão necessitando de cuidados;

§ 1° Critérios de inclusão no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia, nas situações em que a demanda é maior que o número de vagas disponíveis:
I. Pessoa Idosa acima de 80 anos;

II. Inexistência de familiar (es) para responsabilizarem-se com o cuidado do idoso;
III. Pessoa idosa em situação de risco ou violações de direitos, que esteja colocando sua vida ou de terceiros em risco.
IV. Situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural;

§ 2º - Ao ser realizada a inscrição pela equipe serão avaliados os critérios de preferência, classificando como prioritário e não prioritário;

§ 3º - Havendo vaga a admissão será feita de forma imediata após a avaliação da equipe multidisciplinar, com prioridade de admissão às situações classificadas como prioritárias;

§ 4º - Não havendo vaga, a pessoa idosa será incluída em uma lista de espera, para admissão futura em caso de vacância de vagas, respeitando a classificação de prioridade avaliada pela equipe multiprofissional;

Art. 8° No ato de solicitação de admissão da pessoa idosa no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - Cópia de um dos documentos da pessoa idosa (RG, CPF, certidão de nascimento, casamento, averbação ou divórcio, comprovante de benefício de transferência de renda, benefício assistencial, cartão do SUS e benefício previdenciário);
II - Cópia de um dos documentos dos familiares que residem com a pessoa idosa (RG, CPF, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, Certidão de nascimento/casamento).
III- Comprovante de endereço;
IV- Estar inscrito no Cadastro Único.

Art. 9° Para a admissão a pessoa responsável pela pessoa idosa deverá assinar o Termo de Compromisso quando da inclusão no Serviço.

Art. 10° Serviço de Proteção Especializado para Pessoas Idosas através do Centro Dia organizará as pastas individuais das pessoas idosas, das quais devem constar a ficha de inscrição com dados da identificação pessoal, elementos sobre a situação social e familiar, bem como outros elementos relevantes que se fizerem necessários. Deve ficar nesta pasta cópia dos documentos pessoais e o PAF – Plano de Acompanhamento Familiar.

Art. 11 A permanência do idoso no Serviço deverá ocorrer enquanto forem observadas as condições que deram origem ao seu ingresso, bem como a sua concordância.

Art. 12 Quando ocorrem situações de doença ou outras devidamente justificadas, que determinem faltas superiores há 30 dias, o cadastro e matrícula manter-se-á válida.

Art. 13 Serão justificadas as ausências das pessoas idosas inscritas no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia decorrentes de:
I. Viagens familiares avisadas com antecedência para a equipe multidisciplinar;
II. Ocorrência de situações de doença que impeça a frequência da pessoa idosa.
III. Outras devidamente justificadas à equipe multidisciplinar.

Art. 14 As faltas não justificadas superiores há 15 dias darão origem ao desligamento da pessoa idosa do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia, depois de esgotadas as buscas ativas da equipe para o retorno às atividades.

§ 1° Em caso de intercorrência médica ou necessidade de interromper a frequência diária, a família deverá comunicar o afastamento temporário à equipe técnica do Serviço a fim de garantir a vaga.

§ 2° Em caso de acolhimento institucional em ILPI, em casa de família extensa em outro município e falecimento a pessoa idosa perderá a vaga no Serviço e repassada para outra família que está na fila de espera pela vaga.

Art. 15 O desligamento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia poderá ser solicitado pela pessoa idosa ou familiar que será concedido após avaliação da equipe multidisciplinar para análise da superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

CAPÍTULO IV
DAS ATIVIDADES SOCIOASSISTÊNCIAIS OFERTADAS

Art. 16 O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia será constituído por um conjunto variado de atividades, dentre elas destacamos:
I. Mobilização dos usuários para acesso ao serviço;
II. Estudo Social;
III. Acolhida e escuta qualificada;
IV. Atividades individualizadas de cuidados básicos de vida diária e de autocuidado (higiene, alimentação, descanso);
V. Construção do plano individual e/ou familiar de atendimento;
VI. Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização;
VII. Iniciativas de promoção de convívio e de organização da vida cotidiana;
VIII. Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
IX. Acesso à informação, comunicação e defesa de direitos;
X. Colaboração na prática e recomendações de outros profissionais (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, professor e outros)
XI. Orientação e encaminhamento para outros serviços da rede no território;
XII. Apoio e orientação à família na sua função protetiva;
XIII. Apoio e orientação aos cuidadores familiares para a autonomia no cotidiano do domicílio e na comunidade;
XIV. Apoio na identificação de tecnologias assistivas de autonomia no serviço, no domicílio e na comunidade;
XV. Mobilização de família extensa ou ampliada;
XVI. Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio;
XVII. Mobilização para o exercício da cidadania e participação associativa;
XVIII. Acesso a documentos pessoais;

XIX. Orientação sobre acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC-LOAS, ao Cadastro Único, ao Programa Bolsa Família e aos benefícios eventuais ofertados no município;
XX. Notificação, apoio e orientação nas situações de negligência, abandono, maus-tratos;
XXI. Articulação com os serviços da área da saúde para garantia dos cuidados das questões de saúde do usuário;
XXII. Registro de informação em prontuários;
XXIII. Articulação com os serviços da área de educação, para garantia do atendimento educacional do usuário;
XXIV. Articulação da rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas ou ofertados por entidades privadas;
XXV. Articulação interinstitucional com os demais serviços do Sistema de Defesa e de Garantia de Direitos;
XXVI. Elaboração de relatórios e/ou prontuários;
XXVII. Realização de atividades não apenas no Centro Dia, mas envolvendo o domicílio, o bairro, a comunidade, clubes, cinemas, praças e outros serviços existentes no território;
XXVIII. Visitas ao domicílio para conhecer o cotidiano do usuário e sua família e a realização de atividades de fortalecimento de vínculos, envolvendo o cuidador familiar, a família original e ampliada e a vizinhança;
XXIX. Palestras com exposição oral e/ou audiovisual a respeito de temas específicos, de interesse dos idosos, seguida de troca de ideias no grupo como: envelhecimento ativo e saudável, sexualidade, prevenção a diversas formas de violação de direitos dos idosos, mitos e preconceitos sobre a velhice, conhecimento sobre o Estatuto do Idoso, orientação nutricional, cuidados com a saúde, temas da atualidade entre outros.
XXX. Oficinas organizadas com curto prazo sob a condução de um facilitador de oficinas, com atividades que possibilite a construção de novos conhecimentos e desenvolvimento de novas habilidades como: de produção artística e literária, de memória, confecção de bonecos, fotografia, artes plásticas (desenho, pintura, escultura, modelagem e etc.), trabalhos manuais (pintura em tecidos, telas e madeira, bordados, tricô, crochê, tear e etc.), artesanatos com fuxico, cerâmica, bijuteria, reciclados, de musicalização e alfabetização, entre outros que forem a as demandas trazidas pelo idoso.

XXXI. Realização de atividades físicas com acompanhamento e supervisão de profissional habilitado, conforme a capacidade funcional do idoso em seu processo singular de envelhecimento, com: terapia ocupacional, fisioterapia, caminhadas, relaxamento, ginastica, tipos de danças, alongamentos, exercícios localizados, coreografias, vôlei adaptado, jogos recreativos, entre outros.
XXXII. Atividades socioculturais elaboradas e desenvolvidas pela equipe multidisciplinar em parceria com voluntários e parceiros do Serviço, para estimular a criatividade e oportunizar a valorização do percurso de vida das pessoas idosas, com caráter lúdico ou artístico, dando ênfase na comunicação e participação coletiva, sendo: dinâmicas de grupo através de roda de conversa, jogos de mesa, sessões de cinema, coral, teatro, bailes, horta comunitária, Saraus de poesia e de prosas, sessões de leitura e contação de histórias e encontros intergeracionais para a troca de experiências e construção de memórias;
XXXIII. Realização de atividades de cuidados instrumentais da vida diária (ex. cuidar das próprias finanças, preparar a alimentação).

Art. 17 As atividades externas serão acompanhadas pela equipe do Serviço assegurando todos os cuidados necessários a pessoa idosa.

CAPÍTULO V
DOS HORÁRIOS E DA ROTINA INTERNA

Art. 18 Quanto aos horários de funcionamento do Centro Dia, funcionará, cinco dias da semana, de segunda-feira a sexta-feira das 7h30 às 17h.

Art. 19 O horário de entrada terá o limite de 30 minutos de atraso. Após esse horário não será permitida a entrada devido a rotina estabelecida do Centro Dia, exceto justificado pela equipe técnica.

Art. 20 Não haverá atendimento no serviço para a pessoa idosa:
I. Em feriados nacionais, municipais, férias coletivas e recessos decretados pelo poder executivo;

II. Sempre que recomendado pelos serviços de saúde;

Art. 21 O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia oferecerá alimentação adequada e compatível com as necessidades dos idosos e sempre com orientação de nutricionista sendo: 3 refeições diárias: Café da manhã, almoço, e lanche da tarde.
Café da Manhã: 08h00min às 08h30min
Almoço: 11h30min às 12h30min
Lanche da tarde: 15h às 15h30

Parágrafo Único. Todas as refeições serão realizadas exclusivamente no refeitório e nos horários estabelecidos, excepcionalmente, por avaliação da equipe técnica, as refeições poderão ser realizadas fora do refeitório ou em horários alternativos.

Art. 22 O horário de repouso vespertino ocorrerá das 12h30min até no máximo às 14h00, exceto por recomendação médica para permanecer mais tempo em repouso.

Art. 23 No período matutino e vespertino terá cronograma de atividades elaborado mensalmente pela equipe técnica e os profissionais para ser executado com as pessoas idosas.

CAPÍTULO VI
DA CIRCULAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DO CENTRO DIA

Art. 24 Devido ao risco de fogões, panelas quentes e de eletrodomésticos em funcionamento, é proibida a entrada e permanência de pessoas idosas na cozinha e lavanderia.

Art. 25 Os espaços coletivos, incluindo os espaços externos, são de responsabilidade de todos, tanto trabalhadores quanto pessoas idosas e seus familiares, devendo todos zelar pela higiene e conservação do local.

Art. 26 Os portões deverão permanecer sempre fechados, a fim de garantir a segurança de todos.

CAPITULO VII
DO TRANSPORTE

Art. 27 A pessoa idosa pode usufruir do transporte do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia para frequentar a unidade, devendo se sujeitar ao horário do mesmo.

§ 1° O familiar que optar pela vaga sem o transporte, o deslocamento do usuário deverá ser de responsabilidade dos familiares, respeitando os horários de funcionamento da unidade.

CAPÍTULO VIII
DOS DIREITOS E DEVERES DA PESSOA IDOSA
Seção I
Dos Direitos das Pessoas Idosas

Art. 28 São direitos das pessoas idosas atendidas no Serviço:
I. Frequentar o Serviço de forma voluntária com expressão de sua vontade;
II. Usufruir de ajuda adequada à sua situação no âmbito das atividades do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas -Centro Dia;
III. Participar das atividades, de acordo com os seus interesses e possibilidades;
IV. Ser tratado(a) com respeito, dignidade e reconhecimento de suas expressões identitárias subjetivas, sociais, culturais e de crenças;
V. Ter assegurada a confidencialidade dos serviços prestados, sendo sua vida privada respeitada e preservada;

VI. Apresentar reclamações sobre o Serviço prestado ao técnico ou a pessoa responsável;
VII. Serem ouvidos nas decisões que lhe dizem respeito;
VIII. Participar da rotina do Serviço, expressando suas opiniões sobre as atividades propostas.
IX. Ser atendido por serviço de emergência imediatamente, nas situações de intercorrência de saúde que ocorram na unidade, com comunicação imediata aos familiares para as devidas providências e acompanhamento do mesmo. A pessoa idosa será acompanhada por um servidor até a unidade de emergência aguardando um familiar para acompanhá-lo/a;
X. Ser informado(a) das normas e regulamentos vigentes.

Seção II
Dos Deveres das Pessoas Idosas e/ou Responsáveis

Art. 29 São deveres das pessoas idosas atendidas no serviço:
I. Cumprir as normas deste Regulamento Interno;
II. Zelar pela boa conservação e utilização dos bens do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia;
III. Tratar com respeito e dignidade os das demais pessoas idosas e funcionários da instituição;
IV. Comunicar com antecedência a ausência no atendimento;
V. Informar alterações de informações pessoais de domicílio;
VI. Efetivação da matrícula de inclusão no Serviço e assinatura de termo de compromisso e demais documentos, com revalidação anual para sua continuidade;
VII. Participar das convocações e reuniões advindas do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas –Centro Dia, bem como seguir as orientações técnicas sugeridas pela equipe. A convocação consiste em palestras, reuniões com familiares, cursos de capacitação com objetivo de melhorar o relacionamento da pessoa dosa e seus familiares;
VIII. Não encaminhar a pessoa idosa que não estiver em boas condições de saúde, caso isso ocorra, o mesmo será conduzido para a sua residência;
IX. Encaminhar a pessoa idosa ao médico ou unidade básica de saúde sempre que necessário.

XI. Os recados serão enviados por escritos ou pelo Aplicativo de mensagens *Whatsapp*;
XII. As faltas devem ser comunicadas e justificadas;
XIII. Comunicar mudança de endereço;
XIV. Comunicar o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia com antecedência sempre que o idoso necessitar de alimentação diferenciada;
XV. No caso da pessoa idosa apresentar doenças infectocontagiosas, será afastado para o devido tratamento e acompanhamento pelos familiares;
XVI. A pessoa idosa que depende do transporte do Serviço, deverá comunicar, no dia anterior, quando o mesmo não for comparecer, evitando assim que o veículo se desloque de forma desnecessária até a residência;
XVII Os atendimentos médicos, psicológicos e odontológicos de rotina serão de responsabilidade da família.

Seção III
Das Proibições as Pessoas Idosas

Art. 30 É vedado as pessoas idosas atendidas no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia:
I. Agressões físicas e/ou verbais sejam em relação aos funcionários ou demais pessoas idosas;
II. Furtos ou retirada irregular de bens Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia e dos demais usuários;
III. Uso de bebidas alcoólicas e/ou outras drogas ilícitas ou lícitas, sem a devida prescrição;
IV. Prática de atos obscenos;
V. Ausentar-se da unidade de Serviço sem prévia autorização do familiar ou responsável;
VI. Fumar em locais não autorizados ou na parte interna do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia;
VII. Receber visitas, de qualquer natureza, nas dependências do Centro Dia;
VIII. Ocupar-se, durante o período das oficinas, de atividades contrárias ao processo pedagógico;
IX. Provocar tumultos;

X. Após o horário estabelecido para o repouso vespertino, realizar qualquer atividade tais como: tomar banho, entrar no quarto dos outros usuários, bater portas, falar e rir alto dentro dos quartos e corredor, ou qualquer outra atividade que perturbe o sono das demais pessoas idosas;
XI. Deixar objetos pessoais espalhados em áreas de uso comum;
XII. Descumprimento de qualquer dos deveres descritos neste Regimento;
XIII. Utilizar utensílios e equipamentos sem a autorização da equipe técnica;

Seção III
Do Uso do Aparelho de televisão

Art. 31 Os aparelhos de televisão e outros aparelhos eletrônicos deverão ser utilizados de acordo com a programação das atividades do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia, dando-se a preferência aos vídeos e programas educativos.

§ 1º Programas que contenham cenas de violência ou de caráter preconceituoso deverão ser evitados.

§ 2º Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados no período de repouso vespertino.

CAPÍTULO IX
DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E SANÇÕES AOS TRABALHADORES DO CENTRO DIA
Seção I
Dos Direitos dos Trabalhadores do Serviço

Art. 32 É assegurado como direito aos trabalhadores do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia, além dos direitos que lhes são assegurados em lei:
I – Ser respeitado na condição de profissional atuante na área de assistência social;
II – Utilizar as dependências e instalações necessárias ao desempenho de suas funções;
III – Opinar sobre as atividades do serviço;

IV – Propor à Coordenação medidas que objetivem o aprimoramento do atendimento e outras ações no Serviço;
V – Participar das decisões sobre a política de atendimento do Serviço;
VI – Participar de cursos e eventos que promovam o seu aperfeiçoamento profissional em horário de expediente, desde que devidamente autorizado;
VII – Requisitar o material que julgar necessário ao desempenho de suas funções;
VIII – Tomar conhecimento das disposições deste Regimento e do Plano de Ação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia.

Seção II
Dos Deveres dos Trabalhadores do Serviço

Art. 33 São deveres dos trabalhadores do Serviço de Proteção Social Especial ofertado em Centro Dia:
I. Cumprir as diretrizes definidas no Regimento e no Plano de Ação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia no que lhe couber;
II. Manter assiduidade, pontualidade, compromisso e respeito ao horário estabelecido para as atividades;
III. Zelar pela conservação e preservação dos equipamentos e instalações do Serviço;
IV. Defender os direitos socioassistenciais (NOB/RH/SUAS);
V. Comparecer na unidade do serviço nas horas de trabalho ordinário e nas extraordinárias, quando convocado, conforme (Estatuto do Servidor);
VI. Executar os serviços que lhe competirem com zelo e presteza, conforme (Estatuto do Servidor);
VII. Guardar sigilo sobre assuntos da Administração Pública Municipal, conforme (Estatuto do Servidor);
VIII. Assessorar a Coordenação, quando solicitado;
IX. Executar as determinações de normas gerais de organização e funcionamento do Serviço;
X. Desempenhar apropriadamente as competências relativas ao seu cargo/função;
XI. Vestir-se com decoro, de acordo com o exercício de suas funções;
XII. Usar crachá de identificação;
XIII. Respeitar a hierarquia;
XIV. Manter o espírito de cooperação e solidariedade com os companheiros, favorecendo a sintonia entre sua área de atuação e as outras áreas de atendimento e trabalho.

Seção III
Das Proibições aos Trabalhadores do Serviço

Art. 34 É vedado aos trabalhadores do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia:
I. A expedição de qualquer correspondência institucional, sem autorização da coordenação;
II. O trânsito e permanência de pessoas nas oficinas, exceto aquelas indispensáveis ao adequado funcionamento da atividade;
III. A liberação de quaisquer alimentos e materiais das oficinas e almoxarifado, sem a devida autorização da Coordenação;
IV. Utilizar o nome do Serviço com o objetivo de tirar proveito pessoal;
V. Fumar em locais não autorizados, ou em qualquer das dependências internas da Unidade;
VI. Ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de expediente;
VII. Receber, no seu local de trabalho, pessoas estranhas ao serviço, salvo em caso de autorização da Coordenação;
VIII. Retirar sem permissão da Coordenação qualquer documento ou material Pertencente à unidade, inclusive alimentos, material de expediente, material de artesanato, entre outros;
IX. Ausentar-se do serviço para realizar atividades particulares, durante o horário de expediente, sem prévia anuência da Coordenação;
X. Fazer uso de qualquer bebida alcoólica, droga lícita ou ilícita sem a devida prescrição, nas dependências da Unidade;
XI. Tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;
XII. Vedado aos trabalhadores da unidade, com exceção da cozinheira, entrar ou permanecer na Cozinha.
XIII- É proibido aos trabalhadores, no seu horário de descanso, utilizar os dormitórios que é de uso exclusivo do idoso.

CAPÍTULO X
DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

Art. 35 O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas – Centro Dia, será mantido pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.36 O quadro de servidores do Serviço de Proteção Especializado para Pessoas Idosas através do Centro Dia será composto de:
I. Assistente social;
II. Psicólogo;
III. Orientador Social;
IV. Cuidador de idosos;
V. Auxiliar de serviços gerais;
VI. Cozinheira
VIII. Facilitador da Oficina de Artes Manuais
IX. Facilitador da Oficina de Musicalização e Expressão
X. Motorista
XI- Médico

Art. 37 Os/as funcionários/as lotados/as no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas - Centro Dia reger-se-ão pela Lei Orgânica do Município, pelo Estatuto do Servidor, atos normativos do SUAS; os de proteção a pessoa idosa e àqueles vinculados ao exercício da função na administração pública municipal e observar os procedimentos, conhecimentos técnicos e ações que contribuam para um ambiente de respeito, segurança, credibilidade, confiança e sigilo das informações e dados das usuárias do serviço, no tocante aos direitos e deveres funcionais, e por este Regimento Interno.

§ 1°. O quadro de pessoal está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 2° - O Centro Dia poderá contar com estagiários/as que estarão sob supervisão direta dos respectivos profissionais do quadro de servidores e colaboradores do serviço, conforme a área de atuação.

§ 3°. Centro Dia poderá contar com assessoria de profissionais de áreas não previstas neste regimento por meio do estabelecimento de parcerias, termos de cooperação e convênios com outros órgãos públicos ou instituições privadas.

CAPÍTULO XI
DOS SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Art. 38 Os voluntários previamente cadastrados deverão:
I - assinar o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário e sua integração somente ocorrerá após aprovação pela Coordenação;
II - respeitar os horários de atividades, refeição, lazer, visita e descanso das pessoas idosas.

Art. 39 Os trabalhos voluntários serão orientados e supervisionados pelo Coordenador do Centro Dia do Idoso (ou outro membro, designado por ele).

§1º Serão aceitas sugestões, mas não será admitida a interferência na conduta técnica dos profissionais que atuam no Centro Dia do Idoso.

§2º Todas as atividades desenvolvidas deverão ser comunicadas à Coordenação ou ao Técnico responsável pela área do voluntário/estágio, por meio da apresentação de projeto.

§3º Os planejamentos de doações e campanhas deverão ser apresentados previamente à Coordenação para apreciação e aprovação, se for o caso, junto a Secretaria de Assistência Social.

§4º Todos os voluntários devem assegurar o sigilo, preservação da imagem e privacidade de cada idoso.

CAPÍTULO XII
DOS VISITANTES

Art. 40 Toda a pessoa que comparecer ao Centro Dia do Idoso para visitar ou tratar de assuntos profissionais ou particulares, será convidada a registrar sua presença.

Art. 41 Não será permitida a entrada de pessoas em visível estado de embriaguez (exalando odor etílico), sem camisa, com shorts curtos, saias curtas, blusas decotadas e curtas, prevalecendo sempre o bom senso.

Art. 42 É vedado aos visitantes proceder diretamente à entrega de qualquer objeto às pessoas idosas relacionadas a bebida alcoólica, dinheiro, medicamentos, incluindo os fitoterápicos, alimentos, cigarros ou outros, objetos cortantes e/ou pontiagudos, por questões de segurança e prevenção.

Parágrafo único: Qualquer reclamação ou apontamento de falha no atendimento, deverá ser feita no Setor técnico com a coordenação do centro dia.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43 Os casos omissos deverão ser resolvidos pelo(a) gestor(a) em conjunto com a coordenação Centro Dia.

Art. 44 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em ata, com as respectivas assinaturas.

Parágrafo Único: Nos casos de recusa de assinatura de registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinatura de duas ou mais testemunhas.

Art. 45 Todos os trabalhadores e usuários do Centro Dia e os usuários do Serviço devem tomar conhecimento do disposto nesse Regimento.

Art. 46 Poderá a qualquer momento serem publicadas pelo Coordenador do Centro Dia do Idoso, circulares para tratar e regulamentar matérias pertinentes ao bom funcionamento, podendo contar com o apoio da equipe técnica multidisciplinar.

Art. 47 A Coordenação do Centro Dia do Idoso e/ou a Secretaria de Assistência Social, poderá propor alterações no presente Regimento Interno, sempre que entender necessário para melhor funcionamento.

Art. 48 É vedado utilizar a pessoa idosa em atividades laborais dentro e fora Centro Dia do Idoso, em acréscimo ou substituição de funcionários ausentes ou com contrato de trabalho suspenso, caracterizando essa prática em aproveitamento ilícito de mão de obra.

Art. 49 Qualquer anormalidade, desentendimento com outra pessoa idosa, desaparecimento de pertence pessoal, movimentação de pessoas não identificadas, má conduta de funcionários e de outros idosos deverá ser comunicada imediatamente à Coordenação do Centro Dia do Idoso, a fim de serem tomadas as medidas cabíveis.

Art. 50 Em caso de doença ou de acidente, o Centro Dia do Idoso tem o dever de comunicar os familiares e/ou responsáveis pela pessoa idosa, ou ainda, outra pessoa indicada em seu prontuário, tomando as providências urgentes necessárias.

Art. 51 Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela Equipe do Centro Dia, Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa se necessário, encaminhado aos órgãos superiores competentes.

Cruzeiro do Oeste, 03 junho de 2025.

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF(LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
EPIDEMIAS	150.000,00	EPIDEMIAS	150.000,00
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
TOTAL	150.000,00	TOTAL	150.000,00

FONTE:

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026 Valor Corrente (a)	2026 Valor Constante	2026 % PIB (a/PIB) x 100	2026 % RCL (a/RCL) x 100	2027 Valor Corrente (b)	2027 Valor Constante	2027 % PIB (b/PIB) x 100	2027 % RCL (b/RCL) x 100	2028 Valor Corrente (c)	2028 Valor Constante	2028 % PIB (c/PIB) x 100	2028 % RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	48.119.048,50	46.717.522,82	6,014	125,922	46.196.500,72	43.544.632,59	5,479	117,370	48.737.308,20	44.601.541,10	5,535	117,370
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38.308.053,33	37.192.284,79	4,788	100,248	39.457.294,88	37.192.284,74	4,679	100,248	41.627.446,10	38.095.010,10	4,728	100,248
Receitas Primárias Correntes	37.252.457,83	36.167.434,79	4,656	97,485	38.370.031,56	36.167.434,78	4,551	97,485	40.480.383,30	37.045.285,14	4,597	97,485
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.161.383,34	3.069.304,21	0,395	8,273	3.256.224,84	3.069.304,21	0,386	8,273	3.435.317,31	3.143.801,98	0,390	8,273
Transferências Correntes	33.258.941,67	32.290.234,63	4,157	87,035	36.256.709,92	34.175.426,45	4,300	92,116	38.250.828,97	35.004.927,10	4,344	92,116
Demais Receitas Primárias Correntes	123.630,00	120.029,13	0,015	0,324	127.340,00	120.030,16	0,015	0,324	134.343,70	122.943,52	0,015	0,324
Receitas Primárias de Capital	1.055.595,50	1.024.850,00	0,132	2,762	1.087.263,32	1.024.849,96	0,129	2,762	1.147.062,80	1.049.724,95	0,130	2,762
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	42.169.878,17	40.941.629,29	5,271	110,353	39.454.016,75	37.189.194,79	4,679	100,239	41.623.987,67	38.091.845,15	4,727	100,239
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	32.873.613,69	31.916.129,80	4,109	86,026	33.859.822,10	31.916.129,80	4,016	86,026	35.722.112,32	32.690.793,14	4,057	86,026
Despesas Primárias Correntes	35.357.673,87	34.327.838,71	4,419	92,527	36.418.404,09	34.327.838,71	4,319	92,527	38.421.416,31	35.161.038,68	4,364	92,527
Pessoal e Encargos Sociais	20.988.818,58	20.377.493,77	2,623	54,925	21.618.483,14	20.377.493,77	2,564	54,925	22.807.499,71	20.872.093,13	2,590	54,925
Outras Despesas Correntes	13.142.967,21	12.760.162,34	1,643	34,394	13.537.256,23	12.760.162,34	1,605	34,394	14.281.805,32	13.069.875,02	1,622	34,394
Despesas Primárias de Capital	2.939.759,85	2.854.135,78	0,367	7,693	3.027.952,65	2.854.135,78	0,359	7,693	3.194.490,05	2.923.410,93	0,363	7,693
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	290.000,00	281.553,40	0,036	0,759	300.000,00	282.778,77	0,036	0,762	316.000,00	289.184,76	0,036	0,761
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	5.434.439,64	5.276.154,99	0,679	14,221	5.597.472,78	5.276.154,94	0,664	14,221	5.905.333,78	5.404.216,95	0,671	14,221
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) +	5.434.439,64	5.276.154,99	0,679	14,221	5.597.472,78	5.276.154,94	0,664	14,221	5.905.333,78	5.404.216,95	0,671	14,221
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.386.379,30	1.345.999,32	0,173	3,628	1.427.970,68	1.345.999,32	0,169	3,628	1.506.509,07	1.378.669,21	0,171	3,628
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(4.406.871,53)	(4.278.516,05)	(0,551)	(11,532)	(4.539.077,68)	(4.278.516,05)	(0,538)	(11,532)	(4.788.726,95)	(4.382.363,53)	(0,544)	(11,532)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.705.181,38	1.655.515,90	0,213	4,462	1.756.336,82	1.655.515,90	0,208	4,462	1.852.935,35	1.695.698,33	0,210	4,462

PARÂMETROS	2026	2027	2028
PIB Nominal	800.100.000,00	843.200.000,00	880.500.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	38.213.466,67	39.359.870,67	41.524.663,56

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº. 645/2025
SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2026 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E, EU, O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, inciso II, do art. 165, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e no art. 122, da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, as diretrizes orçamentárias do Município, relativas ao exercício financeiro de 2026, compreendendo:
I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II – a organização e a estrutura dos orçamentos;
III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
IV – as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI – as disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
VII – as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
VIII – as disposições finais.
Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:
I – Anexo de Metas Fiscais, composto de:
demonstrativo de metas anuais;
avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;
origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
projeção atuarial do RPPS;
demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
II – Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
CAPÍTULO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 são estabelecidas no Plano Plurianual – PPA relativo ao período 2023-2027.
§ lº O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.
§ 2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA.
Art. 3º Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, no art. 4º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF e no art. 122 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 serão estabelecidas no PPA 2023-2026, em Anexo próprio e terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, todavia não se constituem limites à programação das despesas.
§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 será dada maior prioridade:
I – à promoção do desenvolvimento social, visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população;
II – ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
III – à austeridade e transparência na gestão dos recursos públicos;
IV – à geração de emprego e renda, economia solidária e preservação de recursos naturais;
V – à promoção do desenvolvimento urbano;
VI – à promoção do desenvolvimento rural;
VII – à promoção na área da saúde de forma a garantir o acesso a serviços de qualidade a toda a população; e
VIII – à promoção e ao desenvolvimento à cultura.
§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o caput estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.
Art. 4º Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal/88 e no art. 4º da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações – Estatuto da Criança e do Adolescente.
Parágrafo único. A Secretaria de Fazenda e Planejamento, em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção Social e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponibilizará instruções para apuração do Orçamento Criança.
Art. 5º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.
Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Art. 6º O Município de Alto Paraíso implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.
CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS
Art. 7º A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.
Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso relativo ao exercício de 2026 deve obedecer aos princípios de justiça social, de controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:
I – o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos, bem como combater a exclusão social;
II – o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
III – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
IV – o princípio da economicidade implica, na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.
Art. 9º Para efeito desta lei entende-se por:
I – diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
II – função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
III – subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
V – ação: específica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas;
VI – atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;
VII – projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
VIII – operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especial;
IX – órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido;
X – unidade orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;
XI – modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;
XII – concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e
XIII – convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.
§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.
§ 3º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.
Art. 10. As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais de modo a especificar a ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.
Art. 11. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.
Art. 12. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a fonte de recursos.
§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:
I – Despesas correntes; e
II – Despesas de capital.
§ 2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:
I – pessoal e encargos sociais;
II – juros e encargos da dívida;
III – outras despesas correntes;
IV – investimentos;
V – amortização da dívida.
§ 3º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;
II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.
§ 4º Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I – transferências à União;
II – transferências a Estados e ao Distrito Federal;
III – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos;
IV – transferências a consórcios públicos;
V – aplicações diretas; e
VI – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
§ 5º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.
§ 6º A Lei Orçamentária Anual para 2026 conterá a destinação de recursos, classificados pelo Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.
I – O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 6º deste artigo;
II – As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e
III – Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
§ 7º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.
§ 8º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas, exclusivamente pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, mediante publicação de decreto no Jornal Oficial do Município, com as devidas justificativas.
Art. 13. A Reserva Orçamentária será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere à categoria econômica e ao grupo de natureza da despesa. Quanto à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9 (nove).
Art. 14. A Reserva de Contingência prevista no art. 45 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.
Art. 15. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:
ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.
Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ou estadual ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 ao Poder Legislativo.
Art. 17. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:
- o comportamento da arrecadação do exercício anterior;
- o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- a situação observada no exercício de 2024 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF;
- o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº. 29/2000; e
- a discriminação da dívida pública total acumulada;
Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:
texto da lei;
quadros orçamentários consolidados;
anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II, do § 5º, do art. 165, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e
discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.
§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal, todos os quadros previstos no inciso III, do art. 22, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º Integrarão o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.
CAPÍTULO III - DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO
Art. 19. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas no § 5º, do art. 153, e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal/88, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional nº. 25/2000.
§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II, do § 2º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.
§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.
Art. 20. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o último dia útil antes do início do recesso do primeiro semestre observada as disposições desta lei.
CAPÍTULO IV - DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES
SEÇÃO I
Diretrizes Gerais
Art. 21. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.
§ 1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF.
pelo Poder Executivo:
a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
o Relatório de Gestão Fiscal.
§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, deverá:
manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF; e
providenciar as medidas previstas no inciso II, do § 1º, deste artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual, do exercício de 2025, e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Art. 22. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
Art. 23. O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não-vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.
§ 1º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
§ 2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026.
Art. 24. No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento; deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Art. 25. Se for verificado ao final do bimestre que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por fonte de recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão através de legislação específica e no montante necessário, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e de movimentação financeira, sob pena de crime de responsabilidade.
§ 1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais, desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.
§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.
Art. 26. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.
Art. 27. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais serão elaboradas e apresentadas à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento até o final do primeiro semestre de 2025, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.
Art. 28. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.
Parágrafo único: O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.
Art. 29. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.
Art. 30. A Lei Orçamentária de 2026 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:
certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e
certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.
Art. 31. A Procuradoria Municipal encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários inscritos até 1º de julho de 2025 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026 devidamente atualizados, conforme determinado pelo § 1º, do art. 100, da Constituição Federal/88, e discriminada conforme detalhamento constante do art. 12 desta lei, especificando:
I – número e data do ajuizamento da ação originária;
II – número do precatório;
III – tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
IV – enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
V – data da autuação do precatório;
VI - nome do beneficiário;
VII – valor do precatório a ser pago;
VIII – data do trânsito em julgado; e
IX – número da vara ou comarca de origem.
Parágrafo único. A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º, do art. 100, da Constituição Federal/88 e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2024, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.
Art. 32. A obrigação de pequeno valor atenderá os dispostos tratados no § 3º, do art. 100, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998 e pela Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000.
Art. 33. Na programação da despesa não poderão ser:
fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial – ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos na forma do § 3º, do art. 167, da Constituição Federal/88.
classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada; e
incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais.
Art. 34. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:
ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal/88 não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e
clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.
Art. 35. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com e sem fins lucrativos e amparadas por Lei Municipal.
Art. 36. A receita total do Município prevista no orçamento fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:
garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere à educação infantil, ao ensino fundamental e à saúde;
contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;
custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;
pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
pagamento de sentenças judiciais;
contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e
reserva de contingência, conforme especificado no art. 45 desta lei.
Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas, poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.
Art. 37. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.
Art. 38. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no inciso I, alínea "e", do art. 4º e no § 3º, do art. 50, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF serão realizados pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município.
SEÇÃO II
Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal
Art. 39. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.
Art. 40. Vedada à realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.
Art. 41. Na estimativa da receita e fixação da despesa serão considerados:
os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e as alterações tributárias.
Art. 42. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal/88.
Art. 43. O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº. 29/2000 e no inciso III, do art. 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88.
Art. 44. Do total das previsões das Receitas Tributárias e da parcela do Fundo de Participação dos Municípios - FPM da Administração Direta serão destinados no mínimo 2% no orçamento da criança e adolescência.
Art. 45. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor de até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no inciso III, do art. 5º da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Parágrafo único. Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde e educação e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.
Art. 46. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional – Transposição.
Parágrafo único. Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos.
Art. 47. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional – Remanejamento.
Parágrafo único. Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.
Art. 48. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional - Transferência.
Parágrafo único. Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.
Art. 49. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes da Lei Orçamentária de 2026 até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada para cada Poder.
Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos constantes da Lei Orçamentária de 2026 até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada para o Poder Executivo.
Art. 51. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal/88 será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.
Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos I e II, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64.
Art. 52. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município.
Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a adequar, através de decreto, as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valores ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual para o exercício financeiro da vigência desta Lei.
SECÃO III
Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social
Art. 54. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167 inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o § 5º, do art. 212, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;
da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e
do Orçamento Fiscal.
Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Art. 55. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2026 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº. 9.717, de 27/11/1998, na Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF e na legislação municipal em vigor.
Art. 56. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2026, e em seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando o limite do inciso III, do art. 20, e o art. 21 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Art. 57. O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO
Art. 58. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.
Art. 59. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU fixo do exercício de 2026 terá desconto de até 30% (trinta por cento) do valor lançado para pagamento em cota única.
Art. 60. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2026 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pelas Leis Municipais de Isenções e de Incentivo à Industrialização, se atendidas às exigências do art. 14, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
Art. 61. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.
Art. 62. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º, II, da LRF.
CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 63. Os Orçamentos da Administração Direta e Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento do serviço da dívida municipal.
CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta lei.
Art. 65. Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF:
as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº. 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e
as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
Art. 66. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais conseqüências advindas da inobservância do caput deste artigo.
Art. 67. Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2026 ao Legislativo Municipal.
Art. 68. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.
Art. 69. Cabe à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.
Art. 70. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.
Art. 71. Esta lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 25 (vinte e cinco) dia do mês de junho de 2025.
Luiz Eliseu dos Santos
Prefeito Municipal

Publicações legais

Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Especificação		Receitas Previstas 2026 Direta	Indireta	Total
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	46.434.048,50	-	46.434.048,50
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	1.685.000,00	-	1.685.000,00
Total de Receitas		**48.119.048,50**	**-**	**48.119.048,50**
Deduções da receita				
Renúncia				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	3.165,00	-	3.165,00
Deduções da receita				
Descontos Concedidos				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	38.005,33	-	38.005,33
Deduções da receita				
FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	5.908.000,00	-	5.908.000,00
Total das Deduções		**5.949.170,33**	**-**	**5.949.170,33**
Total Liquido das Receitas		**42.169.878,17**	**-**	
Total Geral		**42.169.878,17**		**42.169.878,17**

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	951.091,05	1.227.358,57	336.517,45
Alienação de Bens Móveis	334.601,50	-	328.923,67
Alienação de Bens Imóveis	562.980,22	1.197.715,93	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	53.509,33	29.642,64	7.593,78
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II	509.449,50	732.338,99	5.495.929,17
DESPESAS DE CAPITAL	509.449,50	732.338,99	5.495.929,17
Investimentos	509.449,50	732.338,99	4.410.957,60
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	1.084.971,57
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	**2024 (g)=((Ia-IId)+IIIh)**	**2023 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)**	**2022 (i)=(Ic-IIf)**
VALOR (III)	(4.222.750,59)	(4.664.392,14)	(5.159.411,72)

Prefeitura Municipal de Alto Paraiso-PR
ELABORAÇÃO LDO - 2026 - 2026 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	0 - Operações Especiais — **Tipo:** Operações Especiais
Objetivo:	Operações Especiais
Macroobjetivo:	global
Natureza:	Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial:	
Problema:	
Justificativa:	
Público-Alvo:	

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 04.02 - DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
0.003 - Sentenças Judiciais	O	GLOBAL	GL	170.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 28-Encargos Especiais	Subfunção: 61-Ação Judiciária			

Objetivo da Ação: Sentenças Judiciais
Detalhamento da Ação:
- Ø Custear despesas decorrentes de sentenças judiciais.
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Contratada	O	GLOBAL	GL	1.470.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 28-Encargos Especiais	Subfunção: 843-Serviço da Dívida Interna			

Objetivo da Ação: Amortização e Encargos da Dívida Contratada
Detalhamento da Ação:
- Ø Acompanhar a aplicação dos recursos de operações de crédito, convênios e termos de cooperação. Ø Atender as despesas com amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública interna.
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 05.02 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
0.001 - Contribuição para Formação do PASEP	O	GLOBAL	GL	420.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 28-Encargos Especiais	Subfunção: 846-Outros Encargos Especiais			

Objetivo da Ação: Contribuição para Formação do PASEP
Detalhamento da Ação: Ø Acompanhar e executar recursos orçamentários para a formação do PASEP.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 2.060.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	2 - Gestão Administrativa Superior — **Tipo:** Apoio Administrativo
Objetivo:	Gestão Administrativa Superior
Macroobjetivo:	global
Natureza:	Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial:	
Problema:	
Justificativa:	
Público-Alvo:	

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 02.01 - CHEFIA DE GABINETE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação
Detalhamento da Ação:
- Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira.
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	A	GLOBAL	GL	522.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços do gabinete do prefeito, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 02.02 - CONTROLADORIA INTERNA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova — Função: 4-Administração	Subfunção: 124-Controle Interno			

Objetivo da Ação: Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação
Detalhamento da Ação:
- Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira.
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.002 - Manutenção dos Serviços da Controladoria Interna	A	GLOBAL	GL	170.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 124-Controle Interno			

Objetivo da Ação: Manutenção dos Serviços da Controladoria Interna

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da controladoria interna, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 732.000,00

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	3 - Administração Geral — **Tipo:** Apoio Administrativo
Objetivo:	Administração Geral
Macroobjetivo:	global
Natureza:	Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial:	
Problema:	
Justificativa:	
Público-Alvo:	

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 02.03 - ASSESSORIA JURÍDICA VINC. AO PREFEITO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.005 - Manutenção dos Serviços de Assessoria Jurídica	A	APOIO ADMINISTRATIVO	und	147.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 91-Defesa da Ordem Jurídica			

Objetivo da Ação: Manutenção dos Serviços de Assessoria Jurídica
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica, através de custeio das despesas fixas e de manutenção, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 03.01 - GABINETE DO SECRETARIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.006 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração	A	GLOBAL	GL	95.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços do gabinete do secretário de administração, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 03.02 - DIV. ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	50.000,00
Situação: Nova — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Detalhamento da Ação:
- Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira.
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.011 - Manutenção da Divisão de Assistência Técnica e Administrativa	A	GLOBAL	GL	770.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Assistência Técnica e Administrativa
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de assistência técnica, administrativa e serviços gerais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Coordenação e divulgação dos atos oficiais do Município;
- Ø Elaborar e executar campanhas em assuntos de utilidade pública de interesse da coletividade;
- Ø Desapropriar imóveis declarados de interesse social, necessários à ampliação do patrimônio público e implantação de novos projetos;
- Ø Administrar e manter as atividades referentes à locação de bens imóveis;
- Ø Realizar concursos públicos para atender a Administração Municipal e desenvolver o plano de cargos e salários;
- Ø Dar atendimento às atividades do Posto do DETRAN e da Junta de Serviço Militar;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 03.03 - DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.013 - Manutenção da Divisão de Material e Patrimônio	A	GLOBAL	GL	120.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Material e Patrimônio
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de material e patrimônio, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 03.04 - DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.014 - Manutenção da Divisão de Compras e Licitações	A	GLOBAL	GL	168.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Compras e Licitações
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de compras e licitações, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 03.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.015 - Manutenção da Divisão de Serviços Gerais	A	GLOBAL	GL	145.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Serviços Gerais
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de serviços gerais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 03.06 - PROCURADORIA MUN. ASSUNTOS JURÍDICOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.085 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal	A	GLOBAL	GL	330.000,00
Situação: Nova — Função: 4-Administração	Subfunção: 91-Defesa da Ordem Jurídica			

Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção das atividades da Procuradoria Municipal, através de custeio das despesas fixas e de manutenção, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 05.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE REC. HUMANOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.098 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Recursos Humanos	A	APOIO ADMINISTRATIVO	und	76.500,00
Situação: Nova — Função: 4-Administração	Subfunção: 128-Formação de Recursos Humanos			

Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Recursos Humanos
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção do gabinete do Secretário de Recursos Humanos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 05.02 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.009 - Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	A	GLOBAL	GL	110.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 128-Formação de Recursos Humanos			

Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades de Recursos Humanos
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da atividade de recursos humanos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Promover o treinamento e a capacitação profissional do quadro funcional da Administração Pública;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.009 - Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	A	GLOBAL	GL	70.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 9-Previdência Social	Subfunção: 272-Previdência do Regime Estatutário			

Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades de Recursos Humanos
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da atividade de recursos humanos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Promover o treinamento e a capacitação profissional do quadro funcional da Administração Pública;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 2.081.500,00

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	4 - Planejamento Governamental — **Tipo:** Apoio Administrativo
Objetivo:	Planejamento Governamental
Macroobjetivo:	global
Natureza:	Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial:	
Problema:	
Justificativa:	
Público-Alvo:	

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.016 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento	A	GLOBAL	GL	100.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 121-Planejamento e Orçamento			

Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção do gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 04.02 - DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.018 - Manutenção da Divisão de Finanças, Orçamento e Contabilidade	A	GLOBAL	GL	760.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 4-Administração	Subfunção: 121-Planejamento e Orçamento			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Detalhamento da Ação:
- Ø Acompanhar a execução e o cumprimento das metas definidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de finanças, orçamento e contabilidade, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 860.000,00

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	5 - Assistência Social — **Tipo:** Finalístico
Objetivo:	Assistência Social
Macroobjetivo:	global
Natureza:	Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial:	PRESTAR ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL PARA PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, RISCO SOCIAL E PESSOAL.
Problema:	VIOLÊNCIA, EXPOSIÇÃO DAS PESSOAS AS QUESTÕES PRÓPRIAS DO CICLO GERACIONAL, NEGLIGÊNCIA, FALTA DE RENDA E EMPREGO.
Justificativa:	O APROFUNDAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE PODERÃO ORIGINAR SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL DECORRENTES DA EXPOSIÇÃO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS USUÁRIOS ANTENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Público-Alvo:	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E FAMÍLIAS

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.066 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Promoção Social	A	GLOBAL	GL	100.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 244-Assistência Comunitária			

Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Promoção Social
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Promoção Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.02 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.102 - Manutenção do Departamento de Programas Sociais	A	Pessoas	Ps	75.000,00
Situação: Nova — Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 244-Assistência Comunitária			

Objetivo da Ação: Manutenção do Departamento de Programas Sociais
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços do Departamento de Programas Sociais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.03 - DIVISÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 645 Data: 01/01/2026 Tipo: Lei
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.090 - Manutenção da Divisão de Programas Sociais	A	Pessoas	Ps	370.000,00
Situação: Nova — Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 244-Assistência Comunitária			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Programas Sociais
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da Divisão de Programas Sociais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.04 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO HUMANA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.070 - Manutenção da Divisão de Promoção Humana	A	Pessoas	Ps	95.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 244-Assistência Comunitária			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Promoção Humana
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de promoção humana, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.05 - DIVISÃO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.068 - Manutenção da Divisão de Assuntos Comunitários	A	Pessoas	Ps	630.000,00
Situação: Em Elaboração — Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 244-Assistência Comunitária			

Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Assuntos Comunitários
Detalhamento da Ação:
- Ø Manutenção dos serviços da divisão de assuntos comunitários, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.06 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

1.052 - Investimentos no Fundo Municipal de Assistência Social	P	Unidade	und	200,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Investimentos no Fundo Municipal de Assistência Social
Detalhamento da Ação:
Ø Investimentos a serem realizados no Fundo Municipal de Assistência Social através da aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa e serviços do público prioritário.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	30.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação
Detalhamento da Ação:
Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira.
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.071 - Programa a Cargo do Fundo Municipal de Assistência Social	A	Pessoas	Ps	200.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Programa a Cargo do Fundo Municipal de Assistência Social
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;
Ø Contratar, ampliar e manter a equipe da proteção básica e especial, tais como, psicólogo, assistente social e demais cargos necessários para a execução dos trabalhos;
Ø Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, oficinas, cursos, terapia ocupacional, entre outros; Ø Realizar a manutenção e garantir o serviço do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
Ø Atender famílias em situação de vulnerabilidade social;
Ø Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;
Ø Proporcionar oficinas para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantia ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;
Ø Realizar diagnóstico sócio assistencial do território do Município;
Ø Firmar termos de convênios com entidades socioassistenciais para atendimento do público alvo atendido pela Assistência Social;
Ø Articulação do órgão gestor junto ao departamento jurídico do município para elaboração e aprovação da legislação voltada aos requisitos exigidos pela política da Assistência Social;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.093 - Manutenção do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica	A	Pessoas	Ps	67.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Manutenção do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;
Ø Contratar, ampliar e manter a equipe da proteção básica e especial, tais como, psicólogo, assistente social e demais cargos necessários para a execução dos trabalhos;
Ø Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, oficinas, cursos, terapia ocupacional, entre outros;
Ø Ofertar no mínimo duas capacitações por ano aos servidores públicos e gestores da Assistência Social por meio de parcerias firmadas com demais órgão públicos ou através de contratação de empresas que atuam na área;
Ø Realizar a manutenção e garantir o serviço do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
Ø Atender famílias em situação de vulnerabilidade social;
Ø Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;
Ø Proporcionar oficinas para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantia ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.094 - Manutenção do Bloco da Gestão do SUAS	A	Pessoas	Ps	7.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Manutenção do Bloco da Gestão do SUAS

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;
Ø Contratação de empresas, entidades ou firmar parcerias com demais órgãos públicos para a realização de diagnóstico socioterritorial, identificando e cadastrando crianças e adolescentes que estejam no trabalho infantil;
Ø Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, oficinas, cursos, terapia ocupacional, entre outros;
Ø Ofertar no mínimo duas capacitações por ano aos servidores públicos e gestores da Assistência Social por meio de parcerias firmadas com demais órgão públicos ou através de contratação de empresas que atuam na área;
Ø Realizar a manutenção e garantir o serviço do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
Ø Atender famílias em situação de vulnerabilidade social;
Ø Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;
Ø Proporcionar oficinas para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantia ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;
Ø Atender no mínimo 80% da população que demandam de orientação do mercado de trabalho, por meio do SENAC, SESI ou outras entidades e empresas semelhantes que prestam o mesmo tipo de serviços;
Ø Disponibilizar cursos aos conselheiros municipais, no mínimo duas vezes no ano;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.095 - Bloco de Gestão do Programa Auxílio Brasil	A	Pessoas	Ps	23.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Bloco de Gestão do Programa Auxílio Brasil
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;
Ø Contratação de empresas, entidades ou firmar parcerias com demais órgãos públicos para a realização de diagnóstico socioterritorial, identificando e cadastrando crianças e adolescentes que estejam no trabalho infantil;
Ø Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, oficinas, cursos, terapia ocupacional, entre outros;
Ø Ofertar no mínimo duas capacitações por ano aos servidores públicos e gestores da Assistência Social por meio de parcerias firmadas com demais órgão públicos ou através de contratação de empresas que atuam na área;
Ø Realizar a manutenção e garantir o serviço do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
Ø Atender famílias em situação de vulnerabilidade social;
Ø Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;
Ø Proporcionar oficinas para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantia ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;
Ø Atender no mínimo 80% da população que demandam de orientação do mercado de trabalho, por meio do SENAC, SESI ou outras entidades e empresas semelhantes que prestam o mesmo tipo de serviços; Ø Disponibilizar cursos aos conselheiros municipais, no mínimo duas vezes no ano;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.108 - Manutenção da Política de Controle Social	A	APOIO ADMINISTRATIVO	und	3.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 244-Assistência Comunitária
Objetivo da Ação: Manutenção da Política de Controle Social
Detalhamento da Ação:
Ø Garantir o investimento com despesas de custeio e/ou capital com a parcela mínima de 30% dos recursos advindos pelo Programa IGD SUAS;
Ø Disponibilizar cursos aos conselheiros municipais, no mínimo duas vezes no ano;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.07 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
6.071 - Programa do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes	A	Pessoas	Ps	300.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente
Objetivo da Ação: Programa do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção do programa dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Dar continuidade ao programa, projetos e serviços de atendimento às crianças e adolescentes; Ø Manter o abrigo municipal para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Ø Sistematizar o atendimento sócio educativo no município de Alto Paraíso, postulando estratégias protetivas, em consonância com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, com o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo, no sentido de proporcionar um atendimento sócio educativo de qualidade. Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa, projetos e serviços do público prioritário.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
6.072 - Programa a Cargo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	A	Crianças e Adolescentes	CR	40.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente
Objetivo da Ação: Programa a Cargo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Dar continuidade ao programa, projetos e serviços de atendimento às crianças e adolescentes; Ø Implantar e executar a formação, através de cursos e outros, para jovens autônomos através de programas de aprendizagens voltados para a preparação e inserção de jovens no ambiente de trabalho; Ø Divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como, outros materiais disponíveis para a divulgação dos direitos da criança e adolescente na escola e comunidade de forma geral, assim como, desenvolver projetos que atendam todas as crianças e adolescentes; Ø Apoiar as ações e dar incentivos a comunidade organizada e Pastorais da Criança, dos Jovens e da Família, para melhor atender nossa comunidade; Ø Promover a capacitação continuada aos profissionais que atuam junto a criança e adolescente, assim como, os conselheiros tutelares; Ø Sistematizar o atendimento sócio educativo no município de Alto Paraíso, postulando estratégias protetivas, em consonância com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, com o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo, no sentido de proporcionar um atendimento sócio educativo de qualidade. Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa, projetos e serviços do público prioritário.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DEMANDA DE PESSOAS BENEFICIADAS POR PROGRAMAS SOCIAIS	Ps	760,00	740,00	760,00	750,00	745,00	740,00
ATENDIMENTO A IDOSOS	Ps	61,00	105,00	61,00	73,00	87,00	105,00
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CR	120,00	207,00	120,00	144,00	172,00	207,00

Unidade Responsável: 14.08 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.101 - Transferências de Recursos Financeiros à Entidades Sem Fins Lucrativos	A	Pessoas	Ps	260.000,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 241-Assistência à Pessoa Idosa
Objetivo da Ação: Transferências de Recursos Financeiros à Entidades Sem Fins Lucrativos
Detalhamento da Ação:
Ø Realizar, fiscalizar, orientar e acompanhar as subvenções sociais repassadas para entidades sem fins lucrativos para atendimento dos programas de ações propostos. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.103 - Programa a Cargo do Fundo Municipal do Idoso	A	Pessoas	Ps	5.500,00

Situação: Nova | Função: 8-Assistência Social | Subfunção: 241-Assistência à Pessoa Idosa
Objetivo da Ação: Programa a Cargo do Fundo Municipal do Idoso
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;
Ø Executar a política de atendimento ao idoso e familiares através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, terapia ocupacional, entre outros; Ø Realizar e apoiar as atividades desenvolvidas por terceiros que auxiliam os idosos; Ø Proporcionar cursos e palestras para melhorar a qualidade de vida dos idosos do Município, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 2.205.700,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 6 - Gestão de Receitas e Fiscalização — **Tipo:** Apoio Administrativo
Objetivo: Gestão de Receitas e Fiscalização
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial:
Problema:
Justificativa:
Público-Alvo:

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 04.03 - DIV. TRIBUTOS, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.019 - Manutenção da Divisão de Tributos, Arrecadação e Fiscalização	A	GLOBAL	GL	400.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 4-Administração | Subfunção: 129-Administração de Receitas
Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Tributos, Arrecadação e Fiscalização
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços da divisão de tributos, arrecadação e fiscalização, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Criar mecanismos de fiscalização, através de atualização, readequação e informatização do sistema de arrecadação e tributação;
Ø Promover o recadastramento predial e territorial;
Ø Coordenar o cumprimento da legislação tributária;
Ø Estimular o planejamento governamental na área econômico-financeira, através do desenvolvimento de estudos e projeto;
Ø Atualização da plantas e valores;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 400.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 7 - Criança na Escola — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Criança na Escola
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: DAR ATENDIMENTO PRIORITÁRIO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E DESENVOLVER MECANIMOS DE RECUPERAÇÃO DO ENSINO - APRENDIZAGEM CAUSADOS PELO IMPACTO DA PANDEMIA.
Problema: BAIXO INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB.
Justificativa: DEVIDO A NECESSIDADE DE UMA REORGANIZAÇÃO DA REDE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, VISANDO AMBIENTES COM ESTRUTURAS ADEQUADAS, PRAZEROSAS E ESTIMULANTES A APRENDIZAGEM.
Público-Alvo: CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AUMENTO DO INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA - IDEB	IND	6,00	6,30	6,00	6,10	6,20	6,30
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E DE APRENDIZAGENS	%	70,00	75,00	70,00	72,00	74,00	75,00

Unidade Responsável: 07.01 - GABINETE DO SECRETARIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.021 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	A	GLOBAL	GL	88.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção do gabinete do Secretário de Educação, Esporte e Lazer, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AUMENTO DO INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA - IDEB	IND	6,00	6,30	6,00	6,10	6,20	6,30
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E DE APRENDIZAGENS	%	70,00	75,00	70,00	72,00	74,00	75,00

Unidade Responsável: 07.02 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.059 - INVESTIMENTOS NA ÁREA EDUCACIONAL - ESCOLA	P	Alunos	AL	10.500,00

Situação: Nova | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: INVESTIMENTOS NA ÁREA EDUCACIONAL - ESCOLA
Detalhamento da Ação: Ø Investimentos realizados na Escola Municipal Nove de Maio.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.065 - Investimentos no Transporte Escolar	P	Alunos	AL	300,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: Investimentos no Transporte Escolar
Detalhamento da Ação: Ø Investimentos realizados no Transporte Escolar do Município.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	20.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Situação: Nova | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação
Detalhamento da Ação:
Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira.
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.022 - Manutenção da Divisão de Educação	A	Alunos	AL	1.130.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Educação
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do ensino fundamental e pré-escola, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Promover a distribuição da merenda escolar;
Ø Aquisição de mobiliários para Escola 9 de Maio;
Ø Distribuição de livros, apostilas e outros documentos didáticos;
Ø Desenvolvimento de atividades curriculares do Ensino Fundamental;
Ø Desenvolver o treinamento e capacitação de professores e servidores da rede municipal de ensino, através de cursos e encontros periódicos;
Ø Distribuição de material escolar, bolsas e uniformes;
Ø Adquirir, produzir e reproduzir materiais didático-pedagógicos, visando dar apoio ao processo de ensino;
Ø Realizar pesquisas e projetos na área de alfabetização visando à melhoria do desempenho da aprendizagem do aluno;
Ø Implantar/aperfeiçoar o programa de acompanhamento da saúde física e mental dos alunos da rede pública, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais;
Ø Celebrar convênios e parcerias com organismos públicos, privados e organizações não governamentais, para financiar projetos de apoio ao desenvolvimento escolar;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.027 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	A	PROFESSORES	PROF	2.480.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do ensino fundamental - FUNDEB 70%, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas.
Ø Garantir a implementação do piso salarial nacional dos professores;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.030 - Manutenção do Transporte Escolar	A	Alunos	AL	930.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 361-Ensino Fundamental
Objetivo da Ação: Manutenção do Transporte Escolar
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do transporte escolar, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Complementação de monitores nas rotas.
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AUMENTO DO INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA - IDEB	IND	6,00	6,30	6,00	6,10	6,20	6,30
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E DE APRENDIZAGENS	%	70,00	75,00	70,00	72,00	74,00	75,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.067 - INVESTIMENTOS NA ÁREA EDUCACIONAL - CMEI	P	Alunos	AL	10.200,00

Situação: Nova | Função: 12-Educação | Subfunção: 365-Educação Infantil
Objetivo da Ação: INVESTIMENTOS NA ÁREA EDUCACIONAL - CMEI
Detalhamento da Ação: Ø Investimentos realizados no Centro de Educação Infantil Bichinho da Maçã - CMEI.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	20.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Situação: Nova | Função: 12-Educação | Subfunção: 365-Educação Infantil
Objetivo da Ação: Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação
Detalhamento da Ação:
Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira.
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.008 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 70%	A	PROFESSORES	PROF	1.420.000,00

Situação: Nova | Função: 12-Educação | Subfunção: 365-Educação Infantil
Objetivo da Ação: Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 70%
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços da Educação Infantil - FUNDEB 70%, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Garantir a implementação do piso salarial nacional dos professores;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.032 - Manutenção do Centro de Educação Infantil	A	Alunos	AL	625.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 365-Educação Infantil
Objetivo da Ação: Manutenção do Centro de Educação Infantil
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Centro de Educação Infantil Bichinho da Maçã, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Prestar atendimento às necessidades das crianças de 0 a 5 anos, através do Centro de Educação Infantil Municipal; Ø Adquirir brinquedos didáticos para a Educação Infantil; Ø Promover a distribuição da merenda escolar; Ø Aquisição de mobiliários para Centro de Educação Infantil Municipal; Ø Distribuição de livros, apostilas e outros documentos didáticos; Ø Desenvolvimento de atividades curriculares do Ensino de Educação Infantil; Ø Desenvolver o treinamento e capacitação de professores e servidores da rede municipal de ensino, através de cursos e encontros periódicos; Ø Distribuição de material escolar, bolsas e uniformes; Ø Adquirir, produzir e reproduzir materiais didático-pedagógicos, visando dar apoio ao processo de ensino; Ø Realizar pesquisas e projetos na área de alfabetização visando à melhoria do desempenho da aprendizagem do aluno; Ø Implantar/aperfeiçoar o programa de acompanhamento da saúde física e mental dos alunos da rede pública, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais; Ø Celebrar convênios e parcerias com organismos públicos, privados e organizações não governamentais, para financiar projetos de apoio ao desenvolvimento escolar; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 6.734.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 8 - Apoio ao Ensino Especial — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Apoio ao Ensino Especial
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: PROPORCIONAR O ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS AO ENSINO.
Problema: FALTA DE INCLUSÃO SOCIAL ENTRE OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.
Justificativa: PELO FATO DE BOA PARTE DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS ESTAREM INSERIDOS EM ENTIDADES ESPECÍFICAS PARA O ATENDIMENTO DESSE PÚBLICO.
Público-Alvo: ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	AL	21,00	30,00	21,00	25,00	27,00	30,00

Unidade Responsável: 07.02 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.101 - Transferências de Recursos Financeiros à Entidades Sem Fins Lucrativos	A	Pessoas	Ps	50.000,00

Situação: Nova | Função: 12-Educação | Subfunção: 367-Educação Especial
Objetivo da Ação: Transferências de Recursos Financeiros à Entidades Sem Fins Lucrativos
Detalhamento da Ação:
Ø Realizar, fiscalizar, orientar e acompanhar as subvenções sociais repassadas para entidades sem fins lucrativos para atendimento dos programas de ações propostos. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 50.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 9 - Apoio a Educação de Jovens e Adultos — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Apoio a Educação de Jovens e Adultos
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: PROPORCIONAR QUE O JOVEM E ADULTO TENHAM EXITO NO ENSINO E CONSEQUENTEMENTE A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO.
Problema: ALTO INDICE DE JOVENS E ADULTOS ANALFABETOS.
Justificativa: FALTA DE CONSCIENTIZAÇÃO POR PARTE DO PÚBLICO INSERIDOS NA EDUCAÇÃOD E JOVENS E ADULTOS - EJA.
Público-Alvo: JOVENS E ADULTOS ANALFABETOS.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
JOVENS E ADULTOS	AL	120,00	50,00	120,00	90,00	75,00	50,00

Unidade Responsável: 07.02 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.034 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA	A	Alunos	AL	100,00

Situação: Em Elaboração | Função: 12-Educação | Subfunção: 366-Educação de Jovens e Adultos
Objetivo da Ação: Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços da educação de jovens e adultos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Incentivar e apoiar programas de alfabetizações de jovens e adultos;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 100,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 11 - Apoio a Cultura — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Apoio a Cultura
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: PROMOVER E VALORIZAR AS DIVERSIDADES NAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, CULTURAIS, PREVENDO A GARANTIA DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA COM O VETOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Problema: INVESTIMENTO REDUZIDO NA AREA CULTURAL DO MUNICIPIO.
Justificativa: FALTA DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA APOIAR AS PESSOAS NAS ATIVIDADES CULTURAIS.
Público-Alvo: PESSOAS.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
INCENTIVO E APOIO A PROJETOS CULTURAIS	Ps	150,00	350,00	150,00	180,00	250,00	350,00
APOIO A FESTAS POPULARES	Ps	350,00	900,00	350,00	500,00	600,00	650,00

Unidade Responsável: 06.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE CULTURA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.096 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Cultura	A	APOIO ADMINISTRATIVO	und	83.000,00

Situação: Nova | Função: 13-Cultura | Subfunção: 392-Difusão Cultural
Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Cultura
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Cultura, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
INCENTIVO E APOIO A PROJETOS CULTURAIS	Ps	150,00	350,00	150,00	180,00	250,00	350,00
APOIO A FESTAS POPULARES	Ps	350,00	900,00	350,00	500,00	600,00	650,00

Unidade Responsável: 06.02 - DIVISÃO DE CULTURA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.036 - Manutenção da Divisão de Cultura	A	Pessoas	Ps	300.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 13-Cultura | Subfunção: 392-Difusão Cultural
Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Cultura
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços da divisão de cultura, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Definir e realizar Calendário Oficial de eventos esportivos e artístico-culturais; Ø Promover atividades relacionadas a projetos artístico-culturais, valorizando a cultura e incentivando os artistas locais;
Ø Incentivar e apoiar eventos e atividades voltadas a área cultural;
Ø Incentivar e apoiar a realização da festa do peão;
Ø Incentivar e apoiar a realização da prova de laço;
Ø Incentivar e apoiar a realização de eventos de festival de calouros;
Ø Incentivar e apoiar a realização de cavalgadas no município;
Ø Incentivar e apoiar a realização de eventos relativos ao aniversário da cidade, eventos em comemorações aos finais de anos, entre outros;
Ø Adquirir livros para atualização da Biblioteca Municipal;
Ø Apoiar e incentivar a fanfarra municipal;
Ø Apoiar e incentivar a criação de oficinas de artes como pinturas, artesanatos, entre outros;
Ø Realizar e apoiar passeios ciclísticos e caminhadas;
Ø Realizar e apoiar gincanas com a população de todas as faixas etárias;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 383.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 12 - Esporte e Lazer — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Esporte e Lazer
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: GARANTIR E AMPLIAR O ACESSO AO ESPORTE RECREATIVO E AO LAZER.
Problema: ÁREA REDUZIDA PARA A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER.
Justificativa: FALTA DE LOCAIS ADEQUADOS PARA A PRÁTICA DO ESPORTE E LAZER.
Público-Alvo: PESSOAS.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
ESPORTE E LAZER	Ps	380,00	410,00	380,00	390,00	400,00	410,00

Unidade Responsável: 07.03 - DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.037 - Manutenção da Divisão de Esportes e Lazer	A	Pessoas	Ps	125.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 27-Desporto e Lazer | Subfunção: 812-Desporto Comunitário
Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Esportes e Lazer
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços da divisão de esportes, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Dar continuidade e incentivar à prática do esporte;
Ø Viabilizar parcerias com entidades públicas e privadas para a realização de eventos esportivos;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente e bens de consumo;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 125.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 13 - Apoio ao Desenvolvimento ao Turismo — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Apoio ao Desenvolvimento do Turismo
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: DESENVOLVER AÇÕES QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO, IDENTIFICANDO NOVOS ATRATIVOS TURÍSITCOS E QUALIFICAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSITICOS, VISANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E O BEM ESTAR SOCIAL DOS MUNÍCIPES.
Problema: DIFICULDADES NO ENGAJAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM CURSOS E OUTROS MEIOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA, ASSIM COMO, A BAIXA DIVULGAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO.
Justificativa: A FALTA DE CONHECIMENTO E/OU MOTIVAÇÃO DOS MORADORES PRÓXIMOS AOS PONTOS TURÍSTICOS EM EXPLORAR O POTENCIAL TURÍSTICO DISPONÍVEL.
Público-Alvo: PESSOAS.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	%	50,00	80,00	50,00	60,00	70,00	80,00
DIVULGAÇÃO DOS ATRATISMO TURÍSTICO	%	40,00	80,00	40,00	55,00	65,00	80,00

Unidade Responsável: 13.02 - DIVISÃO DE TURISMO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.038 - Manutenção da Divisão de Turismo	A	Pessoas	Ps	100.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 27-Desporto e Lazer | Subfunção: 695-Turismo
Objetivo da Ação: Manutenção da Divisão de Turismo
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços da divisão de turismo, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Realização de cursos de atualização e formação voltados para o turismo;
Ø Estimular o aproveitamento dos recursos naturais e culturais que integrem o patrimônio turístico visando a sua valorização e preservação;
Ø Realização de eventos, convenções, e atividades incentivando o turismo rural, ecológico e de lazer;
Ø Apoio às empresas ligadas ao turismo para trabalharem em nosso município através de convênios de cooperação com demais órgãos da Federação;
Ø Realização e apoio da festa da pesca à piapara;
Ø Organizar o calendário de eventos voltados ao turismo do Município;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA 100.000,00

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 14 - Saúde é Direito de Todos — **Tipo:** Finalístico
Objetivo: Saúde é Direito de Todos
Macroobjetivo: global
Natureza: Contínua — **Início Previsto:** — **Término Previsto:** — **Situação:** Em andamento
Objetivo Setorial: PROMOVER O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS, EMERGENCIAIS E HOSPITALARES, VISANDO A QUALIFICAÇÃO NA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS JUNTO AO CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS ATRAVÉS DOS BLOCOS DA SAÚDE.
Problema: EVASÃO DOS PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS JUNTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO.
Justificativa: EVASÃO DOS PACIENTES AOS TRATAMENTOS E ACOMPANHAMENTOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DE DOENÇAS.
Público-Alvo: PESSOAS.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA	Ps	2.685,00	3.000,00	2.685,00	2.800,00	2.900,00	3.000,00
ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE DOENÇAS CRÔNICAS	Ps	360,00	490,00	360,00	390,00	430,00	490,00
ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS DE DOENÇAS	Ps	672,00	750,00	672,00	700,00	725,00	750,00

Unidade Responsável: 08.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.039 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde	A	GLOBAL	GL	95.000,00

Situação: Em Elaboração | Função: 10-Saúde | Subfunção: 301-Atenção Básica
Objetivo da Ação: Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde
Detalhamento da Ação:
Ø Manutenção dos serviços do gabinete do secretário de saúde, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
Ø Aquisição de equipamentos e material permanente;
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA	Ps	2.685,00	3.000,00	2.685,00	2.800,00	2.900,00	3.000,00
ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE DOENÇAS CRÔNICAS	Ps	360,00	490,00	360,00	390,00	430,00	490,00
ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS DE DOENÇAS	Ps	672,00	750,00	672,00	700,00	725,00	750,00

Unidade Responsável: 08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.061 - Investimentos do Grupo da Atenção Básica da Saúde	P	Pessoas	Ps	50.000,00

Situação: Nova | Função: 10-Saúde | Subfunção: 301-Atenção Básica
Objetivo da Ação: Investimentos do Grupo da Atenção Básica da Saúde
Detalhamento da Ação: Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento do bloco de atenção básica da saúde.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.062 - Investimentos do Grupo da Atenção Especializada da Saúde	P	Pessoas	Ps	5.000,00

Situação: Nova | Função: 10-Saúde | Subfunção: 301-Atenção Básica
Objetivo da Ação: Investimentos do Grupo da Atenção Especializada da Saúde
Detalhamento da Ação:
Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento da atenção especializada da saúde.
Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

2.017 - Manutenção da Gestão do SUS	A	Pessoas	Ps	30.000,00
Situação: Nova	Função: 10-Saúde	Subfunção: 301-Atenção Básica		
Objetivo da Ação:	Manutenção da Gestão do SUS			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção do Bloco da Gestão do SUS dando prioridades aos requisitos que compõe as exigências do Ministério da Saúde. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.042 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica - SUS	A	Pessoas	Ps	3.910.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 301-Atenção Básica		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - SUS			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do programa a cargo do Bloco de Atenção Básica, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Contratar médicos para acompanhar os programas de hipertensão, diabetes, grupos da terceira idade e atenção básica em geral; Ø Oferecer atendimento médico e odontológico no mínimo uma vez por semana, nos pontos estratégicos de bairros e distritos do Município; Ø Dar prioridade absoluta à medicina preventiva com especial atenção à maternidade, infância, adolescência e idoso; através de criação de programas específicos; Ø Firmar convênios/contratar Fundações, Hospitais, Laboratórios, empresas terceirizadas das áreas da saúde para atendimentos médicos e exames na área da atenção básica; Ø Oferecer cursos para gestantes, hipertensos, diabéticos, etilistas e dependentes químicos, visando orientá-los sobre os riscos e como se prevenir; Ø Contratar profissionais para ministrar cursos aos jovens e adolescentes sobre o risco do uso das drogas; Ø Promover campanhas de esclarecimento quanto às conseqüências do uso indiscriminado de medicamentos, especialmente pelas pessoas de terceira idade; Ø Ações de manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS; Ø Ações de manutenção da Equipe Saúde da Família – ESF; Ø Ações de manutenção da Equipe de Saúde Bucal; Ø Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as unidades de saúde e administrativas; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento dos programas de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA	Ps	2.685,00	3.000,00	2.685,00	2.800,00	2.900,00	3.000,00
ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE DOENÇAS CRÔNICAS	Ps	360,00	490,00	360,00	390,00	430,00	490,00
ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS DE DOENÇAS	Ps	672,00	750,00	672,00	700,00	725,00	750,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.062 - Investimentos do Grupo da Atenção Especializada da Saúde	P	Pessoas	Ps	20.000,00
Situação: Nova	Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Objetivo da Ação:	Investimentos do Grupo da Atenção Especializada da Saúde			
Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento da atenção especializada da saúde. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.041 - Participação no Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA	A	Pessoas	Ps	420.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Objetivo da Ação:	Participação no Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do Consórcio InterMunicipal de Saúde - CISA, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, rateio das ações prestadas pela entidade, objetivando as ações contínuas. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento dos programas de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.044 - Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - SUS	A	Pessoas	Ps	1.805.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - SUS			
Detalhamento da Ação:	Ø Firmar convênios/contratar Fundações, Hospitais, Empresas do ramos da medicina e Laboratórios para atendimentos médicos e exames especializados; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.081 - Participação no Consórcio de Urgência e Emergência - CIUENP / SAMU	A	Pessoas	Ps	60.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Objetivo da Ação:	Participação no Consórcio de Urgência e Emergência - CIUENP / SAMU	
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços prestados pelo Consórcio de Urgência e Emergência - CIUENP / SAMU, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, rateio das ações prestadas pela entidade, objetivando as ações contínuas. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento dos programas de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde.	

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA	Ps	2.685,00	3.000,00	2.685,00	2.800,00	2.900,00	3.000,00
ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE DOENÇAS CRÔNICAS	Ps	360,00	490,00	360,00	390,00	430,00	490,00
ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS DE DOENÇAS	Ps	672,00	750,00	672,00	700,00	725,00	750,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.068 - Investimentos na Assistência Farmacêutica	P	Pessoas	Ps	20.000,00
Situação: Nova	Função: 10-Saúde	Subfunção: 303-Suporte Profilático e Terapêutico		
Objetivo da Ação:	Investimentos na Assistência Farmacêutica			
Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento e continuidade das atividades do bloco de assistência farmacêutica. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.046 - Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica - SUS	A	Pessoas	Ps	289.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 303-Suporte Profilático e Terapêutico		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica - SUS			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços das atividades do Bloco de Assistência Farmacêutica, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.076 - Aquisicao de Medicamentos - Através de Consórcio	A	Pessoas	Ps	107.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 303-Suporte Profilático e Terapêutico		
Objetivo da Ação:	Aquisicao de Medicamentos - Através de Consórcio			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção do termo de convênio firmado entre o Município e o Consórcio de Medicamentos do Paraná para aquisição de medicamentos a preços mais acessíveis; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa;			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA	Ps	2.685,00	3.000,00	2.685,00	2.800,00	2.900,00	3.000,00
ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE DOENÇAS CRÔNICAS	Ps	360,00	490,00	360,00	390,00	430,00	490,00
ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS DE DOENÇAS	Ps	672,00	750,00	672,00	700,00	725,00	750,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.063 - Investimentos no Bloco da Vigilância em Saúde	P	Pessoas	Ps	20.000,00
Situação: Nova	Função: 10-Saúde	Subfunção: 304-Vigilância Sanitária		
Objetivo da Ação:	Investimentos no Bloco da Vigilância em Saúde			
Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento das atividades do bloco de vigilânicia em saúde. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.045 - Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde - SUS	A	Propriedades	PROP	185.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 10-Saúde	Subfunção: 304-Vigilância Sanitária		

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Objetivo da Ação:	Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde - SUS
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços das atividades de combate às doenças epidemiológicas, gerenciamento de riscos, vigilância sanitária e demais ações estruturantes, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA	Ps	2.685,00	3.000,00	2.685,00	2.800,00	2.900,00	3.000,00
ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE DOENÇAS CRÔNICAS	Ps	360,00	490,00	360,00	390,00	430,00	490,00
ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCOS DE DOENÇAS	Ps	672,00	750,00	672,00	700,00	725,00	750,00

Unidade Responsável: 08.03 - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.106 - Manutenção da Divisão de Assistência a Saúde	A	Pessoas	Ps	110.000,00
Situação: Nova	Função: 10-Saúde	Subfunção: 301-Atenção Básica		
Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão de Assistência a Saúde			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da Divisão de Assistência a Saúde, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Promover medidas relativas à atenção dos interesses prioritários do Fundo Municipal de Saúde; Ø Fiscalização dos serviços da saúde para que sejam realizados dentro da legislação; Ø Auxílio para a população, principalmente a carente, na área da saúde; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento dos programas de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **7.126.000,00**

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	16 - Planej. Urbano e Serv. de Util. Pública					**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Planej. Urbano e Serv. de Util. Pública						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:	GARANTIR CONDIÇÕES Á POPULAÇÃO COM OBRAS, MANUTENÇÕES E ASPECTOS SOCIAIS, VISANDO O BEM ESTAR, ECONÔMICO, ADMINISTRATIVOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO.						
Problema:	DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO E DE ACESSIBILIDADE DOS MORADORES OCASIONADA PELA MÁ QUALIDADE DO PISO NATURAL.						
Justificativa:	FALTA DE INVESTIMENTOS APROPRIADOS NA ÁREA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, GARANTINDO O BEM ESTAR E UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA Á POPULAÇÃO.						
Público-Alvo:	POPULAÇÃO.						

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	%	77,00	95,00	77,00	83,00	89,00	95,00
REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	%	15,00	75,00	15,00	35,00	55,00	75,00

Unidade Responsável: 09.01 - GABINETE DO SECRETARIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.048 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras, Plan. Urb. e Serv. Públicos	A	GLOBAL	GL	82.500,00
Situação: Em Elaboração	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras, Plan. Urb. e Serv. Públicos			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do Gabiente do Secretário de Obras e Planejamento Urbano, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	%	77,00	95,00	77,00	83,00	89,00	95,00
REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	%	15,00	75,00	15,00	35,00	55,00	75,00

Unidade Responsável: 09.02 - DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PÚBLICOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.048 - Investimentos na Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	P	Unidade	und	10.881.658,17
Situação: Em Elaboração	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Investimentos na Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos			
Detalhamento da Ação:	Ø Execução de obras públicas, aquisição de equipamentos e material permanente, imóveis na Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

	Metas Físicas / Análise Acumulativa
Anual	3.000,00
Total	3.000,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.072 - Investimentos TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - REURB-S	P	Unidade	und	500.000,00
Situação: Nova	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - REURB-S			

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos a serem realizados pelo município destinados a implantação e manutenção do programa de reurbanização social - REURB-S com recursos, principalmente, advindos da legalização dos terrenos localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	1.300.000,00
Situação: Nova	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.049 - Manutenção da Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	A	Metro Linear	m	848.870,00
Situação: Em Elaboração	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da divisão de obras, planejamento urbano e serviços públicos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Desenvolver atividades de urbanização das avenidas, revitalização, remanejamento e paisagismo; Ø Conservação de prédios públicos, ruas, avenidas, praças, parques e jardins; Ø Manutenção do Cemitério Municipal; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.117 - Livre Aplicação das Multas TAC - MP - Terrenos Porto Figueira	A	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Livre Aplicação das Multas TAC - MP - Terrenos Porto Figueira			
Detalhamento da Ação:	Ø Garantir a prestação de serviços e aquisição de despesas de custeio e/ou investimentos no município com recursos arrecadados, principalmente, das multas aplicadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmados entre o Ministério Público do Estado do Paraná e os possíveis proprietários dos imóveis em fase de legalização localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.118 - Manutenção TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - REURB-S	A	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana		
Objetivo da Ação:	Manutenção TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - REURB-S			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção atraves de despesas de custeios e/ou investimentos a serem realizados pelo município destinados a implantação e manutenção do programa de reurbanização social - REURB-S com recursos, principalmente, advindos da legalização dos terrenos localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	%	77,00	95,00	77,00	83,00	89,00	95,00
REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	%	15,00	75,00	15,00	35,00	55,00	75,00

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.048 - Investimentos na Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	P	Unidade	und	52.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 452-Serviços Urbanos		
Objetivo da Ação:	Investimentos na Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos			
Detalhamento da Ação:	Ø Execução de obras públicas, aquisição de equipamentos e material permanente, imóveis na Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.049 - Manutenção da Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	A	Metro Linear	m	500.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Situação: Em Elaboração	Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 452-Serviços Urbanos
Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos	
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da divisão de obras, planejamento urbano e serviços públicos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Desenvolver atividades de urbanização das avenidas, revitalização, remanejamento e paisagismo; Ø Conservação de prédios públicos, ruas, avenidas, praças, parques e jardins; Ø Manutenção do Cemitério Municipal; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.	

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	%	77,00	95,00	77,00	83,00	89,00	95,00
REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	%	15,00	75,00	15,00	35,00	55,00	75,00

Unidade Responsável: 09.03 - FUNDO M. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.047 - Investimentos no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	P	Unidade	und	1.000,00
Situação: Nova	Função: 16-Habitação	Subfunção: 482-Habitação Urbana		
Objetivo da Ação:	Investimentos no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social			
Detalhamento da Ação:	Ø Contribuir e apoiar os quesitos necessários para a implantação do conjunto habitacional firmado entre o Município e demais Entes da Federação. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	50.000,00
Situação: Nova	Função: 16-Habitação	Subfunção: 482-Habitação Urbana		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.088 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	A	Unidade	und	350,00
Situação: Nova	Função: 16-Habitação	Subfunção: 482-Habitação Urbana		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **14.256.378,17**

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	17 - Manut. e Conservação da Malha Viária					**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Manut. e Conservação da Malha Viária						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:	GARANTIR CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE DAS ESTRADAS VICINAIS, RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.						
Problema:	GRANDE FLUXO DE VEÍCULOS PESADOS NAS ESTRADAS, DIFICULTANDO A ESCOAÇAO DA PRODUTÇÃO A QUALQUER TEMPO.						
Justificativa:	BUSCAR MAIORES INVESTIMENTOS NA ÁREA VIÁRIA, GARANTINDO O BOM TRÁFEGO DOS VEÍCULOS, CONSEQUENTEMENTE OFERTAR À POPULAÇÃO MELHOR QUALIDADE DE VIDA.						
Público-Alvo:	PESSOAS.						

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA	m	5.000,00	10.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00	10.000,00
AMPLIAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM	m	5.000,00	8.000,00	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00

Unidade Responsável: 10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.099 - Manutenção do Gabinete do Secretário dos Serviços Rodoviários	A	GLOBAL	GL	85.000,00
Situação: Nova	Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Gabinete do Secretário dos Serviços Rodoviários			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção do Gabinete do Secretário de Serviços Rodoviários, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA	m	5.000,00	10.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00	10.000,00
AMPLIAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM	m	5.000,00	8.000,00	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00

Unidade Responsável: 10.02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.060 - Investimentos na Divisão de Serviços Rodoviários	P	Pessoas	Ps	1.000,00
Situação: Nova	Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário		
Objetivo da Ação:	Investimentos na Divisão de Serviços Rodoviários			
Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento e continuidade das atividades da divisão dos serviços rodoviários. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova	Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.100 - Manutenção da Divisão dos Serviços Rodoviários	A	Pessoas	Ps	1.460.000,00
Situação: Nova	Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário		

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão dos Serviços Rodoviários
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da divisão de serviços rodoviários, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.117 - Livre Aplicação das Multas TAC - MP - Terrenos Porto Figueira	A	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova	Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário		
Objetivo da Ação:	Livre Aplicação das Multas TAC - MP - Terrenos Porto Figueira			
Detalhamento da Ação:	Ø Garantir a prestação de serviços e aquisição de despesas de custeio e/ou investimentos no município com recursos arrecadados, principalmente, das multas aplicadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmados entre o Ministério Público do Estado do Paraná e os possíveis proprietários dos imóveis em fase de legalização localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **1.586.000,00**

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	18 - Promoção e Extensão Rural					**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promoção e Extensão Rural						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:	REALIZAÇÃO DE AÇÕES QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO MUNCIPIO, VISANDO EVITAR O EXODO RURAL.						
Problema:	CONDIÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O CRESCIMENTO NA ATIVIDADE, E CONSEQUENTEMENTE A BUSCA DE UM AUMENTO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO.						
Justificativa:	ATENDER O SETOR AGROPECUÁRIO EM GERAL, VOLTADOS AO AUMENTO NA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA, VISANDO ASSIM MELHORAR E ESTABILIZAR A OFERTA DE ALIMENTOS AO REBANHO O ANO TODO E, AO MESMO TEMPO, OFERTAR INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA NAS COMUNIDADES RURAIS.						
Público-Alvo:	PRODUTORES RURAIS.						

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO	PROP	100,00	130,00	100,00	110,00	120,00	130,00
APOIO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	PROP	20,00	35,00	20,00	25,00	30,00	35,00

Unidade Responsável: 11.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGROP., ABAST.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.056 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Agropecuária e Abastecimento	A	GLOBAL	GL	85.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 20-Agricultura	Subfunção: 606-Extensão Rural		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Gabinete do Secretário de Agropecuária e Abastecimento			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO	PROP	100,00	130,00	100,00	110,00	120,00	130,00
APOIO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	PROP	20,00	35,00	20,00	25,00	30,00	35,00

Unidade Responsável: 11.02 - DIVISÃO DE AGROPECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.051 - Investimentos na Divisão de Fomento Agropecuário e Abastecimento	P	Unidade	und	200,00
Situação: Nova	Função: 20-Agricultura	Subfunção: 606-Extensão Rural		
Objetivo da Ação:	Investimentos na Divisão de Fomento Agropecuário e Abastecimento			
Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos na Divisão de Fomento Agropecuário e Abastecimento.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova	Função: 20-Agricultura	Subfunção: 606-Extensão Rural		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.057 - Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário e Abastecimento	A	Propriedades	PROP	460.000,00

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Situação: Em Elaboração	Função: 20-Agricultura	Subfunção: 606-Extensão Rural
Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário e Abastecimento	
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da divisão de fomento agropecuário e abastecimento, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Oferecer sementes para o micro, pequeno produtor rural e sitiante; Ø Promover cursos de assistência técnica para os produtores rurais do Município; Ø Dar atendimento consistente ao produtor rural, com vistas à geração de empregos e incremento da arrecadação tributária do Município; Ø Realizar preparo de terras e conservação do solo a preços subsidiados, nos termos da legislação específica; Ø Dar atendimento técnico ao micro e pequeno produtor rural, tendo em vista o desenvolvimento da agropecuária no Município; Ø Efetuar a distribuição de esterco orgânico e demais adubos de forma gratuita ou a preços subsidiados ao micro e pequeno produtor rural; Ø Dar continuidade ao programa de inseminação artificial para melhoria do gado; Ø Promover visitas de agricultores em áreas de pesquisa de campo; Ø Adotar medidas para assegurar emprego ao trabalhador rural; Ø Doar mudas e sementes de vegetais, prioritariamente aos pequenos produtores rurais; Ø Promover parcerias com órgãos federais e estaduais ligados à agricultura e reforma agrária, visando o assentamento de trabalhadores rurais; Ø Realizar exames laboratoriais em animais de pequeno, médio e grande porte para prevenção de doenças; Ø Firmar parceria junto com demais órgãos federativos para implantação e melhoria do sistema de irrigação para pequenas e médias áreas rurais; Ø Elaborar projetos de custeio através de trabalho em conjunto com demais órgãos da Federação; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.	

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **565.200,00**

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	19 - Apoio a Indústria e Comércio					**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Apoio a Indústria e Comércio						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TECNOLÓGICO DO MUNICIPIO, CONTRIBUINDO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NOS SETORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.						
Problema:	BAIXO INDICE DE EMPRESAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGOS, ASSIM COMO, FALTA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.						
Justificativa:	BAIXA PROCURA PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS, POR SE TRATAR DE UMA ÁREA URBANA PEQUENA. PORÉM, O MUNICÍPIO TEM O PROPÓSITO DE INCENTIVAR A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.						
Público-Alvo:	PESSOAS.						

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Ps	674,00	690,00	674,00	680,00	685,00	690,00
INCENTIVO A ABERTURA DE EMPRESAS	und	123,00	130,00	123,00	125,00	127,00	130,00

Unidade Responsável: 12.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE IND. E COM.

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.105 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio	A	Unidade	und	85.000,00
Situação: Nova	Função: 22-Indústria	Subfunção: 661-Promoção Industrial		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção do Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Ps	674,00	690,00	674,00	680,00	685,00	690,00
INCENTIVO A ABERTURA DE EMPRESAS	und	123,00	130,00	123,00	125,00	127,00	130,00

Unidade Responsável: 12.02 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	10.000,00
Situação: Nova	Função: 22-Indústria	Subfunção: 661-Promoção Industrial		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.075 - Investimentos na Divisão de Indústria e Comércio	P	Comércios e Indústrias	und	1.000,00
Situação: Nova	Função: 22-Indústria	Subfunção: 661-Promoção Industrial		
Objetivo da Ação:	Investimentos na Divisão de Indústria e Comércio			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar ações de investimentos na Indústria e Comércio para fomento da geração de empregos e renda; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

2.059 - Manutenção da Divisão de Indústria e Comércio	A	Comércios e Indústrias	und	115.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 22-Indústria	Subfunção: 661-Promoção Industrial		
Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão de Indústria e Comércio			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da divisão de indústria e comércio, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Formalizar convênios de cooperação nas áreas de tecnologia, de promoção econômica e gestão empresarial e profissionalização da mão-de-obra, através de instituições públicas e privadas; Ø Apoiar a comunidade empresarial, visando o desenvolvimento econômico e tecnológico, promovendo a expansão industrial e comercial do Município; Ø Divulgar o Município, através dos meios de comunicações adequados, incentivando e atraindo empresas a se instalarem no Município; Ø Promover a expansão e a diversificação dos setores industrial, comercial e de serviços; Ø Disponibilizar recursos para investimento na agroindústria do Município visando a geração de empregos e rendas; Ø Incentivar e investir na diversificação da agricultura e agroindústria, e criar no município espaço próprio para comercialização dos produtos; Ø Disponibilizar espaços físicos adequados para incentivo da indústria e comércio; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **211.000,00**

Dados Aprovados pelo Legislativo

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	20 - Preserv. de Rec. Naturais e Renováveis					**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Preserv. de Rec. Naturais e Renováveis						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:	PROMOVER AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICIPIO, DE FORMA INTEGRADA COM A COMUNIDADE, COM O OBJETIVO DE POSSIBILITAR MELHORIAS NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, NA QUALIDADE DE VIDA E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.						
Problema:	DIFICULDADES NO ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO PARA A PRÁTICA DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.						
Justificativa:	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INDISPENSÁVEL PARA MELHORIAS NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, SE FAZ NECESSÁRIA EM TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E ATÉ MESMO NOS SETORES PRODUTIVOS. NO ENTANTO, NO QUE TANGE À EFETIVIDADE DA AÇÃO FISCALIZATÓRIA, DIFICULDADES SÃO ENCONTRADAS EM DECORRÊNCIA DA GRANDE ÁREA DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO E DE SUA DENSIDADE DEMOGRÁFICA.						
Público-Alvo:	POPULAÇÃO.						

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA COLETA SELETIVA	%	1.572,00	1.752,00	1.572,00	1.650,00	1.710,00	1.752,00
AMPLIAÇÃO E PLANTIO DE MUDAS NATIVAS E EXÓTICAS NO VIVEIRO MUNICIPAL	und	1.100,00	3.500,00	1.100,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00

Unidade Responsável: 13.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.060 - Manut. Gab. Secret. Turismo, Meio Amb., Ecol., Fiscaliz., Saneam. e As. Agrária	A	GLOBAL	GL	83.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental		
Objetivo da Ação:	Manut. Gab. Secret. Turismo, Meio Amb., Ecol., Fiscaliz., Saneam. e As. Agrária			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Ecologia, Fiscalização, Saneamento e Assistência Agrária através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA COLETA SELETIVA	%	1.572,00	1.752,00	1.572,00	1.650,00	1.710,00	1.752,00
AMPLIAÇÃO E PLANTIO DE MUDAS NATIVAS E EXÓTICAS NO VIVEIRO MUNICIPAL	und	1.100,00	3.500,00	1.100,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00

Unidade Responsável: 13.03 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.073 - Investimentos TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - Meio Ambiente	P	Unidade	und	1.000.000,00
Situação: Nova	Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - Meio Ambiente			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos realizados no meio ambiente localizado no Balneário Porto Figueira com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	500.000,00
Situação: Nova	Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

2.061 - Manutenção da Divisão de Meio Ambiente, Ecologia e Fiscalização Ambiental	A	PORCENTAGEM	%	265.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental		
Objetivo da Ação:	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente, Ecologia e Fiscalização Ambiental			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços da divisão de meio ambiente, ecologia e fiscalização ambiental, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Criar o plano de manejo da APA Municipal; Ø Revisão do zoneamento ambiental; Ø Demarcação da área de APA Municipal com placas padronizadas; Ø Oferecer cursos para os fiscais municipais de meio ambiente, habilitando-os para o trabalho; Ø Aquisição de equipamentos e material permanente; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.119 - Manutenção TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - Meio Ambiente	A	Unidade	und	80.000,00
Situação: Nova	Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental		
Objetivo da Ação:	Manutenção TAC-MP - Terrenos Porto Figueira - Meio Ambiente			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção através da contratação de prestação de serviços e/ou aquisição de despesas de custeio no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado pelo Ministério Público do Estado do Paraná e os possíveis proprietários; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.120 - Manutenção TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	A	Unidade	und	30.000,00
Situação: Nova	Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental		
Objetivo da Ação:	Manutenção TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção através da contratação de prestação de serviços e/ou aquisição de despesas de custeio no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado pelo Pode Executivo do Município e os possíveis proprietários; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA COLETA SELETIVA	%	1.572,00	1.752,00	1.572,00	1.650,00	1.710,00	1.752,00
AMPLIAÇÃO E PLANTIO DE MUDAS NATIVAS E EXÓTICAS NO VIVEIRO MUNICIPAL	und	1.100,00	3.500,00	1.100,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00

Unidade Responsável: 13.04 - DIVISÃO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRÁRIA

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.057 - Invest. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e As. Agrária	P	Unidade	und	1.000,00
Situação: Nova	Função: 17-Saneamento	Subfunção: 512-Saneamento Básico Urbano		
Objetivo da Ação:	Invest. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e As. Agrária			
Detalhamento da Ação:	Ø Investimentos com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, imóveis e realização de obras para atendimento e continuidade das atividades voltadas ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Assistência Agrária. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.074 - Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	P	Unidade	und	250.000,00
Situação: Nova	Função: 17-Saneamento	Subfunção: 512-Saneamento Básico Urbano		
Objetivo da Ação:	Investimentos TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Realizar investimentos no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.091 - Manut. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e As. Agrária	A	Unidade	und	310.000,00

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Situação: Nova	Função: 17-Saneamento	Subfunção: 512-Saneamento Básico Urbano
Objetivo da Ação:	Manut. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e As. Agrária	
Detalhamento da Ação:	Ø Desenvolver ações que contribuem para o cumprimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, através do custeio de despesas fixas, despesas com manutenção, recursos humanos, investimentos, objetivando as ações contínuas. Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.	

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.120 - Manutenção TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação	A	Unidade	und	20.000,00
Situação: Nova	Função: 17-Saneamento	Subfunção: 512-Saneamento Básico Urbano		
Objetivo da Ação:	Manutenção TAC-PMAP - Terrenos Porto Figueira - Livre Aplicação			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção através da contratação de prestação de serviços e/ou aquisição de despesas de custeio no município com recursos, principalmente, advindos da legalização dos imóveis localizados no Balneário Porto Figueira, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado pelo Pode Executivo do Município e os possíveis proprietários; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **2.539.000,00**

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	21 - Apoio ao Ensino Superior					**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Apoio ao Ensino Superior						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:	INCENTIVAR ALUNOS A REALIZAREM UM CURSO SUPERIOR, GARANTINDO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E RENDA.						
Problema:	BAIXO INDICE DE PESSOAS QUE NÃO CURSAM O ENSINO SUPERIOR.						
Justificativa:	FALTA DE INSTITUIÇÕES QUE OFEREÇAM O ENSINO SUPERIOR NO MUNICIPIO, E, AS DIFICULDADES PARA TRANSITAREM ATÉ OS MUNICÍPIOS VIZINHOS QUE POSSUEM INSTITUIÇÕES COM ENSINO SUPERIOR.						
Público-Alvo:	ALUNOS.						

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
APOIO AO ENSINO SUPERIOR	AL	40,00	55,00	40,00	48,00	51,00	55,00

Unidade Responsável: 07.02 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.007 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior	A	Alunos	AL	145.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 12-Educação	Subfunção: 364-Ensino Superior		
Objetivo da Ação:	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior			
Detalhamento da Ação:	Ø Manutenção dos serviços do transporte escolar do ensino superior, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; Ø Desenvolver outras ações que contribuem para o cumprimento do programa.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **145.000,00**

Exercício: 2026
Situação: Aprovada na Íntegra **Fundamento Legal: 645** **Data: 01/01/2026** **Tipo: Lei**
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa:	999 - Reserva de Contingência					**Tipo:**	Operações Especiais
Objetivo:	Reserva de Contingência						
Macroobjetivo:	global						
Natureza:	Contínua	**Início Previsto:**		**Término Previsto:**		**Situação:**	Em andamento
Objetivo Setorial:							
Problema:							
Justificativa:							
Público-Alvo:							

Indicadores

Especificação	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	2026	2027	2028	2029
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Responsável: 04.02 - DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Descrição Ação-Subação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
0.004 - Reserva de Contingência	O	GLOBAL	GL	10.000,00
Situação: Em Elaboração	Função: 99-Reservas	Subfunção: 999-Reserva de Contingência		
Objetivo da Ação:	Reserva de Contingência			
Detalhamento da Ação:	Ø Reservar créditos orçamentários para possíveis contingências.			

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA **10.000,00**

TOTAL NA LDO **42.169.878,17**

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I) Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	42.276.342,32	5,881	121,540	49.151.167,02	6,837	102,091	6.874.824,70	16,26
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.109.014,36	5,023	103,809	47.349.132,42	6,586	87,198	11.240.118,06	31,13
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.109.014,36	5,023	103,809	47.407.495,71	6,594	87,198	11.298.481,35	31,29
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	30.986.533,79	4,310	89,083	47.241.863,16	6,571	74,828	16.255.329,37	52,46
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	5.122.480,57	0,713	14,727	107.269,26	0,015	12,370	(5.015.211,31)	-97,91
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) +	10.244.961,14	1,425	29,453	214.538,52	0,030	24,740	(10.030.422,62)	-97,91
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.306.795,46	0,182	3,757	1.706.994,59	0,237	3,156	400.199,13	30,62
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(4.216.207,57)	(0,586)	(12,121)	(5.124.054,08)	(0,713)	(10,182)	(907.846,51)	21,53
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.607.296,99	0,224	4,621	970.155,00	0,135	3,881	(637.141,99)	-39,64

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB Nominal	718.923.000,00	718.923.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	34.784.014,36	41.410.452,83

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES 2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	48.650.572,17	42.276.342,32	-13,1	44.218.752,25	4,59	48.119.048,50	8,82	46.196.500,72	-4	48.737.308,20	5,5
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	42.218.201,07	36.109.014,36	-14,47	37.811.858,95	4,72	38.308.053,33	1,31	39.457.294,88	3	41.627.446,10	5,5
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	37.080.611,94	36.109.014,36	-2,62	44.218.752,25	22,46	42.169.878,17	-4,63	39.454.016,75	-6,44	41.623.987,67	5,5
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	33.823.523,97	30.986.533,79	-8,39	31.916.129,80	3	32.873.613,69	3	33.859.822,10	3	35.722.112,32	5,5
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V	8.394.677,10	5.122.480,57	-38,98	5.895.729,15	15,1	5.434.439,64	-7,82	5.597.472,78	3	5.905.333,78	5,5
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	16.789.354,20	10.244.961,14	-38,98	5.895.729,15	-42,45	5.434.439,64	-7,82	5.597.472,78	3	5.905.333,78	5,5
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.306.699,44	1.306.795,46	0,01	1.706.994,59	30,62	1.386.379,30	-18,78	1.427.970,68	3	1.506.509,07	5,5
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(4.153.995,10)	(4.216.207,57)	1,5	(4.232.422,72)	0,38	(4.406.871,53)	4,12	(4.539.077,68)	3	(4.788.726,95)	5,5
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	4.243.115,40	1.607.296,99	-62,12	3.192.708,42	98,64	1.705.181,38	-46,59	1.756.336,82	3	1.852.935,35	5,5

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES 2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	51.613.392,02	43.544.632,59	-15,63	44.218.752,25	1,55	46.717.522,82	5,65	43.544.632,59	-6,79	44.601.541,10	2,43
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.789.289,52	37.192.284,79	-16,96	37.811.858,95	1,67	37.192.284,79	-1,64	37.192.284,74	0	38.095.010,10	2,43
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	39.338.821,21	37.192.284,79	-5,46	44.218.752,25	18,89	40.941.629,29	-7,41	37.189.194,79	-9,17	38.091.845,15	2,43
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.883.376,58	31.916.129,80	-11,06	31.916.129,80	0	31.916.129,80	0	31.916.129,80	0	32.690.793,14	2,43
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	8.905.912,94	5.276.154,99	-40,76	5.895.729,15	11,74	5.276.154,99	-10,51	5.276.154,94	0	5.404.216,95	2,43
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	17.811.825,87	10.552.309,97	-40,76	5.895.729,15	-44,13	5.276.154,99	-10,51	5.276.154,94	0	5.404.216,95	2,43
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.386.277,44	1.345.999,32	-2,91	1.706.994,59	26,82	1.345.999,32	-21,15	1.345.999,32	0	1.378.669,21	2,43
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(4.406.973,40)	(4.342.693,80)	-1,46	(4.232.422,72)	-2,54	(4.278.516,05)	1,09	(4.278.516,05)	0	(4.382.363,53)	2,43
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	4.501.521,13	1.655.515,90	-63,22	3.192.708,42	92,85	1.655.515,90	-48,15	1.655.515,90	0	1.695.698,33	2,43

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	56.629.578,74	100,00	48.424.892,14	100,00	39.008.769,77	100,00
TOTAL	56.629.578,74	100,00	48.424.892,14	100,00	39.008.769,77	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2026
Aumento Permanente da Receita	75.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	75.000,00
Redução Permanente da Despesa(II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	75.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	75.000,00

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA 2026	2027	2028	COMPENSAÇÃO
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	Concessão de isenção caráter não geral	Aposentados, Pensionistas, Viúvas e Deficientes.	43.000,00	43.100,00	43.200,00	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	Outros benefícios	Desconto para pagamento em cota única.	3.380,00	3.610,00	3.840,00	
TOTAL			46.380,00	46.710,00	47.040,00	

Fonte da Renuncia:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 369/2025
Data: 25.06.2025
Ementa: dispõe sobre o cancelamento de empenhos de Restos a Pagar do Exercício de 2024 e dos anteriores, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o memorando online sob o nº 390/2025,
DECRETA:
Art. 1º Ficam cancelados os saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados devido as solicitações por Processo Digital (PD) e Memorando, conforme especificados:

Numero	Credor	Valor	R$	Mem./PD
13597/2024	ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES GUAIRENSES	R$	270,77	PD
17660/2024	BORTOLOTI E BRUNING LTDA	R$	88,20	PD
19901/2024	CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA	R$	13.444,60	PD
13505/2024	COSTA & SOUZA COMERCIO HOSPITALAR LTDA	R$	8.437,00	PD
17156/2024	EMBREAGENS FORTE LTDA	R$	620,89	PD
14964/2024	EMBREAGENS FORTE LTDA	R$	4.967,02	PD
18091/2024	G R DISTRIBUIDORA LTDA	R$	687,93	PD
22129/2024	IMPERIAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R$	19.744,89	PD
12993/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	413,40	PD
17947/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	137,80	PD
13044/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	2.998,95	PD
19099/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	275,60	PD
17948/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	275,60	PD
13045/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	2.517,25	PD
13043/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	1.758,15	PD
13042/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	2.067,60	PD
13041/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	1.654,80	PD
13034/2024	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA	R$	2.584,95	PD
19564/2024	LEANDRO PEREIRA SILVA LTDA	R$	2.550,00	PD
23865/2024	LUCAS PAULINI BADUINO	R$	182,91	PD
18088/2024	M C E LOPES DE SOUZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	R$	306,00	PD
15099/2024	MA COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA	R$	7.297,00	PD
13433/2024	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI	R$	702,00	PD
19682/2024	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	R$	54,00	PD
2715/2024	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	R$	886,75	PD
20293/2024	SAMP CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	R$	60.816,13	3507/2024
23830/2024	TECNICAP BRASIL LTDA	R$	2.389,80	PD
4402/2024	TONN & FERNANDES LTDA	R$	1.331,48	PD
TOTAL	139.461,47			

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ATA
V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE DOURADINA

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, as treze e trinta horas, nas dependências do antigo prédio da Universidade Anhanguera, realizou-se a V Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Douradina, Paraná, com o tema "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação", sob a responsabilidade da Presidente do Conselho Municipal do Idoso- CMI senhora Ivanete Ferreira, conforme Decreto nº 68 de 14 de abril de 2025, revogado pelo Decreto nº 96 de 04 de junho de 2025. O Secretário do Meio Ambiente, o senhor Adriano Araújo Oliveira, iniciou a conferência desejando as boas vindas aos presentes. Dando seguimento, realizou a leitura e votação plenária do regimento Interno, sendo que após ressalvas do conselheiro Antônio Gaspar, quanto ao regime de votação nos GTs e sobre a divulgação do número de delegados presentes, a Comissão Organizadora de prontidão já sanou as dúvidas do conselheiro do CMI, após a plenária aprovou o regimento interno por unanimidade.
Convidou as autoridades para compor a mesa de honra, sendo o Prefeito Municipal- Oberdam José de Oliveira e a primeira dama Silene Araújo, o Presidente da Câmara Municipal- Rodrigo Martins, nesse ato representado pelo vice presidente Gilmar Trevizanuto representando os demais vereadores, a Secretária Municipal do Trabalho, Emprego e Promoção Social- Marta Aparecida Gurtler, a Presidente do Conselho Municipal do Idoso, senhora Ivanete Ferreira e o representante dos idosos na sociedade civil, senhor Benício Teixeira dos Santos. Em seguida passou a execução do Hino nacional Brasileiro, logo após nominadas e agradecidas as demais autoridades presentes, em seguida a Senhora Secretária Municipal do Trabalho, Emprego e Promoção Social- Marta Aparecida Gurtler fez o uso da palavra agradecendo a todos pela presença e em especial a todos que colaboraram para que a conferência de fato acontecesse. Disse que a conferência é um espaço para avaliar e propor novas ideias para o município, o estado e a União. Agradeceu a participação dos grupos de estudos dos eixos temáticos pré-conferência. Fez uma menção de agradecimento à memória da senhora Célia Terezinha Furlan, e sua luta co-mo grande apoiadora do projeto de "Capoterapia" no município. O vice presidente da
Câmara Gilmar, agradeceu o convite e disse ser a sua primeira participação em uma confe-rência como representante do poder legislativo, e reforçou a importância dos projetos para a pessoa idosa. O senhor Benício, representante dos idosos no município, agradeceu o convite para representar os idosos e suas necessidades na sociedade civil. Em continuidade o prefei-to municipal Oberdam, destacou o quanto Douradina se dedica à oferta de serviços de qua-lidade para a terceira idade, destacando a importância de continuar promovendo inclusão, respeito e cuidado. A presidente do CMI, senhora Ivanete Ferreira agradeceu a todos pela presença, expressou sua emoção em contribuir para a construção de novas políticas pú-blicas para os idosos, fez menção de agradecimento a memória da senhora Célia Furlan, par-ceira da luta pelos direitos e qualidade de vida dos idosos no município, e declarou aberta a Quinta Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa de Douradina. Houve nesse momento a apresentação cultural do Projeto de Capoeira destinado aos idosos, a "Capoterapia", dirigida pelo professor Edinaldo, com a música "Dinâmica do abraço". Logo após houve a dispensa da mesa de honra, agradecendo as autoridades, seguindo assim para a palestra com a Psicó-loga, senhora Juliana Marques Meirinho, que realizou a palestra enfatizando o tema geral dos eixos norteadores, explicando cada um para as discussões dos grupos de trabalho. Trabalhou com os idosos sobre o assunto da violência que esse público sofre no dia a dia, que as mulhe-res idosas continuam a trabalhar com a mesma intensidade de quando eram jovens, que en-quanto mulheres e pessoas de grupos raciais sofrem ainda mais com essa exposição à violên-cia. Após o retorno do intervalo, com um lanche servido aos participantes, passou-se para a união dos grupos iniciando a discussão das propostas elaboradas pelos grupos da pré-conferência. Em seguida, houve a apresentação das deliberações referendadas apresentadas pelos relatores escolhidos pelos grupos dos eixos, com as propostas para o município, o esta-do e para a União. Eixo 1: Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais. Município: Repasses de fundos direcionado para pessoa idosa, uso de tecnologias para acesso digital; Requerer iniciativas privadas referente as deduções dos im-postos. Estado: Inserir recursos para o conselho do idoso que o estado repassa para o muni-cípio; Requerer repasse de custeio para o Centro dia para o município. União: Ter um percen-tual mensal de fonte de recurso para o fundo do idoso; Inserir na lei do IRPF, dedução para destinar ao fundo do idoso.
Eixo 2: Fortalecimento de políticas para a proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuida-do integral da pessoa idosa. Município: capacitação continua de profissionais para a oferta de uma atenção mais digna e humanizada para a pessoa idosa; Ampliação ou criação dos serviços de saúde especializados, criar ou fortalecer unidades de atenção a saúde do idoso, com equipes multidisciplinares capacitadas para oferecer cuidados específicos e integrados. Estado: Implementação e investimento em Políticas de Prevenção; Priorizar ações de pre-venção, como programas de promoção da saúde, atividades físicas, alimentação saudável e combate ao isolamento social. União: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS); Garantir recursos e estrutura adequada para a atenção integral ao idoso, com foco na preven-ção, tratamento e reabilitação.
Eixo 3: - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa. Município: capacitação continuada dos profissionais da rede de proteção (saúde, assistência social e segurança pública) sobre violência contra a pessoa idosa, realização de cursos e oficinas com apoio de universidades e órgãos especializados; Acom-panhamento familiar com foco em orientação e suporte emocional a pessoa idosa e sua famí-lia; Atendimento com profissional de Gerontologia para atuação nas políticas Públicas muni-cipais voltadas à pessoa idosa; Elaboração e implementação de Fluxograma de Atendimento à pessoa idosa vítima de violência, negligência ou abandono. Estado: Implantação de um Protocolo Estadual Integrado de Enfrentamento à violência contra Pessoas idosas. União: Criação de um sistema nacional de Monitoramento e Prevenção à violência contra pessoas idosas com banco de dados integrado; Desenvolvimento de um sistema digital com acesso integrado entre SUS, SUAS, segurança pública e Ministério Público.
Eixo 4: - participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices. Município: Promover equidade e cidadania das pessoas idosas no município, garan-tindo seus direitos e melhorando sua qualidade de vida; Oferecer oportunidade de educação e cursos de capacitação para cuidadores e familiares de pessoas idosas, promovendo a auto-nomia das pessoas idosas; capacitar agentes públicos para compreender e atender as necessi-dades específicas das pessoas idosas em suas múltiplas formas e dimensões, promovendo uma abordagem integral e respeitosa. Estado: Programa Estadual de apoio dos municípios para ações de equidade e humanização das pessoas idosas; Apoiar técnica e financeiramente os municípios com a criação de projetos e ações para os idosos. União: Sistema
nacional de articulação interfederativa pelos direitos da pessoa idosa; Criar sistema com di-retrizes e metas, e também financiamento compartilhado.
Eixo 5 – Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro. Município: Democratização da informação refe-rente ao Conselho Municipal do Idoso, com realização de audiências públicas e a promoção da participação da sociedade civil; capacitação dos conselheiros, por meio de atualização sobre a legislação e as políticas públicas; Divulgação das ações do conselho; Garantir que os Conselhos municipais tenham autonomia política, administrativa e financeira. Estado: Finan-ciamento para estruturação de sala e secretaria executiva; Criação de uma sala com equipa-mentos, acesso á internet e recursos humanos para as atividades permanentes do conselho. União: Financiamento para estruturação de sala e secretaria executiva, criação de uma sala com equipamentos, acesso à internet e recursos humanos para as atividades permanentes é importante para o bom funcionamento do conselho.
Em seguida foi referendado o delegado e um suplente para representar o município na oitava Conferência Estadual da pessoa idosa, com a vaga destinada par representante da sociedade civil, de preferência pessoa idosa. Ficando como delegada titular: Ivanete Ferreira e delega-do suplente: Benício Teixeira dos Santos. Aproveitando a realização da conferência, foram apresentados para aprovação da assembléia os novos membros que comporão a formação do Conselho da Pessoa Idosa para a gestão 2025/2027, sendo os representantes de entidades governamentais: Aline Renata Miranda da Silva, Anelise Hoffmann Wagener, Iva Gomes de Souza, Inês Pereira Ribeiro, Letícia Andreia de Oliveira Vedovoto, Gustavo Lima Fabri, Henderson Novo Hein e os representantes de entidades não-governamentais: Selma Maria Furlan, Aparecida Martins, Amalia Cabrera Garcia Rodrigues, Vera Dessante, Daniela Apa-recida de Castro, Devani Gil, Maria Elizabete Oliveira da Cruz, Neuza Finque Sanches, Eduarda Ritiele Ribeiro de Melo, Marcio de Souza Sales. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a V Conferência da Pessoa Idosa de Douradina, estado do Paraná, na qual eu Heloisa Fernanda Galvão Romualdo, secretária executiva do Conselho Municipal do Idoso, agradeci a presença dos presentes e lavrei a seguinte ata, que segue assinada por mim e acompanha lista de presença dos participantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 1.274/2025
Dispõe sobre a prorrogação do Plano Municipal de Educação Regulamentado pela lei N° 717 de Julho de 2015.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º Fica prorrogada a Lei nº 717 de julho de 2015 de que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação até sua substituição por nova lei com o mesmo objeto.
Art. 2º O prazo de prorrogação e a vigência da nova lei do PME dependerá da aprovação do projeto de lei nº 2.614/2024, que dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação e cujo art. 6º concede um prazo de um ano após sua publicação, para que os municípios aprovem seus respectivos planos municipais.
Art. 3º Até a aprovação do novo Plano Municipal de Educação os órgãos responsáveis pela sua aplicação deverão dar continuidade ao trabalho de execução das metas e estratégias definidas no plano ainda vigente.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 25 de junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA nº230/2025
SUMULA: Concede licença prêmio ao servidor Antônio José Gomes e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Licença prêmio por 90 (noventa) dias ao servidor EDSON APARECIDO DUARTE ALVES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.915.162-0, residente e domiciliado neste município de Esperança Nova – PR, referente período aquisitivo 06/02/2017 à 05/02/2022 a ser usufruídas no período de 24/06/2025 à 21/09/2025, com fundamento no artigo 70 da Lei 438 – Regime Jurídico Único.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos 24/06/2025.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.
Everton Barbieri
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº 37/2025
Ementa: Concede licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona.
Considerando o direito à licença-prêmio adquirido pelos servidores abaixo elencados, bem como as requisições devidamente protocoladas;
Considerando o cumprimento integral do requisito temporal exigido pela Lei Complementar 009/1993;
Considerando que o Tribunal de Contas de Estado do Paraná entende que a conversão da licença especial é possível, desde que, haja expressa previsão legal para tanto, sendo seu pagamento dependente de compatibilidade orçamentária, não devendo ser computado na apuração do limite constitucional de gastos com pessoal;
Considerando a vigência da Lei Municipal de nº 896/2025 que autoriza a conversão das licenças-prêmio não gozadas em pecúnia no âmbito do Poder Legislativo;
Considerando o parecer contábil que indica a existência de compatibilidade orçamentária para a efetivação dos direitos dos servidores;
Considerando ainda que o ato de concessão possui natureza discricionária do gestor público competente.
RESOLVE
Art. 1º Conceder a conversão e o pagamento em pecúnia das licenças-prêmio não usufruídas aos servidores efetivos Paulo Cezar Henrique, matrícula 15, Americo Fernandes Lopes, matrícula 10, Diemes da Silva Dias, matrícula 14, e Michel Hammel Mascarello, matrícula 25, referente aos períodos aquisitivos solicitados e confirmados pelo setor competente.
Art. 2º Fica a Secretaria da Câmara Municipal encarregada de proceder às anotações necessárias junto à ficha funcional de cada servidor.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ivaté, 23 de junho de 2025.
LIONATO GENERALI
PRESIDENTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Município de Alto Paraíso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF,art.4º,§2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
REF.: INEXIGIBILIDADE N° 008/2025
OBJETO: Credenciamento para compra de produtos hortifrutis dos produtores da agricultura familiar para o preparo da alimentação escolar da Rede Muncipal de Ensino de Ivaté-PR.
CONTRATANTE: Município de Ivaté, Estado do Paraná.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2025.
FORO: Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná.
DATA DE ASSINATURA DO(S) CONTRATO(S): 16 de junho de 2025.
Contrato n° 039/2025.
CONTRATADO: Santo Alberto Romanini
CPF/CNPJ: 734.668.679-91.
VALOR TOTAL: R$ 6.164,16 (seis mil, cento e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).
Contrato n° 040/2025.
CONTRATADO: Leonardo Romanini
CPF/CNPJ: 156.698.399-19.
VALOR TOTAL: R$ 4.485,73 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos).
Contrato n° 041/2025.
CONTRATADO: Edna Aparecida de Almeida Conte
CPF/CNPJ: 032.740.089-74.
VALOR TOTAL: R$ 5.719,33 (cinco mil, setecentos e dezenove reais e trinta e três centavos).
Contrato n° 042/2025.
CONTRATADO: Sergio Zumas
CPF/CNPJ: 168.268.099-15.
VALOR TOTAL: R$ 16.293,24 (dezesseis mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO Nº 01 AO ATA R. P. 040/2024 do PREGÃO Nº 011/2024, ID N° 2910 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E REDUCÓPIA COPIADORA LTDA – ME.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado REDUCÓPIA COPIADORA LTDA - ME, com sede à Avenida Presidente Castelo Branco, nº 4158, Centro, Ponto de referência: Entre a Caixa Econômica e o SICOOB, CEP. 87.501-170, na Cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 02.118.251/0001-09, Inscrição Estadual sob nº.9082804150,telefone (44) 3622-5959 / (44) 3622-1593 e (44) 9994-98189 e-mail:admin@reducopia.com, representada neste ato pela Senhora Rosangela Freitas De Almeida Bacarin, brasileira, casada, portadora da C. I. R. G. sob n.º 3.322.389-7 SSP/PR e do CPF/MF sob nº. 526.771.929-34, residente e domiciliada na Rua Nicanor dos Santos Silva, nº 4871, Zona I, CEP. 87.501-120, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO, VIGENCIA, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços até a data 11/12/2025, contados do término do prazo inicialmente estabelecido, ou seja, do dia 17/04/2025, mediante ao Edital ATA DE REGISTRO DE PREÇO, oriunda do Pregão Eletrônico n°11/2024 Licitatório n°40/2024, homologado em 27/05/2024, alteração essa Fundamentada no artigo art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Pregão, Original nº 011/2024.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco(10/06/2025).

MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR — REDUCÓPIA COPIADORA LTDA - ME
Oberdam José de Oliveira — Rosangela Freitas de Almeida Bacarin
Contratante — Sócio Administrador
Testemunhas

TERMO ADITIVO Nº 01 AO ATA R. P. 040/2024 do PREGÃO Nº 011/2024, ID N° 2911 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E PROTCENTRO PLOTAGENS E SERVIÇOS LTDA.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado PROTCENTRO PLOTAGENS E SERVIÇOS LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Desembargador Lauro Lopes, nº 3663, piemont 2, Sala 3, Zona 1, CEP.87.501-210, na cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 07.591.246/0001-24, e na Inscrição Estadual sob o nº Isento, telefone nº (44)3623-1772, e-mail: admin@plotcentro.com.br, neste ato representada por seu sócio Administrador: Anderson Ferreira de Souza, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.594.660-2, inscrito no CPF/MF sob n.º 049.427.969-97, residente e domiciliado à Rua Manoel Rodrigues, nº 2247, jardim Imigrantes, CEP 87.501-720, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO, VIGENCIA, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços até a data 11/12/2025, contados do término do prazo inicialmente estabelecido, ou seja, do dia 17/04/2025, mediante ao Edital ATA DE REGISTRO DE PREÇO, oriunda do Pregão Eletrônico n°11/2024 Licitatório n°40/2024, homologado em 27/05/2024, alteração essa Fundamentada no artigo art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Pregão, Original nº 011/2024.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco(10/06/2025).

MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR — PROTCENTRO PLOTAGENS E SERVIÇOS LTDA
Oberdam José de Oliveira — Anderson Ferreira de Souza
Contratante — Sócio Administrador
Testemunhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

EDITAL N.º 36/2025
De 25/06/2025
CONVOCA CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS, ABERTO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 16 DE 11/04/2025.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Edital n.º 20/2025-Classificação final do referido PSS;
Considerando que o item 9.1 do Edital nº 16/2025 estabeleceu que a convocação, composta por 2 (duas) fases, Fase I, de comprovação de títulos, a Fase II, convocação para contratação, poderão ocorrer simultaneamente;
RESOLVE:
1. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, para, no dia 27/06/2025, às 09h, comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Avenida Barão do Rio Branco, nº 767, Centro, na cidade de Douradina–PR, para apresentarem os documentos comprobatórios dos títulos, nos termos do item 9.1 do Edital nº 16/2025:

Cargo: Técnico de Enfermagem (40H)

Insc.	Nome do Candidato	N.º do Documento	Classificação
016	Beatriz Pereira da Silva	095.008.429-80	12º-Ampla Concorrência
007	Fabiano dos Santos	051.764.319-71	13º-Ampla Concorrência

Cargo: Psicologa (40H)

Insc.	Nome do Candidato	N.º do Documento	Classificação
005	Elaine da Silva Tomaz	059.096.239-66	4º-Ampla Concorrência

PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (25/06/2025).
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO N° 12/2025 AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 035/2024.
Que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE IVATÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Rio de Janeiro, 2758 – Centro, Ivaté - Pr, devidamente inscrita no CNPJ sob N.º 95.640.553/0001-15, neste ato denominado simplesmente de "EMPREGADOR", e de outro o(a) Sr.(a) QUEILA DE SOUZA SILVA TORNEIRO, portador(a) da Carteira de Trabalho e Previdência Social N.º 8942788 série 001-0 PR, inscrito(a) no CPF sob o N.º 070.230.319-44, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 10.632.007-1 , expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, doravante denominado(a) simplesmente de "EMPREGADO(A)", firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, com base em permissivo Constitucional art.37, IX, da Constituição Federal e nos termos da Lei Complementar 92/2019, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas que abaixo seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 035/2024, COMFORME PROCESSO SELETIVO – EDITAL N° 001/2024, vigorando no período de 24/06/2025 à 23/06/2026, inclusive, conforme previsão da Cláusula terceira do contrato acima referenciado, com fulcro no permissivo legal do parágrafo único, do artigo 2°, da Lei Complementar n°92/2019.
CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas do CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 035/2024, CONFORME PROCESSO SELETIVO – EDITAL N° 001/2024, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por assim terem justo e contratados, assinam o presente contrato de trabalho por prazo determinado, em duas vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.
Ivaté - Pr , 23 de junho de 2025.
EMPREGADO (A)
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ- PR
TESTEMUNHAS:
A:_______________________ B:_______________________

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, realizará Dispensa Física, com critério de julgamento ***menor preço por Item***, na hipótese do art. *75, inciso I,* nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 3337/2024 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 02/07/2025
Endereço Eletrônico: licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br
Horário da abertura e análise das propostas 09:00 ás 17:00
Critério de Julgamento: **Menor Preço por Item**

CONTRATANTE:
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná
CNPJ: 95.640.736/0001-30
Endereço: Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro
Telefone: 44-3664-1320
E-mail: licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br

OBJETO DA CONTRATAÇÃO
O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ENGENHARIA E CONSULTORIA NA ÁREA AMBIENTAL, COM FOCO NA OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, MONITORAMENTO E APOIO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PR,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:
02/07/2025 – 08h59min
DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS:
02/07/2025 – 09h00min

O AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO poderá ser obtido na íntegra na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, situada na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, Alto Paraíso, Estado do PR, ou através do site: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1; e **http://www.altoparaiso.pr.gov.br//index.php?sessao=b0546033683mb0**

Alto Paraíso-Pr., 25 de Junho de 2025.

MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 331/2025
Concede Licença para tratamento de Saúde.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora FERNANDA MARTINS ROSA, portadora da Cédula de Identidade nº 10.459.311-9 SESP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23/06/2025 á 07/07/2025.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de junho de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

CNPJ 77.356.665/0001-67

EDITAL 006/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2025
CONVOCAÇÃO 004/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, SR. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, usando as suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a realização do PSS/2025 Edital n.º 001/2025, homologado em 12 de junho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos relacionados, aprovado no PSS/2025 aberto pelo **Edital nº 001/2025**, para comparecer entre os dias 24/06/2025 **à 30/06/2025,** no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Paço Municipal de Francisco Alves, na Rua Jorge Ferreira, nº 627, Centro, CEP: 87.570-000, em Francisco Alves, Estado do Paraná e entregar os documentos comprobatórios exigidos neste Edital, tal fim, à saber:

a) Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento;
b) Xerox e original do CPF;
c) Xerox e original da Cédula de Identidade (RG);
d) Xerox e original do PIS ou PASEP;
e) Xerox e original do Título Eleitoral;
f) Atestado de Saúde Física e Mental;
g) Comprovante de escolaridade exigida, e registro no Conselho da Classe quando couber;
h) Ultimo comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral;
i) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos.
j) Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
k) 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;
l) Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato;
m) Xérox e original da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;
n) Xérox da Carteira de Vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
o) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino)
p) Comprovante de Conta Salário e/ou Conta Corrente vinculada a Conta Salário - Banco Sicredi – **Agencia 0726 - Francisco Alves;**
q) Comprovação de Regularidade Fiscal com o Estado, mediante a exibição de Certidão Negativa de Débito;
r) Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não ocupa cargo ou recebe proventos de aposentadoria que impeçam a acumulação de cargos públicos;
s) Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não sofreu sanção impeditiva do exercício de cargo, função ou emprego público,
t) Declaração de Afrodescendente preenchida e assinada com firma reconhecida, se for o caso.

§ 2º. Os convocados a cargos que exigem escolaridade mínima, categoria de CNH e habilitação profissional junto a órgão de classe deverão apresentar os respectivos documentos na data e horário estabelecidos no caput;

§ 3º. O procurador deverá estar munido da procuração pública ou privada com reconhecimento de firma por verdadeiro, com poderes plenos para representar o outorgante perante o Município de Francisco Alves para os fins do PSS/2025 do Edital nº 001/2025 e assumir compromissos de comparecimento em exame médico legal.

§ 4º O provimento do candidato no emprego público fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.
a. O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido de 05 (cinco) dias uteis, facultará ao Poder Executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.
b. A contratação, objeto do presente Edital, amparado nas legislações vigentes em consonância com as Consolidação das Leis trabalhistas, não gerará vínculo empregatício entre os contratados e a contratante expirando-se ao término da vigência do contrato, o qual poderá vir a ser prorrogado por igual período considerando as necessidades da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - Entregues os documentos previstos no artigo anterior e verificada a falta de algum deles, o Departamento de Recursos Humanos notificará imediatamente o convocado para que no prazo de 02 (dois) dias úteis complete as informações, dados ou documentos faltantes, sob pena de sanções estabelecidas no Edital de abertura perca da vaga.

Art. 3º - Após aprovação dos documentos e Exames Médicos será providenciada a publicação do ato normativo de investidura do convocado ao cargo, devendo o contratado se apresentar no dia útil imediatamente posterior no setor de Recursos Humanos que o encaminhará para a Secretaria em que estiver lotado.

Art. 4º - Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresenta-los no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 6º - Excetuadas as diligências excepcionais previstas no Art. 2º, não serão aceitas entregas de documentos parciais, sendo que o candidato deverá comparecer apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua situação.

Art. 7º - O não atendimento no prazo fixado ou o não comparecimento no exame médico, implicará em perda automática à vaga, sendo considerada como desistente e substituída, na sequência, pela imediatamente classificada.

Art. 8º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Alves, em 25* de junho de 2025, 204º da Independência e 1376º da República.

ALÍRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 004/2025
EDITAL 006/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Nº 001/2025

CONVOCAÇÃO Nº 004 - PSS 2025

CLASS	INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASC	CARGO
2	241632	Elisangela Martins Torino	22/12/1976	Assistente Social
4	240937	Carolaine Pinheiro Leite	04/05/2025	Enfermeiro Padrão

***Considerando a Desistência do 1º Colocado para o Cargo de Assistente Social;
***Considerando a Desistência do 3º Colocado para o Cargo de Enfermeiro Padrão;
Resolve convocar a ordem classificatória o próximo colocado:

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 098/2021
DISPENSA Nº 036/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2021

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no CNPJ n.º 77.356.665/0001-67 doravante denominada **CONTRATANTE,** com sede administrativa na Rua Jorge Ferreira nº. 627, na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA**, brasileiro, casado, portador do 1,0RG nº 5.285.518-7 SESP/PR e do CPF/MF nº 710.227.089-53, residente e domiciliado no município de Francisco Alves, Estado do Paraná e na qualidade de **CONTRATADA** a empresa **WEBLINE SOFTWARE LTDA,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.673.796/0001-92, neste ato representada por **GUILHERME ROBERTO ALVAREZ RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº RG 43.463.924-2 SSP-PR, inscrito no CPF sob nº 224.650.698-02, residente e domiciliado na cidade de Marília, Estado do São Paulo, tem entre si justo e acertado o presente **TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2021**, oriundo da **DISPENSA Nº 036/2021**, com as seguintes condições:

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo e o acréscimo de valor referente ao Contrato Administrativo nº 098/2021, oriundo do **DISPENSA Nº 036/2021**, considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito à economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES ADITIVADOS
2.1 Com a alteração, o valor atual do contrato passa de **R$ 16.437,04 (dezesseis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos)** para **R$ 20.879,56 (vinte mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)** considerando o acréscimo de R$ 4.442,52 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNIT. (reajustado)	VALOR TOTAL
01	Website. Contratação de empresa para atualização e manutenção do website da prefeitura municipal de Francisco Alves, contemplando os seguintes serviços: portal de notícias, agenda cultural e eventos da cidade, banners para publicitária, telefones úteis, sistema de ouvidoria com gerenciamento das manifestações. Recursos de acessibilidade integrados ao site, contraste e tamanho da fonte e leitor usando o vibras. O site deverá ser responsivo. O valor cobrado deverá ser para atualização e manutenção do site pelo período de 12 meses, devendo ficar sob propriedade da prefeitura municipal de Francisco Alves cópia dos arquivos contidos no banco de dados na forma nativa, qual seja, sendo a extensão dos arquivos para casa tabela equivalentes a: .FRM; .MYD; .MYI; .OPT, em caso de rescisão ou término do contrato.; Sistemas de Diário Oficial: Prestação de serviços de fornecimento, manutenção e suporte técnico de sistemas aplicativos de informática WEB para cadastramentos dos documentos pertencentes ao diário oficial e geração automática do diário de acordo com os documentos previamente cadastrados tendo a opção de assinar digitalmente com os tipos A1 ou A3 (Smart card ou token). E-mails institucionais: Criação, manutenção e suporte de contas de e-mails 100 GB de armazenamento compartilhado com e-mails ilimitados. Suporte técnico. Remoto ou presencial conforme a necessidade.	Mês	12	R$ 370,21	R$ 4.442,52

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
3.1. O prazo de vigência do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2024**, que findaria em 24 de junho de 2025, fica prorrogado até 24 de junho de 2026.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
4.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo se faz com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO.
5.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas no Contrato.
E por assim acharem justos e contratados, determinaram a lavratura do presente Termo Aditivo para que produza seus efeitos jurídicos e legais que passará a integrar ao Contrato Primitivo e vai assinado pelas partes contratantes na presença de duas testemunhas.

Francisco Alves/PR, 17 de junho de 2025.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante — **WEBLINE SOFTWARE LTDA**/Contratada
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal — **GUILHERME ROBERTO ALVAREZ RIBEIRO**/Representante

Testemunhas:

DANIEL DOS SANTOS T. CHAMORRO — CPF: 077.076.779-57
MIRIAM FURINI — CPF: 059.881.149-46

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE AUTORIZAÇÃO
COMPRA DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 068/2025
Autorizo a COMPRA DIRETA, despesa e emissão de empenho, para aquisição de seladora de papel para uso na Secretaria de Saúde, visando organização nas embalagens e materiais hospitalares, em favor da empresa FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA, CNPJ nº 33.475.145/0001-06, no valor de R$ 1.446,00 (um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21.
Ivaté, 25 de junho de 2025.
Denilson Vaglieri Prevital
Prefeito Municipal

Publicações legais

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2025

TERMO DE ADITIVO

3° Termo aditivo do contrato nº.237/2022, decorrente de DISPENSA n°60/2022 de Contratação de serviços de consultoria em engenharia para elaboração de projeto de iluminação pública com tecnologia LED, serviços de Medição e Verificação - M&V, além de serviços de apoio técnico à fiscalização, supervisão e gerenciamento de obra estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Eletrobrás, no âmbito do Procel Reluz.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 07.555.412/0001-37, com sede no endereço RUA 14 DE DEZEMBRO, 3755, CENTRO, CENTRO CHOPINZINHO-PR neste ato representada por **GABRIEL GIONGO COLFERAI,** portador do RG n° 8314018-6, portador do CPF sob n° 067.621.029-56, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 10/07/2025. Fica aditado o prazo do presente contrato por mais 30 (trinta) dias, com fundamento art. 105 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 10 de junho de 2025.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08

CONTRATADA
KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - ME
CNPJ:075.554.120-00137

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

GABRIEL GIONGO COLFERAI
RG:8314018-6
CPF:067.621.029-56
REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Avenida: Adão Arcangelo Dal Bem. Nº 882 1200 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA N.º 148/2025.

CONTRATA CANDIDATO (A) APROVADO (A) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CONFORME EDITAL Nº 033/2024.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Lei nº 551/2013, de 24 de setembro de 2013, Seletivo Simplificado n°. 033/2024 datado do dia 06 de Dezembro de 2024, do Edital n.º 001/2025 de 10 de janeiro de 2025 que se refere ao resultado final e, Edital de Convocação n°. 046/2025 do dia 13/06/2025.

RESOLVE:

I – CONTRATAR, em CARÁTER TEMPORÁRIO, conforme item 14.2 do edital nº 033/2024 de 06 de dezembro de 2024, pelo período de 06 (seis) meses o profissional abaixo relacionado para o cargo de Professor PSS – 20 horas, retroagindo a partir de 24 de junho de 2025.

Cargo: Professor - PSS – 20 horas

- Alessandra da Silva Torres

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 25 de junho de 2025.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Avenida: Adão Arcangelo Dal Bem. Nº 882 1200 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA N.º 149/2025.

CONTRATA CANDIDATO (A) APROVADO (A) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CONFORME EDITAL Nº 033/2024.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Lei nº 551/2013, de 24 de setembro de 2013, Seletivo Simplificado n°. 033/2024 datado do dia 06 de Dezembro de 2024, do Edital n.º 001/2025 de 10 de janeiro de 2025 que se refere ao resultado final e, Edital de Convocação n°. 047/2025 do dia 17/06/2025.

RESOLVE:

I – CONTRATAR, em CARÁTER TEMPORÁRIO, conforme item 14.2 do edital nº 033/2024 de 06 de dezembro de 2024, pelo período de 06 (seis) meses o profissional abaixo relacionado para o cargo de Professor Pss – 20 horas, a partir de 25 de junho de 2025.

Cargo: Professor - PSS – 20 horas

- Erica Gabriela Santos de Lima

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 25 de junho de 2025.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 053/2025

Em análise ao requerimento da senhora **ROSANGELA ONOFRE** ocupante do cargo de Assessora Administrativo e inscrito no CPF sob o nº. 031.183.579-16, realizado em 23/06/2025, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Maringá/PR, com previsão de saída em 01/07/2025 e retorno em 04/07/2025, objetivando a participação no Curso – **TERCEIRO SETOR E A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21: SEGURANÇA JURÍDICA, RESPONSABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NOS REPASSES E CAPTAÇÕES DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR COM EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de R$ **1.804,92.**

( ) Passagens

(X) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 01/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 25/06/2025.

Cioni Cassin do Nascimento
Presidente

Célia Pereira dos Santos Geraldeli
1º secretária

Miguel Arcanjo dos Santos
Vice-Presidente

Marcio Renato Trindade da Silva
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
Lei nº 901/2025
SÚMULA: Fixa os subsídios dos agentes Políticos do Poder Executivo Municipal de Ivaté para a legislatura 2029/2032.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica fixado, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para os exercícios de 2029, 2030, 2031 e 2032, na seguinte conformidade:
I – Prefeito: R$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais);
II – Vice-Prefeito: R$ 11.450,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta reais);
III – Secretários: R$ 9.000,00 (nove mil reais).
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2029.
GABINETE DO PREFEITO, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 054/2025

Em análise ao requerimento da senhora **Eliane Roberta Teixeira Fujii** ocupante do cargo de Diretor de Contabilidade e inscrito no CPF sob o nº. 039.722.899-60, realizado em 23/06/2025, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Maringá/PR, com previsão de saída em 01/07/2025 e retorno em 04/07/2025, objetivando a participação no Curso – **TERCEIRO SETOR E A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21: SEGURANÇA JURÍDICA, RESPONSABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NOS REPASSES E CAPTAÇÕES DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR COM EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de R$ **1.804,92.**

( ) Passagens

(X) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 01/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 25/06/2025.

Cioni Cassin do Nascimento
Presidente

Célia Pereira dos Santos Geraldeli
1º secretária

Miguel Arcanjo dos Santos
Vice-Presidente

Marcio Renato Trindade da Silva
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 055/2025

Em análise ao requerimento do senhor **CEZAR ALAOR BOTURA** ocupante do cargo de **Assessor Jurídico** e inscrito no CPF sob o nº. 724.119.109-91 realizado em 23/06/2025, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Maringá/PR, com previsão de saída em 01/07/2025 e retorno em 04/07/2025, objetivando a participação no Curso – **TERCEIRO SETOR E A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21: SEGURANÇA JURÍDICA, RESPONSABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NOS REPASSES E CAPTAÇÕES DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR COM EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de R$ **1.804,92.**

( ) Passagens

(X) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 01/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 25/06/2025.

Cioni Cassin do Nascimento
Presidente

Célia Pereira dos Santos Geraldeli
1º secretária

Miguel Arcanjo dos Santos
Vice-Presidente

Marcio Renato Trindade da Silva
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 056/2025

Em análise ao requerimento da senhora **CÉLIA PEREIRA DOS SANTOS GERALDELI** ocupante do cargo de Vereadora e inscrito no CPF sob nº.010.328.699-33, realizado em 23/06/2025, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Maringá/PR, com previsão de saída em 01/07/2025 e retorno em 04/07/2025, objetivando a participação no Curso – **TERCEIRO SETOR E A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21: SEGURANÇA JURÍDICA, RESPONSABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NOS REPASSES E CAPTAÇÕES DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR COM EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de R$ **1.804,92.**

( ) Passagens

(X) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 01/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 25/06/2025.

Cioni Cassin do Nascimento
Presidente

Miguel Arcanjo dos Santos
Vice-Presidente

Marcio Renato Trindade da Silva
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 057/2025

Em análise ao requerimento do senhor **CIONI CASSIN DO NASCIMENTO** ocupante do cargo de Vereador/Presidente e inscrito no CPF sob o nº. 031.138.249-58, realizado em 23/06/2025, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Maringá/PR, com previsão de saída em 01/07/2025 e retorno em 04/07/2025, objetivando a participação no Curso – **TERCEIRO SETOR E A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21: SEGURANÇA JURÍDICA, RESPONSABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NOS REPASSES E CAPTAÇÕES DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR COM EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de R$ **1.804,92.**

( ) Passagens

(X) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 01/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 25/06/2025.

Célia Pereira dos Santos Geraldeli
1º secretária

Miguel Arcanjo dos Santos
Vice-Presidente

Marcio Renato Trindade da Silva
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL N° 002/2025
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 34/2025
CONTRATANTE: Município de Ivaté-Pr
CONTRATADO: Valéria Dos Santos Silva
DO OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a contratação para o exercício do emprego público de Auxiliar Educacional.
DA VIGENCIA: 26 de junho de 2025 a 25 de junho de 2026.
REMUNERAÇÃO: R$ 1.841,61 (um mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e um centavos) mensais.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 dias do mês de junho de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

LEI Nº 1.277/2025

SÚMULA: RATIFICA O TERMO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;

LEI;

Art. 1º. Fica ratificado o Termo de Cooperação nº 207/2025, constante do Anexo I desta Lei, firmado entre o Município de Esperança Nova, Paraná, e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, que tem como objetivo a comunhão de esforços para promover ações integradas de Assistência Técnica, Extensão Rural e fomento ao desenvolvimento do meio rural, Pesquisa e Experimentação agrícola visando a melhoria das condições econômica, social e ambiental da população rural no município de Esperança Nova.

Parágrafo Único. Com a ratificação, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir todas as obrigações impostas no referido Termo de Cooperação.

Art. 2º. Para viabilizar o cumprimento do Termo de Cooperação ratificado, autoriza, ainda, nos termos do Art. 84, da Lei Orgânica Municipal, o Poder Executivo a ceder um servidor integrante do quadro da municipalidade ao IDR-PR, o qual desempenhará as atribuições previstas no item 3.3.3, do Termo de Cooperação no Município de Esperança Nova-PR.

Art. 3º. O Termo de Cooperação ratificado não trará impacto financeiro aos cofres públicos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Everton Barbieri
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 207/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº207/2025 QUE CELEBRAM O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR – EMATER** E O A **PREFEITURA DE ESPERANÇA NOVA** PARA PROMOÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO.

O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER,** inscrito no CNPJ/MF 75.234.757/0001-49, com sede na Rua da Bandeira, 500, Cabral, Curitiba, Paraná, CEP n° 80.035-270, representado por seu Diretor-Presidente, **NATALINO AVANCE DE SOUZA**, portador do CPF nº 281.851.709-59 , nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9.553, de 10 de Abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado na edição n.º 11.882, doravante denominado **IDR-PARANÁ** e a **PREFEITURA ESPERANÇA NOVA**, inscrita no CNPJ/MF nº **01.612.269/0001-91**, com sede na Avenida Juvenal Silva Braga, n° 400 – Centro, município de Esperança Nova, CEP **87.545-000**, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. **EVERTON BARBIERI** inscrito no CPF/MF sob o n.º 045.879.159-80 doravante denominada **MUNICÍPIO**, considerando o contido no protocolado sob n.º **23.304.339-7**, e em cumprimento das competências e responsabilidades legais, bem como na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O presente termo tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para promover ações integradas de Assistência Técnica, Extensão Rural e fomento ao desenvolvimento do meio rural, Pesquisa e Experimentação agrícola visando a melhoria das condições econômica, social e ambiental da população rural no município de Esperança Nova.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram este termo de cooperação, independente de transcrição, o plano de trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado n.º [**23.304.339-7**].

2.1. O plano de trabalho aprovado poderá ser alterado pelos participes, mediante termo aditivo, desde que não implique alteração do objeto do Termo de Cooperação;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Termo de Cooperação – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086 de 2022.
Atualização: download do arquivo eletrônico realizado em 10/03/2025, às 11h04min

2.2. Qualquer alteração do plano de trabalho deverá ser precedida de manifestação técnica elaborada por servidor ou órgão que possua habilitação para se manifestar sobre a questão e submetida à aprovação da autoridade competente, nos termos do §2º, art. 706 do Decreto n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1 São obrigações comuns aos partícipes deste Termo de Cooperação:

3.1.1. elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Termo de Cooperação;

3.1.2. executar as ações objeto deste Termo de Cooperação, assim como monitorar os resultados considerando as metas definidas no Plano de Trabalho;

3.1.3. designar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Termo de Cooperação, aos quais caberá estabelecer as prioridades, orientar os trabalhos, acompanhar e avaliar a implantação das atividades estipuladas no Plano de Trabalho.

3.1.4. assegurar que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e nas atividades previstas neste Termo de Cooperação conheçam e explicitamente aceitem todas as condições aqui estabelecidas e nos respectivos aditamentos;

3.1.5. cada partícipe designará servidores para atuarem nas ações implementadas a partir da celebração do presente Termo de Cooperação, sem prejuízo das relações funcionais e hierárquicas com os órgãos de origem. As designações não implicarão quaisquer adicionais remuneratórios aos servidores ou representantes;

3.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Termo de Cooperação;

3.1.7. analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao alcance do resultado, almejado neste Termo de Cooperação e no respectivo Plano de Trabalho;

3.1.8. cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

3.1.9. disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações que lhes são afetas;

3.1.10. permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao Termo de Cooperação, assim como aos elementos de sua execução;

3.1.11. fornecer ao parceiro as informações necessárias para o cumprimento das obrigações acordadas;

3.1.12. manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação) obtidas em razão da execução do Termo de Cooperação, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e

3.1.13. obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

3.2. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade do **IDR-PARANÁ**:

3.2.1 Disponibilizar sistema para registro de informações, programação, acompanhamento e emissão de relatórios;

3.2.2 Apresentar relatórios intermediários de execução do Plano de Trabalho quando se fizer necessário e obrigatoriamente um Relatório Final ao término da vigência deste Termo em comum acordo com o MUNICÍPIO;

3.2.3 Realizar orientações e capacitações da equipe em questões técnicas e administrativas;

3.2.4 Dispor de especialistas em questões específicas através de assessorias e consultorias.

3.3. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade do **MUNICÍPIO**:

3.3.1 Acompanhar as informações da programação e execução dos trabalhos realizados no município.

3.3.2 Ceder servidor do MUNICÍPIO para auxiliar o IDR-Paraná nos serviços burocráticos, atividades administrativas e técnicas, mediante processo específico de movimentação que será iniciado pelo Gerente Regional do IDR-Paraná, via sistema eProtocolo.

3.3.3 O MUNICÍPIO terá a seguinte responsabilidade, observando as características específicas de cargos:

Ceder 1 (um) Servidor Municipal ao IDR-Paraná para atribuições do cargo de **ÁREA ADMINISTRATIVA**:

- Apoio nas atividades administrativas:
- Realizar serviços de apoio nas rotinas administrativas, como organização de arquivos, digitação de documentos e atendimento a chamadas telefônicas e e-mails.
- Controle de documentos e arquivos:
- Organizar e controlar arquivos de documentos, contratos e correspondências, garantindo o correto armazenamento e fácil acesso às informações.
- Atendimento ao público e fornecedores:
- Prestar atendimento presencial e telefônico a clientes internos e externos, incluindo agricultores, produtores e outras partes interessadas no setor rural.
- Elaboração de relatórios e planilhas:
- Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas de controle e resumos administrativos, utilizando ferramentas como Excel e outros sistemas de gestão.
- Controle de agenda e compromissos:
- Organizar e gerenciar a agenda de reuniões e compromissos de gestores e outros funcionários da instituição, agendando e confirmando compromissos.
- Processamento de informações financeiras e contábeis:
- Auxiliar nas atividades financeiras, como lançamento de despesas e apoio à elaboração de orçamentos.
- Auxílio no planejamento de eventos e atividades:
- Colaborar na organização de eventos, cursos, treinamentos e reuniões promovidos pelo IDR-Paraná, incluindo a logística e coordenação de recursos.
- Suporte à equipe administrativa e de campo:
- Fornecer suporte administrativo à equipe técnica e de campo, garantindo o bom andamento das operações e a execução de tarefas relacionadas a programas e projetos rurais.

3.3.4 O ato de cessão do servidor, no caso concreto, será instruído com manifestação prévia da Procuradoria Geral do Município sobre a viabilidade jurídica de ceder o servidor do quadro de servidores efetivos da Administração Pública Municipal ao IDR-Paraná.

3.3.5 Para execução das atividades o servidor cedido, é autorizado a:

a) Desenvolver atividades inerentes às questões administrativas, técnicas e/ou operacionais para o desenvolvimento do Plano de Trabalho;

b) Utilizar as instalações, máquinas e equipamentos de propriedade do IDR-Paraná ou a ele especificamente disponibilizados à realização do Plano de Trabalho;

c) Utilizar os sistemas de gestão do IDR-Paraná para as atividades de planejamento, registros e relatórios para as atividades técnicas e de gestão, conforme o perfil de suas atividades.

3.3.6 A utilização de veículo da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná, por servidor formalmente cedido de MUNICÍPIO ao IDR-Paraná, está condicionada à devida previsão legal e subordinada ao rigoroso cumprimento da legislação vigente que disciplina a matéria.

3.3.7 O controle da jornada de trabalho e da frequência, do servidor cedido do MUNICÍPIO ao IDR-Paraná, será efetuado pelo IDR-Paraná mediante formulário próprio mensalmente recolhido pelo departamento responsável, e repassado ao MUNICÍPIO para as providências legais cabíveis.

3.3.8 As férias do servidor cedido do MUNICÍPIO ao IDR-Paraná serão estabelecidas pelo IDR-Paraná, nos termos da legislação municipal aplicável, levando em conta os compromissos do Plano de Trabalho. Os períodos serão informados ao MUNICÍPIO com antecedência para os trâmites legais

3.3.9 Nos casos em que o servidor cedido do MUNICÍPIO ao IDR-Paraná vier a incorrer em infrações cometidas no exercício de suas atribuições, e tais condutas forem objeto de sindicância ou processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito do IDR-Paraná, que tem a obrigação legal de averiguar, concluída a apuração, cópia dos autos deverá ser formalmente encaminhada ao MUNICÍPIO de origem, a quem competirá a adoção das providências legais cabíveis, nos termos do artigo 97 da Lei Estadual nº 20.656, de 3 de agosto de 2021.

3.3.10 Apresentar relatórios intermediários de execução do Plano de Trabalho quando se fizer necessário e obrigatoriamente um Relatório Final ao término da vigência deste Termo em comum acordo com o IDR-Paraná;

3.3.11 Dispor de especialistas em questões específicas através de assessorias e consultorias.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, PATRIMONIAIS E HUMANOS

4.1. Para a execução do objeto do presente Termo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

4.2. As despesas eventualmente necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

4.3. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Termo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão quaisquer ônus aos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA– GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O acompanhamento e fiscalização do termo consistirá na realização de relatórios, inspeções e visitas, a fim de emitir parecer técnico sobre a execução do termo, bem como parecer técnico conclusivo sobre a satisfatória realização do objeto do termo de cooperação, conforme detalhamento do item VIII do Plano de Trabalho.

5.2. Designa-se, pelo **IDR-PARANÁ**, o Sr. **Rafael Meier de Mattos**, ocupante do cargo de **Gerente Regional**, matrícula funcional n.º **722798**, para desempenhar a função de **GESTOR** do termo de cooperação, e o servidor **Ednilson Simone**, ocupante do cargo de **Coordenador Regional de Projetos**, matrícula funcional n.º **5844** para desempenhar a função de **FISCAL** do termo de cooperação.

5.3. Designa-se, pelo **MUNICÍPIO**, o Sr. **Alan Santinon Roncolatto**, ocupante do cargo de **Secretário de Agricultura Meio Ambiente e Turismo**, matrícula funcional n.º **4812** para desempenhar a função de **GESTOR** do termo de cooperação, e o servidor **Maurilio Vitorelli**, ocupante do cargo **Técnico Agrícola** matrícula funcional n.º **45882** para desempenhar a função de **FISCAL** do termo de cooperação.

5.4. O gestor é o gerente funcional e tem a missão de administrar o termo de colaboração, desde sua formalização até o termo de cumprimento dos objetivos, competindo ao mesmo, as atribuições previstas no Art. 700 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

5.5. Ao fiscal cabe a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a execução do termo, devendo agir de forma pró-ativa e preventiva, observando o cumprimento dos termos acordados, e buscar os resultados esperados deste termo, na forma disposta no Art. 701 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

6. Na consecução do objeto do presente termo, é vedado ao **PARTÍCIPE**:

6.1. Desenvolver atividades contrárias ou divergentes àquelas reguladas no presente Termo de Cooperação;

6.2. Utilizar os bens, serviços ou pessoal empregado na execução do presente Termo de Cooperação em atividades ou finalidades alheias àquelas previstas neste instrumento;

6.3. Transpassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do termo de cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES DO TERMO DE COOPERAÇÃO

7. O termo de cooperação poderá ser alterado mediante termo aditivo, cujo resumo do seu extrato deverá ser publicado pelo **IDR-PARANÁ** no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

7.1. A alteração do termo de cooperação dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, observada a compatibilidade com o objeto do ajuste, observadas as cláusulas 2.1 e 2.2.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO DE DADOS.

8.1 O **IDR-PARANÁ** e o **MUNICÍPIO** se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do Termo de Cooperação, não podendo, depois de recebidas, ser transferidas a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou de qualquer forma divulgadas, obedecidas as normas de sigilo previstas na legislação pertinente, respeitando, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto Estadual n° 6.474/2020.

8.2. Da proteção de dados pessoais: Lei 13709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

8.2.1. Os partícipes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, caso o objeto da parceria implique na manipulação ou acesso a esses dados;

8.2.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria execução da parceria, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação da entidade máxima do **IDR-PARANÁ**, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

8.2.3. Eventuais dados tratados pelo **MUNICÍPIO** somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste termo de cooperação, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo **IDR-PARANÁ**;

8.2.4. Eventuais registros de tratamento de dados pessoais que o **MUNICÍPIO** realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

8.2.5. O **MUNICÍPIO** deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

8.2.6. O **MUNICÍPIO** dará conhecimento formal aos seus servidores das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do **IDR-PARANÁ**, se houver, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais;

8.2.7. O eventual acesso, pelo **MUNICÍPIO**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o **MUNICÍPIO** e para seus agentes e prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente termo de cooperação e após o seu encerramento;

8.2.8. O encarregado do **MUNICÍPIO** manterá contato formal com o encarregado do **IDR-PARANÁ**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

8.2.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do **IDR-PARANÁ**, o **MUNICÍPIO** poderá ser provocado para preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste termo de cooperação, no tocante a dados pessoais;

8.2.10. O **MUNICÍPIO** responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

8.2.11. Os representantes legais do **MUNICÍPIO**, bem como os servidores que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar Termo de Compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula;

8.2.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do **MUNICÍPIO**, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas observado o disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018 e, naquilo que couber, o disposto § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020;

8.2.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste termo de cooperação serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020;

8.2.14. O **IDR-PARANÁ** poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao **MUNICÍPIO**, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

8.2.15. Encerrada a vigência do termo de cooperação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o **MUNICÍPIO** providenciará o descarte ou devolução, para o **IDR-PARANÁ**, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança;

8.2.16. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do **IDR-PARANÁ** à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA

9. O presente instrumento terá seu termo inicial de vigência a partir da formalização consubstanciada na assinatura das partes, produzindo efeitos após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE) e no sítio eletrônico oficial do **IDR-Paraná**, em conformidade com o disposto no art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, e terá como termo final de vigência o dia **31 de dezembro de 2028**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

10. Este Termo de Cooperação poderá ser:

10.1. Denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito.

10.2. Rescindido nas hipóteses do art. 713 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O **MUNICÍPIO** responderá integralmente pelos encargos dos servidores que, se for o caso, forem designados para executar ações relacionadas ao cumprimento do objeto de que trata o presente Termo de Cooperação, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, não decorrendo, em nenhuma hipótese, qualquer ônus para o **IDR-PARANÁ**.

11.1.1. O presente termo não gera obrigações ou vínculos trabalhistas, previdenciários ou fundiários entre o **IDR-PARANÁ e** os agentes designados pelo PARTÍCIPE.

11.2. O **MUNICÍPIO** se responsabilizará pelos eventuais danos que os seus agentes venham a causar ao **IDR-PARANÁ** ou a terceiros, por falhas, ações ou omissões, culposas ou dolosas, no exercício das ações relacionadas ao presente Termo de Cooperação.

11.3. O destino dos bens empregados na execução do presente Termo de Cooperação será o previsto no Plano de Trabalho que integra o ajuste.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias, em observância da legislação já mencionada e demais diplomas legais aplicados à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICIDADE

12.1. A eficácia deste Termo de Cooperação ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial do **IDR-PARANÁ**, a quem incumbe essa providência, na forma do art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

12.1.1. O **IDR-PARANÁ** e o **MUNICÍPIO** deverão disponibilizar, por meio de seus sítios eletrônicos oficiais, link para consulta aos dados deste termo de cooperação, e, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade;

12.1.2. Eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Cooperação ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13. Naqueles casos em que as controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Cooperação não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Cooperação o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Curitiba, 07 de Maio de 2025.

[assinado digitalmente]
NATALINO AVANCE DE SOUZA
Representante legal do
IDR-Paraná

[assinado digitalmente]
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal de
Esperança Nova

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 10/2025 – PROCESSO Nº 67/2025

O Município de Altônia/PR, por meio da Comissão de Credenciamento designada pela Portaria nº 031/2025, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Credenciamento Nº 10/2025, torna público o resultado da análise documental referente ao processo de credenciamento para contratação de serviços de Técnico em Radiologia, fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata.

Considerando a contratação para atendimento das demandas do Hospital Municipal de Altônia, as propostas e documentações entregues no período de 23 de maio a 23 de junho de 2025, foram analisadas, resultando na habilitação e classificação das empresas abaixo relacionadas, conforme ordem cronológica de entrega e conformidade com as exigências do edital.

Os credenciados habilitados estão aptos a serem convocados a qualquer momento durante a vigência do credenciamento (12 meses), mediante formalização de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação via e-mail cadastrado. Ressalta-se que a convocação obedecerá estritamente à ordem de classificação, garantindo transparência e isonomia no processo.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS CREDENCIADOS

A relação abaixo apresenta as empresas habilitadas em ordem de classificação para convocação, conforme critério cronológico de entrega da documentação:

ORDEM	NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ	NÚMERO-DATA DE PROTOCOLO	STATUS
1º	INNOVA CLINICA E SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA	28.697.823/0001-37	309-23/05/2025	HABILITADO
2º	ALCANTARA RADIOLOGIA LTDA	58.368.347/0001-71	310-23/05/2025	HABILITADO
3º	RADIOLOGIA ALTONIA LTDA	51.927.745/0001-31	311-23/05/2025	HABILITADO
4º	GASOT E MARQUES SERVIÇO DE RADIOLOGIA LTDA	35.502.138/0001-73	340-06/06/2025	HABILITADO

Eventuais recursos contra este resultado deverão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação deste aviso, nos termos do art. 17 do Decreto nº 11.878/2024, devendo ser protocolados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Altônia. Para mais informações, o edital completo e seus anexos estão disponíveis no Portal de Transparência do Município (https://www.altonia.pr.gov.br) ou no Setor de Licitações, localizado na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, Altônia/PR.

Altônia/PR, 25 de junho de 2025.

Comissão de Credenciamento
Prefeitura Municipal de Altônia

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
CNPJ 76.381.854/0001-27
Rua João Ormindo de Rezende, 686, CEP: 87.400-000
Telefone: (44)3676-8150 - www.cruzeirodooeste.pr.gov.br

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, através da Comissão de Licitação, comunica que estará promovendo licitação nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº 14.133/2021 na forma eletrônica conforme IN SEGES Nº 67/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 19/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2025.

O objeto a ser licitado será:

Aquisição de produtos de limpeza automotiva: intercap, solupan e shampoo automotivo, destinados aos veículos e equipamentos oficiais do município de Cruzeiro do Oeste.

Data e hora de abertura da sessão pública: **02 de julho de 2025 às 08:00 h**

Sistema utilizado: www.bll.org.br
Edital: O edital completo está disponível no site:
https://cruzeirodooeste.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e no sistema eletrônico utilizado para a licitação.

Os interessados em participar do certame devem cadastrar-se previamente no sistema eletrônico utilizado e estar de acordo com as condições estabelecidas no edital.

Para maiores informações, os interessados podem entrar em contato pelo telefone (44) 3676-8150 ramal 211 ou através do e-mail: licitacoes@cruzeirodooeste.pr.gov.br

Cruzeiro do Oeste, PR 25 junho de 2025.

DANIELLE CRISTINA PEDRINI
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
CNPJ 76.381.854/0001-27
Rua João Ormindo de Rezende, 686, CEP: 87.400-000
Telefone: (44)3676-8150 - www.cruzeirodooeste.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 17/2025	DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/07/2025 às 09h00min (horário de Brasília), através do site https://bllcompras.com

Objeto			
Contratação de empresa, para o fornecimento de pneus novos, óleos e lubrificantes, filtros, e câmaras de ar que serão utilizados na manutenção dos veículos da frota municipal, para todas secretarias, na tabela traz valor.			
Valor estimado			
R$ 1.928.652,53 (um milhão, novecentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos)			
Modo de disputa		Instrumento contratual	
ABERTO		CONTRATO	
Registro de preços	Vistoria	Garantia de execução	Critério de julgamento
NÃO	NÃO SE APLICA	NÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
Documentos de habilitação (Item 16)			
Requisitos básicos: - Documentos de regularidade jurídica; - Documentos de regularidade fiscal e trabalhista; - Documentos de qualificação economica-financeira.		Requisitos específicos:	

Licitação exclusiva ME/EPP?	Cota para ME/EPP?	Exigência de amostra	Dedicação exclusiva
NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Pedidos de esclarecimentos		Impugnações	
Até às 23h00min do dia 07/07/2025, através do endereço: licitacoes@cruzeirodooeste.pr.gov.br		Até às 23h00min do dia 07/07/2025, através do endereço: licitacoes@cruzeirodooeste.pr.gov.br	

Cruzeiro do Oeste, 02 de junho de 2025.

Danielle Cristina Pedrini
Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 168/2025
Súmula: Concede APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
O Prefeito de Mariluz, Estado do Paraná, usando de suas atribuições concede a aposentadoria.
Considerando o processo de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, da servidora MARIA LUCIA MENDES FERREIRA
RESOLVE
Art. 1º - Fica concedido a partir de 25/06/2025, a servidora MARIA LUCIA MENDES FERREIRA, brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais, matricula 201861, residente e domiciliada na cidade de Mariluz–PR, APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, no cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais, constante dos CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO da Lei Municipal n° 16/2022, em conformidade com Art. 51 e art. 65, I da LC nº
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensal de sua aposentadoria, o valor de R$ 2.857,94 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais, e noventa e quatro centavos), conforme cálculo de proventos.
Art. 3º - Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos nos termos do art 65, I da LC nº 008/2021.
Art. 4º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Mariluz, 25 de junho de 2025
Registre-se e Publique-se
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 2291/2025, de 25 de Junho de 2025.

Sumula: Dispõe sobre a abertura de crédito Adicional Suplementar, alterar os anexos do PPA e LDO vigentes e alterar a Programação Financeira e ou cronograma de desembolso mensal na importância de até R$ 2.565.000,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil reais)

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI Nº 791/2025, DE 25 DE JUNHO DE 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento programa do Município de Alto Piquiri um crédito Adicional Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 2.565.000,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil reais)

Suplementação:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
05.001 Fundo Municipal de Saúde	
05.001.10.301.0006.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
102 - 3.1.90.11.00.00 - 303 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.300.000,00
105 - 3.1.90.13.00.00 - 303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	150.000,00
108 - 3.1.90.16.00.00 - 303 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
119 - 3.3.90.36.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
05.001.10.302.0006.2.214. MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA	
145 - 3.3.72.39.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001 Divisão de Educação	
06.001.12.361.0007.2.217. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
167 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	90.000,00
172 - 3.1.90.13.00.00 - 103 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
185 - 3.3.90.32.00.00 - 103 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
193 - 3.3.90.39.00.00 - 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
06.001.12.361.0007.2.218. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
203 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
212 - 3.3.90.30.00.00 - 103 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
218 - 3.3.90.39.00.00 - 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.001.12.365.0007.2.221. MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
226 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
231 - 3.1.90.13.00.00 - 103 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
240 - 3.3.90.32.00.00 - 103 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00
Total Suplementação:	**2.565.000,00**

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
05.001 Fundo Municipal de Saúde	
05.001.10.301.0006.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
104 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.300.000,00
107 - 3.1.90.13.00.00 - 000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	150.000,00
110 - 3.1.90.16.00.00 - 000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001 Divisão de Educação	
06.001.12.361.0007.2.217. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
174 - 3.1.90.13.00.00 - 000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	90.000,00
178 - 3.1.90.16.00.00 - 000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
187 - 3.3.90.32.00.00 - 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	200.000,00
06.001.12.361.0007.2.218. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
205 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
211 - 3.1.90.16.00.00 - 000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
216 - 3.3.90.30.00.00 - 000 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
06.001.12.365.0007.2.221. MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
228 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
233 - 3.1.90.13.00.00 - 000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
242 - 3.3.90.32.00.00 - 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00
Total:	**2.565.000,00**

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 25 de Junho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 2290/2025, de 25 de Junho de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 759/2024 de 12/12/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Suplementações:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
05.001 Fundo Municipal de Saúde	
05.001.10.301.0006.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
539 - 3.3.90.14.00.00 - 494 - DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
540 - 3.3.90.36.00.00 - 494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Total Suplementação:	**20.000,00**

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de Anulação de Dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
05.001 Fundo Municipal de Saúde	
05.001.10.301.0006.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
103 - 3.1.90.11.00.00 - 494 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
Total Redução:	**20.000,00**

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 25 de Junho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 089/2025
MODALIDADE Dispensa por Limite Nº 044/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0102/2025
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 044/2025 DE 25 DE JUNHO DE 2025

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL,** inscrito no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91 doravante denominada **CONTRATANTE,** com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. **SR. DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na **Rua da Bandeira, 310,** na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de **CONTRATADA** empresa: **S. P. DA SILVA VISSOCI - COMERCIO DE ROUPAS - ME,** com sede a Avenida 07 de Setembro, 910 – Centro, no município de Altônia, estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº. **17.777.737/0001-18**, neste ato representada pelo Sra. Sidineia Pereira da Silva Vissoci, portadora do RG nº 79687715 e do CPF nº. 035.298.569-08, residente na cidade de Altônia, estado do Paraná, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa por Limite nº. 044/2.025, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a Aquisição de brinquedos variados para meninos e meninas que serão distribuídas como prendas nas brincadeiras do 3º Arraia Municipal de Altônia, promovida pela Secretaria de Educação, Cultura e Comunicação, a seguir descritos:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNIT.	TOTAL
1	1	480	Brinquedos Variados para Meninas e Meninos	5,04	2.419,20

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa S. P. DA SILVA VISSOCI - COMERCIO DE ROUPAS - ME e de R$ 2.419,20 (dois mil quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em **25/06/2025** e término em **24/10/2025**, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº044/2.025". Os pagamentos serão efetuados **À vista, após conclusão do objeto . .**

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 (quinze) dias, na Secretaria de Educação, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

22	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO	13	14	2	3	Comemorações e Festividades	339032990100	DEMAIS MATERIAIS P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Altônia-PR., 25/06/2025.

Prefeitura Municipal de Francisco Alves
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **L FORASTIERI MACHADO LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 47.123.165/0001-14.
Objeto: Futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos para manutenção das atividades da rede municipal de saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Francisco Alves, Estado do Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto desta ata é de R$ 2.090,00 (DOIS MIL E NOVENTA REAIS).
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação do item a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL	MARCA/ MODELO
81	Ultrassom e Jato de Bicarbonato JetLax Sonic LED Bivolt	UN	1	R$ 2.090,00	R$ 2.090,00	DENTEMED/ ONE PADRÃO
Total dos Itens					**R$ 2.090,00**	

Francisco Alves - PR, 23 de junho de 2025.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **ODONTOMED T/A LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 27.205.945/0001-04.
Objeto: Futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos para manutenção das atividades da rede municipal de saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Francisco Alves, Estado do Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto desta ata é de R$ 2.356,16 (DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação do item a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL	MARCA/ MODELO
30	Filme Radiográfico Insight Periapical INFANTIL cx c/ 100unds	CX	4	R$ 232,36	R$ 929,44	CARESTREAM/ INFANTIL IP-01
31	Filme Radiográfico Insight Periapical ADULTO cx c/ 150unds	UN	8	R$ 178,34	R$ 1.426,72	CARESTREAM/ E-SPEED E-SPEED
Total dos Itens					**R$ 2.356,16**	

Francisco Alves - PR, 23 de junho de 2025.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 51.740.794/0001-60.
Objeto: Futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos para manutenção das atividades da rede municipal de saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Francisco Alves, Estado do Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto desta ata é de R$ 244,80 (DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação do item a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL	MARCA/ MODELO
74	Descolador Molt Nº 2-4 Bolinha	UN	8	R$ 30,60	R$ 244,80	CASSIFLEX
Total dos Itens					**R$ 244,80**	

Francisco Alves - PR, 23 de junho de 2025.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 88/2025
PREGÃO Nº 29/2025
PROCESSO DE COMPRA Nº 76/2025
PROCESSO 1DOC Nº 798/2025

MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, Rua Rui Barbosa, 815, centro, Altônia-PR, CEP-87550-010, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR **DIEGO JARDIM PERGO**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia-PR, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.559.278-7-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 069.595.959-08, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, **H A FRANCO INSTALACOES ELETRICAS E ENERGIA SOLAR LTDA,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à RUA ALCIDIO RESENDE - JARDIM ITALIA, 175, na cidade de ALTONIA - PR, inscrita no CNPJ sob n.º 47.816.578/0001-84, neste ato representada por: HENRIQUE APARECIDO FRANCO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 065.343.949-01, residente e domiciliado à, RUA ALCIDIO RESENDE - JARDIM ITALIA, 175, na cidade de ALTONIA - PR, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 76 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do PREGÃO Nº 29/2025* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

DO OBJETO
O objeto do presente contrato é Contratação de empresa para Elaboração de Projeto de Climatização para o centro cirúrgico e Elaboração de PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle) de ar condicionado para o Hospital Municipal de Altônia-PR
Objeto da contratação:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNITÁRIO	TOTAL
1	1	1	Elaboração de projeto de climatização para o centro cirúrgico; Contendo Planilha orçamentária e ART (Anotação de responsabilidade técnica).	R$ 6.550,00	R$ 6.550,00
1	2	1	Elaboração de PMOC (Plano de manutenção Operação e Controle) de ar condicionado para o Hospital Municipal de Altônia.	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

DA VIGÊNCIA:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias desta Prefeitura, próprios da secretaria abaixo listada, prevista para este exercício, podendo ser alterados mediante termo aditivo de acréscimo de dotação orçamentaria. Sendo:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO
06	02	3.3.90.39.05.00	494	1030200062034002	3521/3734

Altônia – PR, 24/06/25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
ESTADO DO PARANÁ
Lei nº 895/2025
SÚMULA: Dispõe sobre denominação de Praça Pública localizada neste município de Ivaté.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Passa a denominar-se ALTINO MIGUEL AMORIM, a praça pública localizada na Rua Bolívia com a Avenida Rio de Janeiro e Avenida São Paulo, deste Município de Ivaté.
Art. 2º A Prefeitura Municipal deverá providenciar o emplacamento da praça com a denominação aprovada.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO, aos 18 dias do mês de junho do ano de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

LEI ORDINÁRIA Nº 791/2025, de 25 de Junho de 2025.

Sumula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar, alterar os anexos do PPA e LDO vigentes e alterar a Programação Financeira e ou cronograma de desembolso mensal na importância de até R$ 2.565.000,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil reais)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento programa do Município de Alto Piquiri um crédito Adicional Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 2.565.000,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil reais)

Suplementação:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
05.001 Fundo Municipal de Saúde	
05.001.10.301.0006.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
102 - 3.1.90.11.00.00 - 303 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.300.000,00
105 - 3.1.90.13.00.00 - 303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	150.000,00
108 - 3.1.90.16.00.00 - 303 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
119 - 3.3.90.36.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
05.001.10.302.0006.2.214. MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA	
145 - 3.3.72.39.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001 Divisão de Educação	
06.001.12.361.0007.2.217. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
167 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	90.000,00
172 - 3.1.90.13.00.00 - 103 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
185 - 3.3.90.32.00.00 - 103 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
193 - 3.3.90.39.00.00 - 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
06.001.12.361.0007.2.218. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
203 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
212 - 3.3.90.30.00.00 - 103 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
218 - 3.3.90.39.00.00 - 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.001.12.365.0007.2.221. MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
226 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
231 - 3.1.90.13.00.00 - 103 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
240 - 3.3.90.32.00.00 - 103 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00
Total Suplementação:	**2.565.000,00**

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recursos, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
05.001 Fundo Municipal de Saúde	
05.001.10.301.0006.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
104 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.300.000,00
107 - 3.1.90.13.00.00 - 000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	150.000,00
110 - 3.1.90.16.00.00 - 000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001 Divisão de Educação	
06.001.12.361.0007.2.217. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
174 - 3.1.90.13.00.00 - 000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	90.000,00
178 - 3.1.90.16.00.00 - 000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
187 - 3.3.90.32.00.00 - 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	200.000,00
06.001.12.361.0007.2.218. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
205 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
211 - 3.1.90.16.00.00 - 000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
216 - 3.3.90.30.00.00 - 000 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
06.001.12.365.0007.2.221. MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
228 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
233 - 3.1.90.13.00.00 - 000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
242 - 3.3.90.32.00.00 - 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00
Total:	**2.565.000,00**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 25 de Junho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº379

DE 25 DE JUNHO DE 2025.

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 02 (duas) diárias no valor de **R$ 485,00** (quatrocentos e oitenta e cinco reais) totalizado **R$ 970,00** (novecentos e setenta reais) ao servidor municipal **ADRIANO ARAUJO FERREIRA**, matrícula n° 525, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE**, no seguinte dia, local e finalidade:

I

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
29/06/2025 A 01/07/2025	13h00min/ 13h00min	Curitiba – Pr	**- 10º Assembléia Geral Ordinária das Microrregiões de Água e Esgotamento Sanitário do Paraná;**

– Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 25 de junho de 2025.

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 397

DE 25 DE JUNHO DE 2025.

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53 de 31 de março de 2023, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 02 (duas) diárias, no valor de **R$ 439,31** (Quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), totalizando o valor de **R$ 878,62** (Oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos), ao servidor municipal **HENDERSON NOVO HEIN**, matrícula n° 1392, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
26/06/2025 A 28/06/2025	13h00min/ 13h00min	Foz do Iguaçu - Pr	**- 4º Encontro Formativo do Programa Itaipu Mais que Energia;**

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 25 de junho de 2025.

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 395

DE 25 DE JUNHO DE 2025.

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53 de 31 de março de 2023, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 02 (duas) diárias, no valor de **R$ 485,00** (Quatrocentos e oitenta e cinco reais), totalizando o valor de **R$ 970,00** (Novecentos e setenta reais), ao servidor municipal **GUSTAVO LIMA FABRI**, matrícula n° 582, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
26/06/2025 A 28/06/2025	13h00min/ 13h00min	Foz do Iguaçu - Pr	**- 4º Encontro Formativo do Programa Itaipu Mais que Energia;**

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 25 de junho de 2025.

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº396

DE 25 DE JUNHO DE 2025.

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 02 (duas) diárias no valor de **R$ 485,00** (quatrocentos e oitenta e cinco reais) totalizado **R$ 970,00** (novecentos e setenta reais) ao servidor municipal **ADRIANO ARAUJO FERREIRA**, matrícula n° 525, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE**, no seguinte dia, local e finalidade:

I

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
26/06/2025 A 28/06/2025	13h00min/ 13h00min	Foz do Iguaçu - Pr	**- 4º Encontro Formativo do Programa Itaipu Mais que Energia;**

– Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 25 de junho de 2025.

Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 01 AO ATA R. P. PREGÃO Nº 023/2024, ID N° 2977 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇO LTDA

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOURADINA**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. **OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA**, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado **RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇO LTDA.,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Castelo Branco, nº 206, Centro, CEP. 86.210-000, na cidade de Jataizinho, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º **54.205.260/0001-22**, e na Inscrição Estadual sob o nº **910.58701-30**, neste ato representada por seu sócio Administrador: Rafael Pires Gonçalves, brasileiro, Divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.943.142-8, inscrito no CPF/MF sob n.º 297.699.628-80, residente e domiciliado à Rua Castelo Branco, nº 206, Centro, CEP. 86.210-000, na cidade de Jataizinho, no Estado do Paraná, firmam o presente **TERMO ADITIVO, REALINHAMENTOS DE PREÇOS,** nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: fica acrescido ao valor original contratado **o valor R$ 6.622,20 (seis mil, seiscentos e vinte dois reais e vinte centavos)**, referente a realinhamento de preços de **70%(setenta por centos)** aos itens **19**, relacionado na Ata de Registro de Preços Original, até o dia 10(dez) do mês subsequente à prestação do serviço, alteração essa Fundamentada no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/21.

Item	Descrição	Marca	Valor Unit.	Porcentagem	Valor Unit.
19	CAFÉ; torrado e moído, almofadas de 500gr, contendo identificação de data de fabricação e validade, empresa procedente e demais especificações de embalagens segundo exigências da ANVISA. O produto no ato da entrega deverá conter: odor, sabor e aspectos característicos e livres de sujidades, parasitos e larvas. Portaria nº 377/99 da ANVISA.	Odebrecht	R$ 14,97	**70%**	R$ 25,47

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Pregão, Original nº **023/2024.**

E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.

PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco(13/06/2025).

MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR
Oberdam José de Oliveira
Contratante

Rpg - Com. de Mercadorias e Serviços Ltda
Rafael Pires Gonçalves
Contratante

Testemunhas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 044/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2025
P.A. 1Doc Nº 1172/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, **DIEGO JARDIM PERGO**, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II do Art. 75 da Lei nº. 14.133/21, autoriza a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, solicitada, pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, para **Contratação de empresa para fornecimento, de brinquedos variados para meninos e meninas que serão distribuídas como prendas nas brincadeiras do 3º Arraia Municipal de Altônia, promovida pela Secretaria de Educação, Cultura e Comunicação**, no valor de **R$ 2.419,20 (dois mil quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos),** com a empresa: **L S. P. DA SILVA VISSOCI - COMERCIO DE ROUPAS - ME,** inscrita no **CNPJ sob nº. 17.777.737/0001-18**, com sede a Avenida 07 de Setembro, 910– Centro, na cidade de Altônia, estado do Paraná.

Os recursos para a contração acima citada serão oriundos da Fonte:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO
05	02	3.3.90.32.99.01.00	000	1339200142003000	1210

REQUISIÇÃO 088/2025 - RESERVA 119/2025

Altônia, 25 de junho de 2025.

DIEGO JARDIM PERGO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº. 1.276/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por SUPERÁVIT FINANCEIRO no Orçamento Geral do Município, no exercício de 2025 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial, no valor de R$ 230.523,24 (Duzentos e trinta mil e quinhentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), nas dotações abaixo relacionadas, para fins de cumprimento das despesas decorrentes do exercício financeiro:
Fonte2-001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.14 – DIÁRIAS – PESSOAL CÍVIL.....R$ 20.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 30.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA R$ 50.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R$ 40.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA.....R$ 50.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 40.523,24
TOTAL.....R$ 230.523,24
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do crédito adicional especial, constante do art. 1º, desta Lei, fica utilizado o saldo do superávit financeiro do exercício de 2024, no valor de R$ 230.523,24 (Duzentos e trinta mil e quinhentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos).
Art. 3º. Esta Lei autoriza o executivo municipal a efetuar a abertura de crédito especial para o exercício de 2025, inclusão nas diretrizes orçamentária para o exercício de 2025 e inclusão no Plano Plurianual de 2022 a 2025 do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 dias de Junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
Lei nº 899/2025
SÚMULA: Prorroga até o dia 19 de junho de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação de Ivaté, aprovado por meio da Lei Municipal nº 668/2015, de 19 de junho de 2015.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica prorrogada, até 19 de junho de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado por meio da Lei nº 668, de 19 de junho de 2015.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
EI Nº 1.275/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2025 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Anulação de Dotação, no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), nas dotações abaixo relacionadas.
Fonte 2000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa () 4.4.70.42 – AUXÍLIOS.....R$ 12.000,00
Fonte 2000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.05 – Divisão de Tesouraria e Finanças
Atividade28.843.10052.146 – Encargos e Amortização da Dívida Pública
El. Despesa () 3.2.90.21 – JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO.....R$ 35.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., desta Lei, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), conforme seguem:
Fonte 2000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Órgão02 – Poder Executivo
Un. Orç. 02.01 – Gabinete do Prefeito
Atividade04.122.10012.101 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
El. Despesa () 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 47.000,00
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1055/2021, com vigência de 2022 a 2025, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 1234/2024, e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 1.245/2024, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2025.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 25 de Junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 1.278/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2025, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;
LEI;
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 1.850.000,00 (Um milhão e oitocentos e cinquenta mil reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 866 – EMENDA PARLAMENTAR
Órgão05 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Un. Orç. 05.02 – Divisão do Setor de Agricultura
Atividade 20.606.10252.170 – Manutenção das Atividades de Extensão Rural
El. Despesa (730)4.4.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 850.000,00
Fonte 867 – EMENDA PARLAMENTAR
Órgão05 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Un. Orç. 05.02 – Divisão do Setor de Agricultura
Atividade 20.606.10252.170 – Manutenção das Atividades de Extensão Rural
El. Despesa (731)4.4.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..R$ 1.000.000,00
TOTAL GERAL.....R$ 1.850.000,00
Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., desta Lei, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte na fonte mencionadas de convênios.
RECEITA
Categoria EconômicaFonte RecursoNomenclaturaValor
2.4.1.9.51.0.1.00.00.00.00.00866EMENDA PARLAMENTAR850.000,00
2.4.1.9.51.0.2.00.00.00.00.00867EMENDA PARLAMENTAR1.000.000,00
TOTAL1.850.000,00
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1055/2021, com vigência de 2022 a 2025, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 1234/2024, e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 1.245/2024, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2025.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 25 de Junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810 - Icaraíma - CEP 87530-000 - Fone: (44) 3665-8000
E-mail: planejamento@icaraima.pr.gov.br - www.icaraima.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Edital N°	028/2025
Processo N°	041/2025
Modalidade	PREGÃO
Objeto Homologado	CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LANCHES, SALGADOS E BOLOS, QUE SERÃO UTILIZADOS EM EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, TUDO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

DECLARANDO VENCEDOR (ES) O(S) SEGUINTE(S) FORNECEDOR(ES):

PANIFICADORA MANZOLE LTDA (CNPJ N° 07.500.070/0001-58) com os itens abaixo especificados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	BOLACHA A BASE DE FARINHA, AMIDO DE MILHO, OVOS, LEITE, MANTEIGA.	QUILO	50	R$ 25,90	R$ 1.295,00	PRÓPRIA
2	BOLINHA DE QUEIJO FRITO, TIPO FESTA, MASSA E RECHEIO DE QUEIJO TIPO MUSSARELA, COM COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS FRITURA.	QUILO	80	R$ 50,00	R$ 4.000,00	PRÓPRIA
3	BOLO DE MASSA SIMPLES, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, OVOS, LEITE ENTRE OUTROS, COM SABORES DE COCO, LARANJA, FUBÁ, BAUNILHA, FEITO COM PRODUTOS DE QUALIDADE.	QUILO	100	R$ 25,00	R$ 2.500,00	PRÓPRIA
4	BOLO RECHEADO COM FRUTAS E COBERTURA EM GLACÊ DECORADO.	QUILO	150	R$ 49,00	R$ 7.350,00	PRÓPRIA
5	BOLO RECHEADO COM DOCE DE LEITE E COBERTURA EM GLACÊ DECORADO.	QUILO	150	R$ 42,00	R$ 6.300,00	PRÓPRIA
6	COXINHA DE FRANGO FRITA, TIPO FESTA, COXINHA A BASE DE MANDIOCA COM RECHEIO DE CARNE DE FRANGO E TEMPEROS, COM COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS FRITURA.	QUILO	60	R$ 50,00	R$ 3.000,00	OYSHI
7	CROQUETE FRITO, TIPO FESTA, A BASE DE MANDIOCA, CARNE MOÍDA E TEMPEROS, COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS FRITURA.	QUILO	60	R$ 50,00	R$ 3.000,00	OYSHI
8	PÃO DE QUEIJO ASSADO PARA FESTA COM COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS ASSADO.	QUILO	60	R$ 45,00	R$ 2.700,00	PROPRIA
9	PASTEL DE VENTO FRITO, TIPO FESTA, RECHEADO COM CARNE MOÍDA E TEMPEROS COM COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS FRITURA.	QUILO	60	R$ 64,50	R$ 3.870,00	PRÓPRIA
10	QUIBE FRITO, TIPO FESTA, RECHEADO COM CARNE MOÍDA E TEMPEROS, TRIGO PRÓPRIO PARA QUIBE E TEMPEROS, COM COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS FRITURA.	QUILO	60	R$ 50,00	R$ 3.000,00	OYSHI
11	REFRIGERANTE DE 2 LITROS, CONTENDO ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEÍNA, ACIDULANTE INS 338, CORANTE CARAMELO IV, AROMA NATURAL. NÃO CONTÉM QUANTIDADES SIGNIFICATIVAS DE PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS, GORDURAS SATURADAS, GORDURAS TRNAS E FIBRA ALIMENTAR´. *% VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 200 KCAL OU 8400 KJ. COM RÓTULO CONSTANDO INFORMAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DO FABRICANTE.	UNIDADE	200	R$ 14,00	R$ 2.800,00	COCA-COLA
12	REFRIGERANTE DE 2 LITROS, CONTENDO ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SEMENTE DE GUARÁNA, 0,025%, ACIDULANTE INS 330, CORANTE CARAMELO IV, AROMA SINTÉTICO IDENTICO AO NATURAL, CONSERVADOR INS 211. NÃO CONTÉM QUANTIDADES SIGNIFICATIVAS DE PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS, GORDURAS SATURADAS, GORDURAS TRNAS E FIBRA ALIMENTAR´.*% VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 200 KCAL OU 8400 KJ. COM RÓTULO CONSTANDO INFORMAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DO FABRICANTE.	UNIDADE	100	R$ 9,40	R$ 940,00	GAROTO
13	REFRIGERANTE DE 2 LITROS, CONTENDO ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUCO NATURAL DE LIMÃO 2,5%, ACIDULANTE INS 330 E CONSERVADOR INS 211. NÃO CONTÉM QUANTIDADES DE PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS, GORDURAS SATURADAS, GORDURAS TRNAS E FIBRA ALIMENTAR´. *% VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 200 KCAL OU 8400 KJ. COM RÓTULO CONSTANDO INFORMAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DO FABRICANTE.	UNIDADE	100	R$ 9,40	R$ 940,00	GAROTO
14	RISOLE FRITO, TIPO FESTA, RECHEADO COM CARNE MOÍDA E TEMPEROS, ENVOLTOS COM OVOS E FARINHA DE ROSCA PARA A FRITURA, COM COR E AROMA NATURAL DO PRODUTO PÓS FRITURA.	QUILO	60	R$ 50,00	R$ 3.000,00	OYSHI
15	SANDUICHE COM PÃO FRANCÊS 50 GR (CADA), COM CARNE MOÍDA DE EXCELENTE QUALIDADE, COM PRODUTOS REGISTRADOS NO SIF SEM GORDURA OU NERVOS, COM RECHEIO SUFICIENTE PARA GARANTIR O SUSTENTO, EMBALADO COM GUARDANAPO DE PAPEL.	UNIDADE	1000	R$ 6,00	R$ 6.000,00	PRÓPRIA
16	SANDUICHE COM PÃO FRANCÊS 50 GR (CADA), COM UMA FATIA DE PRESUNTO E UMA FATIA DE QUEIJO MUSSARELA, CORTADAS COM APROXIMADAMENTE 2MM, CADA, UMA FOLHA DE ALFACE, COM PRODUTOS REGISTRADOS NO SIF E EM BOAS CONDIÇÕES DE USO, SEM MANCHAS E ODORES DO PRODUTO ORIGINAL, EMBALADO COM GUARDANAPO DE PAPEL.	UNIDADE	1000	R$ 5,50	R$ 5.500,00	PRÓPRIA
17	SONHO RECHEADO COM CREME OU DOCE DE LEITE, COM PESO ENTRE 100 À 150 GR CADA UNIDADE, EMBALADO EM GUARDANAPO DE PAPEL.	UNIDADE	500	R$ 4,90	R$ 2.450,00	PRÓPRIA

VALOR TOTAL: R$ 58.645,00 (cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais)

ICARAÍMA – PR, 25 DE JUNHO DE 2025

DEVAIR FABRIS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO Nº 012
CONTRATO NÚMERO 085/2020 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE COM SISTEMA INTEGRADO PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA O MUNICIPIO DE MARILUZ E SERVIÇO AUTONIMO DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁIOS E SUPORTE TÉCINICO, INCLUINDO A PROTEÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO AOS SERVIDORES, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, E OS ELEMENTOS INSTRUTORES DO EDITAL, DE ACORDO COM PROCESSO DE LICITAÇÃO TP Nº 004/2020.
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA, brasileiro (a), portador do – RG 8715.232-4/SSP- PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.470.069-37, residente e domiciliado na cidade de MARINGÁ /PR. representante da empresa. ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA. aqui denominado Contratada resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes
Cláusula primeira: Fica prorrogado o término da vigência do contrato nº 085/2020, para o dia 22/10/2025, podendo ser rescindido após a implantação do novo sistema, a ser contratado através do pregão nº 072/2024, contrato nº276/2024, em conformidade com o artigo 138 da lei 14.133 de 2021, de acordo com o processo licitatório TP nº 004/2020.
Cláusula segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
MARILUZ 25 DE JUNHO DE 2025
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Contratante
ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada
Testemunhas
NOME..CPF....................
NOME...CPF....................

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO Nº 013
CONTRATO NÚMERO 085/2020 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE COM SISTEMA INTEGRADO PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA O MUNICIPIO DE MARILUZ E SERVIÇO AUTONIMO DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁIOS E SUPORTE TÉCINICO, INCLUINDO A PROTEÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO AOS SERVIDORES, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, E OS ELEMENTOS INSTRUTORES DO EDITAL, DE ACORDO COM PROCESSO DE LICITAÇÃO TP Nº 004/2020.
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA, brasileiro (a), portador do – RG 8715.232-4/SSP- PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.470.069-37, residente e domiciliado na cidade de MARINGÁ /PR. representante da empresa. ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA. aqui denominado Contratada resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes
Cláusula primeira: Fica mantido o valor do contrato nº085/2020 por mais 03 meses(devido a nova implantação do sistema), oriundo da tomada de preços 004/2020, da empresa ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA, consubstanciado na quantia mensal de R$ 14.552,56 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta dois reais e cinquenta seis centavos) sendo o valor anterior do contrato de R$ 672.458,40 (seiscentos setenta dois mil, quatrocentos e cinquenta oito reais e quarenta centavos), Passando o valor total do contrato R$ 716.116,08 (setecentos e dezesseis mil, cento e dezesseis reais e oito centavos), conforme planilha de composição de valores anexa ao processo de aditivo.
Ademais; considerando que, após 3º termo aditivo ao contrato nº085/2020, os softwares fornecidos ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) E CÂMARA MUNICIPAL, integram o citado contrato, requer-se ainda a prorrogação da vigência referente as citadas entidades. Nestes termos, o valor da prestação mensal, referente aos sistemas fornecidos para a Prefeitura Municipal, Serviço autônomo de Água e Esgoto SAMAE e Câmara Municipal ficará da seguinte forma:
Reajustado (não teve reajusto nesse período de 03 meses)
MARILUZ 25 DE JUNHO DE 2025
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Contratante
ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada
Testemunhas
NOME..CPF....................
NOME...CPF....................

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 082/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2025 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.275/2025 de 25/06/2025.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Anulação de Dotação, no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), nas dotações abaixo relacionadas.
Fonte 2000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa () 4.4.70.42 – AUXÍLIOS...R$ 12.000,00
Fonte 2000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Órgão03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.05 – Divisão de Tesouraria e Finanças
Atividade28.843.10052.146 – Encargos e Amortização da Dívida Pública
El. Despesa () 3.2.90.21 – JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO............................R$ 35.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., desta Lei, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), conforme seguem:
Fonte 2000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Órgão02 – Poder Executivo
Un. Orç. 02.01 – Gabinete do Prefeito
Atividade04.122.10012.101 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
El. Despesa () 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE......................R$ 47.000,00
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 26 de Junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº. 083/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por SUPERÁVIT FINANCEIRO no Orçamento Geral do Município, no exercício de 2025 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.276/2025 de 25/06/2025.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial, no valor de R$ 230.523,24 (Duzentos e trinta mil e quinhentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), nas dotações abaixo relacionadas, para fins de cumprimento das despesas decorrentes do exercício financeiro:
Fonte2-001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.14 – DIÁRIAS – PESSOAL CÍVIL..R$ 20.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO..R$ 30.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICAR$ 50.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R$ 40.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA...R$ 50.000,00
Órgão11 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Un. Orç. 11.011 – IPEN – Instituto de Previdência de Esperança Nova
Atividade 09.272.12002.100 – Gestão de Previdência Municipal
El. Despesa ()4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE..........................R$ 40.523,24
TOTAL...R$ 230.523,24
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do crédito adicional especial, constante do art. 1º. desta Lei, fica utilizado o saldo do superávit financeiro do exercício de 2024, no valor de R$ 230.523,24 (Duzentos e trinta mil e quinhentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos).
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 dias de Junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 084/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2025, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.278/2025 de 25/06/2025.
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 1.850.000,00 (Um milhão e oitocentos e cinquenta mil reais), na dotação abaixo relacionada.
Fonte 866 – EMENDA PARLAMENTAR
Órgão05 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Un. Orç. 05.02 – Divisão do Setor de Agricultura
Atividade 20.606.10252.170 – Manutenção das Atividades de Extensão Rural
El. Despesa (730)4.4.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 850.000,00
Fonte 867 – EMENDA PARLAMENTAR
Órgão05 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Un. Orç. 05.02 – Divisão do Setor de Agricultura
Atividade 20.606.10252.170 – Manutenção das Atividades de Extensão Rural
El. Despesa (731)4.4.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..R$ 1.000.000,00
TOTAL GERAL..R$ 1.850.000,00
Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º., desta Lei, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte na fonte mencionadas de convênios.
RECEITA
Categoria EconômicaFonte RecursoNomenclaturaValor
2.4.1.9.51.0.1.00.00.00.00.00866EMENDA PARLAMENTAR850.000,00
2.4.1.9.51.0.2.00.00.00.00.00867EMENDA PARLAMENTAR1.000.000,00
TOTAL 1.850.000,00
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 25 de Junho de 2025.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

CORIPA

DIÁRIAS CONCEDIDAS NO MÊS DE MAIO DE 2025

Nº DA DIÁRIA	DATA	Nº DO EMPENHO	VALOR DA DIÁRIA	DESTINO	Nº DA MATRICULA DO SERVIDOR
032/2025	09/05/2025	182/2025	R$ 46,00	Guaira – PR	11
033/2025	09/05/2025	183/2025	R$ 46,00	Cruzeiro do Oeste – PR	1071
034/2025	13/05/2025	187/2025	R$ 46,00	Altônia – PR	1070
035/2025	13/05/2025	188/2025	R$ 46,00	Altônia – PR	29
036/2025	13/05/2025	189/2025	R$ 46,00	Altônia – PR	30
037/2025	14/05/2025	191/2025	R$ 92,00	Guaira – PR	11
038/2025	26/05/2025	194/2025	R$ 92,00	Guaira – PR	11
039/2025	29/05/2025	208/2025	R$ 46,00	Terra Roxa – PR	1070
040/2025	29/05/2025	209/2025	R$ 46,00	Terra Roxa – PR	29
041/2025	29/05/2025	210/2025	R$ 46,00	Terra Roxa – PR	1071
042/2025	29/05/2025	211/2025	R$ 46,00	Terra Roxa – PR	30

Kariny Simonato
Assessora Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
ESTADO DO PARANÁ
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
LEI Nº1366
De 24 de junho de 2025
Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R$ 3.020.000,00 (Três milhões e vinte mil reais).
06.00SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02Divisão de Ensino
123611450.2062Primeira Infância - Pré Escola - FUNDEB 70%
188/3.1.91.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL350.000,00
189/3.1.90.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS45.000,00
190/3.3.90.08.00OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR50.000,00
123611450.2065Ensino Fundamental - FUNDEB 70%
191/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL750.000,00
192/3.1.91.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS90.000,00
193/3.3.90.08.00OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR45.000,00
123651450.2061Primeira Infância - Creche - FUNDEB 70%
212/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL390.000,00
333/3.1.90.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS15.000,00
213/3.3.90.08.00OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR60.000,00
123671450.2040Manutenção da Educação Especial
215/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL25.000,00
FONTE101
TOTAL...1.820.000,00
07.00FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL
07.01Fundo Municipal de Saúde de Perobal
103011300.2043Manutenção das Atividades da Saúde
225/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL600.000,00
237/3.3.90.36.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA100.000,00
239/3.3.90.36.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA350.000,00
103011305.2044Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde
267/3.3.71.70.00RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO150.000,00
FONTE303
TOTAL...1.200.000,00
TOTAL GERAL...3.020.000,00
Art. 2º Como recursos para cobertura do crédito aberto através do artigo anterior, fica utilizado o provável excesso de arrecadação em Fontes de Recursos:
Fonte 101...R$ 1.820.000,00
Fonte 303...R$ 1.200.000,00
conforme o contido no parágrafo 3º. Do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64.
TOTAL...R$ 3.020.000,00
Art. 3. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº. 1124/2021 com vigência de 2022 a 2025 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela lei Nº. 1291 com vigência para 2025.
Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANA, 24 de junho de 2025.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
ESTADO DO PARANÁ
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 34/2025
Que entre si fazem, de um lado, o MUNICIPÍO DE IVATÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Rio de Janeiro, 2758 – Centro, Ivaté - PR, devidamente inscrito no CNPJ sob N.º 95.640.553/0001-15, neste ato denominado simplesmente de "EMPREGADOR", e de outro o (a) Sr. (a) VALERIA DOS SANTOS SILVA, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 12.787.415-8, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, inscrito(a) no Registro Geral CPF sob o N.º 087.074.039-33, expedido pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, doravante denominado(a) simplesmente de "EMPREGADO(A)", firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, conforme estabelece o Artigo 479 e 480, da CLT. (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO), o qual se regerá pelas seguintes cláusulas que abaixo seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a contratação de Auxiliar Educacional aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 002/2025.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratação referente ao caput será destinada às unidades de ensino da rede pública do Município de Ivaté, distrito de Herculândia, vedado o aproveitamento do contratado em qualquer outra área da administração pública.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Os contratados poderão trocar diariamente, semanalmente ou até mensalmente de escola, por isso a lotação do profissional substituto ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação. Caso exista disponibilidade, o contratado poderá ser remanejado para o local mais próximo de sua residência.
CLÁUSULA SEGUNDA: O "EMPREGADO (A)", trabalhará para o "EMPREGADOR", exercendo a função de Auxiliar Educacional, na Secretaria Municipal de Educação, percebendo o salário de R$. 1.841,61 (um mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e um centavos) por mês, sendo a jornada de trabalho semanal de 40 horas, conforme estabelece o Artigo 10°, inciso III da Lei Complementar n°97/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo do presente contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, com início a partir de 26/06/2025 e término em 25/06/2026.
CLÁUSULA QUARTA: A remuneração prevista para o servidor temporário corresponderá ao valor fixado para o nível inicial do cargo ou emprego público para o qual foi admitido, sendo vedada qualquer vantagem, promoção, progressão, gratificação ou benefício concedido através do plano de carreira dos servidores efetivos municipais, conforme estabelece o Artigo 4° da Lei Complementar n° 92 de 04 de fevereiro de 2019.
CLÁUSULA QUINTA: Obriga-se o "EMPREGADO (A)", além de executar com dedicação e lealdade o seu serviço, a cumprir as instruções do "EMPREGADOR", as ordens de seus chefes e superiores hierárquicos, relativo com sua função, considerando falta grave a recusa por parte do referido em executar qualquer dos serviços dentro da natureza de suas atribuições, e também o que dispensa especificações, por estar naturalmente compreendido e relacionado com sua função.
São atribuições ao cargo de Auxiliar Educacional:
DESCRIÇÃO SUMÁRIA
a) Executar e zelar pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações;
b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;
c) Cumprir com todas as normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc.), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Educação e chefia mediata;
d) Realizar as tarefas inerentes ao atendimento nas turmas de Educação Infantil e/ou nas turmas do ensino fundamental anos iniciais;
e) Desenvolver todas as atividades de higiene das crianças, na relação de educar/cuidar;
f) Manter a ordem, conservação e higienização do local de trabalho, segundo normas e instrução da direção do estabelecimento, priorizando o bem estar da criança;
g) Zelar pela segurança, sono, alimentação, saúde, higiene e troca de fraldas ou roupas das crianças que estejam sob seus cuidados;
h) Auxiliar ao Professor na execução das atividades pedagógicas planejadas para a turma;
i) Prestar apoio ao professor regente, e sob sua orientação, auxiliar na realização das atividades pedagógicas dos alunos com transtorno de aprendizagem, TEA, com laudos e avaliados pela equipe profissional da escola, desde que tenha formação específica exigida;
j) Estimular e contribuir para o desenvolvimento das crianças, nos aspectos psicomotor, intelectual, afetivo, social e da linguagem;
k) Zelar pela integridade física e moral dos estudantes;
l) Executar as atividades correlatas atribuídas pela direção da unidade educacional;
m) Estimular a criatividade, organização e os princípios básicos da convivência e integração social entre crianças;
n) Participar de atividades cívicas, culturais, sociais e esportivas;
o) Participar de reuniões pedagógicas e técnico administrativas;
p) Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações cursos e outros eventos da área educacional e correlatos;
q) Participar do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular e contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia, sob supervisão e orientação do professor regente;
r) Dar exemplo de bons costumes respeito e dedicação à função que exerce, comportando-se como verdadeiro profissional;
s) Zelar pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
t) Cumprir o calendário escolar e o horário de trabalho estabelecido pela direção da escola;
u) Executar outras atividades correlatas.
PARAGRAFO ÚNICO: O auxiliar educacional contratado, além da efetiva substituição, deverá realizar todas as atividades inerentes ao emprego publico, sejam elas atividades internas e/ou externas.
CLÁUSULA SEXTA: Cessada a carência em razão do retomo daquele servidor efetivo específico, a Secretaria Municipal de Educação poderá remanejar o contratado substituto para outras licenças disponíveis no município e distritos.
CLÁUSULA SÉTIMA: Ao findar uma licença diversa, a Secretaria Municipal de Educação deverá notificar o contratado através de memorando, sobre o local, horário e dia que deverá comparecer para o início da nova substituição, caso o contratado não compareça no dia, local e horário marcado as horas faltas serão descontadas em sua folha de pagamento.
CLÁUSULA OITAVA: Os contratados que iniciarem suas atividades no primeiro ano de contrato, mesmo sem férias vencidas, irão usufruir de férias coletivas com os demais servidores efetivos.
CLÁUSULA NONA: Poderá o presente contrato ser rescindido antes de expirado o prazo determinado, direito este assegurado a ambas as partes, a extinção do contrato por vontade das partes deve ser comunicada por escrito à outra parte, pela que tomou a iniciativa, com antecedência mínima de dez dias, sob pena do pagamento ou retenção de indenização correspondente à metade do valor da remuneração mensal conforme estabelece o Artigo 10 § 1° da Lei Complementar n° 92 de 04 de fevereiro de 2019 e Artigo 16 § 2° da Lei Complementar n° 97/2021.
PARAGRAFO ÚNICO: Terminando o prazo estipulado no presente contrato, o referido "EMPREGADO(A)", será dispensado (a), independentemente de qualquer notificação ou de Aviso Prévio.
CLÁUSULA DÉCIMA: Os contratados que se recusarem a assumir determinada vaga, seja no Município de Ivaté ou em algum de seus distritos, serão imediatamente excluídos do PSS.
E, por assim terem justo e contratados, assinam o presente contrato de trabalho por prazo determinado, em duas vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.
Ivaté - Pr , 25 de junho de 2025.
EMPREGADO (A)
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ- PR
TESTEMUNHAS:
A:_______________________ B:_______________________

MUNICIPIO DE PÉROLA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 01
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025
O MUNICIPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que foram feitas alterações no Edital do Pregão Eletrônico nº 31/2025. Tendo em vista que as alterações realizadas influenciarião na elaboração das propostas, a sessão para abertura e julgamento das propostas ocorrerá em data de 14/07/2025. Os horários limites para protocolo dos documentos, abertura das propostas e lances, bem como os demais dispositivos estabelecidos no instrumento convocatório permanecem inalterados. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro – Através do Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min., ou através do e-mail: compras@perola.pr.gov.br.
Pérola/PR, 26 de junho de 2025.
TIAGO DA SILVA CANGUÇU
Pregoeiro

MUNICIPIO DE PÉROLA
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
5º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2022
Pregão Presencial nº 34/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Contratada: MONICLOUD TECNOLOGIA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 13.809,24 (treze mil, oitocentos e nove reais e vinte e quatro centavos), correspondente ao acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos da Cláusula Sétima, item 7.1, alínea "e", referente aos itens 1, 2, 4, 7 e 8, para a instalação de mais 2 (duas) câmeras de monitoramento, conforme especificações constantes no ANEXO I e de acordo com as solicitações apresentadas e o respectivo Parecer Jurídico.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o valor do presente contrato passando de R$ 196.505,40 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e cinco reais e quarenta centavos), para R$ 210.314,64 (duzentos e dez mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data da Assinatura: 25/06/2025.

MUNICIPIO DE PÉROLA
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 3.676, DE 25 JUNHO DE 2025.
SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A TITULO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar parceria na forma prevista na Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e conceder auxílio financeiro a título de subvenção social corresponde a R$21.000,00 (vinte e um mil reais), à Associação Cultural de Pérola, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 02.673.385/0001-83.
Parágrafo único. Para a celebração da parceria a associação deverá apresentar certidões de regularidade fiscal, trabalhista e dívida ativa, além, de outras que se fizerem necessárias.
Art. 2º. O recurso ora concedido será aplicado exclusivamente em despesas operacionais de custeio, conforme especificado no plano de trabalho, respeitando os princípios da legislação que trata das normas para concessão de auxílios, subvenções e contribuições a entidades, sendo necessário após os gastos realizados prestação de contas junto aos órgãos competentes.
Art. 3º. O prazo para aplicação dos recursos transferidos em conformidade com o artigo 1º, é de até 31 de dezembro de 2025, devendo, ser prestadas as contas mensalmente, bem como até o dia 31 de janeiro de 2026, entregar a prestação de contas junto aos órgãos competentes.
Art. 4º. As despesas com execução da presente lei correrão por conta do orçamento vigente, por meio de dotação orçamentária própria.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, PR, 25 de junho de 2025.
VADETE CUNHA
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 402/2025
Concede PROGRESSÃO HORIZONTAL (CLASSE SALARIAL) a servidora MAGNA JAQUELINE TAMBOLO COELHO DOS REIS e da outras providencias.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido nos Artigo 44, e seguintes da Lei nº 3467/2024, que trata da progressão horizontal (Classe Salarial),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão horizontal a servidora MAGNA JAQUELINE TAMBOLO COELHO DOS REIS, matrícula nº1432-0, ocupando o cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, da Classe - K para Classe - L, a partir de 01 de julho de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola - Paraná, 24 de junho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
Lei nº 898/2025
SÚMULA: Estabelece normas para a concessão e o pagamento de diárias aos agentes públicos e demais servidores municipais do Poder Executivo Municipal de Ivaté, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Ficam instituídas diárias aos agentes políticos e demais servidores públicos, efetivos e comissionados, integrantes do Poder Executivo Municipal de Ivaté, destinadas à indenização de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana na cidade de destino, nos deslocamentos da sede do município para outras localidades, para tratar de assuntos de interesse da Administração Pública, bem como, participação em congressos, encontros com membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, eventos, cursos de aperfeiçoamento, especialização e capacitação profissional, visitação no interesse do Município e do Poder Executivo Municipal, contato com Deputados, Senadores, Ministros, Secretários, Chefes de Estado e de Governo, Secretarias e Ministérios, Tribunais de Contas, agências públicas, reguladoras e afins, observados os pressupostos e condições estabelecidos nesta lei.
§ 1º As diárias concedidas mediante prévia solicitação e autorização, pela sua natureza indenizatória, independem de prestação de contas e destinam-se a todos os servidores da Administração Direta e Indireta do Município, efetivos e comissionados, inclusive aos agentes políticos.
§ 2º Consideram-se despesas com locomoção, nos termos do caput, as relativas ao custeio de passagens urbanas, táxi ou outros meios de transporte individual ou coletivo, estacionamento e combustível.
§ 3º As diárias serão concedidas de acordo com o interesse público evidenciado pelo cumprimento dos deveres próprios do cargo.
§ 4º As diárias somente poderão ser concedidas a agentes públicos do Poder Executivo Municipal de Ivaté, sendo vedada a sua concessão àqueles que não se enquadram nesta condição.
Art. 2º. O valor unitário das diárias, independentemente do destino, adotará como base de cálculo a Unidade Fiscal do Município (UFM) e terá como valores aqueles estabelecidos no Anexo I desta Lei.
Parágrafo Único. A diária será creditada em moeda do país, mediante depósito prévio em conta corrente do agente, de acordo com os critérios desta Lei.
Art. 3º. Nos termos do Art. 37, inciso XI, da Constituição da República, as diárias, no âmbito municipal, têm como teto o valor da diária do Prefeito Municipal; as diárias do Prefeito Municipal, por sua vez, têm como limite o valor da diária do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
Art. 4º. Os deslocamentos serão realizados preferencialmente com veículos pertencentes à frota municipal, ou, na falta desses, através de transporte coletivo com o custeio das passagens ou o pagamento de transporte locado, pela Administração Pública, contratado em observâncias às normas estabelecida na Lei de Licitações.
Parágrafo único Quando da impossibilidade de um servidor do cargo de motorista da Administração realizar o transporte, poderá o servidor incumbido da viagem conduzir o veículo da frota municipal, desde que detenha Carteira Nacional de Habilitação (CNH), compatível para condução do respectivo veículo disponibilizado.
Art. 5º. O Agente Público que preterir o transporte custeado pelo Município, por motivo expressamente justificado e mediante deferimento do Prefeito Municipal, poderá optar pelo uso de veículo particular, condicionado também à assinatura do Termo de Responsabilidade na forma do Anexo II desta Lei, renunciando o meio de transporte disponibilizado pelo Município e assumindo a total responsabilidade, pelos riscos inerentes e eventuais danos causados a si ou a terceiros, decorrentes de qualquer infortúnio ocorrido com o servidor ou com o veículo no curso da viagem.
Parágrafo único. As despesas de viagem com combustíveis, pedágios e outros eventualmente inerentes ao transcurso do trajeto até o destino, serão ressarcidos pela Administração, no prazo de até cinco dias, contados da apresentação da prestação de contas pelo servidor, das despesas realizadas.
Art. 6º. No caso especifico de requerimento de diárias para comparecimento em cursos, treinamentos e/ou capacitações, deverá haver autorização expressa do Prefeito Municipal, após análise da conveniência e oportunidade para a Administração, bem como do interesse público a respeito da participação do solicitante ao ato, considerando para tanto, inclusive, a correlação do tema do curso com o exercício das funções do cargo do servidor.
Art. 7º. Não se poderá autorizar a concessão de diárias ou indenizações após a realização do evento que deu origem ao pedido, salvo no caso de verificação de despesas imprevisíveis e de força maior, com a devida justificativa e com comprovação por meio de documentos.
Art. 8º. A autorização para concessão de diárias pressupõe, obrigatoriamente:
a) Compatibilidade dos motivos de deslocamento com o interesse público;
b) Correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo.
c) Conveniência e oportunidade para a Administração;
Art. 9º. Diárias serão concedidas por dia de afastamento do trabalho fora da sede, sendo devida de forma integral, caso haja necessidade de pernoite.
§ 1º O valor da diária será reduzido à metade quando o servidor retornar à sede do município sem a necessidade de pernoite.
§ 2º As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional e contadas integralmente do dia da partida até o dia do retorno, inclusive.
§ 3º Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo durante o afastamento, o agente fará jus à revisão do valor antecipado de diárias nos termos desta Lei.
Art. 10. O pagamento no caso de deslocamentos que incluam finais de semana ou feriados, será excepcional, devendo estar expressamente justificado.
Parágrafo único. Quando a viagem não estiver ou não puder ser programada com antecedência, como nos casos de deslocamentos em razão de urgência ou emergência, a solicitação de diária deve ser formalizada nos termos desta lei, assim que possível.
Art. 11. As despesas de diárias deverão ter dotações orçamentárias específicas e seguir o rito da Lei Federal nº 4.320/64, com a concessão mediante empenho prévio, emissão de nota de liquidação e ordem de pagamento pelo ordenador de despesa.
Art. 12. Em caso de cancelamento de viagem, não realização da viagem, do retorno antes do prazo previsto, ou crédito de valores fora das hipóteses autorizadas, as diárias recebidas em excesso ou indevidamente deverão ser restituídas no prazo de no máximo cinco dias, com a devida justificativa.
Parágrafo único. Na hipótese de o beneficiário não proceder de ofício à restituição no prazo fixado nesta Lei, a Administração procederá ao desconto do valor respectivo em folha de pagamento do mês em curso ou no mês imediatamente posterior, acrescido de juros e correção monetária.
Art. 13. O beneficiário da diária, ao final da missão deverá apresentar comprovantes da realização das tarefas que justificaram a realização da viagem, no prazo máximo de cinco dias após o retorno, podendo fazer isso, por exemplo, através dos seguintes elementos probatórios:
I - Ata de reunião ou declaração emitida por unidade administrativa, no caso de visitas técnicas, reuniões de Grupos de Trabalho ou de Estudos, de Comissões ou assemelhados, em que conste o nome do beneficiário como presente;
II - Declaração emitida por unidade administrativa ou lista de presença em eventos, seminários, treinamentos ou assemelhados, em que conste o nome do beneficiário presente;
III - Atestado ou certificado de frequência que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária.
IV - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas durante o período de afastamento;
V - Outros documentos que se considerem pertinentes para complementar a comprovação do cumprimento do encargo/finalidade que justificou a realização da viagem.
§ 1º No caso de o deslocamento ser realizado mediante a utilização de veículo oficial, a comprovação dar-se-á também com o preenchimento, pelo condutor, de formulário específico do Controle de Frotas.
§ 2º A omissão na apresentação, no prazo fixado no caput deste artigo, da documentação necessária à demonstração do objetivo da viagem, implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.
Art. 14. Os membros de conselhos, quando estiverem representando o Município no exercício da função pública de conselheiro, receberão diárias equivalentes aos servidores públicos.
Art. 15. O pagamento de diárias instituído por esta Lei terá caráter de verba indenizatória, não integrando o respectivo vencimento, remuneração, ou subsídio para quaisquer efeitos.
Art. 16. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da Lei, conceder e/ou receber diária indevidamente, sem prejuízo da obrigação de restituição imediata ao erário público, dos valores indevidamente pagos.
Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Leis Municipais nº 794/2021 e 803/2021.
Paço Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, aos 25 de junho de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal
ANEXO I
VALOR DE DIÁRIAS
DESTINO
PREFEITOVice- Prefeito
Secretários Municipais
Procuradores e Assessores Jurídicos Demais agentes municipais efetivos e comissionados, inclusive os motoristas
Para fora do País 16 UFM 12 UFM 08 UFM
Para Brasília – DF 12 UFM 08 UFM 06 UFM
Para fora do Estado, exceto o Distrito Federal, ou para qualquer região do Estado, a cada 24 (vinte e quatro) horas de afastamento, quando houver necessidade de pernoitar fora do município.
10 UFM
05 UFM
2,5 UFM
Para fora do Estado, exceto o Distrito Federal, ou para qualquer região do Estado, quando a distância for superior a 150 km e o período de afastamento for inferior a 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da necessidade de pernoite.
06 UFM
03 UFM
1,5 UFM
Para qualquer região do País, quando a distância for de até 150 km e o período de afastamento for superior a 8 (oito) horas, sem necessidade de pernoite.
2 UFM
01 UFM
0,50 UFM
ANEXO II
MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE
Eu, ..., ocupante do cargo de ...., inscrito no CPF nº ...., RENUNCIO ao meio de transporte oferecido pela Administração Municipal para participar do evento/missão ...., na cidade de ...., Estado ...., no dia ______/_______/______.
Declaro para os fins de direito que vou realizar a viagem com veículo próprio, alugado ou emprestado e ASSUMO total responsabilidade pelas despesas decorrentes da viagem e também pelos riscos inerentes ao transporte e eventuais danos causados ao meu veículo e a minha pessoa, a quem mais estiver no veículo ou à terceiros, decorrentes de acidentes sofridos pelo servidor no curso da viagem.
...., _________/_____________/_________
Nome e assinatura do Servidor

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 403/2025
Concede Férias a servidora APARECIDA VERONICA MANTOVANI, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora APARECIDA VERONICA MANTOVANI, matrícula nº 1890-2, ocupando o cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2024/2025), a partir de 03 de julho de 2025 a 01 de agosto de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 24 de junho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 404/2025
Concede PROGRESSÃO HORIZONTAL (CLASSE SALARIAL) a servidora JULIANA HUNGARO DE SOUZA e da outras providencias.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido nos Artigo 44, e seguintes da Lei nº 3467/2024, que trata da progressão horizontal (Classe Salarial),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão horizontal a servidora JULIANA HUNGARO DE SOUZA, matrícula nº2087-7, ocupando o cargo efetivo de Professora de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, da Classe - E para Classe - F, a partir de 01 de junho de 2025(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola - Paraná, 24 de junho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
Lei nº 900/2025
SÚMULA: Regulamenta no âmbito da Câmara Municipal de Ivaté a concessão e o uso de diárias.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Ficam instituídas e regulamentadas a concessão de diárias para custeio de despesas realizadas com viagens para localidades fora do Município de Ivaté, empreendidas pelos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, nos seguintes casos:
I - Para reuniões, previamente agendadas com autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível Municipal, Estadual ou Federal, para tratar de assuntos de interesse do Município;
II - Para participação em encontros, seminários, cursos, treinamentos e congressos que venham a ampliar seus conhecimentos para melhor desempenho do mandato ou, no caso do servidor, para aprimoramento profissional e melhor desempenho de suas funções;
III - Para representar a Câmara Municipal em eventos, por delegação outorgada pela Presidência da Casa Legislativa;
IV - Para outros eventos não previstos nesta Lei, desde que configurados o interesse público e a pertinência às atividades da Câmara Municipal.
§ 1º - Os Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal deverão apresentar para fins de atestarem a sua participação em eventos, palestras, seminários ou visitas a autoridades certificado, diploma, atestado e/ou declaração de visita, além da cópia dos folders e nota fiscal da inscrição.
§ 2º - Os vereadores ou servidores que não apresentarem em até 10 (dez) dias os comprovantes que atestem a sua participação e a necessidade da viagem terão o valor repassado pelo Poder Legislativo em forma de diária (s) descontada (s) em folha de pagamento no mês subsequente.
§ 3º - Serão, também, restituídas, em sua totalidade, no prazo estabelecido neste artigo, as diárias recebidas pelo vereador ou servidor quando, por qualquer circunstância, não ocorrer a viagem.
§ 4º - A não restituição dos valores das diárias, nos termos dos parágrafos anteriores deste artigo, implicará em desconto nos subsídios ou vencimentos, do valor das diárias recebidas em excesso.
Capítulo II
DA CONCESSÃO DAS DIÁRIAS
Art. 2º Os vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal que se deslocarem da sede da Câmara Municipal de Ivaté, nos casos previstos no art. 1° desta Lei, farão jus a percepção de diárias de viagem para fazer face às despesas com alimentação, estadia e locomoção.
Art. 3º A concessão de diária fica condicionada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.
Parágrafo Único - Fica vedado o pagamento de diária para vereadores não reeleitos nas eleições municipais para a participação de cursos e eventos, durante o período que compreende o final do seu mandato.
Art. 4º A competência para emissão de diárias é exclusiva do Presidente da Câmara, e no caso que o mesmo for o solicitante, caberá ao Diretor Geral à competência prevista neste artigo.
Capítulo III
DO VALOR DAS DIÁRIAS
Art. 5º Os valores das diárias de que trata este artigo serão nas seguintes proporções:
I – Em localidades com distância acima 150 (cento e cinquenta) quilômetros do Município: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);
II – Viagens a outros Estados da Federação e Brasília - DF: RS 800,00 (oitocentos reais).
Parágrafo Único - As diárias serão concedidas por dia de afastamento, se houver pernoite, sendo reduzido à metade o valor previsto quando o deslocamento não implicar em pernoite.
Art. 6º Os valores das diárias serão reajustados pelo índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, dos últimos dozes meses, sempre no mês de janeiro de cada ano, por meio de Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ivaté.
Capítulo IV
DA SOLICITAÇÃO DAS DIÁRIAS
Art. 7º Os requerentes deverão encaminhar, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis requisição (anexo I) ao Presidente da Câmara solicitando as diárias.
§ 1º - Na solicitação das diárias deverá constar as datas de saída e retorno das viagens, com a finalidade de informar se as diárias requeridas serão com pernoite ou sem pernoite.
I - será considerado pernoite, para fins de recebimento integral da diária, as noites em que o requerente dormir na cidade de destino.
§ 2º - A quantidade de diárias solicitadas deverá respeitar os princípios da razoabilidade e do interesse público.
Capítulo V
DO PRAZO PARA PAGAMENTO DA DIÁRIA
Art. 8° O pagamento da diária ocorrerá antes da saída do Vereador ou Servidor.
Parágrafo Único. Os valores das diárias serão depositados em conta corrente ou conta poupança de titularidade do Vereador ou Servidor, a ser informada pelo solicitante.
Capítulo VI
DAS DESPESAS DE VIAGENS NÃO COBERTAS POR DIÁRIAS MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO
Art. 9° As despesas de viagens com combustível, utilizando-se de veículos oficial ou particular, desde que realizadas em obediência às finalidades estabelecidas no art. 1° desta Lei, serão reembolsadas pela Câmara Municipal, devendo serem comprovadas por documento fiscal, no qual constará, obrigatoriamente, a placa do veículo e a quilometragem (hodômetro) no momento do abastecimento.
§ 1º - Utilizado o veículo oficial da Câmara Municipal, deverá ser anotado no livro de controle o horário, a data de saída e chegada ao destino, além da quilometragem constante no painel do veículo e a assinatura do motorista.
§ 2º - O condutor do veículo oficial é responsável por eventuais despesas que advierem de sua utilização indevida, bem como pelo pagamento de multas por infração às leis de trânsito.
§ 3º - Caso não haja o pagamento voluntário da infração de trânsito cometida, o valor será descontado da remuneração do servidor ou vereador, a fim de restituir o erário.
§ 4º - O vereador ou o servidor que deixar de arcar voluntariamente com o valor de eventual infração de trânsito cometida, ficará impedido de receber nova diária.
Capítulo VII
DAS DESPESAS DE VIAGENS NÃO COBERTAS POR DIÁRIAS MEDIANTE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS
Art. 10 As viagens devem ser programadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
§ 1º - Aquelas viagens cuja data da solicitação seja inferior a 10 (dez) dias úteis devem ser justificadas e autorizadas pelo Presidente da Câmara, em sendo este o solicitante, caberá ao Diretor Geral autorizar.
§ 2º - A autorização deve atender, aos seguintes procedimentos:
I - verificação da cotação de preços das agências existentes no mercado;
II - indicação da reserva;
III- solicitação e autorização para emissão de bilhetes de passagens.
§ 3º - A emissão dos bilhetes deverá ser realizada pela agência de viagens contratada.
Capítulo VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11 Comprovado que o vereador ou servidor recebeu diária indevidamente, os valores serão descontados integralmente na folha de pagamento.
Art. 12 Todas as Portarias da Presidência que concederem diária deverão ser previamente publicadas no Diário Oficial do Município, antes do dia da viagem.
Art. 13 As despesas decorrentes da presente legislação correrão precedidas de empenho nas dotações orçamentárias próprias, constante no orçamento vigente da Câmara Municipal de Ivaté, suplementadas se necessário
Art. 14 Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução n° 002/21.
Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL
ANEXO I
REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS
Senhor Presidente,
Eu ___________________________, Cargo/Função ___________________, com base na legislação vigente, SOLICITO a liberação de __________ diária (s), com a finalidade de empreender viagem para a cidade de ________________, com saída na data de ___________ e retorno previsto em ____________, com o objetivo de participar de _________________________ _________________________________.
Informo que o meio de transporte será através de: Veículo Oficial ( ) Ônibus ( ) Outros:____________________________________
Comprometo-me a realizar no retorno a devida prestação de contas, através de toda a documentação e condições previstas na legislação vigente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o retorno, sob pena dos valores serem descontados em minha folha de pagamento.
Em caso de utilização do veículo oficial, declaro estar ciente que eventual infração de trânsito com a aplicação de multa ficará inteiramente a cargo deste solicitante.
Termos em que
Pede e Espera Deferimento
Ivaté, Estado do Paraná, aos ____ de _____________ de ________.
____
Assinatura do Requerente
Deferido no dia _______________. Ciente no dia ______________.
_______________________________ ________________________
Presidente Diretor

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 405/2025
Concede Licença Prêmio a servidora APARECIDA VERONICA MANTOVANI, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora APARECIDA VERONICA MANTOVANI, matrícula nº 1890-2, ocupando o cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo (10/05/2016 a 14/12/2022) a partir de 04/08/2025 a 01/11/2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 24 de junho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 406/2025
Concede PROGRESSÃO HORIZONTAL (PADRÃO SALARIAL) ao servidor PEDRO RENATO POIARES BUOSI, e da outras providencias.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido no Artigo 24, da Lei Complementar nº 001, de 01 de Abril de 2010, e suas alterações, que trata da progressão horizontal,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder progressão horizontal ao servidor PEDRO RENATO POIARES BUOSI, matricula nº 2411-2, ocupando o cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, do Padrão - B para Padrão - C, a partir de 01 de junho de 2025(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola-Paraná, 24 de junho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 407/2025
Concede PROGRESSÃO HORIZONTAL (CLASSE SALARIAL) a servidora ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ WANTERS e da outras providencias.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido nos Artigo 44, e seguintes da Lei nº 3467/2024, que trata da progressão horizontal (Classe Salarial),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão horizontal a servidora ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ WANTERS, matrícula nº2399-0, ocupando o cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, da Classe - B para Classe - C, a partir de 01 de julho de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola - Paraná, 25 de junho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
Lei Complementar nº 108/2025
SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Complementar nº 100/2022, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Ivaté, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica alterado o art. 1º da Lei Complementar nº 100/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º A estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Ivaté passa a ser a seguinte:
1.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
1.1.0. Divisão de Finanças e Tesouraria
1.2.0. Divisão de Tributação
1.3.0. Divisão de Gestão de Pessoas
1.4.0. Divisão de Serviços Gerais
1.5.0. Divisão de Administração Distrital
1.6.0. Divisão de Turismo
1.7.0. Divisão de Faturamento e Empenho
1.8.0. Divisão de Tecnologia da Informação
2.0.0. ASSESSORIA JURÍDICA DO PREFEITO
3.0.0. CONTROLADORIA INTERNA
4.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
5.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
5.1.0. Divisão de Obras e Projetos
5.2.0. Divisão de Fiscalização e Posturas
5.3.0. Divisão de Compras
5.4.0. Divisão de Licitações e Contratos
5.5.0. Divisão do Patrimônio
6.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
6.1.0. Divisão de Atenção Primaria em Saúde
6.2.0. Divisão de Urgência e Emergência
6.3.0. Divisão de Vigilância Sanitária
6.4.0. Divisão de Agendamentos
7.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
7.1.0. Divisão de Agricultura e Pecuária
7.2.0. Divisão de Meio Ambiente
8.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS
8.1.0. Divisão de Controle de Frota
8.2.0. Divisão de Manutenção de Estradas
8.3.0. Divisão de Limpeza Pública e Serviços Urbanos
9.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
9.1.0. Divisão de Coordenação dos Programas de Transferência de Renda
9.2.0. Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica
9.3.0. Divisão de Coordenação da Proteção Social Especial
9.3.1. Seção de Coordenação dos Serviços de Acolhimento
9.4.0. Divisão da Gestão do SUAS
9.4.1. Seção de Controle Social e Vigilância Social Assistencial
10.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.1.0. Divisão Pedagógica e administrativa de Alimentação Escolar
10.1.1. Divisão de Documentação Escolar
11.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER
11.1.0. Divisão de Cultura
11.2.0. Divisão de Esportes e Lazer
Art. 2º. Fica alterado o §2º do art. 10, da Lei Complementar nº 100/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 10. Compete à SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: supervisionar a política assistencial no município; desenvolver atividades de assistência e prestação de serviços às famílias em situação de vulnerabilidade e risco e em sua diversidade de necessidade; coordenar e desempenhar ações que visem a recuperação e integração do indivíduo na sociedade; implementar ações de articulação das atividades da rede socioassistencial; planejar e praticar as atividades do Plano de Assistência Social de acordo com a LOAS; garantir os direitos da mulher assegurados pela Constituição Federal; desenvolver as ações, programas e atividades dos direitos das crianças e dos adolescentes, das pessoas portadoras de necessidades especiais e dos idosos; dar suporte às atividades do Conselho Tutelar e ao CMDCA; realizar as conferências de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, do idoso, da mulher e PCD; propiciar as atividades da proteção social básica e especial e demais serviços socioassistenciais; desempenhar outras atividades afins e correlatas ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
§1º. (...).
§ 2º. Compete à Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica: articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços; coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias inseridas nos serviços ofertados no CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; definir, com os profissionais, critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; definir, com os profissionais, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; definir, com a equipe técnica, os meios e os ferramentais teórico metodológicos de trabalho com famílias, grupos de famílias e comunidade, buscando o aprimoramento das ações, o alcance de resultados positivos para as famílias atendidas e o fortalecimento teórico e metodológico do trabalho desenvolvido; monitorar regularmente as ações de acordo com as diretrizes do programa, instrumentos e indicadores pactuados; realizar reuniões periódicas com os profissionais para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados, entre outras; promover e participar de reuniões periódicas com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação relativa à cobertura da demanda existente no território e acompanhar os encaminhamentos feitos; promover e participar de reuniões periódicas com representantes de outras políticas públicas, visando articular a ação intersetorial no território; contribuir com o órgão gestor municipal na avaliação relativa à cobertura dos serviços no território e no estabelecimento de fluxos entre os serviços da Proteção Social Básica e Especial de Assistência Social; gerir o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), monitorando o Plano Municipal de Segurança alimentar e Nutricional e seu conjunto de ações, programas e projetos que viessem garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada - DHAA o que aperfeiçoaria e tornaria mais eficientes as estratégias públicas para respeitar, promover e proteger à população em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a realização de conferências de SAN e o cumprimento das diretrizes e desafios, bem como as deliberações aprovadas na mesma; exercer outras atividades afins e correlatas às suas competências e que lhe forem determinadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§3º (...).
§4º (...).
§5º (...).
§6º (...).
Art. 3º. Fica incluído os §2º, ao art. 11, da Lei Complementar nº 100/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 11 (...)
§ 1º (...)
§ 2º. Compete a Divisão de Documentação Escolar: fazer a guarda e assinar os documentos escolares das 24 (vinte e quatro) Escolas Rurais Extintas, conferir e encaminhar ao RH as faltas justificadas dos funcionários do setor de toda a educação, elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Educação, em consonância com as normas e critérios de planejamento estadual e nacional de educação; inspecionar os serviços de assistência educacional destinados a garantir o cumprimento da obrigatoriedade em idade escolar; efetuar o combate à evasão escolar e verificar as causas de baixo rendimento dos alunos e de repetências junto as instituições, direcionando aos programas corretos, através de medidas de busca ativa e de assistência aos alunos; articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, de modo a assegurar a execução de programas do desenvolvimento de práticas com a comunidade e instituições de educação. Captar e aplicar recursos para a melhoria do Transporte e da Educação no Município; articular-se com órgãos estatais e entidades privadas, visando ao preenchimento corretos do programas de frequência escolar no Município; acompanhar a execução financeira dos programas e atividades da Secretaria, promovendo controle rigoroso de despesas; manter em dia os prazos e sistemas online, tais como: Censo Escolar – INEP (Super Usuária na SEDUC, monitorando as matrículas municipais), SERE/WEB (Sistema online de Registro Escolar) orientando as instituições e acompanhando o registro de matriculas municipais, Plano de Ações Articuladas (PAR), Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), BB Ágil (Plataforma de Prestação de Contas dos Recursos Federais do Banco do Brasil), SIGECON (Sistema Prestação de Contas dos Conselhos), MAVS/SIOPE (Plataforma de Prestação de Contas dos Recursos do FUNDEB), SISCACS (Sistema de Cadastro do Conselho do FUNDEB), PDDE/Interativo (Sistema de gestão das instituições para recebimento de recursos), PDDE/WEB (Habilitação das entidades para recursos do PDDE/Escola) FNDE Habilita (habitar o Chefe do Executivo no FNDE), SIGET (Sistema de Gestão de Transporte Escolar), SERP (Sistema de Rede de Proteção/perfil municipal), Sistema Presença (como coordenadora municipal para monitorar a frequência dos alunos que recebem o Bolsa Família, de todas as instituições escolares) e Sistema de Cadastro de Entidades – Portal do TCE-PR (SICAD). Manter os Conselhos Municipais em dia, tais quais: CACS (Conselho de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB) Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Transporte Escolar (CMTE), Fórum do Plano Municipal de Educação (PME), Homologação dos Conselhos Escolares Municipais e Orientações sobre as APMF´s das Instituições. Dar suporte ao Departamento de Transporte, fiscalizando o uso do recurso Federal o PNATE e o recurso Estadual o PETE, acompanhando as licitações, solicitando as ordens de serviço, fazendo o pagamento dos fornecedores de: peças, mão de obra, abastecimento, lubrificações, borracharia, auto elétrica, inspeções veiculares semestrais, extintores, licenciamentos ou qualquer outro serviço vinculado ao transporte. Desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Prefeito Municipal, a fim de fomentar a Educação no município.
Art. 4º. Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 100/2022, exclusivamente no que se refere à Secretaria Municipal de Educação, que passa a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO I
DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Finanças e Tesouraria	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Tributação	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Gestão de Pessoas	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Serviços Gerais	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Administração Distrital	1	CC2
Diretor da Divisão de Turismo	1	CC2
Diretor da Divisão de Faturamento e Empenho	1	CC2
Diretor da Divisão de Tecnologia da Informação	1	FUNÇÃO GRATIFICADA

ASSESSORIA JURIDICA DO PREFEITO

DENOMINAÇÃO	REQUISITOS	VAGAS	SÍMBOLO
Assessor Jurídico	Inscrição na OAB	1	CC-1

CONTROLADORIA INTERNA

DENOMINAÇÃO	REQUISITOS	VAGAS	SÍMBOLO
Controlador Interno	Em consonância com a Lei Municipal nº 396/2007	1	FUNÇÃO GRATIFICADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Governo	1	SUBSÍDIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Planejamento	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Obras e Projetos	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Fiscalização e Posturas	1	CC-2
Diretor da Divisão de Compras	1	CC-2
Diretor da Divisão de Licitações e Contratos	1	CC-2
Diretor da Divisão do Patrimônio	1	CC-2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Saúde	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Atenção Primaria em Saúde[1]	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Urgência e Emergência[2]	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Vigilância Sanitária	1	CC-2
Diretor da Divisão de Agendamentos	1	CC-2

[1] O cargo de Diretor da Divisão de Atenção Primaria em Saúde, deverá ser ocupado por servidor com formação acadêmica de nível superior ou com curso técnico na área.
[2] O cargo de Diretor de Divisão de Urgência e Emergência deverá ser ocupado por servidor com formação acadêmica de nível superior ou com curso técnico na área
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Agricultura e Pecuária	1	CC-2
Diretor da Divisão de Meio Ambiente[1]	1	CC-2

[1] O cargo de Diretor da Divisão de Meio Ambiente, deverá ser ocupado por servidor com nível técnico em Meio Ambiente ou formação acadêmica na área.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIARIOS

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Serviços Públicos e Rodoviários	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Controle de Frota[1]	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Diretor da Divisão de Manutenção de Estradas[2]	1	CC-2
Diretor da Divisão de Limpeza Pública e Serviços Urbanos[3]	1	CC-2

[1] O cargo de Diretor de Controle de Frota, deverá ser ocupado por servidor com nível escolar ensino médio completo.
[2] O cargo de Diretor da Divisão de Manutenção de Estradas, deverá ser ocupado por servidor com nível escolar ensino fundamental completo.
[3] O cargo de Diretor de Limpeza Pública e Serviços Urbanos, deverá ser ocupado por servidor com nível escolar ensino fundamental completo.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Assistência Social	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Coordenação de Programas de Transferência de Renda[1]	1	CC-2
Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica[1]	1	CC-2
Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Especial[1]	1	CC-2
Chefe da Seção de Coordenação dos Serviços de Acolhimento	1	CC-3
Diretor da Divisão da Gestão do SUAS[2]	1	FUNÇÃO GRATIFICADA
Chefe da Seção de Controle Social e Vigilância Social Assistencial	1	CC-3

[1] Os cargos de Diretor da Divisão de Coordenação de Programas de Transferência de Renda, de Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica e de Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Especial deverão ser ocupados por servidores com ensino médio completo.
[2] O cargo de Diretor da Divisão do SUAS, deverá ser ocupado por servidor com formação de nível superior de preferência Pedagogo, Sociólogo, Assistente Social ou Psicólogo.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Educação	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão Pedagógica e Administrativa de Alimentação Escolar	1	CC-2
Diretor da Divisão de Documentação Escolar[1]	1	FUNÇÃO GRATIFICADA

[1] a função de direção da Divisão de Documentação Escolar, deverá ser ocupada por servidor com nível escolar superior completo.
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER

DENOMINAÇÃO	VAGAS	SÍMBOLO
Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer	1	SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Cultura[1]	1	CC-2
Diretor da Divisão de Esportes e Lazer[2]	1	CC-2

[1] O cargo de Diretor da Divisão de Cultura, deverá ser ocupado por servidor com nível escolar ensino médio completo.
[2] O cargo de Diretor do Departamento de Esporte, deverá ser ocupado por servidor com nível superior completo.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2025.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1.273/2025

SÚMULA: RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E ESTATUTO/CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu EVERTON BARBIERI PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE;

LEI;

Art. 1º. Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado na QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, firmado entre este Município e o Consórcio Público CISA, nos termos do artigo 12-A da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Parágrafo único. O texto consolidado do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE é parte integrante desta Lei, conforme Anexo I.

Art. 2º. Ficam ratificadas, em todos os seus termos, a Décima Alteração e Consolidação do Estatuto/Contrato do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, nos termos do Anexo II desta Lei.

Art. 3º. Ficam convalidados do Primeiro ao Quarto Aditamentos do Protocolo de Intenções, bem como as alterações anteriores do Estatuto/Contrato do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

Art. 4º Ficam convalidados a quantidade cargos, de vagas, ocupadas ou não, e de remuneração atuais dos servidores do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, conforme Anexo III desta Lei, assim como a criação de novos cargos, transformação e ampliação de vagas para atender a demanda de pessoal do Consórcio, conforme Anexos IV, V, VI e VII desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Everton Barbieri
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUINTO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

Considerando a necessidade de alterações estruturais com extinção, criação e alteração de cargos junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS – 12ª Regional de Saúde, os Municípios de Altônia, Alto Paraíso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Xambrê, de comum acordo, em Assembleia Geral realizada em 23 de fevereiro de 2024, conforme Ata nº 001/2024, em conformidade com o princípio da cooperação interfederativa implícito no art. 241 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, resolvem celebrar a QUINTA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E CONSOLIDAÇÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, firmado em 30 de novembro de 2007, mediante a subscrição do presente, que convalida as alterações estatutárias até então praticadas, e modifica os seus dispositivos, que passam a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I
DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA 1ª. *(Dos subscritores)* Subscrevem o Protocolo de Intenções os seguintes Municípios: Altônia, Alto Paraíso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Xambrê, através de seus Prefeitos Municipais.

CLÁUSULA 2ª. *(Da ratificação)* O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por, no mínimo 3 (três) dos municípios que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE.
§ 1º. Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.
§ 2º. Será automaticamente admitido no Consórcio o Município que efetuar ratificação em até 2 anos.
§ 3º. A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.
§4º. A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja autorização pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.
§5º. O Município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o consórcio, salvo por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público, através da concordância da maioria absoluta dos Consorciados.

OS CONCEITOS

CLÁUSULA 3ª. Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou por Município consorciado, consideram-se:
I – Consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica;
II- área de atuação do consórcio público: área correspondente à soma dos territórios dos municípios associados que o integram;
III- protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;
IV- ratificação: aprovação pelo ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;
V- retirada: saída de ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;
VI – contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;
VII- Convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;
VIII- gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio do consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas o não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços de pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;
IX- planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;
X- regulação – todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto sócio-ambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação ou revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;
XI- fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;
XII- prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quanto operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;
XIII- serviço público: atividade ou comodidade material fruível diretamente a usuário, que possa ser remunerado por meio de taxa ou preço público, inclusive tarifa;
XIV- titular de serviço público: ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta:
XV- contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa;
XVI- termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no Artigo 3º da Lei Nº 9.7901 de 23 de março de 1999; e,
XVII- contrato de gestão: instrumento firmado entre a administração pública e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, na forma do Art. 51 da Lei Nº 9.649, de

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

27 de maio de 1998, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
Parágrafo único: A área de atuação do consórcio público mencionada no inciso II do *caput* deste artigo refere-se exclusivamente aos territórios dos entes da Federação que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções, que o integram constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, PRAZO E SEDE

ANEXO

CLÁUSULA 4ª. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE é constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica que integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Parágrafo Único: O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de, no mínimo, 3 (três) municípios subscritores do Protocolo de Intenções;

CLÁUSULA 5ª. *(Do prazo de duração)* O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 6ª. *(Da sede)* A sede do Consórcio é o Município de Umuarama-PR, situada na Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, CEP 87503-030.

Parágrafo único: A Assembleia Geral do Consórcio, instância máxima do consórcio público, presidida obrigatoriamente pelo Chefe do Executivo de ente da Federação consorciado, mediante decisão da maioria absoluta dos consorciados, poderá alterar a sede.

DAS FINALIDADES

CLÁUSULA 7ª. Além das finalidades constantes no ato de constituição do CISA, as quais são ratificadas neste ato, são objetivos do Consórcio:

I – a integração, o planejamento, gerenciamento, coordenação, execução e regulação e, nos termos de delegação específica de cada consorciado, a fiscalização da prestação de serviços públicos de saúde, odontológico, assistencial, atendimento psicossocial, especializada e ambulatorial, na forma direta ou indireta, suplementares ou complementares ao SUS, bem como a gestão associada de serviços públicos, podendo o CISA exercer outras atribuições, desde que expressamente autorizadas pelos entes federativos interessados;
II- Obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada de serviços públicos;
III- assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS;
IV- assegurar o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência eficiente e eficaz, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

serviços de saúde e médicos disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação específica;
V- gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;
VI – representar os municípios que o integram perante as esferas de governo e nos assuntos de interesse comum sobre saúde pública e serviços médicos, perante quaisquer autoridades, instituições e entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
VII- criar Instrumento de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;
VIII- otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do consórcio;
IX- planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde e assistência social dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná;
X- desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
XI- realizar estudos de caráter sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
XII- viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de materiais, medicamentos e outros;
XIII- formentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios ou que neles vier a se estabelecer, assegurando prestação de serviços à população eficientes, eficazes e igualitários, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis nos municípios;
XIV- incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
XV- prestar assessoria no planejamento, adoção, implantação e execução de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados, tendo como esteio as regras e condições da Lei Federal Nº 11.107/2005;
XVI- estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
XVII- viabilizar a existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
XVIII- a capacitação técnica do pessoal encarregado da gestão dos serviços públicos nos Municípios consorciados; e
XIX – mesmo quando não referentes aos serviços públicos da área da saúde, o CISA poderá:
a) realizar licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta, nos termos do artigo 19, da Lei 11.107/2005;
b) aquisição de bens ou serviços técnicos especializados para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;
c) a prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

d) a fixação, revisão e reajuste de tarifas e outros preços públicos, forma de rateio de despesas;
e) a alienação e a oneração de bens do Consórcio;
f) a criação de fundo intermunicipal destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos consorciados;
VII- criar o fundo intermunicipal destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos consorciados;
VIII- aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;
IX- aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos; e
X- deliberar em casos de omissões no Protocolo de Intenções ou no Estatuto.

§1º. A cessão de servidores de outros órgãos da Federação para o consórcio, quando o ônus da cessão ficar a cargo deste, exigir-se-á, para a aprovação, o voto da maioria dos consorciados.

§2º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 40. *(Da eleição)*. O presidente será eleito em reunião da Assembleia Geral especialmente convocada, devendo ser apresentada a chapa contendo o nome do candidato a Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Prefeitos, até 60 minutos que antecederem o pleito.

§ 1º. Somente serão aceitos como candidatos o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

§ 2º. O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

§ 3º. Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos.

§ 4º. Caso nenhuma chapa tenha alcançado maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujas chapas serão as duas mais votadas.

§ 5º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, serão convocados turnos subsequentes, até a solução do impasse.

CLÁUSULA 41. O Presidente indicará o nome dos integrantes do Conselho Fiscal, os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo dos Municípios consorciados.
§ 1º. A Secretaria Executiva é o órgão executivo, constituída por um Coordenador Geral e pelo apoio técnico e administrativo integrado pelo quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho de Prefeitos, após indicação do Presidente.
§ 2º. O Coordenador Geral deverá ter experiência comprovada na área de saúde e será indicado pelo Presidente, sendo de livre provimento em comissão.

DA ELABORAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

CLÁUSULA 42. Convertido o presente protocolo em contrato de Consórcio Público, com, pelo menos, três entes federativos que tenham ratificado o Protocolo de Intenções,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

convocarão reunião da Assembleia Geral para elaboração e/ou ratificação dos estatutos do Consórcio.

§ 1º. Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral aprovará os estatutos do Consórcio por unanimidade.

§ 2º. Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação no órgão oficial do CISA.

§ 3º. A publicação poderá se dar por extrato caso a íntegra dos estatutos esteja disponibilizada em sítio da rede mundial de computadores – internet - a ser mantido pelo Consórcio.

DAS ATAS

CLÁUSULA 43. *(Do registro)*. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista, a presença de todos os Municípios representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral; e

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 44. *(Da publicação)*. A íntegra da ata da Assembleia Geral será de livre acesso para qualquer interessado, o qual, mediante o pagamento das despesas de reprodução, poderá receber cópia da ata.

DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 45. *(Da competência)*. Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

III – convocar as reuniões da Diretoria;

IV – nomear o Coordenador Geral;

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

VI – julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;
b) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

VII – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, *ad referendum*, tomar as medidas que reputar urgentes;

VIII – suspender o atendimento dos consorciados nas hipóteses previstas.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Geral.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Geral poderá ser autorizado a praticar atos *ad referendum* do Presidente.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS AGENTES PÚBLICOS
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 46. *(Do exercício de funções remuneradas)* Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento.

Parágrafo ÚNICO. A atividade da Presidência, Vice- Presidente e Conselheiros do Consórcio, bem como de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

DOS EMPREGOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 47 (*Do regime jurídico*). Os servidores do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º. A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, será definida em ato administrativo próprio.

§ 2º. A contratação e dispensa de empregados públicos compete ao Presidente.

§ 3º. Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para consorciados.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

§ 4º. O Conselho de Prefeitos poderá conceder revisão anual de remuneração dos empregados e dos cargos em comissão.

DOS CONTRATOS
DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 48. (*Das contratações diretas por ínfimo valor*) Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo do disposto na legislação pertinente aos Consórcios Públicos, observarão o seguinte procedimento:

I – serão instauradas por decisão do Presidente ou do Coordenador Geral;
II – a homologação e a adjudicação poderá ser delegada pelo Presidente do Consórcio ao Coordenador Geral.

CLÁUSULA 49. (*Da publicidade das licitações*) Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisão de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas disponíveis a qualquer interessado, mediante o fornecimento de cópia, com o pagamento do valor referente a custo das mesmas.

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA 50. (*Do regime da atividade financeira*). A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I – contratos de rateio;
II – remuneração pela prestação de serviços;
III – remuneração por atividades de regulação e fiscalização da prestação de serviços delegados;
IV – subvenções recebidas de entes públicos não consorciados;
V – doações;
VI – os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;
VII – as rendas de seu patrimônio;
VIII – o produto da alienação dos seus bens;
IX – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicações de capitais.

CLÁUSULA 51. (*Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio)* Os entes consorciados somente destinarão recursos ao Consórcio nos termos previstos no presente instrumento e quando:

I – tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – houver contrato de rateio.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

§ 1º. As funções gratificadas serão exercidas somente por servidores efetivos ou cedidos.

§ 2º. A função gratificada não constitui cargo e será considerada como vantagem acessória ao vencimento do servidor que exercer funções de chefia.

CLÁUSULA 34. Os ocupantes nomeados em Cargos em Comissão e os com direito à função gratificada não serão remunerados por horas extraordinárias prestadas no exercício do cargo ou função.

Parágrafo único: Os cargos em Comissão e Função Gratificada seguem quadro abaixo:

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO
	I- NÍVEL DE ASSESSORAMENTO		
01	Procurador Geral	36h	CC-02
	II – NÍVEL DE DIREÇÃO		
01	Coordenador	40h	CC-01
01	Diretor de Administração Geral	40h	CC-03
01	Diretor Execução de Serviços de Saúde	40h	CC-03

III – NÍVEL DE CHEFIA

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Chefe de Departamento de Orçamento e Contabilidade	FG-02
01	Chefe do Departamento de Compras	FG-02
01	Chefe do Departamento de Licitações	FG-02
01	Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal	FG-02
01	Chefe do Departamento de Finanças e Tesouraria	FG-02
01	Chefe de Divisão do CEO	FG-03
01	Chefe da Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia	FG-03
01	Chefe de Divisão – Central de Abastecimento Farmacêutico	FG-03
01	Chefe de Divisão do CAPS-AD	FG-03
01	Chefe do Controle Interno	FG-01
01	Chefe da Ouvidoria	FG-03
01	Chefe de Divisão de Controle Patrimonial	FG-03
01	Chefe do Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades (AME)	FG-02

DA ASSEMBLEIA GERAL

DO FUNCIONAMENTO

CLÁUSULA 35. *(Natureza e composição)* A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados.

§1º. Os Vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

§ 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária de outra esfera ou competência administrativa, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

CLÁUSULA 52. (*Da fiscalização)*. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o operador do serviço.

DA CONTABILIDADE

CLÁUSULA 53. (*Da segregação contábil*) No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º. Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º. Todas as demonstrações financeiras serão apresentadas na Assembleia Geral, ao final de cada exercício contábil.

DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA 54. (*Dos convênios*. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA 55. (*Da interveniência)* Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

DA SAÍDA DO CONSÓRCIO
DO RECESSO

CLÁUSULA 56. (*Do recesso*). A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
ANEXO

CLÁUSULA 57. (*Dos efeitos)* A retirada do membro não prejudicará as obrigações constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:
I – decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em reunião de Assembleia Geral;

II – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA 58. O município consorciado que deixar de efetuar o pagamento de 1 (uma) fatura mensal, referentemente aos serviços prestados pelo CISA, terá o serviço suspenso até o efetivo pagamento integral do débito vencido e não pago, sem prejuízo de manter o pagamento do custo administrativo através de repasse direto da verba proveniente do SUS.

DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 59. (*Das hipóteses de exclusão*) São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por contrato de rateio;

II – a subscrição do protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis.

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 60. (*Do procedimento*) Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa do contraditório.

PARÁGRAFO ÚNICO: A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 61. (*Da extinção)* A extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12º R. S. — CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 — CEP 87.503-030 — ZONA ARMAZÉM — UMUARAMA - PR — FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

ANEXO

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 62. (*Do regime jurídico*) O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005; por seu Estatuto; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

CLÁUSULA 63. (*Da interpretação*) A interpretação do disposto neste Contrato deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios;

I – *respeito à autonomia dos entes federativos consorciados*, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
II – *solidariedade*, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;
III – *eletividade* de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;
IV – *transparência*, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;
V – *eficiência*, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA 64. (*Da exigibilidade*) Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 65. (*Da correção*) Havendo omissão, contradição e/ou obscuridade no Contrato de Consórcio e no Contrato de Programa, ficará a cargo da Assembleia Geral dirimi-las.

DO FORO

CLÁUSULA 66. (Do foro). Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, fica eleito o foro de Umuarama-PR.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12º R. S. — CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 — CEP 87.503-030 — ZONA ARMAZÉM — UMUARAMA - PR — FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

Sede do CISA.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

ALTÔNIA	ALTO PARAISO	ALTO PIQUIRI
BRASILÂNDIA DO SUL	CAFEZAL DO SUL	CRUZEIRO DO OESTE
DOURADINA	ESPERANÇA NOVA	FRANCISCO ALVES
ICARAIMA	IPORÃ	IVATÉ
MARIA HELENA	MARILUZ	NOVA OLIMPIA
PEROBAL	PEROLA	SÃO JORGE DO PATROCINIO
TAPIRA	XAMBRÊ	

ANEXO

1º TABELIONATO DE PROTESTO E SERVIÇO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS — Elvira Santos Moreira, OFICIAL — Rosana Santos Moreira - Escr. Substituta — Elza Rodrigues Pereira — Vera Lúcia Claus — Escreventes Juramentadas — COMARCA DE UMUARAMA - PARANÁ

ANEXO II
DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO/CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS — SELO DE AUTENTICIDADE — Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ — Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

ESTATUTO

CISA/AMERIOS – 12ª. R. S.

10ª ALTERAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Municípios representados pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, devidamente autorizados por suas respectivas Leis Municipais e conforme disposto no artigo 30, inciso VII, da Constituição Federal combinado com o artigo 10, inciso II, da Lei Federal nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990; artigo 3º, § 3º, da Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Complementar do Estado do Paraná nº. 82, de 24 de junho de 1998, constituem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª. REGIONAL DE SAÚDE, que será regido pelas seguintes normas:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª R.S. é constituído como associação pública, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica que integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, com sede no Município de Umuarama – PR, na Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, nº 866, CEP 87503-030.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral do Consórcio, instância máxima do consórcio público, presidida obrigatoriamente pelo Chefe do Executivo de ente da Federação consorciado, mediante decisão da maioria absoluta dos consorciados, poderá alterar a sede.

Art. 2º. O Consórcio é constituído pelo Municípios representados pelos Prefeitos Municipais de Altônia, Alto Paraíso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Xambrê.

Art. 3º. O CISA/AMERIOS-12ª.R.S. é constituído por prazo indeterminado, devendo reger-se pelas normas do Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº. 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Nº 6017/2007 e demais Legislações pertinentes, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos.

Parágrafo Único. Por se revestir de personalidade jurídica de direito público, o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Art. 4º. É facultado o ingresso de novo(s) associado(s) no CISA/AMERIOS-12ª.R.S. a qualquer momento e a critério do Conselho de Prefeitos e pelo(s) Prefeito(s) do Município que desejar(em) consorciar-se, o qual apresentará a Lei Municipal autorizadora, por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público, através da concordância da maioria absoluta dos Consorciados.

§ 1º. Além do pagamento do valor correspondente a participação inicial dos Municípios fundadores, devidamente corrigida, o Município recém consorciado submeter-se-á aos critérios técnicos para cálculo do valor dos custos (patrimônio à época / população total de todos os consorciados x população do Município ingressante) e de outros preços públicos, bem como para seu reajuste e revisão.

§ 2º. Caso um dos Municípios consorciados se retire do Consórcio e seja deliberada sua volta, a pedido do mesmo, este também se sujeitará ao pagamento do valor da joia, proporcionalmente ao tempo em que se manteve afastado.

Art. 5º. O CISA/AMERIOS – 12ª. R. S. terá duração indeterminada.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS OU FINS SOCIAIS

Art. 6º. São finalidades do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S.:

I - obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS nos municípios consorciados, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada, contratos de programa e rateio, conforme estipulado na Constituição Federal, artigos 196 à 200;

II - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a Saúde dos habitantes da região e implantar serviços afins, tendo como esteio as regras e condições previstas pela Lei Federal nº. 11.107/2005;

III - assegurar a prestação de serviços de saúde à População dos municípios consorciados, de maneira eficiente, eficaz e igualitária, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação de Contrato de Rateio e pagamento de preço público;

IV - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado.

Art. 7º. São objetivos do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S.:

I - a integração, do planejamento, gerenciamento, coordenação, execução e regulação e, nos termos de delegação específica de cada consorciado, a fiscalização da prestação dos serviços públicos de saúde, odontológica, assistencial, atendimento psicossocial, especializada e ambulatorial, na forma direta ou indireta, suplementares ou complementares ao SUS, bem como a gestão associada de serviços públicos, podendo o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. exercer outras atribuições, desde que expressamente autorizada pelos entes federativos interessados;

II - obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada de serviços públicos;

III - assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS;

IV - assegurar o estabelecimento de um sistema de referência e contrarreferência eficiente e eficaz, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação específica;

V - gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;

VI - representar os municípios que o integram perante as esferas de governo e nos assuntos de interesse comum sobre saúde pública e serviços médicos, perante quaisquer autoridades, instituições ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

VII - criar Instrumento de Controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;

VIII - otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do consórcio;

IX - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde e assistência social dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná;

X - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

XI - realizar estudos sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

XII - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de materiais, medicamentos e outros;

XIII - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios ou que neles vier a se estabelecer, assegurando prestação de serviços à população, eficiente, eficaz e igualitário, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis nos municípios;

XIV - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XV - prestar assessoria no planejamento, adoção, implantação e execução de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados, tendo como esteio as regras e condições da Federal nº 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Nº 6017/2007;

XVI - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XVII - viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde.

XVIII - a capacitação técnica do pessoal encarregado da gestão dos serviços públicos nos Municípios consorciados; e,

XIX - mesmo quando não referentes aos serviços públicos da área de saúde, o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. poderá:

a) realizar licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta, nos termos do artigo 19, da Lei 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Nº 6017/2007;

b) aquisição de bens ou serviços técnicos especializados para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;

c) a prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único. Os bens adquiridos ou administrados na forma da alínea 'b' do inciso XIV do caput serão de uso somente dos entes Consorciados, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

Art. 8º. Para cumprir suas finalidades e objetivos, o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. poderá:

I - adquirir os bens móveis e imóveis que entender necessários a ampla realização das finalidades do Consórcio, através de recursos próprios ou decorrentes de rateio de investimento de seus entes, os quais integrarão o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, termos de parceria e de ajuste, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo;

III - prestar a seus associados serviços de acordo com a disponibilidade existente, especialmente assistência técnica fornecendo e recebendo, inclusive, recursos humanos e materiais, materiais técnicos, utensílios e equipamentos profissionais, veículos de transporte para pacientes e outros;

IV - adquirir equipamentos na área específica médica e odontológica, insumos e produtos, drogas, medicamentos, necessários à realização de serviços de saúde à população pertencente aos municípios consorciados;

V - contratar e credenciar profissionais especializados para prestação de serviços médicos e de saúde, bem como pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços delegados a título de substituição de escalas e férias, plantões e emergências, através de parcerias, convênios de cooperação, com consorciados, unidades básicas de saúde, laboratórios, entidades beneficentes e privadas, hospitais, escolas públicas e particulares, além de órgãos e entidades Estaduais e Federais;

VI - administrar direta ou indiretamente os serviços médicos e de saúde, programas governamentais e projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar ou complementar, desde que disponíveis pelos municípios associados, nos termos da Lei nº. 11.107/2005 e regulamentada pelo Decreto Nº 6017/2007;

VII - receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VIII - conceder adicionais aos servidores cedidos ao CISA/AMERIOS-12ª.R.S., no montante fixado pelo Conselho de Prefeitos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos art. 23, §1º, do Dec. 6.017/2007;

IX - em casos de necessidade temporária excepcional de interesse público, contratar serviços por tempo determinado.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 9º. Constitui-se, dentre outros, direitos dos consorciados:

I - votar e ser votado em reuniões extraordinárias, assembleias e eleições;

II - receber rendimento de acordo com o cronograma de agendamento previamente fixado pela Administração do Consórcio;

III - obter informativos sobre todos os atos realizados, bem como acesso ao balanço, balancetes, relatórios e planos de atividades;

IV - elaborar sugestões para melhor funcionamento administrativo do Consórcio;

V - convocar os órgãos deliberativos para discussão de assuntos de interesse geral, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.

Art. 10. Constituem-se, dentre outros, deveres dos consorciados:

I - saldar em dia os débitos relativos aos serviços prestados pelo CISA/AMERIOS-12ª.R.S.;

II - respeitar o cronograma de agendamento de consultas fixado pela Administração do Consórcio;

III - contribuir para melhor e efetivo funcionamento das atividades do CISA/AMERIOS-12ª.R.S.

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 11. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas gerais do direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA

DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12. A estrutura básica será composta pelo Conselho de Prefeitos, Presidente e Vice-Presidente, Conselho Fiscal, Secretaria Executiva, Ouvidoria, Procuradoria Geral, Diretoria de Administração Geral, Diretoria de Execução de Serviços de Saúde; Departamento de Finanças e Tesouraria; Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal, Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades (AME); Departamento de Orçamento e Contabilidade; Departamento de Compras; Departamento de Licitações, Divisão de Execução – Controle Patrimonial; Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomias; Divisão do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas; Divisão do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial; Divisão da Central de Abastecimento Farmacêutico.

§ 1º A Assembleia Geral poderá criar outros órgãos, cargos e/ou empregos públicos, mediante comprovação da necessidade.

§ 2º O Quadro Geral de Cargos e Funções do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA encontra-se definido em documento próprio.

Art. 13. A remuneração do Coordenador Geral será fixada pelo Conselho de Prefeitos, em assembleia geral e reajustada na mesma data e índice dos demais empregados.

Art. 14. O ingresso no emprego público será exclusivamente através de aprovação em concurso público.

Art. 15. Para atender encargos de Chefia, quando não constituírem atribuições do próprio emprego, o Presidente instituirá Funções Gratificadas aos titulares de unidades administrativas, quando em efetivo exercício de suas funções.

§ 1º. As funções gratificadas serão exercidas somente por servidores efetivos ou cedidos.

§ 2º. A função gratificada não constitui cargo e será considerada como vantagem acessória ao vencimento do servidor que exercer funções de chefia.

Art. 16. Os ocupantes nomeados em Cargos em Comissão e os com direito à função gratificada não serão remunerados por horas extraordinárias prestadas no exercício do cargo ou função.

DA ASSEMBLEIA GERAL

DO FUNCIONAMENTO

Art. 17. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados, competindo-lhe, privativamente:

I - eleger os administradores;

II - destituir os administradores;

III - aprovar as contas;

IV - alterar o estatuto.

§ 1º. Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

§ 2º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º. O disposto no § 2º desta cláusula não se aplica caso tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá os direitos de voz e voto.

§ 4º. O servidor ou ocupante de cargo ou emprego em comissão de um Município não poderá representar outro Município na Assembleia Geral. A mesma proibição se estende aos empregados do Consórcio.

Art. 18. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Parágrafo único. Os consorciados serão convocados com, pelo menos, 10 dias de antecedência para a Assembleia Geral ou Extraordinária, ou em 48 horas quando tratar de assunto urgente, que possa trazer prejuízo ao CISA/AMERIOS-12ª.R.S.

Art. 19. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto no julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a empregados do Consórcio ou a ente consorciado, ou por deliberação da maioria da Assembleia Geral, quando lhe convir.

Art. 20. Será necessária a presença de pelo menos 4/5 (quatro quintos) dos municípios consorciados para a instalação da Assembleia Geral, na primeira votação, e 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos municípios consorciados em segunda votação, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.

Art. 21. Para realização de Assembleia Extraordinária será necessária a maioria simples em primeira convocação e qualquer número em segunda convocação.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

DO ROL DE COMPETÊNCIAS

Art. 22. Compete ao Conselho de Prefeitos:

I - homologar o ingresso no Consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III -elaborar o estatuto do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger o Presidente do Consórcio, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição. A eleição ocorrerá em Assembleia convocada na primeira quinzena do mês de janeiro.

V - a criação e extinção de cargos em comissão e empregos públicos;

VI - aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, revisão e reajuste de tarifas e outros preços públicos, forma de rateio das despesas;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio;

VII – criar o fundo intermunicipal destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos consorciados;

VIII – aceitar a cessão de empregados por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos; e,

X – deliberar em caso de omissões no Protocolo de Intenções ou no Estatuto.

§ 1º. A cessão de empregados de outros órgãos da Federação para o Consórcio, quando o ônus da cessão ficar a cargo deste, exigir-se-á, para a aprovação, o voto da maioria dos consorciados.

§ 2º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

Art. 23. Incumbe ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III - convocar as reuniões da Diretoria;

IV - nomear o Coordenador Geral;

V - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

VI - julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

b) aplicação de penalidades a empregados do consórcio;

VII – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

VIII – suspender o atendimento dos consorciados nas hipóteses previstas.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Geral.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Geral poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 24. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente quando da sua ausência ou impedimentos.

Art. 25. O Presidente indicará o nome dos integrantes do Conselho Fiscal, os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo dos Municípios consorciados.

§ 1º. A Secretaria Executiva é o órgão executivo, constituída por um Coordenador Geral e pelo apoio técnico e administrativo integrado pelo quadro de pessoal, após indicação do Presidente.

§ 2º. O Coordenador Geral deverá ter experiência comprovada na área de saúde e será indicado pelo Presidente, sendo de livre provimento em comissão.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio.

II - Acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômico-financeiras da entidade;

III – Exercer o controle de gestão e de finalidades do CISA/AMERIOS-12ª.R.S. ;

IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos pelo Coordenador Geral;

V - emitir parecer sobre proposta de alterações do presente Estatuto;

VI - eleger seu Presidente, Vice – Presidente, 1º Secretário, e 2º Secretário.

Art. 27. Compete à Ouvidoria, que será dirigida por um Ouvidor-Geral:

I - Estruturar o departamento visando facilitar o acesso aos interessados a comunicar elogios, sugestões e reclamações;

II - Avaliar a complexibilidade dos elogios, sugestões e reclamações e encaminhar relatório ao Coordenador, que poderá encaminhar ao Presidente e ao Conselho de Prefeitos;

III - Realizar avaliações de redução ou aumento de reclamações, sugestões ou elogios após alterações administrativas e funcionais do CISA;

IV - Confeccionar imparcialmente e objetivamente os relatórios a serem entregues ao Coordenador;

V - Executar todas as demais tarefas compatíveis com a função ou que forem sugeridas pelo Coordenador e acolhidas por deliberação do Conselho de Prefeitos;

Art. 28. Os empregados dos órgãos e unidades integrantes da estrutura do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S. deverão prestar apoio e informações ao Ouvidor-Geral em caráter prioritário e em regime de urgência.

Art. 29. O Ouvidor-Geral, ou quem por ele expressamente designado, no uso das atribuições específicas da Ouvidoria Geral, terá acesso a quaisquer repartições, órgãos e unidades do âmbito do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S. e dos órgãos a ele vinculados, podendo requisitar documentos para exame e posterior devolução.

Art. 30. O Ouvidor-Geral representará aos órgãos superiores competentes, para os efeitos disciplinares e funcionais, contra os que descumprirem o disposto neste estatuto.

Art. 31. O suporte técnico-administrativo necessário ao desempenho das atribuições do Ouvidor-Geral será prestado por todos os setores da estrutura administrativa do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S., mediante requisição fundamentada.

Parágrafo único. O Ouvidor-Geral poderá criar grupos de trabalhos ou comissões, de caráter transitório, para atuar em projetos específicos, contando com a participação dos departamentos e setores do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S.

Art. 32. Do Controle Interno:

O Controle Interno é departamento independente que atuará de forma prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivará a avaliação da ação administrativa e da gestão fiscal dos gestores e funcionários, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Art. 33. À Procuradoria Geral compete:

I - auxiliar a Presidência, Conselho, Coordenador e Diretores no cumprimento das atribuições de cada órgão;

II - presidir sindicância e processos administrativos em geral, sempre que julgar necessário ou quando solicitado;

III - defender o CISA nas ações trabalhistas, utilizando-se de todos os recursos legais aplicáveis;

IV - assessorar o Departamento de Recursos Humanos, na área de pessoal e suas relações empregatícias;

V - proceder estudos e emitir pareceres pertinentes às relações de trabalho, previdência social, processos disciplinares e outros assuntos e matérias submetidos à seu exame;

VI - acompanhar o andamento dos processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado;

VII - assessorar e participar de processos de avaliação de desempenho de funcionários, para fins do estágio probatório e das promoções do plano de carreira;

VIII - promover ações judiciais de interesse do CISA;

IX - efetuar a cobrança judicial dos devedores do CISA;

X - acompanhar as publicações dos órgãos oficiais relativas à processos em que o CISA esteja envolvido, bem como fazer a defesa dos mesmos nos prazos legais;

XI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente ou Coordenador.

Art. 34. A Diretoria de Administração será responsável por:

I - Assessorar o Presidente e o Coordenador em suas ações administrativas, bem como subsidiar ações assessoramento administrativo a todos os órgãos do Consórcio;

II - Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de Compras e Licitações, estabelecendo diretrizes e prestando auxílio nas atividades relacionadas ao processo licitatório e aquisições de materiais;

III - Fazer acompanhamento das ações de planejamento, programação, comando, controle e avaliação executadas pelos serviços componentes do CISA;

IV - Ter conhecimento global das Unidades Prestadoras de Serviços - UPS credenciadas no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS, do cadastramento dos serviços e acompanhamento do pagamento, quantidade e qualidade dos serviços prestados aos usuários;

V - Realizar acompanhamento da Programação Físico-Orçamentária;

VI - Coordenar a elaboração de relatório mensal dos créditos financeiros dos serviços prestados de consultas, exames e procedimentos por profissionais contratados e conveniados pelo preço da Tabela SUS e Tabela CISA;

VII - Controlar a emissão de autorização e elaboração do relatório mensal de produção de consultas, de exames e procedimentos gerados pelos profissionais nos ambulatórios do Consórcio, para fins de faturamento;

VIII - Designar o fechamento e a elaboração de relatório das requisições de consultas, das requisições de exames, procedimentos e cirurgias prestadas por profissionais credenciados pelo preço da Tabela de Procedimentos Médicos do CISA/AMERIOS, para fins de faturamento junto aos municípios, e empenhos dos créditos aos profissionais;

IX - Sistematizar as ações setoriais no Plano de Ação Integrado;

X - Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência.

Art. 35. À Diretoria de Execução dos Serviços de Saúde compete:

I - Fazer acompanhamento das ações de planejamento, programação, comando, controle e avaliação executadas pelos serviços componentes do CISA;

II - Coordenar a elaboração do Registro Geral, que abrange a organização de mapas diários do movimento ambulatorial quanto à marcação de consultas, exames e procedimentos, abertura de prontuário, controle e distribuição aos serviços contratados e conveniados pelo preço da Tabela Nacional do SUS e Tabela CISA;

III - Controle e emissão de autorização e elaboração do relatório mensal de produção de consultas, de exames e procedimentos gerados pelos profissionais nos ambulatórios do Consórcio, para fins de faturamento junto ao fundo municipal de saúde de Umuarama e registro no SIASUS ou outro que por força de lei;

IV - Acompanhar a produção de serviços de saúde com otimização dos recursos recebidos em relação aos serviços ofertados;

V - Agilizar e facilitar o acesso às consultas e exames especializados referenciados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados;

VI - Integrar as ações do Sistema Único de Saúde - SUS;

VII - Desenvolver atividades de assistência e prestação de serviços à comunidade dos Municípios consorciados;

VIII - Elaborar relatório das requisições de consultas, das requisições de exames, procedimentos e cirurgias prestadas por profissionais credenciados pelo preço da Tabela de Procedimentos Médicos do CISA/AMERIOS, para fins de faturamento junto aos Municípios;

IX - Implementar ações de articulação das atividades das entidades assistenciais;

X - Planejar e praticar as atividades do Plano de Assistência Social de acordo com o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum - PLACIC;

XI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador no âmbito de sua área de atuação.

Art. 36. Ao Departamento de Finanças e Tesouraria compete:

I - Executar as atividades de rotina contábil;

II - Promover a guarda e movimentação de valores;

III - Supervisionar os investimentos, bem como o controle dos mesmos e da capacidade financeira do Consórcio;

IV - Elaborar e manter o controle do cronograma de desembolso financeiro;

V - Promover o planejamento operacional e a execução financeira da secretaria executiva;

VI - Elaborar relatórios financeiros aos municípios consorciados, identificando as despesas efetuadas com os serviços de saúde;

VII - Executar as atividades financeiras, quanto ao pagamento das despesas da Secretaria Executiva;

VIII - Emitir notas de empenho;

IX - Controlar os cheques expedidos com lançamento em registro próprio;

X - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou Coordenador no âmbito de sua área de atuação;

Art. 37. Ao Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal compete:

I - Executar normas sobre o controle da administração de pessoal, tais como: planejar, controlar, orientar e executar, as atividades relativas à administração de pessoal, compreendendo recrutamento, seleção, admissão, locação, exoneração;

II - Propor, estudar, regulamentar e gerir toda a legislação e administração de pessoal;

III - Administrar, controlar a previdência social dos empregados públicos quando necessário;

IV - Coordenar a intermediação e contratação de fornecedores visando estabelecer parcerias com bom nível de serviço e otimização de custos para contratação de estagiários;

V - Elaborar o fechamento da folha de pagamento e o controle dos atos formais de pessoal, inclusive os cedidos por órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Centro de Integração Empresa e Escola;

VI - Manter os registros funcionais de recursos humanos, controle das perícias médicas e segurança no trabalho;

VII - Manter o controle de exames médicos pré-admissionais, demissionais e periódicos dos funcionários;

VIII - Coordenar o relacionamento do Consórcio com os órgãos representativos dos funcionários;

IX - Controlar o Relógio Ponto, a carga horária, as horas extras, elaborar escala de férias, notificações, advertências, avaliações e manter controle sobre as licenças legais, afastamento dos funcionários lotados na instituição, solicitando pareceres técnicos quando houver necessidade;

X - Solicitar a abertura de sindicâncias ou a instauração de inquéritos administrativos para apurar irregularidades cometidas por empregados públicos;

XI - Aplicar as penalidades previstas na legislação específica em vigor;

XII - Manter o controle de pagamento de guias dos encargos sociais;

XIII - Elaborar e entregar no prazo legal todos os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas, bem como o SIM/AP;

XIV - Participar do levantamento de necessidades de treinamento e de demandas por projetos de desenvolvimento;

XV - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador no âmbito de sua área de atuação.

Art. 38. Ao Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades - AME compete:

I – Coordenar técnica e assistencialmente a equipe ambulatorial do Ambulatório Médico de Especialidades – AME.

II – Coordenar, dirigir, controlar e monitorar todos os assuntos relativos ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME;

III – Garantir a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências e boas práticas em saúde;

IV – Promover e manter o desenvolvimento da equipe;

V – Estimular e garantir a interdisciplinaridade da equipe.

VI - Gerenciar os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, medicamentos, no âmbito de sua competência, garantindo a sua utilização;

VII - cumprir todos os compromissos descritos nas Resoluções SESA que instituem o Programa QualiCIS e seu monitoramento bem como as legislações do SUS vigentes conforme cronograma estabelecido pela SESA.

VIII – Demais atividades afins relativas ao cargo;

Art. 39. Ao Departamento de Orçamento e Contabilidade compete:

I - Promover a elaboração e acompanhamento na execução do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – PLACIC, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Programa Anual;

II - Elaborar e acompanhar a execução do Cronograma de Desembolso Financeiro e do Plano de Ação Conjunta com Interesse Comum (PLACIC);

III - Coordenar o empenho, liquidação e o pagamento das despesas do Consórcio;

IV - Coordenar a elaboração de balancetes, demonstrativos e balanços;

V - Coordenar a elaboração e a prestação anual de contas e o cumprimento das exigências do controle externo;

VI - Coordenar os registros e controles contábeis;

VII - Coordenar a análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades dos Órgãos da Secretaria Executiva;

VIII - Analisar a necessidade de suplementação e criação das dotações Orçamentárias dos Órgãos da Secretaria Executiva;

IX - Elaborar prestação de contas aos órgãos governamentais e/ou instituições privadas dos recursos oriundos de convênios, contratos, termos de parcerias e acordos de qualquer natureza;

X - Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil;

XI - Controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos;

XII - Controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações;

XIII - Verificar a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;

XIV - Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;

XV – Planejar, programar, coordenar e realizar exames de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processo de tomadas de contas, com a finalidade de atender as exigências legais;

XVI – Elaborar e analisar processos de prestação de contas em geral e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

XVII – Fazer e entregar no prazo legal todos os documentos relativos à contabilidade exigidos pelo Tribunal de Contas, bem como o SIM/AM e SIM/PCA.

XVIII - Desenvolver outras atividades correlatas ou determinadas pelo Presidente ou Coordenador.

Art. 40. Ao Departamento de Licitação compete:

I - Estabelecer relações com o mercado fornecedor de bens, serviços e obras;

II - Manter atualizado registro de fornecedores, bem como o fornecimento de certificado de registro cadastral, mantendo a rotina de consultas de preço;

III - Acompanhar a execução dos contratos de fornecimento;

IV - Controlar os prazos e arquivamento dos contratos de serviços terceirizados;

V - Elaborar processos de credenciamento e arquivar os documentos relativos à prestadores de serviços na área da saúde;

VI - Elaborar cronograma (anual/semestral) de realização das licitações;

VII - Administrar e controlar a ocupação física dos prédios de uso do Consórcio, bem como o controle dos contratos de locação;

VIII - Coordenar o processo licitatório, desenvolvendo atividades inerentes ao bom andamento da licitação: realizar coleta de preços, elaborar minuta de editais, assessorar a Comissão nas Sessões de abertura de envelopes e julgamento de propostas em todas as modalidades de licitações;.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

IX - Elaborar e submeter minutas de editais de licitação e de termos de contrato e seus aditivos à Diretoria Administrativa;

X - Subsidiar relatórios e demais instrumentos que integrem a prestação de contas do Consórcio;

XI - Elaborar estudos e emitir parecer em assuntos de sua área de competência;

XII - Triagem e impressão das solicitações de compras, montagem dos processos de compras, lançamento dos processos no Sistema, elaboração de editais de compras e publicação dos processos e acompanhamento de contratos;

XIII - Providenciar anualmente o cadastramento de serviços e funcionários que irão compor as comissões julgadoras, através de Resolução e devidamente publicado antes do início do exercício financeiro;

XIV - Providenciar semestralmente através de Resolução a comissão julgadora para os processos licitatórios e leiloeiro;

XV - Preparar o arquivamento dos processos licitatórios por bimestre, convite, pregão e ou dispensa de licitação devidamente identificados para o Departamento de Orçamento e Contabilidade;

XVI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador, ou superior hierárquico, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 41. Ao Departamento de Compras compete:

I - Coordenar a execução das atividades relativas à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado;

II - Elaborar e promover a aprovação e divulgação do calendário de compras do CISA/AMERIOS 12ª. R.S;

III - Manter atualizado registro de fornecedores, bem como o fornecimento de certificado de registro cadastral, mantendo a rotina de consultas de preço;

IV - Proceder à pesquisa de preços;

V - Controlar os níveis de estoque de materiais, promovendo as respectivas aquisições;

VI - Elaborar demonstrativos de entrada e saída de materiais efetuando os devidos controles e promovendo os registros necessários, bem como promover o levantamento do inventário físico-financeiro do material estocado;

VII - Atender às requisições de material;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VIII - Elaborar planos de distribuição de material;

IX - Orientar quanto à correta especificação de material de consumo e permanente;

X - Controlar prazos de entrega de material e propor a aplicação de multas a fornecedores inadimplentes;

XI - Adequar os estoques ao cronograma de realização de licitações;

XII - Conferir as Notas Fiscais dos fornecedores, carimbar no verso atestando que os materiais foram entregues, com assinatura e carimbo do responsável, e entregar ao Departamento de Orçamento e Contabilidade;

XIII - Instruir processos relativos e assuntos de sua competência;

XIV - Subsidiar relatórios e demais instrumentos que integrem a prestação de contas do Consórcio;

XV - Elaborar estudos e emitir parecer em assuntos de sua área de competência;

XVI - Triagem e impressão das solicitações de compras, montagem dos processos de compras, lançamento dos processos no Sistema, elaboração de editais de compras e publicação dos processos e acompanhamento de contratos;

XVII - gerar relatório estatístico sobre a demanda anual dos materiais de consumo para orientar a elaboração do planejamento para o exercício financeiro seguinte;

XVIII - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador ou superior hierárquico, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 42. À Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomias compete:

I – Coordenar técnica e assistencialmente a equipe ambulatorial do Ambulatório de Feridas e Ostomias;

II – Coordenar, dirigir, controlar e monitorar todos os assuntos relativos ao Ambulatório de Feridas e Ostomias;

III – Garantir a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências e boas práticas em saúde;

IV – Promover e manter o desenvolvimento da equipe;

V – Estimular e garantir a interdisciplinaridade da equipe;

VI - Gerenciar os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, medicamentos, no âmbito de sua competência, garantindo a sua utilização;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VII - cumprir todos os compromissos descritos em diretrizes e regras relativas aos atendimentos, tratamentos e reabilitações de acordo com as legislações e demais regras do SUS vigentes;

VIII – Demais atividades afins relativas.

Art. 43. À Divisão de Execução - Controle Patrimonial compete:

I - Atestar o recebimento dos itens de patrimônio adquiridos pelo CISA/AMERIOS 12ª. R.S.;

II - Promover o tombamento do material permanente antes de sua distribuição;

III - Efetuar a distribuição do material permanente;

IV - Orientar quanto à correta especificação de material de consumo e permanente;

V - Instruir processos relativos a assuntos de sua competência;

VI - Proceder o controle de movimentação de bens móveis nos diversos setores;

VII - Baixar e/ou promover a baixa de material permanente; inservível ou em desuso, cedido, permutado ou alienado, comunicando a ocorrência aos setores interessados;

VIII - Manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do CISA/AMERIOS 12ª. R.S, elaborando periodicamente o rol dos responsáveis por sua guarda;

IX - Promover o levantamento do inventário físico e prestar os esclarecimentos necessários;

X - Receber, em devolução, mantendo-o sob sua guarda, o material ocioso, obsoleto ou defeituoso, efetuando os registros necessários e redistribuindo-os, quando possível;

XI - Controlar os contratos de serviços de manutenção terceirizados;

XII - Solicitar dos prestadores de serviços laudo técnico dos serviços executados para maior controle e melhor uso dos equipamentos;

XIII - entregar aos fornecedores as notas de empenho dos bens patrimoniáveis adquiridos pela Instituição, com posterior envio à Seção de Almoxarifado para controle do prazo de entrega;

XIV - colher, quando necessário, nas notas fiscais emitidas pelos fornecedores dos bens patrimoniáveis, o atestado do solicitante para fins do seu recebimento definitivo;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

XV - receber e encaminhar móveis e equipamentos danificados à manutenção;

XVI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas por Chefia Superior no âmbito de sua área de atuação.

Art. 44. À Divisão do CEO compete:

I - Coordenar a equipe do CEO técnica e administrativamente, fazendo interlocução entre Chefes de Divisões, Diretores, Coordenador e Presidente, mantendo os superiores informados sobre o andamento dos trabalhos e assessorando-o nos assuntos de sua competência, reportando-se administrativamente ao Diretor Administrativo e tecnicamente ao Diretor da Saúde, quando necessário.

II - Disponibilizar em trabalhar na lógica do território: conhecer, diagnosticar, intervir e avaliar a prática cotidiana de acordo com as necessidades da população da região;

III - Gerenciar toda a equipe, planejar e conduzir reuniões técnicas locais com a mesma, inclusive controlar horários e frequências da Equipe do CEO;

IV - Garantir o bom funcionamento da unidade, mantendo previsões das necessidades logísticas (medicamentos, insumos, alimentação, materiais de escritório, etc) realizando planejamento, monitoramento, supervisão e avaliação do serviço;

V - Manter registro de produtividade respondendo pelo envio de dados da produção mensal e responder a outras tarefas conforme o necessário;

VI - Participar de reuniões, sempre que necessário;

VII - Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público e sociedade civil, bem como com outros equipamentos da saúde;

VIII - Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme as políticas públicas de saúde;

IX - Responder aos usuários e familiares, dando apoio e estrutura necessária;

X - Inspecionar os consultórios que prestam assistência odontológica, com ou sem raio X, verificando fluxo de trabalho, equipamentos, condições de higienização das mãos, processamento de artigos, biossegurança, condições de higienização e conservação do ambiente, manejo dos resíduos;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

XI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador no âmbito de sua área de atuação.

Art. 45. À Divisão do CAPS compete:

I - Construir, junto com a equipe, o projeto terapêutico da unidade especializada de saúde e o desenvolvimento do Projeto CAPS – AD, baseados em diretrizes técnicas do Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde e CISA;

II - Gerenciar a equipe CAPS – AD técnica e administrativamente, fazendo interlocução entre Chefes de Divisões, Diretores, Coordenador e Presidente, mantendo os superiores informados sobre o andamento dos trabalhos e assessorando-os nos assuntos de sua competência, reportando-se administrativamente ao Diretor Administrativo e tecnicamente ao Diretor da Saúde quando necessário;

III - Disponibilizar em trabalhar na lógica do território: conhecer, diagnosticar, intervir e avaliar a prática cotidiana de acordo com as necessidades da população da região;

IV - Gerenciar toda a equipe, planejar e conduzir reuniões técnicas locais com a mesma, inclusive controlar horários e frequências da Equipe do CAPS;

V - Garantir o bom funcionamento da unidade, mantendo previsões das necessidades logísticas (medicamentos, insumos, alimentação, materiais de escritório, etc) realizando planejamento, monitoramento, supervisão e avaliação do serviço;

VI - Manter registro de produtividade respondendo pelo envio de dados da produção mensal e responder a outras tarefas conforme o necessário;

VII - Participar de reuniões, sempre que necessário;

VIII - Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público e sociedade civil, bem como com outros equipamentos da saúde;

IX - Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme as políticas públicas de saúde;

X - Responder aos usuários e familiares, dando apoio e estrutura necessária;

XI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador, no âmbito de sua área de atuação;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

Art. 46. À Divisão – Central de Abastecimento Farmacêutico compete:

I - Coordenar o setor da Central de Abastecimento Farmacêutico;

II - Receber os produtos comprados acompanhados das notas fiscais e conferi-los, adotando as normas técnicas de recebimento de produtos farmacêuticos . O recebimento deve seguir a rotina escrita descrita no manual da farmácia;

III - Realizar os lançamentos de entrada por meio de sistema informatizado ou manualmente e guardar os produtos em locais apropriados de acordo com as normas técnicas;

IV - Receber requisições das unidades assistenciais e da dispensação promovendo a separação, distribuição e registro de saída;

V - Realizar as atividades relacionadas à gestão de estoques;

VI - Conservar os medicamentos em condições seguras, preservando a qualidade e permitindo o uso do sistema PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair, considerando o prazo de validade) para movimentação dos medicamentos;

VII - Realizar levantamentos periódicos dos estoques e elaborar relatórios gerenciais;

VIII - Acompanhar os processos de licitação e compras de medicamentos, participando das comissões destinadas a esse fim;

IX - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador ou superior hierárquico no âmbito de sua área de atuação.

Art. 47. Compete ao Coordenador Geral:

I - Articular as relações entre os consorciados;

II - coordenar e acompanhar a execução dos atos, reuniões, assembleias do Conselho de Prefeitos;

III - viabilizar as condições para a tomada de decisões referentes às ações do CISA;

IV - promover a execução das atividades do Consórcio;

V - propor a estruturação administrativa de seus serviços o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à aprovação do Conselho de Prefeitos;

VI - contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal, com anuência do gestor; propor ao Conselho de Prefeitos a requisição de servidores municipais para servirem no Consórcio;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VII - elaborar o plano de atividades e proposta orçamentária anuais, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

VIII - elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

IX- elaborar os balancetes para a ciência do Conselho de Prefeitos;

X - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada pelo Conselho de prefeitos no órgão concessor;

XI - publicar, anualmente, em jornal de circulação nos Municípios consorciados, o balanço anual do Consórcio;

XII - movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Prefeitos, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

XIII - autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho de Prefeitos, e fornecimentos, que estejam de acordo com plano de atividades aprovado pelo mesmo Conselho;

XIV- Providenciar a autenticação de livros atas e de registro do Consórcio;

XV- administrar outras atividades correlatas ou determinadas pelo Presidente;

CAPÍTULO VI
DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

Art. 48. O Presidente será eleito em reunião da Assembleia Geral especialmente convocada, devendo ser apresentada a chapa contendo o nome do candidato a Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Prefeitos, até 60 minutos que antecederem o pleito.

§ 1º. Somente serão aceitos como candidatos o Chefe de Poder Executivo de ente Consorciado, que estiverem com os pagamentos das mensalidades em dia.

§ 2º. Terão direito a voto os consorciados que estiverem com, no máximo, 01 (um) mês de atraso das mensalidades.

§ 3º. O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

§ 4º. Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 5º. Caso nenhuma chapa tenha alcançado maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujas chapas serão as duas mais votadas.

§ 6º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, serão convocados turnos subsequentes, até a solução do impasse.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 49. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Parágrafo único. Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I -contratos de rateio;

II - remuneração pela prestação de serviços;

III - remuneração por atividades de regulação e fiscalização da prestação de serviços delegados;

IV - subvenções recebidas de entes públicos não consorciados;

V - doações;

VI - os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;

VII - as rendas de seu patrimônio;

VIII - o produto da alienação dos seus bens;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicações de capitais.

Art. 50. Os entes consorciados somente destinarão recursos ao Consórcio nos termos previstos no presente instrumento e quando:

I – tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – houver contrato de rateio.

§ 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária de outra esfera ou competência administrativa, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

Art. 51. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o operador do serviço.

CAPÍTULO VIII
DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

Art. 52. A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Art. 53. A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em reunião da Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação.

DA SUSPENSÃO

Art. 54. O município consorciado que deixar de efetuar o pagamento de 2 (duas) faturas mensais, referentemente aos serviços prestados pelo CISA/AMERIOS-12ª.R.S., terá a serviço suspenso até o efetivo pagamento integral do débito vencido e não pago, sem prejuízo de manter o pagamento do custo administrativo através do repasse direto da verba proveniente do SUS.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

DA EXCLUSÃO

Art. 55. São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis.

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

Art. 56. Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo único. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 57. A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 4º. A alteração do estatuto de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput, observado o quórum previsto no art. 60.

Art. 58. Os associados que se retirarem espontaneamente e os excluídos do quadro social, por qualquer motivo, somente participarão da reversão dos bens e recursos da associação quando de sua extinção, proporcionalmente ao período em que era consorciado, ou encerramento de atividades de que participou.

Parágrafo único. Qualquer consorciado, entretanto, pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que esse fez na associação.

Art. 59. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste estatuto.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. O Estatuto do CISA/AMERIOS-12ª.R.S. somente poderá ser alterado pelo voto de, no mínimo, 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros do Conselho de Prefeitos, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

Art. 61. Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria absoluta do Conselho de Prefeitos.

Art. 62. Havendo consenso entre seus membros, as eleições e demais deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 63. Os votos de cada membro do Conselho de Prefeitos serão singulares, independentemente das inversões feitas pelo município que representam na associação.

Art. 64. A Diretoria do Conselho Fiscal será eleita tão logo tenham sido indicados seus membros, pelos respectivos Prefeitos.

Art. 65. Os municípios consorciados respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelo Consórcio.

Art. 66. Os membros da Diretoria do CISA/AMERIOS-12ª.R.S. não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da associação, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

O presente Estatuto foi aprovado por Assembleia Geral Extraordinária, aos 25 dias do mês de abril de 2025.

1.º TABELIONATO UMUARAMA - PR

EVERTON BARBIERI
Presidente em exercício

ROBERTO DA SILVA
Secretário em exercício

1.º TABELIONATO UMUARAMA - PR

1º TABELIONATO DE NOTAS DE UMUARAMA - PR
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: EVERTON BARBIERI
Umuarama, 22 de Maio de 2025
RUTE CUSTÓDIO DA SILVA - ESCREVENTE
Consulte em http://horus.funarpen.com.br

1º TABELIONATO DE NOTAS DE UMUARAMA - PR
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: ROBERTO DA SILVA
Umuarama, 23 de Maio de 2025
RUTE CUSTÓDIO DA SILVA - ESCREVENTE
Consulte em http://horus.funarpen.com.br

Edmundo G. Brueckheimer
ADVOGADO
OAB/PR 103.229

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Umuarama - PR
SELO Nº SFTD38QpupC73TTXOAIU1225q
Consulte esse selo em http://horus.funarpen.com.br/consulta
PROTOCOLADO SOB Nº 79.950
AVERBADO AO REGISTRO Nº 957
LIVRO Nº A-023
ARQUIVO Nº 297
Umuarama-PR, 26 de maio de 2025.

Elvira Santos Moreira
Oficial Registradora
DOCUMENTO REGISTRADO POR MEIO ELETRÔNICO

ANEXO III
QUANTIDADE DE TODOS OS CARGOS, VAGAS E DE REMUNERAÇÃO ATUAIS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2025

Atualiza os valores de remuneração do Quadro constante no Anexo II e VI, Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O número de cargos e os valores percebidos pelos empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S., constantes no Quadro do Anexo II da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, ficam atualizados da seguinte maneira:

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE EMPREGO PÚBLICO

SEGMENTO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÚMERO TOTAL DE CARGOS	JORNADA SEMANAL	VALOR
Básico	Motorista (D)	05	40H	R$ 2.470,93
	Porteiro/ Zelador	02	30H	R$ 1.663,70
	Serviços Gerais	08	40H	R$ 1.718,88
Técnico	Artesão – CAPS	01	40H	R$ 2.749,68
	Auxiliar de Enfermagem	01	40H	R$ 2.287,55
	Auxiliar de Higiene Dental	04	40H	R$ 1.767,66
	Assistente Administrativo	12	40H	R$ 1.975,62
	Oficial de Administração	02	40H	R$ 3.350,36
	Recepcionista	01	40H	R$ 1.767,66
	Telefonista	02	30H	R$ 1.717,05
	Técnico em Administração (CAPS)	03	40H	R$ 1.975,62
	Técnico em Enfermagem	06	40H	R$ 2.287,55
	Técnico em Enfermagem (CAPS)	03	40H	R$ 2.287,55
Profissional	Advogado	01	20H	R$ 7.174,65
	Assistente Social (CAPS)	01	30H	R$ 5.835,25
	Assistente Social 20 horas	02	20H	R$ 2.469,65
	Assistente Social 30 horas	01	30 H	R$ 5.835,25
	Contador	01	40H	R$ 6.893,65
	Enfermeiro (c/ Esp. Saúde Mental) 20 HS	01	20H	R$ 5.160,97
	Enfermeiro (c/ Esp. Saúde Mental) 40 HS	01	40H	R$ 10.321,94
	Enfermeiro 40 horas	04	40H	R$ 5.304,76
	Farmacêutico 20 horas	03	20H	R$ 2.652,37
	Farmacêutico 40 horas	01	40H	R$ 5.304,76
	Farmacêutico Bioquímico 30 horas	01	30H	R$ 4.955,74
	Fonoaudiólogo 20 horas	01	20H	R$ 2.945,54
	Médico/psiquiatra 20 horas (CAPS)	02	20H	R$ 9.540,98
	Odontólogo/endodontia 20 horas	02	20H	R$ 4.240,43
	Odontólogo/periodontia 20 horas	01	20H	R$ 4.240,43
	Odontólogo/protesista 20 horas	02	20H	R$ 4.240,43
	Psicólogo (CAPS)	02	40H	R$ 5.160,97
	Terapeuta Ocupacional (CAPS) (30HS)	01	30 H	R$ 5.160,97

Art. 2º. Os valores percebidos pelos empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S., constantes no Quadro do Anexo VI da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, ficam atualizados da seguinte maneira:

ANEXO VI

QUADRO DOS SÍMBOLOS E VALORES RESPECTIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número total de cargos	SIMBOLO - CARGOS EM COMISSÃO	VALOR
01	CC-01	R$ 13.045,84
01	CC-02	R$ 9.600,39
02	CC-03	R$ 9.132,09

Número total de cargos	SÍMBOLO FUNÇÕES GRATIFICADAS	VALOR GRATIFICAÇÃO
1	FG01	R$ 5.822,89
6	FG02	R$ 4.783,08
5	FG03	R$ 2.079,62

Art. 3º. São atualizados: os valores remuneratórios, a quantidade de cargos públicos demonstrados nesta Resolução, assim como os valores já pagos aos servidores do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S. ao longo de sua existência, devendo esta Resolução ser devidamente ratificada como anexo ao Protocolo de Intenções do Consórcio nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, juntamente com as demais.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, respeitadas as ratificações necessárias, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para que produza efeitos, e sendo respeitadas as reposições inflacionárias remuneratórias no período em que devam ser aplicadas, na forma da lei.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente de Cisa

ANEXO

ANEXO IV
AMPLIAÇÃO DE VAGAS - CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - E RETIFICAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025

Amplia vagas na estrutura administrativa do Cisa, alterando termos da Resolução 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O número de cargos de Assistente Administrativo, constante na tabela de vencimentos da Resolução nº 056/2013, é ampliado de 12 (doze) para 16 (dezesseis) vagas.

Art. 2º. Retifica-se a nomenclatura do cargo de Auxiliar Administrativo constante no Protocolo de Intenções, o qual será atualizada para Assistente Administrativo, com a ampliação do número de vagas que trata esta Resolução, sem modificação da descrição do cargo e demais atribuições no Manual de ocupações constante na Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, devendo estas e as demais retificações serem devidamente atualizadas junto ao Protocolo de Intenções do Consórcio.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente

ANEXO

ANEXO V
CRIAÇÃO DE CARGO DE T.I. NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2025

Súmula: Cria o cargo de Técnico em Informática no Cisa, alterando termos da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado junto à estrutura do Cisa o cargo de emprego público de Técnico em Informática – TI, com carga horária semanal de 40 (quarenta horas), Grupo Técnico do Manual de Ocupações constante na Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, Anexo VII, tendo como requisito mínimo de escolaridade educação profissional técnica de nível médio na área de informática em estabelecimento ou instituição de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), cuja investidura se fará através de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, o qual contará com 1 (uma) vaga.

Art. 2º Acrescenta-se ao Anexo VII da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013 - Manual de Ocupações, com a criação do cargo de Técnico em Informática, a seguinte redação:

ANEXO VII
ITEM 11-A
MANUAL DE OCUPAÇÕES

GRUPO:	Técnico
CARGO:	Técnico em Informática – TI
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 horas

ANEXO

DESCRIÇÃO DO CARGO

Realizar montagem, diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, identificando os defeitos e substituindo componentes; Instalar e configurar software (sistema operacional, utilitários e aplicativos) para desktop e servidores; Realizar instalação e manutenção de redes de computadores; Programar arquiteturas de rede e analisar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação aplicáveis em soluções de TI, avaliar a necessidade de substituição e atualização tecnológica dos componentes de redes; Instalar, configurar e desinstalar programas e softwares, utilitários e aplicativos; realizar procedimentos de backup e recuperação de dados; Prestar assistência técnica aos usuários em relação à utilização dos serviços de TI; Auxiliar nas atividades de infraestrutura de TI, mantendo a disponibilidade de sistemas; Executar manutenção de software; Prestar suporte ao ambiente interno, instalação e configuração de sistemas operacionais, redes e impressoras; Identificar problemas e/ou dificuldades de acesso e utilização de aplicações; Acompanhar e avaliar os níveis de serviços prestados; Analisar a requisição ou problema apresentado, identificando a complexidade técnica para atuar na solução e direcionar para atendimento de acordo com nível técnico correspondente; Verificar os sistemas das requisições e incidentes na fila de atendimento e analisar a prioridade conforme a urgência de cada caso; Detectar e diagnosticar, pessoalmente, os sintomas apresentados pelo equipamento de um solicitante, fisicamente ou virtualmente, verificando as condições de funcionamento das instalações físicas e do sistema, para tomar as providências necessárias de acordo com o problema apresentado; Responder pela organização e controle de peças e equipamentos quando retirados do estoque, controlando a logística e movimentação deles; Configurar equipamentos para novos funcionários ou postos de trabalho, registrando os dados (protocolos de identificação, e-mail, perfil, dispositivos móveis) no equipamento destinado ao funcionário; Realizar constante manutenção nos equipamentos, executando a manutenção de sistemas de telefonia, dados, som, imagem e afins; substituindo componentes/periféricos quando necessário, visando garantir o funcionamento adequado; Recolher equipamentos usados (que não serão mais utilizados pelos funcionários), realizar a formatação e substituição de peças, otimizando o hardware (upgrade) com o objetivo de disponibilizar o equipamento a outro colaborador; Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho com colegas e superiores hierárquicos, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho; garantir a segurança da informação, bem como fornecer suporte técnico, diagnosticar problemas, solucionar falhas de hardware e software, promover montagem, instalação e manutenção de computadores; alimentar Portal de Transparência, sítios eletrônicos e contas de aplicativos ou tarefas assemelhadas; estar disponível para realizar todas as atividades designadas em quaisquer unidades ou órgãos do Cisa, inclusive em locais que exijam locomoção entre a sede e as unidades ou municípios consorciados; Acompanhar e coordenar a execução de atividades em sua área de atuação, quando necessário e/ou solicitado, distribuindo tarefas, apurando irregularidades, efetuando conferências e analisando produtos e resultados; Elaborar pareceres, informes e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas, órgãos ou unidades integrantes do Cisa e/ou particulares, realizando estudos e orientações, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Cisa; participar efetivamente, quando solicitado ou determinado, de planos de compras ou ações, estudos técnicos preliminares, documentos de oficializações de demandas, em relação à requisição de itens, insumos, equipamentos ou serviços do gênero e espécie relacionados às suas atribuições; participar ou responder pela criação de documentos relacionados às suas atribuições e atividades quando solicitado ou determinado; Executar outras atribuições e atividades relacionadas ou compatíveis com a natureza do cargo.

REQUISITOS PARA O CARGO

Formação e exigências mínimas: Educação profissional técnica de nível médio ou superior na área de informática em estabelecimento ou instituição de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e ter Carteira Nacional de Habilitação – CNH – Categoria B

Art. 3º. O Quadro de Cargos de Emprego Público, previsto no Anexo II da Resolução nº 056/2013 de 20 de dezembro de 2013, que determina o segmento, e prevê a quantidade, jornada semanal e remuneração dos cargos de empregos públicos junto ao Cisa, passa a vigorar com o seguinte acréscimo, produzindo efeitos:

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE EMPREGO PÚBLICO

SEGMENTO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÚMERO TOTAL DE CARGOS	JORNADA SEMANAL		VALOR INICIAL
	.....	...	....	...	...
Técnico	Técnico em Informática - TI	01	40H	R$	3.100,00
	....	...	...	...	...

Art. 4º. Ficam ratificados os demais itens da Resolução nº 056/2013 de 20 de dezembro de 2013 e Resoluções posteriores não conflitantes.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, produzindo efeitos legais após ratificações necessárias, sem prejuízo das correções atinentes às reposições inflacionárias remuneratórias do cargo criado.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente

ANEXO

ANEXO VI
TRANSFORMAÇÃO DE CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM EM TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2025

Altera a Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e autoriza o Presidente do Cisa a transformar o Cargo de Auxiliar de Enfermagem em Técnico em Enfermagem, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica transformado o Cargo de Auxiliar de Enfermagem, constante do Quadro de Carreiras da Saúde do Cisa, em Cargo de Técnico em Enfermagem, da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013.

§1 º. Pela transformação do cargo a que alude o caput deste artigo, e após o enquadramento e provimento que se dará mediante nomeação de todos os servidores já integrantes do Consórcio no Cargo de Técnico em Enfermagem, fica extinto o Cargo de Auxiliar de Enfermagem.

§2º. É condição prévia e obrigatória para o enquadramento e nomeação no Cargo de Técnico em Enfermagem que o servidor já integrante da Administração Pública investido no Cargo de Auxiliar de Enfermagem haja concluído o correspondente Curso Técnico e tenha obtido o registro no Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Paraná- COREN/PR.

§3º. A investidura no Cargo de Técnico em Enfermagem para aqueles que não integram o Quadro de Cargos da Administração Pública, deverá ser efetuada obrigatoriamente e originalmente através de concurso público na forma legal.

Art. 2º - O enquadramento e nomeação do servidor no cargo de Técnico de Enfermagem nos termos dos postos no §2º do art. 1º desta Resolução, será realizado de forma graduada, à medida em que o servidor Integrante do Consórcio for preenchendo os requisitos desta Resolução e mediante prévio requerimento do interessado.

Art. 3º - O cargo de Técnico em enfermagem constante na tabela de vencimentos da Resolução nº 056/2013, assim como Protocolo de Intenções, passará a contar com 10 (dez) vagas.

Paragrafo único - O número de vagas criadas para o cargo de Técnico em Enfermagem, serão deduzidos do número de vagas existentes do Cargo de Auxiliar em Enfermagem.

Art. 4º - Com a transformação do Cargo de Auxiliar de Enfermagem em Cargo de Técnico em Enfermagem, fica expressamente vedada a contratação, nomeação ou, de qualquer forma, a admissão de pessoal para ocupar o cargo extinto por força desta Resolução.

Art. 5º - Em relação a remuneração, os Auxiliares de Enfermagem progredidos, passarão a receber valor salarial base correspondente ao do Técnico de Enfermagem.

Art. 6º - A critério da Administração, por necessidade do órgão, o servidor qualificado, poderá ser cedido temporariamente para exercer a função de Técnico em Enfermagem, mesmo que seja efetivado em outro cargo.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, respeitadas as ratificações necessárias, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para que produza efeitos, e sendo respeitadas as reposições inflacionárias remuneratórias no período em que devam ser aplicadas, na forma da lei.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente do Cisa

ANEXO

ANEXO VII
CRIAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E AMBULATÓRIO DE FERIDAS E OSTOMIA NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2025

Altera termos da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013 e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica criado, na estrutura administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL, o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DO AMBULATÓRIO DE FERIDAS E OSTOMIA, FG-03, alterando-se o Título II – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, Art. 3º, IV, parágrafo único, da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Constituem-se unidades administrativo-operacionais:

...

V – Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia.

Art. 2º. Fica alterado o item 4 da alínea *a*, Inciso III, do Artigo 4º, Título III - DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, alterado pela Resolução Nº 006/2019 de 30 de janeiro de 2019, que passa a ter a seguinte redação:

III – DIRETORIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DA SAÚDE, compreendendo as seguintes unidades:

a) Gabinete do Diretor;

.....

4. Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia

.....

Art. 3º. Fica alterado o Anexo III – QUADRO DE CARGOS DE FUNÇÃO GRATIFICADA, da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, alterado pela Resolução Nº 006/2019 de 30 de janeiro de 2019, que passa a ter acrescida a seguinte redação:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO
.....	.....	.....	.....
Diretoria de Execução de Serviços da Saúde	01	Chefe da Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia	FG – 03

ANEXO

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

Art. 4º Fica acrescentado ao Anexo VIII – DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, da Resolução Nº 005/2015 de 26 de agosto de 2015, o Cargo de Função Gratificada de Chefe da Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia, com a seguinte redação:

FUNÇÃO : CHEFE DA DIVISÃO DO AMBULATÓRIO DE FERIDAS E OSTOMIA
Atribuições: I – Coordenar técnica e assistencialmente a equipe ambulatorial do Ambulatório de Feridas e Ostomias; II – Coordenar, dirigir, controlar e monitorar todos os assuntos relativos ao Ambulatório de Feridas e Ostomias; III – Garantir a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências e boas práticas em saúde; IV – Promover e manter o desenvolvimento da equipe; V – Estimular e garantir a interdisciplinaridade da equipe; VI - Gerenciar os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, medicamentos, no âmbito de sua competência, garantindo a sua utilização; VII - cumprir todos os compromissos descritos em diretrizes e regras relativas aos atendimentos, tratamentos e reabilitações de acordo com as legislações e demais regras do SUS vigentes; VIII – Demais atividades afins relativas. Requisitos mínimos para o cargo: curso superior de Enfermagem com especialidade em área de dermatologia, e experiência na área de, no mínimo, 1 (um) ano.

Art. 5º. Ficam ratificados os demais itens das Resoluções Nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e subsequentes que não dispunham de modo contrário.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente

ANEXO

1º TABELIONATO DE PROTESTO E SERVIÇO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Elvira Santos Moreira OFICIAL
Rosana Santos Moreira - Esc Substituta
Elza Rodrigues Pereira
Vera Lucia Claus
Escreventes Juramentadas
COMARCA DE UMUARAMA - PARANÁ

2

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 311/2025, de 24 DE JUNHO DE 2025
NOMEIA Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para a quinta avaliação técnica do Plano Municipal de Educação de São Jorge do Patrocínio (2015/2026), e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Capítulo X – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO, constante do Plano Municipal de Educação de São Jorge do Patrocínio, Paraná, considerando a Lei nº 2.741/2025 que prorroga prazo e vigência do Plano Municipal de Educação regulamentada pela Lei nº 1.890 de junho de 2015,
R E S O L V E
Art. 1º. NOMEAR a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para a quinta avaliação técnica do Plano Municipal de Educação (PME) de São Jorge do Patrocínio, Paraná, composta pelos seguintes membros:
1. Carina Denise Ronca – Presidente do Conselho Municipal de Educação
2. Angélica Haber Alves Lopes – Presidente representante do FUNDEB
3. Lilian Aparecida Bergamin Nicolau - Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal Educação Infantil
4. Edleuza de Souza Silva Cichocki - Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental
5. Marcia Regina dos Santos Fagundes - Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal – Ensino Fundamental
6. Andreia Aparecida Blasques Pimenta - Professora da Rede Municipal
7. Lilian Loraine Schneider - Diretora do Centro de Atendimento Espaço Criança
8. Suely de Souza Pereira - Diretora do Colégio Estadual
9. Ciro Yoshimi Yabushita - Professor do Colégio Estadual
10.Vera Lucia Rossafa Palmieri Palozi - Coordenadora Pedagógica do Colégio Estadual
11. Juliane Lins da Silva - Representante de Pais da APMF CMEI Zaira T. Ornelas
12. Rosilene de Matos Olioze Vieira - Representante de pais da APMF do Ensino Fundamental
13. Lucilene Bonato de Melo - Vereadora da Câmara Municipal
14. Wanessa Chissie Buganza Pizzi - Assistente Social
15. Luiz Carlos Spanhol - Conselheiro Tutelar
16. Gladson Geraldo Maestro da Silva - Conselho Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente- CMDCA
17.Alessandra Martins Ribeiro - Representante do NRE de Umuarama
18. Maria Edna de Oliveira Domingues – Presidente da APMI - Associação não governamental
19. Eduardo Gabiatti de Souza – Representante de Estudante universitário
Art. 2º - A Equipe Técnica será constituída pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação e de outros setores da rede Municipal, composto pelos membros:
1. Rosangela Galiotti de Freitas - Secretária Municipal de Educação
2.Sirlaine Ferreira Frederico Blasques– Auxiliar Administrativo da Secretaria da Educação
3. Marta Ferreira Gabiatti de Souza - Técnica Administrativa da Sec. Mun. Educação
4. Michelle Peres dos Santos - Nutricionista da Sec. Mun. Educação
5. José Carlos Baraldi - Secretário Municipal de Fazenda
6. Gisele Petineli da Silva Cordeiro - Secretária Municipal de Administração
Art. 3º - Ficam estabelecidas como atribuições da Comissão Coordenadora e Equipe Técnica:
a) realizar a quinta Avaliação Técnica do Plano Municipal de Educação de São Jorge do Patrocínio (2015/2026), realizando as adequações que se fizerem necessárias no documento aprovado pela Lei Municipal nº. 1.890/2015 de 17 de junho de 2015, propondo ao Executivo Municipal se necessário novo Projeto para que seja apreciado e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal.
Art. 4° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 314/2025 DE 25 DE JUNHO DE 2025.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO A PEDIDO e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO Requerimento de Exoneração apresentado pelo Servidor Público Sr. AROLDO FERREIRA GABIATTI,
R E S O L V E:
Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 o Servidor Público Sr. AROLDO FERREIRA GABIATTI, brasileiro, casado, Portador do RG n°. 35.889.130-9 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Matrícula nº. 422-7, lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; Unidade Orçamentária: 03 – FUNDEB – F M D E B V P E; Atividade: 2.076 – Manutenção e Encargos das Escolas Municipais – FUNDEB 30%; conforme solicitado pelo servidor no qual requer sua exoneração do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, ficando seu cargo vago a partir de 01 de julho de 2025.
Art. 3º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 313/2025 DE 25 DE JUNHO DE 2025.
CONCEDE Férias e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. DOUGLAS DO NASCIMENTO MARIANO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 10.792.544-5 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente de Serviços Gerais, Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Unidade: 07 – Departamento de Serviços Urbanos; Atividade: 2.028 – Manutenção e Atividades do Departamento de Serviços Urbanos; correspondente a 20 (VINTE) dias regulamentares de férias, inerentes ao período aquisitivo de 03/05/2024-2025, a serem concedidos no interstício temporal de 08/07/2025 a 27/07/2025, com o pagamento do abono de 1/3 Constitucional na competência de junho de 2025.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 314/2025 DE 25 DE JUNHO DE 2025.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO À PEDIDO e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO Requerimento de Exoneração apresentado pelo Servidor Público Sr. AROLDO FERREIRA GABIATTI,
R E S O L V E:
Art. 1º. EXONERAR EM 30 DE JUNHO DE 2025 o Servidor Público Sr. EMERSON LEANDRO GODOIS, brasileiro, Portador do RG n°. 7.954.192-3 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista; Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária: 07 – Departamento de Serviços Urbanos; Atividade: 2.030 – Manutenção e Atividades dos Serviços de Limpeza Pública, tendo em vista requerimento impetrado pelo servidor acima qualificado, no qual requer livremente a sua exoneração do Cargo de Carreira de Motorista, para vigorar na data de 24 de março de 2025, e sendo essa sua vontade fica exonerado em 24 de março de 2025, marcando término do entre o Sr. Emerson e o Município de São Jorge do Patrocínio, evento que será escriturado no assentamento do servidor.
Art. 2º. Por força do contido no art. 1º desta portaria, declara vago a partir de 25 de março de 2025, o cargo de motorista que o Sr. Emerson ocupava.
Art. 3º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº. 897/2025

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária anual para o exercício de 2026 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aprova:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O orçamento do Município de Ivaté, relativo ao exercício de 2026, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e o art. 125 da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – a organização e a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – das disposições relativas à execução orçamentária;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;

VII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. Norteando o Planejamento de Políticas Públicas, visando a melhoria da qualidade de vida do cidadão, objetivando o desenvolvimento humano sócio-econômico-cultural, atendendo a cidadania e a democracia, o Município de Ivaté estabelece as seguintes prioridades, que nortearão a elaboração do Orçamento Anual:

I – implementar políticas de inclusão social;

II – promover o desenvolvimento econômico sustentável;

III – assegurar o desenvolvimento e o crescimento urbano de forma harmônica e preservar o ambiente natural e a qualidade de vida dos cidadãos;

IV – desenvolver modelo de gestão pública eficiente e democrática, tendo como princípio a austeridade na gestão de recursos públicos;

V – o projeto de lei orçamentária do Município de Ivaté, relativo ao exercício de 2026 deve assegurar os princípios da justiça, de controle social e de transparência, na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

a - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

b - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, por meio de instrumentos previstos na legislação;

c - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

d - na elaboração do orçamento a Administração Pública Municipal, em conformidade com o disposto no art. 44 da Lei Federal nº. 10.257/2001 – Estatuto das Cidades buscará a contribuição de toda a sociedade, num processo de democracia participativa, voluntária e universal.

Parágrafo Único. O Anexo II desta Lei demonstra as Metas Fiscais, os Riscos Fiscais e as Obras em Andamento.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Subfunção: uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

IV – Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V – Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa poderá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As atividades, projetos e operações especiais serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção as quais se vinculam.

§ 4º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por função, subfunção, programas, atividades, projetos e operações especiais, sendo identificados através da aplicação programada.

Art. 4º. A elaboração do orçamento fiscal de seus órgãos, e se houverem de suas autarquias, fundações e fundos, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando, para cada categoria econômica, os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso, o identificador dos grupos de despesas, conforme a seguir discriminado:

1 – pessoal e encargos sociais;
2 – juros e encargos da dívida interna;
3 – outras despesas correntes;
4 – investimentos;
5 – inversões financeiras;
6 – amortização da dívida.

Art. 5º. As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculadas às respectivas atividades e projetos.

Art. 6º. O orçamento fiscal e o da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município.

Art. 7º. A Lei Orçamentária discriminará por categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e serviços da dívida, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º. O Projeto de Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, compor-se-á de:

I – Mensagem;

II – Projeto de Lei de Orçamento;

III – tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do art. 22, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

IV – demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

V – relação dos projetos, atividades e operações especiais constantes do Projeto de Lei Orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados por elementos de despesa;

VI – anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

VII – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária deverá explicitar os critérios adotados na elaboração da lei.

§ 2º. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os Projetos de Lei Orçamentária e dos créditos adicionais por meio tradicional ou eletrônico, com sua despesa discriminada por elemento de despesa.

Art. 9º. Para efeito do disposto no artigo anterior, a Câmara Municipal, deverá entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao Executivo até 05 de agosto de 2025, observando os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção de resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais, que integra a presente Lei.

Parágrafo único. Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput*, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda deverá:

I – manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações descritos no art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000;

II – providenciar as medidas previstas no inciso I do *caput* a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026 e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial – ressalvados os casos de calamidade públicos formalmente reconhecidos, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal;

IV – transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outra esfera de governo.

Art. 14. O Município poderá, mediante prévia autorização Legislativa, conceder ajuda financeira a título de "subvenções sociais" a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – que estejam em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente transferidor;

III – estejam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício atual por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. As entidades beneficiadas nos termos deste *caput* prestarão contas ao Poder Executivo, dos recursos recebidos, mensalmente, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente.

§ 3º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 4º. Os repasses e recursos serão efetivados mediante convênio conforme determina o art. 116 e §§ da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 5º. Excetuam-se do disposto nos incisos I, II e III deste *caput* as Associações de Pais e Mestres – APMS das Escolas Municipais, e outras Associações representativas de classes que venham prestar serviços ao Município, caso em que serão firmadas Termo de Cooperação Técnica Financeira.

Art. 15. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias de uma mesma categoria de programação para a outra, ou de um órgão para o outro, nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do total geral da despesa fixada, para a Câmara Municipal e Administração Municipal.

Art. 16. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias na LDO poderá ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivas na lei orçamentária anual.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir ações, produtos e metas da LDO, desde que estas modificações contribuem para a realização do objetivo do programa.

Art. 18. As fontes de recursos, a modalidade de aplicação e os identificadores de uso constante na Lei Orçamentária Anual de 2026 e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizado por meio de Decreto.

Art. 19. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o mesmo detalhamento da Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

Art. 20. É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, conforme art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 21. Só poderão ser incluídos na Lei Orçamentária Anual novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de manutenção e conservação do patrimônio público, em observância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Na programação dos investimentos pela administração pública serão observados os seguintes critérios:

I – os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – a programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 22. Para efeito de cumprimento do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, será considerada irrelevante a despesa enquadrável nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº. 8.666/93.

Art. 23. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, serão fixados em ato próprio os limites de empenho nos percentuais e montantes estabelecidos para cada Órgão, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução e de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2026,.

Art. 24. Para efeito do disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Orçamentária Anual conterá Reserva de Contingência de até 2,00% da Receita Corrente Líquida, para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. O valor da Reserva de Contingência poderá também ser utilizado como recurso para a abertura de Créditos Adicionais nos termos do art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 25. O Município poderá, para atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, realizar Operação de Crédito por Antecipação de Receita (ARO), desde que obedecida os limites e disposições legais, em especial o art. 38 e seus §§, incisos e alíneas da Lei Complementar nº. 101/2000, além das Resoluções do Senado Federal.

Art. 26. No dia 1º de janeiro de 2026, os valores constantes do orçamento anual poderão ser corrigidos com base na variação do IPCA, apurada no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2025.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 27. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá metas para a realização das receitas estimadas, inclusive as próprias se houverem das entidades da administração indireta e empresas controladas dependentes, caso estas venham a ser constituídas.

§ 1º. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subseqüentes, o Executivo determinara à limitação do empenho e movimentação financeira, conforme disposto no art. 23 desta Lei.

§ 2º. Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e promoção social e na compatibilização com recursos vinculados.

§ 3º. Não serão objetos de limitação de empenho e de movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 4º. Na ocorrência de calamidade pública serão dispensadas a obtenção de resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000.

Art. 28. A limitação do empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 29. No mesmo prazo previsto no art. 27, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal do desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º. Integrarão a programação financeira as transferências financeiras da administração indireta do Município e fundos especiais se houver.

§ 2º. O cronograma de que trata o *caput* dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário.

§ 3º. O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata o *caput*, serão repassados até o dia 20 de cada mês, na forma de um doze avos de acordo com a fixação na Lei Orçamentária, conforme E.C nº. 25 de 2000.

Art. 30. Em atendimento ao disposto na alínea *e* do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, os custos das atividades e projetos constantes da lei orçamentária serão apurados por ocasião do empenhamento da despesa.

§ 1º. As despesas serão apropriadas de acordo com a efetiva destinação dos gastos, e contabilizadas pelos programas.

§ 2º. A avaliação dos resultados far-se-á a partir da apuração dos custos e das informações físicas referente às metas.

Art. 31. Na realização de ações de competência do Município poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizada em lei municipal e seja firmado convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas.

§ 1º. No caso de transferências a pessoas físicas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei específica que tenha por finalidade a regulamentação pela quais essas transferências serão efetuadas, ainda que por meio de concessão ou empréstimo ou financiamento.

§ 2º. A regra de que trata o *caput* aplica-se a transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município.

Art. 32. O Município contribuirá para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação somente quando houver convênio, acordo, ajuste ou congênere e crédito orçamentário próprio.

Art. 33. Se a lei orçamentária não for promulgada até o último dia do exercício de 2025, fica autorizada a realização das despesas até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais e legais aplicáveis, especialmente o disposto na Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Art. 35. Os Poderes Legislativo e Executivo poderão propor, para o exercício financeiro de 2026, a reorganização do quadro de pessoal, alteração nas suas respectivas estruturas orgânico-administrativas, criação de Planos de Carreira, bem como admitir pessoal, conceder vantagens, aumento de remuneração, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, observando o contido no inciso II e X do art. 37 da Constituição Federal, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000 e do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º. Desde que observados a legislação vigente e os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, e cumpridas as exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I – concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II – admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 2º. Os aumentos de despesa de que trata o *caput* somente poderão ocorrer se houver:

I – prévia dotação orçamentária suficiente e avaliação de impacto financeiro favorável para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – lei específica para hipóteses previstas no § 1º, inciso I, deste *caput*;

III – observância da legislação vigente no caso do inciso II do § 1º deste *caput.*

§ 3º. No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo chefe do Poder Executivo.

CAPITULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36. Para o lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, para o exercício de 2026 e seguintes, deverá ser feita vistoria geral nos imóveis localizados no Município, corrigindo-se eventuais distorções dos valores venais através de levantamento das construções existentes, nomeando-se Comissão Especial para esta finalidade.

§ 1º. As taxas agregadas ao IPTU deverão ser objeto de revisão de suas bases de cálculo, levando-se em conta os custos operacionais dos serviços públicos, podendo as taxas serem cobradas separadamente do imposto, mensalmente, mediante alteração da legislação pertinente.

Art. 37. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de 2024 terá desconto de até 30% (Trinta por cento) do valor lançado, para pagamento à vista, até 10 de abril de 2026.

§ 1º. O pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá ser feito em até 04 (Quatro) parcelas mensais, iniciando-se em 10 de abril de 2026 a 10 de julho de 2026 no valor normal, sem desconto.

§ 2º. Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados, em até duas vezes, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 38. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sofrerá a aplicação das isenções, porventura, previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 39. Os tributos municipais sofrerão ainda a aplicação dos incentivos fiscais previstos em Lei.

Art. 40. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria, ou ainda, em função de interesse público relevante.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Poder Executivo procederá a estudos visando à contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços públicos, observando-se as vantagens ao poder público e benefícios à população.

Art. 42. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 43. Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine, até o envio do projeto da lei orçamentária para 2026.

Art. 44. Todas as receitas realizadas pelos órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 45. Cabe à Secretaria de Administração, Finanças, Serviços Públicos e Rodoviários, a responsabilidade pela coordenação da elaboração, execução, ajustes orçamentários necessários, o controle e verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira. Avaliando o cumprimento das metas previstas na LDO, a execução dos programas de governo e do orçamento do município que se trata esta Lei.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa, sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas do caput.

Art. 47. As metas e prioridades estabelecidas no Anexo I, desta Lei terão precedência absoluta na alocação de recursos no Orçamento Geral de 2026, podendo, durante a sua execução e sem prejuízo das prioridades e metas fixadas, na medida das necessidades serem incluídos novos programas ou projetos, desde que financiados com recursos próprios e/ou de outras esferas de governo.

Art. 48. O orçamento da Câmara Municipal, para o exercício financeiro de 2026, será elaborado nos termos da legislação pertinente, limitando-se aos parâmetros e preceitos de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Art. 49. O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro o Projeto de Lei do Orçamento-Programa à Câmara Municipal, que o apreciará e devolverá até o encerramento do período legislativo.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de junho de 2025.

Denilson Vaglieri Prevital
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 024/2025
EDITAL N° 083/2025

Torna-se público que O MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.247.386/0001-00, através da Secretaria de Administração, sediado Praça Brasil, 2001, centro, na cidade de Maria Helena- Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, MARLON RANCER MARQUES, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para **Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de estrutura de palco, camarim e equipamentos de sonorização e iluminação com painel de LED, destinados ao evento em COMEMORAÇÃO AO 65º ANIVERSÁRIO DE MARIA HELENA, nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2025,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Propostas deverão ser encaminhadas até 01/07/2025 as 17:00H.

Os interessados em apresentar proposta, devem envia-las juntamente com a documentação, no e-mail: **propostadispensapmmh@gmail.com e no ASSUNTO DISPOR O NUMERO DA DISPENSA.**

Maria Helena – PR, 25 de junho de 2025.

CLAUDENICE SANTOS GOBBO
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO nº 156/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29
CONTRATADO: NOROESTE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 07.518.984/0001-46
BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 076/2025 – Pregão Eletrônico nº 031/2024
OBJETO: Registro de Preços destinado a contratação de empresa especializada na confecção de móveis planejados para serem instalados nas dependências da Casa da Cultura do Município de Mariluz, conforme quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e elementos instrutores do edital .
VALOR DO CONTRATO: 247.834,84 (duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta-corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem rasuras

DA ENTREGA DO PRODUTO E SERVIÇOS:
- ✓ Prazo de Entrega: Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.
- ✓ A empresa vencedora, será responsável pela entrega e instalação dos móveis, sem custos adicionais ao município.
- ✓ Locais de Entrega e instalação:
- Casa da Cultura: Avenida Marília, nº 775 – Centro – Mariluz-PR.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 24 de junho de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
NOROESTE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 07.518.984/0001-46

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CIBAX
Tecnologia a serviço da vida

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DO RIO XAMBRÊ E PIQUIRI

CNPJ 04.555.113/0001-04

Alto Piquiri – Brasilândia do Sul – Cafezal do Sul – Cruzeiro do Oeste – Francisco Alves – Iporã – Mariluz – Pérola - Perobal – Umuarama – Xambrê

Aviso de Pregão
Pregão Eletrônico nº. 007/2025
Exclusivo Para ME/EPP/MEI

O CIBAX – CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DO RIO XAMBÊ E PIQUIRI, ESTADO DO PARANÁ, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos:

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos (solda e torno) para manutenção da frota pertencente ao Consórcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade das Bacias do Rio Xambrê e Piquiri – CIBAX.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 26 de junho de 2025 às 09h00min até 10 de julho de 2025 às 08h30min.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h31min até 08h59min do dia 10 de julho de 2025.

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 10 de julho de 2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote.

TIPO DE DISPUTA: Aberto.

VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$ 237.385,60 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Consórcio Cíbax (www.cibax.org.br); no Setor Administrativo do Consórcio, com sede temporária, situado à Avenida Rio Branco, s/nº. ao lado do Centro Cultural Vera Schubert – CEP: 87501-130, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e no Portal do Sistema BLL COMPRAS (www.bll.org.br). Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na sede temporária administrativa do Consórcio CIBAX, situada na Avenida Rio Branco, s/nº. ao lado do Centro Cultural Vera Schubert – CEP: 87501-130, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná - fone:(44) 2020-5734.

Iporã/Pr, 25 de junho de 2025.

Fábio Cesar Belezi
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
Número da Compra no Compras Net Nº 90025/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025

O **MUNICÍPIO DE MARILUZ**, torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS,** com participação exclusiva de **MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e MICROEMPREENDEDOR,** em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133 de 1º/04/2021, Decreto de Regulamentação Municipal nº 2.374 de 07/03/2023 e Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014, do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

TIPO: Menor Preço – Por Item.

DATA DA ABERTURA: 08 de julho de 2025.

HORÁRIO: 10:00 horas - LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBJETO: Registro de Preços destinado a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de som e iluminação para serem instalados no anfiteatro da casa da cultura, conforme especificações constantes no termo de referência e elementos instrutores do edital.

O presente edital poderá ser retirado no Portal Transparência do Município, no Portal de Compras Governamentais (Compras Net) ou na Divisão de Compras, situada à Avenida Marília, nº 1920, Centro. Informações pelo fone (44) 3534-8000 com Karina.

Mariluz, 25 de junho de 2025.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 129, DE 25 JUNHO DE 2025.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Especial por Anulação de dotação para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.678 de 25 de junho de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R$ 155.730,47 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e trinta reais e quarenta e sete centavos) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.032 Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA
3.3.72.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR 3496) R$ 155.730,47

TOTAL **R$ 155.730,47**

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.032 Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA
3.3.71.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO (FR 3496) R$ 50.000,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3496) R$ 70.000,00
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3496) R$ 35.730,47

TOTAL **R$ 155.730,47**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO nº 157/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.

CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADO: AUTO POSTO PINHALZINHO III - LTDA

CNPJ: 77.683.704/0001-30

BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 082/2025 – Pregão Eletrônico nº 033/2024

OBJETO: Registro de preços destinado a aquisição de Óleo diesel comum, Óleo diesel S10, Gasolina comum, sendo o abastecimento na bomba da empresa vencedora, devendo ocorrer na sede do Município de Mariluz-PR, conforme descrição contida no termo de referência.

VALOR DO CONTRATO: 2.388.400,00 (dois milhões, trezentos oitenta e nove mil e quatrocentos reais)

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD. LITROS	Preço por Litro (Licitado/Edital)	Proposta Vencedora Litro	Proposta Vencedora Total	EMPRESA CONTEMPLADA
1	5972	ÓLEO DIESEL (COMUM)	LITRO	100.000	R$ 5,76	R$ 5,5800	R$ 558.000,00	Auto Posto Pinhalzinho III Ltda - CNPJ: 77.683.704/0001-30
2	5973	ÓLEO DIESEL (S-10)	LITRO	300.000	R$ 5,98	R$ 5,4400	R$ 1.632.000,00	Auto Posto Pinhalzinho III Ltda - CNPJ: 77.683.704/0001-31
3	5974	GASOLINA	LITRO	40.000	R$ 6,14	R$ 5,4600	R$ 218.400,00	Auto Posto Pinhalzinho III Ltda - CNPJ: 77.683.704/0001-32
				VALOR TOTAL A SER HOMOLOGADO			R$ 2.388.400,00	

FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta-corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem rasuras

DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os combustíveis deverão ser fornecidos através da Bomba da empresa vencedora, conforme requisição efetuada pela Secretaria de Obras e Viação do Município de Mariluz.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 24 de junho de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
AUTO POSTO PINHALZINHO III - LTDA
CNPJ: 77.683.704/0001-30

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 130, DE 25 JUNHO DE 2025.

Súmula: *Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.679 de 25 de junho de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 123.355,00 (cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), por *Superávit Financeiro*, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.305.0010.2.034Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 3494) R$ 39.859,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIROS (FR 3494) R$ 21.496,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.071 Manutenção da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 3494) R$ 36.000,00

Órgão.....: 10 S. M. AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 10.01 Dep. de Agric., Pecuária e Meio Ambiente
20.608.0014.3.019 Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (FR 3002) R$ 26.000,00

TOTAL **R$ 123.355,00**

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do *Superávit Financeiro* da seguinte fonte de recurso:

3494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercícios Anteriores R$ 97.355,00
3002 – Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM - Exercícios Anteriores R$ 26.000,00

TOTAL **R$ 123.355,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 131, DE 25 JUNHO DE 2025.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.680 de 25 de junho de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 351.307,28 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sete reais e vinte e oito centavos) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 303) R$ 20.000,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.071 Manutenção da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental
3.1.91.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 000) R$ 20.000,00

Órgão.....: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.3.148 Construção de Escola de Ensino Fundamental
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 104) R$ 311.307,28

TOTAL **R$ 351.307,28**

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.3.017 Estruturação da rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 303) R$ 20.000,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000) R$ 20.000,00

Órgão.....: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.2.010 Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104) R$ 20.000,00
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 104) R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104) R$ 50.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104) R$ 40.000,00

Órgão.....: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.94.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS (FR 104) R$ 30.000,00
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 104) R$ 50.000,00
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 104) R$ 50.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 104) R$ 10.000,00

Órgão.....: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.2.023 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104) R$ 40.000,00
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 104) R$ 10.000,00

Órgão.....: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil - Creche
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 104) R$ 1.307,28

TOTAL **R$ 351.307,28**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Prefeitura Municipal de Mariluz
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone: (44) 3534-8000
Mariluz - Paraná

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE nº 013/2025

HOMOLOGO e **ADJUDICO** o julgamento proferido pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio nomeados através da Portaria 016/2025 DE 23/01/2025; referente ao Processo de Inexigibilidade Nº 013-2025 cujo objeto é: Credenciamento de Pessoas Jurídicas classificadas como Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempresa(ME) e Micro Empreendedor Individual (MEI), para fins de prestação de pequenos serviços pelo período de 12 (doze) meses, com o objetivo de realizar manutenção, inclusive preventiva, nos prédios públicos, conforme demanda das secretarias municipais, de forma que possam atender suas finalidades e visando a melhoria dos serviços públicos ofertados aos munícipes da localidade de Mariluz-PR, com vigência de Abril/2025 a Abril/2026, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência

EMPRESA CREDENCIADA:	C.J. NOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS
CNPJ:	20.127.698/0001-18

Mariluz, 25 de junho de 2025.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal
CPF: 805.330.519-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO nº 158/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.

CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADO: POSTO COLONIAL DE MARILUZ – EIRELI - ME

CNPJ: 20.975.425/0001-23

BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 082/2025 – Pregão Eletrônico nº 033/2024

OBJETO: Registro de preços destinado a aquisição de Etanol e Arla, sendo o abastecimento na bomba da empresa vencedora, devendo ocorrer na sede do Município de Mariluz-PR, conforme descrição contida no termo de referência.

VALOR DO CONTRATO: 364.509,60 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e nove reais e sessenta centavos)

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD. LITROS	Preço por Litro (Licitado/Edital)	Proposta Vencedora Litro	Proposta Vencedora Total	EMPRESA CONTEMPLADA
4	5975	ETANOL/ETILICO	LITRO	100.000	R$ 4,14	R$ 3,6018	R$ 360.180,00	Posto Colonial de Mariluz Eireli - ME - CNPJ: 20.975.425/0001-23
5	15891	ARLA 32, solução a 32,5% DE ureia de alta pureza em água desmineralizada que é transparente, não tóxica e de manuseio seguro, não explosivo, não inflamável nem danoso ao meio ambiente	LITRO	1.000	R$ 4,33	R$ 4,3296	R$ 4.329,60	Posto Colonial de Mariluz Eireli - ME - CNPJ: 20.975.425/0001-23
				VALOR TOTAL A SER HOMOLOGADO			R$ 364.509,60	

FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta-corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem rasuras

DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os combustíveis deverão ser fornecidos através da Bomba da empresa vencedora, conforme requisição efetuada pela Secretaria de Obras e Viação do Município de Mariluz.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 24 de junho de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
POSTO COLONIAL DE MARILUZ – EIRELI - ME
CNPJ: 20.975.425/0001-23

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 159/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.

CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADO: A. GOMES DA SILVA ALVES

CNPJ: 28.124.530/0001-60

BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 057/2025 – Pregão Eletrônico nº 025/2024

OBJETO: Registro de preços destinado a contratação de empresa especializada em serviços de vidraçaria, com fornecimento e instalação de materiais, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Mariluz, conforme especificações contidas no termo de referência, e nos elementos instrutores do edital.

VALOR DO CONTRATO: 478.809,04 (quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e nove reais e quatro centavos)

FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta-corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem rasuras

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 25 de junho de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
A. GOMES DA SILVA ALVES
CNPJ: 28.124.530/0001-60

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 075/2025
Concorrência Eletronica Nº 002/2025
Edital n°035/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: ECO POLO ENGENHARIA LTDA 24.126.605/0001-91
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER) COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES; CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, ALAMBRADO, REDE DE COBERTURA, ILUMINAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS; CALÇADAS, PAISAGISMO, EQUIPAMENTOS EXTERNOS; SERVIÇOS COMPLEMENTARES; LIMPEZA FINAL E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO (MEU CAMPINHO), E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS - CONVENIO N° 54/2025 – SECID
Valor total: R$ 385.700,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais)
Vigência: 23/05/2025 a 23/05/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.679, DE 25 JUNHO DE 2025.

Súmula: *Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 123.355,00 (cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), por *Superávit Financeiro*, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.305.0010.2.034Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 3494) R$ 39.859,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIROS (FR 3494) R$ 21.496,00

Órgão.....: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.071 Manutenção da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 3494) R$ 36.000,00

Órgão.....: 10 S. M. AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 10.01 Dep. de Agric., Pecuária e Meio Ambiente
20.608.0014.3.019 Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (FR 3002) R$ 26.000,00

TOTAL **R$ 123.355,00**

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do *Superávit Financeiro* da seguinte fonte de recurso:

3494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercícios Anteriores R$ 97.355,00
3002 – Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM - Exercícios Anteriores R$ 26.000,00

TOTAL **R$ 123.355,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PÉROLA
GOVERNO MUNICIPAL

LEI N° 3.675, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias para 2026, compreendendo:

I - Metas fiscais.
II - As prioridades e metas da administração pública municipal;
III - A estrutura e organização do orçamento;
IV - As diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
V - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
VII - As disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS

Art. 2° - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, de que trata o art. 4° da Lei Complementar n° 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estão identificadas no Anexo I.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2026, estão identificadas no Anexo II, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2026, não se constituindo, todavia, em limite à prorrogação das despesas.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades e projetos com indicação de suas metas físicas.

Art. 5º - O orçamento do Município discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesas conforme a seguir discriminados:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Juros e encargos da dívida;

III - Outras despesas correntes;

IV - Investimentos;

V - Inversões financeiras; e

VI - Amortização da dívida.

Art. 6º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 3º, desta Lei.

Art. 7º - O orçamento compreenderá a programação dos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 8º - O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo e a respectiva Lei será constituída de:

I - Texto da Lei;

II - Quadros orçamentários consolidados;

III - Anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos da Prefeitura e do Fundo de aposentadoria.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

§ 2º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Análise da conjuntura econômica do Município, atualizando as informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei complementar 101, com indicação do cenário macroeconômico para 2026, e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II - Resumo da política econômica e social do governo;

III - Avaliação das necessidades de financiamento, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal, implícitos no projeto de lei orçamentária para 2026, os estimados para 2025 e os observados em 2024, evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados;

IV- Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º - O Poder Executivo disponibilizará até trinta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - As categorias de programação constantes da proposta orçamentária, consideradas como despesa financeira, para fins de cálculo do resultado primário;

II - Os resultados correntes do orçamento;

III - Os recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional 53 de 2006, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

IV - Detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração do orçamento, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

V - As despesas com pessoal e encargos sociais, por poder, órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2026 e o programado para 2025, com a indicação da representatividade percentual do total e do Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

VI - A memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado do fundo de aposentadoria, especificando as receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas e o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

VII - A memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária indicando os prazos médios de vencimento, considerados para cada tipo e série de títulos e, separadamente, as despesas com juros, e respectivas taxas, com deságios e com outros encargos;

VIII - A situação observada no exercício de 2024 em relação aos limites e condições de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição;

IX - O demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar 101 de 2000, destacando-se os principais itens de:

a) Impostos;

b) Contribuições sociais;

c) Taxas.

X - A evolução das receitas diretamente arrecadadas nos últimos três anos, a execução provável para 2026 e a estimada para 2025, separando-se para estes dois últimos anos, as de origem financeira, e as de origem não financeira, utilizadas no cálculo das necessidades de financiamento do setor público;

XI - A metodologia e a memória de cálculo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária;

§ 4º - O projeto de Lei Orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2026, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 9º - Para efeito do disposto no artigo 8º, o Poder Legislativo e o Fundo Municipal de Aposentadoria - FASPEL, encaminharão ao Departamento de Planejamento e Orçamento do Município, até 10 de agosto, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10 - Cada proposta constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES.

Seção I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 11 - A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência de gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12 – O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2026 – 2029, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 – A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 14 – Na programação da despesa não poderão ser:

I - Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - Incluídas despesas a títulos de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;

Art. 15 – Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 3º desta Lei, a Lei orçamentária e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando de alocação de recursos Federal ou Estadual ao Município.

Art. 16 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam reconhecidas pelo município como de utilidade pública;

II - Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópicas, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, ou Lei Federal, Estadual ou Municipal.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2026, por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 17 - A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente, a no mínimo 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida, destinada a:

I - Pagamentos imprevistos, inesperados, contingentes;

II - Remanejamento para reforço de dotações utilizáveis no atendimento dos compromissos determinados no item I.

Art. 18 – As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução.

Art. 19 – Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º - Os decretos, de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei orçamentária, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4º - No caso de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os § 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentados de acordo com a classificação de que trata os art. 8º, § 1º, desta Lei.

Art. 20 - O Município poderá, mediante Convênio, contribuir para o custeio de despesas de outros entes da Federação, nos termos do disposto no Art. 62 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Seção II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE APOSENTADORIA

Art. 21 – O orçamento do Fundo de Aposentadoria compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da previdência, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - Das contribuições previstas na Lei de sua instituição;

II - Do orçamento da prefeitura;

III - Das demais receitas diretamente arrecadadas pelo órgão, e;

IV - Atenderá quanto à formalística de elaboração o disposto na Lei Complementar 101, de 2000, na Lei 4.320/64, adequando-se a espécie e peculiaridade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 22 - O Poder Executivo através do órgão de pessoal publicará, até 31 de agosto de 2026, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

Parágrafo Único: Os cargos transformados após 31 de agosto de 2026, em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores públicos, serão incorporados à tabela referida no artigo 8º, § 3º desta Lei.

Art. 23 – Os Poderes Legislativo e Executivo poderão propor, durante o exercício financeiro de 2026, a criação de novos cargos ou reestruturação do quadro de pessoal, alteração nas suas respectivas estruturas orgânico-administrativas, bem como admitir pessoal, conceder vantagens e aumento de remuneração, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, observando o contido no art. 37, inc. II, da Constituição Federal, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000 e do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 24 – No exercício de 2026, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - Existirem cargos vagos a preencher;

II - Houver vacância, após 31 de agosto de 2026, dos cargos ocupados;

III - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

IV - For observado o limite previsto em Lei.

Art. 25 – O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite de despesas total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único: Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput, os contratos de terceirização, relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro do pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargos ou categorias extintas, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar a Planta Genérica de Valores Imobiliários para o exercício de 2026, bem como efetuar recadastramento imobiliário via geoprocessamento de dados dos imóveis localizados no Município de Pérola.

Art. 27 – O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo Municipal, no corrente exercício, projeto de lei dispondo sobre alteração na legislação tributária de sua competência que conterá:

I - Atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - A edição de uma nova planta genérica da base de cálculo dos impostos, com a atualização dos valores dos imóveis e das edificações, tendo como limite máximo o valor do mercado imobiliário do município de Pérola;

III - A expansão do número de contribuintes;

IV - Atualização dos cadastros imobiliários e mobiliários para fins fiscais;

V - As determinações constantes do artigo 12 e parágrafos, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000);

VI - Implementação da fiscalização da receita tributária;

VII - Concessão de parcelamento de créditos tributários;

VIII - Firmar convênios com estabelecimentos prestadores de serviços para modernizar o sistema de arrecadação dos tributos municipais;

Art. 28 – O Executivo Municipal fica autorizado a conceder desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano de até 30% para o exercício de 2026;

Parágrafo Único. O presente artigo será regulamentado por ato próprio do Executivo Municipal antecedendo o vencimento dos tributos no mínimo em até 30 dias;

Art. 29 – O Executivo Municipal poderá contratar consultoria da área tributária para orientar e acompanhar as atividades fiscais do município;

Art. 30 - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de alterações ou mudanças na legislação nacional, sobre a matéria, ou ainda em função de interesse público relevante;

Art. 31 - Tratando-se de tributos de natureza de Contribuição de Melhoria, o Executivo Municipal fará publicar edital próprio para cada obra, e a devida constituição do crédito tributário contra o sujeito passivo na forma da lei;

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - O poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 33 – Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos, atividades", "operações especiais" e calculadas de forma proporcional à participação dos Poderes Públicos Municipais em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas de empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, atingirá as seguintes despesas:
I - Redução do número de funcionários do quadro de cargos de provimento em comissão;
II - Redução do número de estagiários;
III - Eliminação de despesas com horas extras;
IV- Redução de vantagens concedidas aos servidores;
V - Redução de gastos com despesas correntes, exceto as despesas de pessoal e seus encargos e o serviço da dívida contratada;
VI - Redução dos investimentos programados.

Art. 34 – Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento do Município, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 35 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000:

I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei 8.666 de 21/06/93, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do Art. 16 da Lei Complementar 101, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites de 70% (setenta por cento) do salário mínimo.

Art. 36 – Os poderes deverão elaborar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

§ 1º - Os atos de que trata o caput conterão cronograma de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem conterá:

I - Metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar 101 de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

II - Metas quadrimestrais para o resultado primário do orçamento.

§ 3º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 37 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único: A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 38 – Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pela Prefeita até 31 de dezembro 2025, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas;

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Pagamento de benefícios previdenciários e prestações de duração continuada a cargo da providência;

III - Pagamento do serviço da dívida.

Art. 39 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição, será efetivada mediante lei específica da Prefeita Municipal.

Art. 40 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar os cumprimentos de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 41 – Fica o Poder Executivo autorizado, mediante a decreto, a incluir na Lei do orçamento os seguintes dispositivos:

I – Realizar suplementação de dotações orçamentárias em até o limite de 20% (vinte por cento), da despesa fixada para o exercício financeiro de 2026;

II – Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, Inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64;

V – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos o inciso VI, artigo 167 da CF.

VI – Remanejar dotação orçamentária, entre elementos de despesas iguais e fontes de recursos diferentes dentro do mesmo órgão e unidade, sendo este remanejamento excluído do inciso I, deste artigo.

VII – Corrigir o Orçamento pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC – da Fundação Getúlio Vargas.

Parágrafo Primeiro: Entende-se como categoria de programação, de que trata o inciso V deste artigo, aquelas despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade, projeto ou atividade orçamentária.

Parágrafo Segundo: Os créditos referidos nos incisos II, III, IV, e VII não serão computados no percentual constante no inciso I deste artigo.

Art. 42 – As despesas de pessoal e encargos sociais, quando ocorridas em realização de obras, correrão à conta do elemento de despesa, identificador da obra realizada.

Art. 43 – As despesas dos fundos exceto as do fundo de aposentadoria constarão do orçamento como unidades orçamentárias atendendo ao princípio da economicidade e simplificação das contas municipais.

Art. 44 – A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e serviços das dívidas que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 45 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 23 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026 Valor Corrente (a)	2026 Valor Constante	2026 % PIB (a/PIB) x 100	2026 % RCL (a/RCL) x 100	2027 Valor Corrente (b)	2027 Valor Constante	2027 % PIB (b/PIB) x 100	2027 % RCL (b/RCL) x 100	2028 Valor Corrente (c)	2028 Valor Constante	2028 % PIB (c/PIB) x 100	2028 % RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	72.852.685,38	70.389.068,00	9.288,548	113,923	75.402.529,37	70.050.659,02	9.106,421	117,911	77.952.373,36	69.775.047,58	8.942,548	-
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	61.786.258,38	59.696.868,00	7.877,605	96,618	63.948.777,42	59.409.863,82	7.723,142	100,000	66.111.296,46	59.176.118,15	7.584,163	-
Receitas Primárias Correntes	61.786.258,38	59.696.868,00	7.877,605	96,618	63.948.777,42	59.409.863,82	7.723,142	100,000	66.111.296,46	59.176.118,15	7.584,163	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.984.523,75	11.579.250,00	1.527,999	18,741	12.403.982,08	11.523.580,53	1.498,038	19,397	12.823.440,41	11.478.241,47	1.471,081	-
Transferências Correntes	45.835.407,63	44.285.418,00	5.843,908	71,675	47.439.646,90	44.072.507,34	5.729,322	74,184	49.043.886,17	43.899.105,87	5.626,222	-
Demais Receitas Primárias Correntes	524.745,00	507.000,00	66,904	0,821	543.111,08	504.562,50	65,592	0,849	561.477,16	502.577,33	64,412	-
Receitas Primárias de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	72.852.685,38	70.389.068,00	9.288,548	113,923	75.402.529,37	70.050.659,02	9.106,421	117,911	77.952.373,36	69.775.047,58	8.942,548	-
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	60.340.850,87	58.300.339,00	7.693,318	94,358	62.452.780,65	58.020.048,91	7.542,470	97,661	64.564.710,43	57.791.771,42	7.406,741	-
Despesas Primárias Correntes	57.891.695,18	55.934.005,00	7.381,057	90,528	59.917.904,51	55.665.091,52	7.236,331	93,697	61.944.113,84	55.446.079,50	7.106,111	-
Pessoal e Encargos Sociais	28.418.655,85	27.457.638,50	3.623,313	44,440	29.413.308,80	27.325.630,62	3.552,268	45,995	30.407.961,75	27.218.119,05	3.488,344	-
Outras Despesas Correntes	29.473.039,33	28.476.366,50	3.757,744	46,089	30.504.595,70	28.339.460,89	3.684,063	47,702	31.536.152,07	28.227.960,44	3.617,768	-
Despesas Primárias de Capital	2.449.155,69	2.366.334,00	312,262	3,830	2.534.876,14	2.354.957,40	306,139	3,964	2.620.596,59	2.345.691,91	300,630	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	1.445.407,51	1.396.529,00	184,286	2,260	1.495.996,77	1.389.814,91	180,673	2,339	1.546.586,03	1.384.346,74	177,421	-
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) +	1.445.407,51	1.396.529,00	184,286	2,260	1.495.996,77	1.389.814,91	180,673	2,339	1.546.586,03	1.384.346,74	177,421	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.621.912,56	5.431.799,57	716,781	8,791	4.531.396,84	4.209.770,38	547,260	7,086	3.440.881,12	3.079.927,31	394,731	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(4.046.359,37)	(3.909.525,96)	(515,901)	(6,328)	(5.475.264,61)	(5.086.644,94)	(661,252)	(8,562)	(6.904.169,85)	(6.179.911,64)	(792,033)	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	2.306.863,25	2.228.853,38	294,120	3,607	2.387.603,47	2.218.137,75	288,353	3,734	2.468.343,69	2.209.410,58	283,164	-

PARÂMETROS	2026	2027	2028
PIB Nominal	784.328,00	828.015,00	871.702,00
Receita Corrente Líquida - RCL	63.948.777,42	63.948.777,42	-

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha.
Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I) Valor (c) = (b-a)	Variação (II-I) % (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	80.170.300,00	11.391,921	100,000	84.506.369,30	12.008,061	118,804	4.336.069,30	5,41
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	68.552.500,00	9.741,072	85,509	84.506.369,30	12.008,061	101,588	15.953.869,30	23,27
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	80.170.300,00	11.391,921	100,000	94.820.274,60	13.473,631	118,804	14.649.974,60	18,27
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	66.247.300,00	9.413,511	82,633	94.820.274,60	13.473,631	98,172	28.572.974,60	43,13
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	2.305.200,00	327,561	2,875	(10.313.905,30)	(1.465,570)	3,416	(12.619.105,30)	-547,42
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (	2.305.200,00	327,561	2,875	(10.313.905,30)	(1.465,570)	3,416	(12.619.105,30)	-547,42
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.138.359,64	303,853	2,667	9.441.733,70	1.341,638	3,169	7.303.374,06	341,54
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(6.148.847,90)	(873,730)	(7,670)	(5.719.418,39)	(812,709)	(9,112)	429.429,51	-6,98
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	2.453.885,12	348,689	3,061	(124.223,06)	(17,652)	3,636	(2.578.108,18)	-105,06

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB Nominal	703.747,00	703.747,00
Receita Corrente Líquida - RCL	80.170.300,00	67.481.023,04

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior: Art 4º RLF. A finalidade desse demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO. Serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Identifica os valores a preços constantes, que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO, para os três exercícios orçamentários anteriores ao ano de referência da LDO, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES 2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.193.410,00	80.170.300,00	6,62	70.389.068,00	-12,2	72.852.685,38	3,5	75.402.529,37	3,5	77.952.373,36	3,38
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	69.684.210,00	68.552.500,00	-1,62	59.602.668,00	-13,06	61.786.258,38	3,66	63.948.777,42	3,5	66.111.296,46	3,38
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.193.410,00	80.170.300,00	6,62	70.389.068,00	-12,2	72.852.685,38	3,5	75.402.529,37	3,5	77.952.373,36	3,38
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	70.918.580,00	66.247.300,00	-6,59	57.950.339,00	-12,52	60.340.850,87	4,13	62.452.780,65	3,5	64.564.710,43	3,38
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V	(1.234.370,00)	2.305.200,00	-286,8	1.652.329,00	-28,32	1.445.407,51	-12,52	1.495.996,77	3,5	1.546.586,03	3,38
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	(1.234.370,00)	2.305.200,00	-286,8	1.652.329,00	-28,32	1.445.407,51	-12,52	1.495.996,77	3,5	1.546.586,03	3,38
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.885.347,63	2.138.359,64	-25,89	1.402.318,45	-34,42	5.621.912,56	300,9	4.531.396,84	-19,4	3.440.881,12	-24,07
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(5.106.173,63)	(6.148.847,90)	20,42	(6.586.925,72)	7,12	(4.046.359,37)	-38,57	(5.475.264,61)	35,31	(6.904.169,85)	26,1
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(892.270,00)	2.453.885,12	-375	1.806.515,49	-26,38	2.306.863,25	27,7	2.387.603,47	3,5	2.468.343,69	3,38

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES 2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	80.743.623,58	82.976.260,50	2,77	70.389.068,00	-15,17	70.389.068,00	0	70.050.659,02	-0,48	69.775.047,58	-0,39
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	74.827.775,75	70.951.837,50	-5,18	59.602.668,00	-16	59.696.868,00	0,16	59.409.863,82	-0,48	59.176.118,15	-0,39
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	80.743.623,58	82.976.260,50	2,77	70.389.068,00	-15,17	70.389.068,00	0	70.050.659,02	-0,48	69.775.047,58	-0,39
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	76.153.257,69	68.565.955,50	-9,96	57.950.339,00	-15,48	58.300.339,00	0,6	58.020.048,91	-0,48	57.791.771,42	-0,39
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V	(1.325.481,94)	2.385.882,00	-280	1.652.329,00	-30,75	1.396.529,00	-15,48	1.389.814,91	-0,48	1.384.346,74	-0,39
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V	(1.325.481,94)	2.385.882,00	-280	1.652.329,00	-30,75	1.396.529,00	-15,48	1.389.814,91	-0,48	1.384.346,74	-0,39
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.098.322,35	2.213.202,23	-28,57	1.402.318,45	-36,64	5.431.799,57	287,3	4.209.770,38	-22,5	3.079.927,31	-26,84
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(5.483.073,07)	(6.364.057,58)	16,07	(6.586.925,72)	3,5	(3.909.525,96)	-40,65	(5.086.644,94)	30,11	(6.179.911,64)	21,49
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(958.130,68)	2.539.771,10	-365,1	1.806.515,49	-28,87	2.228.853,38	23,38	2.218.137,75	-0,48	2.209.410,58	-0,39

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores: Art 4º RLF. compõem, o Anexo de Metas Fiscais, o Demonstrativo das Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, evidenciando a consistência das mesmas com as premissas e os objetivos da Política Econômica. O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do ente federativo, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo. Preços Correntes os valores das metas fiscais tomando como base o cenário macroeconômico, de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados, Os valores a Preços Constantes, que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO, para os três exercícios orçamentários anteriores ao ano de referência da LDO, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III) — R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	209.125.263,53	100,00	182.630.930,68	100,00	162.833.866,85	100,00
TOTAL	209.125.263,53	100,00	182.630.930,68	100,00	162.833.866,85	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(25.946.304,87)	100,00	(103.278.888,43)	100,00	(74.709.143,75)	100,00
TOTAL	(25.946.304,87)	100,00	(103.278.888,43)	100,00	(74.709.143,75)	100,00

NOTA : Evolução do Patrimônio Líquido art. 4º RLF – PL últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas Entidade. Evolução do Patrimônio Líquido deve trazer em conjunto uma análise dos valores apresentados, com as causas das variações do PL do ente da Federação como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou a diminuição da situação líquida patrimonial.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) — R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	263.645,34	465.400,00	-
Alienação de Bens Móveis	182.809,34	465.400,00	-
Alienação de Bens Imóveis	80.836,00	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II	581.911,00	-	27.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	581.911,00	-	27.500,00
Investimentos	581.911,00	-	27.500,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	**2024 (g)=((Ia-IId)+IIIh)**	**2023 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)**	**2022 (i)=(Ic-IIf)**
VALOR (III)	119.634,34	437.900,00	(27.500,00)

NOTA EXPLICATIVA: Origem e a Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, o objetivo do Demonstrativo é assegurar a transparência da forma como o ente utilizou os recursos obtidos com a alienação de ativos, com vistas à preservação do patrimônio público. RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Registra o valor total da arrecadação da receita de alienação de ativos, tais como bens móveis, imóveis e títulos mobiliários. APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) Registra o valor total da aplicação dos recursos com alienação de ativos, em cada grupo de natureza da despesa de capital, bem como em despesas correntes do Regime Geral de Previdência Social, no caso da União, e do RPPS.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Publicações legais

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF,art.4º,§2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00	0,00	2.190.079,33
2026	6.447.357,62	9.319.394,23	-2.872.036,61	-681.957,28
2027	6.263.786,76	9.398.419,75	-3.134.632,99	-3.816.590,27
2028	6.253.580,36	9.405.983,58	-3.152.403,22	-6.968.993,49
2029	6.214.088,80	9.613.100,47	-3.399.011,67	-10.368.005,16
2030	6.196.649,10	9.670.333,63	-3.473.684,53	-13.841.689,69
2031	6.174.319,85	9.742.291,15	-3.567.971,30	-17.409.660,99
2032	6.079.338,03	9.626.627,53	-3.547.289,50	-20.956.950,49
2033	5.934.726,46	9.735.203,40	-3.800.476,94	-24.757.427,43
2034	5.945.509,77	9.552.854,42	-3.607.344,65	-28.364.772,08
2035	5.855.460,05	9.890.189,71	-4.034.729,66	-32.399.501,74
2036	5.816.335,08	9.858.850,32	-4.042.515,24	-36.442.016,98
2037	5.811.658,34	9.698.865,07	-3.887.206,73	-40.329.223,71
2038	5.814.070,48	9.532.118,44	-3.718.047,96	-44.047.271,67
2039	5.816.670,81	9.391.682,91	-3.575.012,10	-47.622.283,77
2040	5.755.635,72	9.583.257,83	-3.827.622,11	-51.449.905,88
2041	5.778.345,46	9.409.998,45	-3.631.652,99	-55.081.558,87
2042	5.729.422,32	9.504.862,21	-3.775.439,89	-58.856.998,76
2043	5.651.267,69	9.678.160,09	-4.026.892,40	-62.883.891,16
2044	5.704.368,31	9.425.093,97	-3.720.725,66	-66.604.616,82
2045	5.731.237,58	9.315.590,34	-3.584.352,76	-70.188.969,58
2046	5.789.588,72	9.094.602,93	-3.305.014,21	-73.493.983,79
2047	5.860.102,67	8.851.706,67	-2.991.604,00	-76.485.587,79
2048	5.910.371,54	8.726.011,41	-2.815.639,87	-79.301.227,66
2049	5.963.930,94	8.645.005,60	-2.681.074,66	-81.982.302,32
2050	6.081.904,71	8.361.613,60	-2.279.708,89	-84.262.011,21
2051	6.172.215,66	8.226.371,86	-2.054.156,20	-86.316.167,41
2052	6.267.810,22	8.136.235,94	-1.868.425,72	-88.184.593,13
2053	6.387.792,87	7.980.160,61	-1.592.367,74	-89.776.960,87
2054	6.573.332,28	7.699.922,63	-1.126.590,35	-90.903.551,22
2055	6.764.152,64	7.456.819,61	-692.666,97	-91.596.218,19
2056	6.987.748,53	7.172.882,63	-185.134,10	-91.781.352,29
2057	7.212.262,90	6.950.610,88	261.652,02	-91.519.700,27
2058	7.459.351,64	6.716.024,50	743.327,14	-90.776.373,13
2059	7.766.589,89	6.368.074,33	1.398.515,56	-89.377.857,57
2060	8.106.104,72	5.998.715,29	2.107.389,43	-87.270.468,14
2061	8.468.082,63	5.643.306,94	2.824.775,69	-84.445.692,45
2062	8.848.535,73	5.316.994,88	3.531.540,85	-80.914.151,60
2063	9.253.849,54	5.006.017,33	4.247.832,21	-76.666.319,39
2064	9.698.154,43	4.664.368,62	5.033.785,81	-71.632.533,58
2065	10.170.418,83	4.334.575,32	5.835.843,51	-65.796.690,07
2066	380.059,10	4.016.938,43	-3.636.879,33	-69.433.569,40
2067	346.828,44	3.711.970,03	-3.365.141,59	-72.798.710,99
2068	315.327,59	3.420.539,27	-3.105.211,68	-75.903.922,67
2069	285.599,63	3.142.653,83	-2.857.054,20	-78.760.976,87
2070	257.709,37	2.878.685,95	-2.620.976,58	-81.381.953,45
2071	231.624,62	2.628.133,70	-2.396.509,08	-83.778.462,53
2072	207.222,73	2.390.243,46	-2.183.020,73	-85.961.483,26
2073	184.480,25	2.164.982,47	-1.980.502,22	-87.941.985,48
2074	163.292,17	1.951.566,15	-1.788.273,98	-89.730.259,46
2075	143.653,26	1.750.022,01	-1.606.368,75	-91.336.628,21
2076	125.515,44	1.560.087,20	-1.434.571,76	-92.771.199,97
2077	108.888,01	1.382.086,09	-1.273.198,08	-94.044.398,05
2078	93.763,51	1.216.284,66	-1.122.521,15	-95.166.919,20
2079	80.140,20	1.063.175,91	-983.035,71	-96.149.954,91
2080	67.957,92	922.707,24	-854.749,32	-97.004.704,23
2081	57.174,87	795.037,23	-737.862,36	-97.742.566,59
2082	47.723,51	680.050,40	-632.326,89	-98.374.893,48
2083	39.492,40	577.073,76	-537.581,36	-98.912.474,84
2084	32.399,47	485.825,00	-453.425,53	-99.365.900,37
2085	26.328,73	405.411,77	-379.083,04	-99.744.983,41
2086	21.159,11	334.919,41	-313.760,30	-100.058.743,71
2087	16.785,55	273.629,13	-256.843,58	-100.315.587,29
2088	13.108,25	220.709,46	-207.601,21	-100.523.188,50
2089	10.053,41	175.473,75	-165.420,34	-100.688.608,84
2090	7.557,01	137.364,67	-129.807,66	-100.818.416,50
2091	5.552,96	105.725,68	-100.172,72	-100.918.589,22
2092	3.978,27	79.838,12	-75.859,85	-100.994.449,07
2093	2.774,54	59.074,26	-56.299,72	-101.050.748,79
2094	1.883,90	42.792,21	-40.908,31	-101.091.657,10
2095	1.246,94	30.317,93	-29.070,99	-101.120.728,09
2096	806,01	20.977,57	-20.171,56	-101.140.899,65
2097	509,96	14.148,58	-13.638,62	-101.154.538,27
2098	315,42	9.271,27	-8.955,85	-101.163.494,12

Valdete Cunha
Prefeita

MUNICÍPIO DE PÉROLA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a)

RECEITAS	2024	2023	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.960.025,01	4.218.866,17	3.270.055,94
RECEITAS CORRENTES	4.960.025,01	4.218.866,17	3.270.055,94
Receita de Contribuições dos Segurados	2.997.716,97	2.560.560,22	2.052.870,02
Pessoal Civil	2.997.716,97	2.560.560,22	2.052.870,02
Receita Patrimonial	512.040,43	1.220.253,12	939.334,98
Outras Receitas Correntes	1.450.267,61	438.052,83	277.850,94
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	1.447.400,83	438.052,83	277.850,94
Demais Receitas Correntes	2.866,78	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienção de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.219.374,21	3.419.286,65	3.163.393,80
RECEITAS CORRENTES	4.219.374,21	3.419.286,65	3.163.393,80
Receita de Contribuições	3.073.885,96	2.588.528,47	2.152.205,60
Patronal	3.073.885,96	2.588.528,47	2.152.205,60
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	1.145.488,25	830.758,18	1.011.188,20
Outros aportes - Juros e Multas Parcelamento	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienção de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	**9.179.399,22**	**7.638.152,82**	**6.433.449,74**

DESPESAS	2024	2023	2022
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.856.483,33	8.965.161,99	8.260.237,54
ADMINISTRAÇÃO	424.380,38	185.543,45	135.818,76
Despesas Correntes	409.135,63	185.543,45	135.818,76
Despesas de Capital	15.244,75	-	-
PREVIDÊNCIA	9.432.102,95	8.779.618,54	8.124.418,78
Pessoal Civil	9.432.102,95	8.779.618,54	8.124.418,78
Aposentadorias	7.962.333,86	7.498.657,84	6.780.733,85
Pensões	1.437.728,73	1.219.800,00	1.108.488,41
Demais Despesas Previdenciárias	32.040,36	61.160,70	235.196,52
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)	**9.856.483,33**	**8.965.161,99**	**8.260.237,54**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	**-391.423,78**	**-1.414.110,97**	**-1.854.270,41**

APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	2024	2023	2022
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	627.059,78	1.625.014,88	1.637.511,17
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	-	-	-
Plano Previdenciário	627.059,78	1.625.014,88	1.637.511,17
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	627.059,78	1.625.014,88	1.637.511,17
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**459.800,00**	**200.000,00**	**1.191.287,00**
BENS E DIREITOS DO RPPS	**11.113.584,94**	**10.341.034,46**	**9.899.022,75**

Valdete Cunha
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2026

NOTA EXPLICATIVA: Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência tributária é do próprio ente. Não há previsão de aumento permanente de receita proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Portanto não há margem de expansão para novas despesas.

VALDETE CUNHA
Prefeita

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF(LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	230.000,00		230.000,00
SUBTOTAL	230.000,00	SUBTOTAL	230.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Epidemia e calamidades públicas	50.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contigencia	50.000,00
Frustração de Arrecadaçao	250.000,00	Contingenciamento da despesas correntes e de capital	250.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
TOTAL	530.000,00	TOTAL	530.000,00

FONTE:
Secretaria de Fazenda e Admimintração.

NOTA EXPLICATIVA: Levando em consideração os termos do § 1º do art. 1º da LRF, "a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Com o foco no planejamento e responsabilidade na gestão fiscal. No processo de planejamento orçamentário, do qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – é parte integrante, foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com o objetivo de dar maior transparência às metas de resultado estabelecidas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

VALDETE CUNHA

Município de Perola - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA 2026	2027	2028	COMPENSAÇÃO
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	Outros benefícios	Desconto para pagamento em cota única.	202.000,00	204.000,00	206.000,00	A renuncia será considerada na estimativa da receita da lei Orçamentária LOA, e com medidas compensatórias de reducação de despesa discrícinárias com objetivo de marter o equilibrio fiscal.
Isenção	Concessão de isenção caráter não geral	Idosos/Portadores de doenças graves	41.000,00	42.000,00	43.000,00	Contingenciamento da despesas correntes e de capital
TOTAL			243.000,00	246.000,00	249.000,00	

Fonte da Renuncia: Secretaria de Fazenda e Administração

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.677, DE 25 JUNHO DE 2025.

SÚMULA: Altera o Anexo II constante na Lei Municipal n° 3.533, de 28 de agosto de 2024 para modificar o plano de equacionamento do déficit atuarial, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei Municipal nº 3. 533, de 28 de agosto de 2024, para modificar o plano de equacionamento do déficit atuarial, conforme nova tabela de aportes definida no Anexo I desta Lei.

§1º Do aporte definido para o ano de 2025 a ser amortizado até 31/12/2025, no valor de R$ 2.445.568,49 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), será deduzido o valor de R$ 1.018.986,90 (um milhão, dezoito mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos) já pagos pelo Município até a data de entrada em vigor do novo plano de equacionamento de que trata o caput deste artigo, referentes ao plano de equacionamento anterior, restando o valor a pagar de R$ 1.426.581,59 (um milhão, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove reais).

§2º Após a dedução que dispõe o §1º, o valor do aporte a pagar será dividido em 07(sete) parcelas mensais, sendo paga todo dia 30, a primeira em 30/06/2025 e assim sucessivamente até 30/12/2025, conforme demonstrativo em anexo.

§3º O art. 22, §4º, da lei complementar nº 064/2015, dispõe que compete a Câmara Municipal, Prefeitura Municipal e os órgãos da administração indireta repassar ao RPPS, receita mensal, relativa ao custo suplementar, para a cobertura de déficit atuarial, calculada proporcionalmente ao número de servidores vinculados a cada órgão, conforme demonstrativo em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pérola, PR, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal

ANEXO I

TABELA 7 - APORTES DA PREFEITURA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS

Ano	Valor Anual do Aporte	Valor Mensal do Aporte
2025	2.445.568,49	203.797,37
2026	2.833.263,02	236.105,25
2027	2.861.595,65	238.466,30
2028	2.890.211,61	240.850,97
2028	2.919.113,72	243.259,48
2030	2.948.304,86	245.692,07
2031	2.977.787,91	248.148,99
2032	3.007.565,79	250.630,48
2033	3.037.641,45	253.136,79
2034	3.068.017,86	255.668,16
2035	3.098.698,04	258.224,84
2036	3.129.685,02	260.807,09
2037	3.160.981,87	263.415,16
2038	3.192.591,69	266.049,31
2039	3.224.517,61	268.709,80
2040	3.256.762,78	271.396,90
2041	3.289.330,41	274.110,87
2042	3.322.223,71	276.851,98
2043	3.355.445,95	279.620,50
2044	3.389.000,41	282.416,70
2045	3.422.890,41	285.240,87
2046	3.457.119,32	288.093,28
2047	3.491.690,51	290.974,21
2048	3.526.607,42	293.883,95
2049	3.561.873,49	296.822,79
2050	3.597.492,23	299.791,02
2051	3.633.467,15	302.788,93
2052	3.669.801,82	305.816,82
2053	3.706.499,84	308.874,99
2054	3.743.564,84	311.963,74
2055	3.781.000,48	315.083,37
2056	3.818.810,49	318.234,21

ANEXO II

APORTE 2025 Atual

MÊS	VENC.	APORTE-PAGO	APORTE-A PAGAR	$-CAM=PAGO	$-CAM=A PAGAR	$-PREF=PAGO	$-PREF=A PAGAR
Janeiro/2025	30/01/2025	203.797,42		1.095,63		202.701,68	
Fevereiro/2025	28/02/2025	203.797,37		1.095,69		202.701,69	
Março/2025	30/03/2025	203.797,37		1.095,69		202.701,69	
Abril/2025	30/04/2025	203.797,37		1.095,69		202.701,69	
Maio/2025	30/05/2025	203.797,37		1.095,69		202.701,69	
Junho/2025	30/06/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
Julho/2025	30/07/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
Agosto/2025	30/08/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
Setembro/2025	30/09/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
Outubro/2025	30/10/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
Novembro/2025	30/11/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
Dezembro/2025	30/12/2025		203.797,37		1.095,69		202.701,69
		1.018.986,90	**1.426.581,59**	**5.478,39**	**7.669,83**	**1.013.508,44**	**1.418.911,83**

Aporte 2025 - Pago	1.018.986,90
Aporte 2025 - A Pagar	1.426.581,59
Soma	2.445.568,49
Câmara-$-Pago	5.478,39
Câmara-$-A Pagar	7.669,83
Soma	13.148,22
Prefeitura-$-Pago	1.013.508,44
Prefeitura-$-A Pagar	1.418.911,83
Soma	2.432.420,27
Aporte 2025 - Câmara	13.148,22
Aporte 2025 - A Pagar	2.432.420,27
Soma	2.445.568,49

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.678, DE 25 JUNHO DE 2025.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Especial por Anulação de dotação para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R$ 155.730,47 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e trinta reais e quarenta e sete centavos) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.032 Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA
3.3.72.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR 3496) R$ 155.730,47

TOTAL R$ 155.730,47

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.032 Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA
3.3.71.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO (FR 3496) R$ 50.000,00

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 3496) R$ 70.000,00
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 3496) R$ 35.730,47

TOTAL R$ 155.730,47

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

LEI Nº 3.680, DE 25 JUNHO DE 2025.

Súmula: *Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2025, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2025 e no Plano Plurianual de 2022-2025.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abrir no Orçamento Geral do Município e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 351.307,28 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sete reais e vinte e oito centavos) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 303) R$ 20.000,00

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.071 Manutenção da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental
3.1.91.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (FR 000) R$ 20.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.3.148 Construção de Escola de Ensino Fundamental
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 104) R$ 311.307,28

TOTAL R$ 351.307,28

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.3.017 Estruturação da rede de Serviços de Atenção Primária de Saúde
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 303) R$ 20.000,00

Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2.035 Manutenção do Hospital Municipal
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 000) R$ 20.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.2.010 Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104) R$ 20.000,00
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 104) R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 104) R$ 50.000,00
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 104) R$ 40.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.2.012 Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.94.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS (FR 104) R$ 30.000,00
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 104) R$ 50.000,00
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 104) R$ 50.000,00
3.3.90.35.00.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA (FR 104) R$ 10.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.361.0007.2.023 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 104) R$ 40.000,00
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 104) R$ 10.000,00

Órgão...............: 07 SEC. M. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.365.0007.2.015 Manutenção do Ensino Infantil - Creche
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 104) R$ 1.307,28

TOTAL R$ 351.307,28

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 25 de junho de 2025.

VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 66/2025
Abre Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2025 e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais conferidas pelos artigos 65, VI e 94, I, "d" da Lei Orgânica do Município de São Jorge do Patrocínio;
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 2.744, de 24 de junho de 2025;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no corrente exercício financeiro, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a cobrir despesas, nas seguintes dotações orçamentárias:
Fonte 409 – INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITARIO
ORGÃO 07 – SECRETARIA DE SAUDE
UN. ORÇ. 07.03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Atividade 1030100892.126 –Manutenção das Atividades da Atenção Primaria em Saúde
El. despesa (4475) 44.90.52 – Equipamento e Material Permanente................................R$ 500.000,00
TOTAL ....R$ 500.000,00
Art. 2º Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º, deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação na referida fonte no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), proveniente de repasse do Governo Estadual para Qualificação da Atenção Primária a Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, conforme Resolução SESA 1699/2024.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, 24 de junho de 2025.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2.745/2025
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2025 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no corrente exercício financeiro, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a cobrir despesas, nas seguintes dotações orçamentárias:
Fonte 409 – INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITARIO
ORGÃO 07 – SECRETARIA DE SAUDE
UN. ORÇ. 07.03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Atividade 1030100892.126 –Manutenção das Atividades da Atenção Primaria em Saúde
El. despesa (4475) 44.90.52 – Equipamento e Material Permanente...R$ 500.000,00
TOTAL ....R$ 500.000,00
Art. 2º Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º, desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação na referida fonte no valor de r$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), proveniente de repasse do Governo Estadual para Qualificação da Atenção Primária a Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, conforme Resolução SESA 1699/2024
Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 2.419/2021 com vigência de 2022 a 2025, e suas alterações, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 2.660/2024 e suas alterações e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 2.697/2024, com vigência para o exercício financeiro de 2025.
Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a inserir por decreto os rendimentos oriundos de aplicação financeira na referida dotação orçamentária.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, 24 de junho de 2025.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
LEI 2.746/2025
Autoriza o Poder Executivo a ceder servidor público para exercer atividade junto ao Instituto de Desenvolvimento Rural – IDR-Paraná e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder nos termos do Art. 104, Inciso II, da Lei Municipal nº 410/1993, de 21 de dezembro de 1993, o Servidor Público Sr. FAUSTO FERDINANDO PAULIN, brasileiro, casado, portador do RG/CI nº 4.236.949-7 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada Pipino, 114, Iporã – PR., ocupante do Cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, para exercer as atribuições atinentes ao cargo junto ao Instituto de Desenvolvimento Rural – IDR-Paraná.
Parágrafo único. O ônus sobre a cessão constante no caput deste artigo ficará sob a responsabilidade do erário do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º O termo final da presente cessão será 31 de dezembro de 2028, podendo ser rescindido a qualquer tempo por interesse de ambas as partes.
Parágrafo único. O servidor ficará vinculado ao Regime Próprio de Previdência do Poder Executivo Municipal, obrigando-se aos direitos e deveres do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e submetido às avaliações do cargo público quanto à idoneidade moral, assiduidade, pontualidade, disciplina, eficiência, capacidade de iniciativa, responsabilidade, aptidão física e mental.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 24 dias do mês de junho de 2025.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

TERMO ADITIVO N.º 03 e 04

CONTRATO N.º 136/2023

DISPENSA 025/2023

Aos 10 dias do mês de junho de 2025, como CONTRATANTE o **MUNICÍPIO DE IVATÉ**, Estado do Paraná, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ**, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, Sala 03, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob n.º 95.640.553/0001-15, neste ato representado pelo seu agente político, **DENILSON VAGLIERI PREVITAL,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Serra Dourada, 1940, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.757.130-2 SSP/PR e CPF n.º 041.938.799-41, e de outro lado como CONTRATADO **DANILO ALVES DOS SANTOS,** residente e domiciliado na Avenida São Paulo, nº 2105, Centro, no município de Ivaté, Estado do Paraná, CEP 87.525-000, inscrito no CPF sob o nº 052.709.869-81, RG n8.854.474-9 SSP/PR, doravante denominada CONTRATADO, resolvem ADITAR o Contrato Administrativo supra mencionado, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o prazo de vigência, pactuado no contrato primitivo, fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica acrescido ao prazo de vigência constante na Cláusula Terceira do contrato primitivo um período de 12 (doze) meses, que passa a ter início em 12 de junho de 2025 e término em 11 de junho de 2026, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valores, do contrato supramencionado, com fundamento no artigo 65, II, da lei 8.666/93, a recomposição se dará pelo Índice IPCA acumulado no período, ou seja, 5,319640% a partir do dia 12 de junho de 2025.

CLÁUSULA QUARTA

Fica alterado o valor contratual conforme tabela abaixo, a ser pago em cada unidade:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR UN	VALOR AJUSTADO	VALOR TOTAL AJUSTADO
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO CASA LAR. LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: RUA MARINGÁ, N°1718, CENTRO, CEP 87.525-000, IVATÉ-PR. ESPECIFICAÇÕES: LOTE 1B, QUADRA 76, ÁREA TOTAL 270M².	MÊS	12	R$1.137,95	R$1.198,48	R$14.381,76

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo.

E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

MUNICIPIO DE IVATÉ
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Contratante

DANILO ALVES DOS SANTOS
Contratada

Testemunhas:

Laysa Bessa Capistrano Sacchi
CPF: 095.157.819-73

Patricia Tomain Mesquita
CPF:084.213.169-82

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

CNPJ. 72.378.789/0001-20 - FONE (44) 3673-1224 - CEP 87525-000
Praça Brasil nº. 1690 - Ivaté - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01 /2025

Fixa os subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo para a Legislatura 2029/2032.

Os vereadores que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Ivaté a seguinte proposição:

Art. 1º Fica fixado, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal, os subsídios dos vereadores da Câmara Municipal de Ivaté, para os exercícios de 2029, 2030, 2031 e 2032, na seguinte conformidade:

I – Presidente da Câmara Municipal: R$ 6.689,00 (seis mil seiscentos e oitenta e nove reais);

II – Demais Vereadores: R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais);

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelas dotações próprias consignadas nas Leis Orçamentárias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2029.

PLENÁRIO DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, aos 24 dias do mês de junho de 2025.

LIONATO GENERALI
PRESIDENTE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA

PORTARIA Nº 030, DE 25 DE JUNHO DE 2025
Concede férias regulamentares e dá outras providências.
O DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei nº 1.122/2007;
RESOLVE:
Art. 1o Conceder aos servidores abaixo relacionados, férias regulamentares, conforme segue:
NOME MATRÍCULA PERÍODO AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
Lucinéia de Faria Oliveira 23 19/12/2023 a 18/12/2024 01/07/2025 a 30/07/2025
Dionísio Passoni 24 19//06/2024 a 18/06/2025 30/06/2025 a 29/07/2025
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 25 de junho de 2025.
JOÃO ZANOTTO
Diretor Executivo do Samae

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA ATENDER A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO ‘‘JUNIFEST 2025’’ ENTRE OS DIAS 05 E 06 DE JULHO NO MUNICIPIO DE TAPEJARA – PR.
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 24/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: BANDA POERÃO LTDA. ME.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias
VALOR: R$- 13.000,00 (treze mil reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 24 de junho de 2025
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Ronaldo Adriano Vilas Boas

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 289, DE 25 DE JUNHO DE 2025
Alterar Portaria.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Alterar a partir de 01 de junho de 2025, o art. 2o da Portaria n.º 195 de 02 de abril de 2025, ficando com a seguinte redação:
“Art. 2o Fica concedido gratificação de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), ao servidor designado no art. 1º.”
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 25 de junho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 67/2025
Nomeia os membros para o Comitê Municipal de Coordenação e Controle para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, no exercício de 2025/2026 e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 65, VI e 94, I, “a” da Lei Orgânica do Município de São Jorge do Patrocínio;
CONSIDERANDO o Decreto nº 117, de 13 de outubro de 2021 que institui o Comitê Municipal de Coordenação e Controle, para o enfrentamento da dengue, do vírus Chikungunya e do Zika Vírus no Município de São Jorge do Patrocínio;
D E C R E T A:
Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Comitê Municipal de Coordenação e Controle para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, para o exercício de 2025/2026:
I – Maicon Gabiatti de Morais, Coordenador da Vigilância Ambiental – representante da Secretaria Municipal de Saúde;
II – Ana Claudia Baliski Carvalho, Enfermeira UBS – representante da Secretaria Municipal de Saúde;
III – Silvia Carocin do Nacimento Colonelli, Técnica de Enfermagem - Coordenador da Vigilância Epidemiológica – representante da Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Wanessa Chrissie Buganza Pizzi, Assistente Social – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
V – Marta Ferreira Gabiatti de Souza, Técnico Administrativo – representante da Secretaria Municipal de Educação;
VI – Alana Bardela de Santos, Chefe Administrativo – representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
VII – Altair Lopes de Souza, empresário – representante de associações que representem a sociedade civil;
VIII – Sebastião Esteves Gonzales – representante de entidades religiosas (Igreja Católica);
IX – Márcia Regina Borri Piscinato – representante de entidades religiosas (Igreja Evangélica);
X – José Carlos Paulino Duarte – Coordenador Municipal da Defesa Civil – representante da Secretaria Municipal de Administração;
Art. 2º O Comitê Municipal de Coordenação e Controle deverá reunir-se ordinariamente uma vez ao mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário ao cumprimento de suas finalidades.
Art. 3º Ficam ratificados todos os atos praticados pelo Comitê a partir do mês de janeiro de 2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 de junho de 2026.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2025
EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI
O Município de Tapira – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 10/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.tapira.pr.gov.br . O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 2476/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital
OBJETO: Aquisição de Aparelhos e Equipamentos para o Departamento de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações descritas no Termo de Referência.
VALOR MAXIMO: R$ 21.228,47 (vinte e um mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos)
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 08/07/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 08/07/2025.
Tapira – PR, 25 de junho de 2025.
RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2025
EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI
O Município de Tapira – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 11/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.tapira.pr.gov.br . O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 2476/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Pronto Atendimento do Município de Tapira/PR, conforme especificações descritas no Termo de Referência.
VALOR MAXIMO: R$ 72.753,05 (setenta e dois mil setecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos),
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 08/07/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 08/07/2025.
Tapira – PR, 25 de junho de 2025.
RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 064/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TUNEIRAS DO OESTE (PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CRAS – PROTEÇÃO ESPECIAL, PROGRAMA DO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO – ÓRGÃO GESTOR).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
CONTRATADA: INSTITUTO ASSESSARE – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses (06/06/2025 a 06/06/2026)
VALOR: R$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 06 de junho de 2025.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 002/2025
SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor Sandro Luiz Basseto, ocupante de cargo efetivo de advogado da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste/Pr, e dá outras providências.
O Senhor João Paulo de Oliveira Leite, Presidente da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
I - CONCEDER em conformidade com Lei Complementar Municipal nº. 006/2013 e Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao servidor Sandro Luiz Basseto, ocupante do cargo efetivo de advogado desta Câmara Municipal, conforme abaixo discriminado:
NOME CARGO ANO BASE PERÍODO DE FÉRIAS
SANDRO LUIZ BASSETO ADVOGADO 2024/2025 01/07/2025 a 30/07/2025
II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Sede da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, aos vinte e cincos dias do mês de junho de 2025.
JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LEITE
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 003 /2025
JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LEITE, Presidente do Legislativo Municipal de Tuneiras do Oeste, Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Por Lei, em especial pelo art. 17 da Lei Complementar 006/2013 e Lei 6.174/70, resolve:
CONCEDER a Servidora CLARICE APARECIDA COSMO NOGUEIRA, brasileira, casada, zeladora, portadora do RG sob nº 4.285.457-3, SSP/PR e, inscrita no CPF sob nº 571.055.379-49, Licença Especial de 03 (três) meses referente ao qüinqüênio de 14/11/2016 a 14/11/2021, a ser gozada no período de 01/07/2025 a 28/09/25 sem prejuízo em seus vencimentos.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Sede da Câmara Municipal deTuneiras do Oeste, 25 de junho de 2025.
JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LEITE
Presidente do Legislativo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025
O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado da Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 que autoriza a dispensa de Licitação e, com base no Parecer Jurídico e justificativas acostadas, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR os termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025 para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, ARTIGOS DE PREMIAÇÃO, E UNIFORMES ESPORTIVOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, para a empresa EVI SPOR – MATERIAL ESPORTIVO LTDA inscrita no CNPJ/MF n° 11.011.496/0001-15 conforme detalhado neste processo administrativo, no valor total de R$ 49.030,00 (quarenta e nove mil e trinta reais).
Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do contrato, e o empenho da despesa nas dotações do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, para fins de eficácia desta decisão.
Tuneiras do Oeste, 25 de junho de 2025.
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 066/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGENTE REDUTOR (ARLA 32 GRANEL), PARA ABASTECIMENTO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, DOS VEÍCULOS A DIESEL PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
LOCADOR: DO PRADO CONVENIENCIA LTDA
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses (11/06/2025 até 11/06/2026)
VALOR: R$35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais).
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste/PR, em 11 de junho de 2025.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE E A EMPRESA CIAPLACAS MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2025
O MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Guerino Mendonça dos Santos, brasileiro, solteiro, portador da CI/RG nº 6058981-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 883.782.099-20, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CIAPLACAS MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.275.166/0001-00 com sede à Avenida Edson de Lima Souto, 582 – Zona 02 – CEP: 87.200-400, em Cianorte, representada neste ato por Bruno Naves Conciani, brasileiro, empresário, portador da CI/RG nº 10.718.833-9 SSP/PR, e inscrito no CPF nº 086.247.379-90, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato pelas Cláusulas e condições seguintes
CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO: O presente CONTRATO é celebrado com fundamento na DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025), cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação datado de 11/06/2025, que integram o presente, e na Lei nº 14.133/2021 sem prejuízo das demais legislações aplicáveis ao caso.
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO: A CONTRATADA se obriga ao fornecimento do objeto licitado quando da realização do processo licitatório previsto na AQUISIÇÃO DE LETREIRO COM 17 LETRAS E 1 CORAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO, PINTURA AUTOMOTIVA, BASE EM CONCRETO E INSTALAÇÃO COMPLETA NO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, de acordo com os quantitativos, requisitos mínimos e demais exigências especificadas no ETP, dando-se início a partir da assinatura do contrato, respeitando-se o limite da quantidade de cada item, na conformidade com o processo de dispensa de licitação supra que com seus Anexos integram este termo, independente de transcrição, para todos os efeitos legais.
CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO: O objeto deste contrato será executado em regime de fornecimento de forma INDIRETA, e PARCELADA, de acordo com as Solicitações de Despesas emitidas pela CONTRATANTE, através de sua Secretaria solicitante.
CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Dá-se a este contrato o valor total de 33.000,000 (trinta e três mil reais), para o fornecimento previsto na CLÁUSULA SEGUNDA, referente ao(s) objeto(s) adjudicado(s) pela CONTRATADA, respeitando o limite de quantidade, conforme tabela abaixo:
Item Descrição Unid. Quant. Valor Unitário (R$) Valor Máximo Total (R$)
01 CONJUNTO DE LETRAS SENDO – 17 LETRAS NA FONTE GOTHAM BLACK TAMANHO DE CADA LETRA SERÁ DE 70 CM ALTURA X 70 CM LARGURA NA PROPORÇÃO 0,12 CM LADO, COR BRANCA E MAIS 01 ELEMENTO CORAÇÃO NA COR VERMELHA, TAMANHO DE 70 CM ALTURA X 85 CM LARGURA X 0,12 CM LADO, TIPO BLOCO FECHADO CAIXA ALTA, FRENTE, VERSO E LATERAL EM AÇO GALVANIZADO 18” COM CORTE A LASER, FECHAMENTO COM SOLDA, REFORÇOS INTERNO METALON, ACABAMENTO PINTURA AUTOMOTIVA PROFISSIONAL PU COM APLICAÇÃO DE FUNDO FOSFATIZANTE E ACABAMENTO PROTEÇÃO EM VERNIZ PU BI COMPONENTE UV, ESTRUTURA EXTERNAS CONTORNO DE LETRAS E ELEMENTOS, 02 TRAVESSAS NA HORIZONTAL E 04 NA VERTICAL EM VIGA U 2” 13, COM PINTURA AUTOMOTIVA COR PRETO, CONTEMPLANDO A INSTALAÇÃO NO LOCAL.
BASE EM CONCRETO MEDINDO 10,00M NO COMPRIMENTO POR 0,30 DE ALTURA X 0,20 LARGURA, ONDE SERÁ INSTALADO O LETREIRO, FICARÁ POR CONTA DO FORNECEDOR.
OBSERVAÇÃO 1: AS CORES SERÃO DEFINIDAS PELO MUNICÍPIO.
OBSERVAÇÃO 2: A INSTALAÇÃO SE DARÁ NA CIDADE TUNEIRAS DO OESTE, COM O DEVIDO RECOLHIMENTO DA ART DA EMPRESA (CNPJ) E DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (CPF), LOCAL A SER DEFINIDO PELA PREFEITURA. UNID. 1 33.000,00 33.000,00
TOTAL 33.000,00
PARÁGRAFO 1º - O pagamento à CONTRATADA será efetuado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, em correspondência com os fornecimentos prestados e com os valores fixados nesta Cláusula, mediante apresentação das faturas mensais, devidamente atestadas e vistadas por funcionários responsáveis deste Município, conforme especificado no ETP.
PARÁGRAFO 2º - O preço contratado e estipulado neste artigo poderá ser reajustado com base na Lei nº 14.133/21, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo Governo Federal.
PARÁGRAFO 3º - Havendo atraso no pagamento das parcelas mensais por parte do CONTRATANTE, o saldo devedor de cada parcela será corrigido monetariamente desde o dia da inadimplência até o dia do efetivo pagamento, mediante os índices inflacionários determinados pelo Governo Federal.
PARÁGRAFO 4º - Poderá ser acordado acréscimo ou supressão até 25% das quantidades inicialmente contratadas, conforme os termos da Lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 12 (DOZE) MESES, dando início a partir da assinatura do contrato, respeitando-se o limite da quantidade de cada item licitado, podendo ser prorrogado à critério da Administração Municipal, desde que justificado, nos termos da Lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Órgão/Unidade Funcional Programática Elemento de Despesa Fonte Reduzido
05.007 26.782.0012.1024 4.4.90.52.00.00 1001 156
CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO: A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, ficando designado como Fiscal do Contrato o servidor BEATRIZ SABINO COSTA (Portaria n° 251//2025). Caberá ao gestor do contrato, a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, ficando designado como Gestor do Contrato o servidor RUANA PALOMA DE OLIVEIRA LIMA (Portaria n° 251/2025).
PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante.
CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.
PARÁGRAFO 1º - O valor das multas corresponderá a gravidade da infração, até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, em cada caso.
PARÁGRAFO 2º - As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
PARÁGRAFO 3º - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá a contratada pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.
CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO: O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO: Dentro do prazo regulamentar, o CONTRATANTE providenciará a publicação em resumo, do presente contrato.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES:
PARÁGRAFO 1º - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA obriga-se a:
I - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, conforme demais especificidades constantes no ETP.
II - Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
III - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
IV - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48h, o produto com avarias ou defeitos.
V - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
VI - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24h que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
VII - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
VIII - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste Termo de Referência ou na minuta de contrato e manifesto pela CONTRATANTE.
IX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
X - Responsabilizar-se pelas despesas com funcionários (pessoal), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, combustíveis, manutenções, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
PARÁGRAFO 2º - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A CONTRATANTE obriga-se a:
6.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário, conforme demais especificidades constantes no ETP;
6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
6.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO: Fica estabelecida neste Contrato cláusulas antifraudes e anticorrupção, com vistas ao alerta aos particulares e principalmente no resguardo do interesse público.
PARÁGRAFO 1º - Os licitantes devem observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
PARÁGRAFO 2º - Para os propósitos acima, definem-se as seguintes condições:
a) PRÁTICA CORRUPTA: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.
b) PRÁTICA FRAUDULENTA: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução de contrato.
c) PRÁTICA COLUSIVA: esquematizar ou estabelecer algum acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes, ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.
d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de práticas prevista, deste Termo de Referência; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
PARÁGRAFO 3º - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso este organismo porá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos de financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, direta ou por meio de um agente, em práticas, corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.
PARÁGRAFO 4º - Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS: Constituíra encargos exclusivos da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - É vedada a transferência total ou parcial para terceiros do presente contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas respectivas alterações.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO: O Foro do presente contrato será o da Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, excluído qualquer outro.
E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, firmam o presente termo, com 03 cópias de igual teor, as partes contratantes e duas testemunhas que a tudo assistiram.
Tuneiras do Oeste, 12 de junho de 2025
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal
CIAPLACAS MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA
Bruno naves Conciani
Sócio Proprietário
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . _____ 2.
Nome: Carolini Mendes Miranda Nome: Diego Silva dos Santos
R.G.: 10.719.792-3 SSP/PR R.G. : 13.326.406-0 SSP/PR

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
PUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRONICO 33/2025
O Município de Xambrê – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 33/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 57/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
OBJETO: Registro de para fornecimento de pneus e realização de recapagem e vulcanização de pneus dos veículos do município.
VALOR MAXIMO: R$ 2.330.340,88 (Dois milhões e trezentos e trinta mil e trezentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos).
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 22/07/25.
Xambrê – PR, 25 de junho de 2025.
Jessica Aliny de Oliveira
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº20/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: DEVANIR FAVORETO
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$18.197,95
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº21/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: DEVAIR JOSÉ GIL
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$7.750,00
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº22/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: Cooperativa agricola dos fruticultores de perola- frutiperola
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$33.500,00
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº23/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: SIDIRLEY SERAFIM NERES
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$9.708,30
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº24/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: RAFAEL HRYCZYNA
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$5.682,00
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº25/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: LUIZ CARLOS BOTARI
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$1.598,00
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº26/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: ROSANA SAMARA RUGO NUNES
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agricultores e Empreendedores credenciados no chamamento n° 01/2025..
VIGÊNCIA: 25/06/2025 à 31/12/2025
VALOR TOTAL: R$21.470,00
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade nº 6/2025, homologada em 25/06/2025.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal de Xambrê

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
PUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRONICO 30/2025
O Município de Xambrê – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 30/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 56/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de divisórias e vidraçaria com prestação de serviço para instalação dos mesmos. Atendendo a Secretária de Educação e Esporte do município de Xambrê - PR.
VALOR MAXIMO: R$ 11.023,37 (Onze mil, vinte e três reais, trinta e sete centavos)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 15/07/25.
Xambrê – PR, 25 de junho de 2025.
Jessica Aliny de Oliveira
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
PUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRONICO 31/2025
O Município de Xambrê – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 31/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 57/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
OBJETO: registro de preços para aquisição de aparelhos de ar-condicionado e cortinas de ar e cortinas de ar, destinado a atender as necessidades das Secretarias Municipais do município de Xambrê-PR.
VALOR MAXIMO: R$ 405.636,97 (quatrocentos e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos).
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 17/07/25.
Xambrê – PR, 25 de junho de 2025.
Jessica Aliny de Oliveira
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 350/2025 de 19/05/2025
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de Empresa Especializada para Locação Mensal de 60 (sessenta) Aparelhos BIPAP – Bilevel Positive Airway Pressure (Pressão Positiva em Vias Aérea a Dois Níveis), 10 (dez) CPAP - “Continuous Positive Airway Pressure” (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas), e 07 (sete) Aparelhos Ventiladores Pulmonares Mecânicos Elétricos e Acessórios, com o objetivo de atender aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) devidamente cadastrados no Setor de Assistência em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 25/07/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 25/07/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 25/07/2025.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO R$ 55.891,90 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal BLL Compras (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 24 de junho de 2025.
LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
PUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRONICO 32/2025
O Município de Xambrê – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 32/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 57/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
OBJETO: Registro de preços para aquisição e plantio de grama, visando a recomposição e a melhoria de áreas verdes em espaços públicos do município.
VALOR MAXIMO: R$ 28.650,00 (Vinte e oito mil seiscentos e cinquenta reais).
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 21/07/25.
Xambrê – PR, 25 de junho de 2025.
Jessica Aliny de Oliveira
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO
REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025 - PMU
OBJETO: Aquisição de 11 (onze) ônibus e 02 (dois) micro ônibus de transporte de passageiros.
01. ABERTURA: 24 de junho de 2025 – as 09:00 (nove) horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama – PR.
02. PUBLICIDADE: O aviso de licitação foi publicado:
– PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no dia 04/06/2025;
– Diário Oficial Municipal (Jornal Umuarama Ilustrado) no dia 04/06/2025;
– Meios Eletrônicos (Portal da Transparência, etc.), no dia 04/06/2025;
– A íntegra do edital foi disponibilizada a partir de 04/06/2025;
A data da sessão foi designada para 24/06/2025, portanto, cumpriu-se o disposto na legislação vigente.
03. EMPRESAS QUE SOLICITOUARAM O EDITAL:
Nº NOME DA(S) EMPRESA(S) ENDEREÇO E CNPJ
01 KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA. RUA CHILE Nº 339, VILA PROGRESSO, 79050100 - CAMPO GRANDE-MS – CEP 79050100 - (67) 3322-0801
CNPJ:08.440.584/0001-28
02 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI PRAÇA IPIRANGA – CENTRO - MARINGÁ-PR – CEP 87111005 - (41) 9781-4081
CNPJ:03.093.776/0008-68
03 B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA RUA C161 Nº 1568 - JARDIM AMERICA - QUADRA413 LOTE 25 SALA 2ª - GOIÂNIA-GO – CEP 74255120 - (62) 4102-4261
CNPJ:26.166.156/0001-30
04 BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA RUA PSICOLOGA ENCARNACAO RUFINO COLLADO, N° 51 – MAITINGA - BERTIOGA-SP – CEP 11251465 - (11) 2225-0088
CNPJ:49.422.071/0001-71
05 MASCARELLO CARROCERIA E ÔNIBUS LTDA. RUA ARACY TANAKA BIAZETTO, 16450 - SANTOS DUMONT - DIST. INDUST. LUIZ BENJAMIN CRESPI - CASCAVEL-PR – CEP 85804605 - (45) 3219-6060
CNPJ:05.440.065/0001-71
06 VCA AUTOMOTORES LTDA ROD MELO PEIXOTO N°498 - CAMBÉ-PR – CEP 86185700 - (43) 3015-3700
CNPJ:24.380.089/0001-27
07 RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA AVENIDA TANCREDO NEVES, N°2791 - ALTO ALEGRE - CASCAVEL-PR – CEP 85805036 - (45) 3039-4700
CNPJ:20.290.311/0001-40
04. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
Não houve pedido de esclarecimentos e/ou impugnação relativo ao edital, modelo e anexos.
05. PARTICIPANTES DO CERTAME
Nº EMPRESA(S) CREDENCIAMENTO(S)
01 KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA. CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
02 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
03 B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
04 BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
05 MASCARELLO CARROCERIA E ÔNIBUS LTDA. CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
06 VCA AUTOMOTORES LTDA CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
07 RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA CHAVE DE ACESSO AO SISTEMA
06. PROPOSTA DE PREÇOS, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO
As propostas de preços aceitas e lances finais foram:
CLASSIFICADAS LOTES
Nº EMPRESAS VALORES PROPOSTOS R$ LANCE FINAL R$
1ª Colocada 01 KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA 729.000,00729.000,00
2ª Colocada 01 MASCARELLO CARROCERIA E ÔNIBUS LTDA 800.000,00733.000,00
3ª Colocada 01 VCA AUTOMOTORES LTDA 850.000,00 850.000,00
4ª Colocada 01 BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA 1.000.000,00 1.000.000,00
5ª Colocada 01 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI 1.000.000,00 1.000.000,00
6ª Colocada 01 B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA 2.500.000,00 2.500.000,00
1ª Colocada 02 RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA 537.000,00529.900,00
2ª Colocada 02 MASCARELLO CARROCERIA E ÔNIBUS LTDA 537.000,00530.000,00
3ª Colocada 02 VCA AUTOMOTORES LTDA 650.000,00650.000,00
4ª Colocada 02 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI 800.000,00 800.000,00
5ª Colocada 02 BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA 800.000,00 800.000,00
6ª Colocada 02 B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA 1.800.000,00 1.800.000,00
Os lances apresentados constam em Ata
Não houveram desclassificações.
Encerrada a etapa competitiva e ordenada a classificação, o pregoeiro procedeu à análise dos documentos de Habilitação da proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições previstas no instrumento convocatório.
07. HABILITAÇÃO
Proponente Habilitado:
LOTE(S) Nº EMPRESA VALOR PROPOSTO R$ LANCE FINAL R$ HABILITADO
01 KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA. 729.000,00 729.000,00 SIM
02 RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA. 537.000,00 529.900,00 SIM
A decisão foi comunicada em 24/06/2025 às empresas na própria sessão no sistema eletrônico de licitações.
Devidamente apurado e aceito os documentos de Habilitação, o Pregoeiro declarou os proponentes, vencedores do certame.
Os proponentes não demonstraram imediatamente a intenção de recorrer.
08. JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos
Como não houve recurso, o Pregoeiro comunicou aos interessados o resultado final do certame:
LOTES Nº EMPRESA VALOR PROPOSTO R$ VALOR FINAL R$
01 KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA. 729.000,00 729.000,00
02 RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA. 537.000,00 529.900,00
09. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Em face do exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, o Pregoeiro emite a seguir seu parecer final.
- Que a contratação do objeto constante dos lotes adiante descritos, objeto do Pregão Eletrônico nº 039/2025 - PMU, sejam adjudicadas, com base no edital, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório.
Lote nº 01 - Aquisição de 11 (onze) ônibus de transporte de passageiros, conforme características técnicas constantes do Anexo VII do edital.
Proponente: KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA.
Valor global: R$ 8.019.000,00 (oito milhões e dezenove mil reais)
Prazo de fornecimento: 180 (cento e oitenta) dias.
Lote nº 02 – Aquisição de 02 (dois) micro ônibus de transporte de passageiros, conforme características técnicas constantes do Anexo VII do edital.
Proponente: RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA
Valor global: R$ 1.059.800,00 (um milhão, cinquenta e nove mil e oitocentos reais)
Prazo de fornecimento: 180 (cento e oitenta) dias.
Umuarama, 25 de junho de 2025.
CARLOS SIMÕES GARRIDO JÚNIOR
Pregoeiro
VALDECIR GONÇALVES CAPELLI
Equipe de Apoio
MARCOS VINICIUS ZIMIANIMOYA
Equipe de Apoio
A decisão foi comunicada às empresas na própria sessão no sistema eletrônico de licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DIVISÃO DE ATOS OFICIAIS.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025/05/617.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2025.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 51.568,38 (cinqüenta e um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos).
Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DIVISÃO DE ATOS OFICIAIS, para contratação direta, por Dispensa de Licitação, da empresa: EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.233.582/0001-07, em caráter emergencial, para prestação de serviços de publicação, com circulação mínima de 06 (seis) dias na semana, dos atos oficiais do Município de Umuarama, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, suas autarquias, fundações, conselhos municipais e fundos especiais, tais como leis, decretos, portarias, editais, avisos, notificações, atos de processos administrativos, licitações, contratos, resumo de contratos, concursos, testes seletivos, certidões, etc, de acordo com o artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.
AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2025/05/617, de 27 de maio de 2025, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.
Umuarama, 24 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA - SESTRAM.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025/05/603.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.967,00 (sete mil e novecentos e sessenta e sete reais).
Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA - SESTRAM, para contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, da empresa: CESPTRAN – CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRÂNSITO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.593.990/0001-32, para prestação de serviços técnicos especializados em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de notoriedade reconhecida, para ministrar o Curso de Atualização de Agentes de Trânsito, em atendimento a Portaria nº 966, de 25 de junho de 2022, expedida pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, de acordo com o artigo 74, inciso III, letra “f”, da Lei 14.133/2021.
AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2025/05/603, de 22 de maio de 2025, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.
Umuarama, 24 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 235/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: R & C CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 07 de junho de 2026.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:195 – F:001
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:196 – F:303
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:197 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:199 – F:70014
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 06/06/2025

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 151/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ZUKOVSKI & CIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 21 de dezembro de 2025.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 240.600,00 (duzentos e quarenta mil e seiscentos reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 120.300,00 (cento e vinte mil e trezentos reais) referente a 6(seis) meses.
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:195 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:196 – F:303
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:197 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:199 – F:70014
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 17/06/2025

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 260/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: L LIDERCIO MANDUCA CLINICA MEDICA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 18 de junho de 2026.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 2.224.224,00 (dois milhões duzentos e vinte e quatro mil duzentos e vinte e quatro reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 2.224.224,00 (dois milhões duzentos e vinte e quatro mil duzentos e vinte e quatro reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:195 – F:001
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:196 – F:303
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:197 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:199 – F:70014
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 09/06/2025

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 141/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 12 de dezembro de 2025.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 1.007.472,00 (hum milhão sete mil quatrocentos e setenta e dois reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 503.736,00 (quinhentos e três mil setecentos e trinta e seis reais).

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/para 6(seis) meses	Valor Total unitário com aumento	Valor total para 6(seis) meses
Ligadura elástica de varizes de esôfago	30	R$3.100,00	R$ 93.000,00
Endoscopia com dilatação	30	R$ 1.750,00	R$ 52.500,00
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	30	R$ 3.565,00	R$ 106.950,00
Mucosectomia endoscópica (2 clipes)	30	R$3.825,40	R$ 114.762,00
Mucosectomia endoscópica (3 clipes)	30	R$4.550,80	R$ 136.524,00

Valor total do aditivo R$ 503.736,00
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:195 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:196 – F:303
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:197 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:199 – F:70014
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:330 – F:370014
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:329 – F:360218
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 12/06/2025

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 268/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: L M TIMPONI M MEIRELES - FISIOTERAPIA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 19 de junho de 2026.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:195 – F:001
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:196 – F:303
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:197 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:199 – F:70014
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 10/06/2025
Umuarama, 25 de junho de 2025.
CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N° 1.671/2025
Nomeia ANNA CLARA DE MELO FURLAN.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E :
Art. 1º Nomeia ANNA CLARA DE MELO FURLAN, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 13.890.655-8-SESP-PR, inscrita no CPF n.º 115.233.989-30, para ocupar o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo CC-9, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Divisão de alimentação escolar, a partir de 01 de julho de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 147/2024 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: C R BEZERRA – HORTIFRUTI
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 12 de dezembro de 2025.
Cláusula Segunda: Fica alterado o Gestor do presente contrato, passando a ser a Sr. Geraldo Remor Pikler, inscrito no CPF n° 187.989.509-91, Secretário de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Terceira: Fica alterado o Gestor Suplente do presente contrato, passando a ser o Sr. Alexandre Gobbo Maroto, inscrito no CPF n° 022.942.519-46, Chefe de Divisão – Restaurante Popular, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Quarta: Fica alterado o Fiscal Suplente do presente contrato, passando a ser a Sra. NATHÁLIA SILVA DE OLIVEIRA SOUZA, inscrita no CPF n° 108.773.839-36, Assistente Administrativo no Restaurante Popular, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Quinta: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
12.001.20.306.0003.2.284. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 636 – F: 1000
Cláusula Sexta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 11/06/2025

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 162/2024 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: DOURADINA COMERCIO DE GÁS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 16 de novembro de 2025.
Cláusula Segunda: Fica alterado o Gestor do presente contrato, passando a ser a Sr. Geraldo Remor Pikler, inscrito no CPF n° 187.989.509-91, Secretário de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Terceira: Fica alterado o Gestor Suplente do presente contrato, passando a ser o Sr. Alexandre Gobbo Maroto, inscrito no CPF n° 022.942.519-46, Chefe de Divisão – Restaurante Popular, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Quarta: Fica alterado o Fiscal Suplente do presente contrato, passando a ser a Sra. NATHÁLIA SILVA DE OLIVEIRA SOUZA, inscrita no CPF n° 108.773.839-36, Assistente Administrativo no Restaurante Popular, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Quinta: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
12.001.20.306.0003.2.284. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 636 – F: 1000
12.001.20.306.0003.2.284. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 639 – F: 1000
Cláusula Sexta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 16/05/2025

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 163/2024 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 16 de novembro de 2025.
Cláusula Segunda: Fica alterado o Gestor do presente contrato, passando a ser a Sr. Geraldo Remor Pikler, inscrito no CPF n° 187.989.509-91, Secretário de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Terceira: Fica alterado o Gestor Suplente do presente contrato, passando a ser o Sr. Alexandre Gobbo Maroto, inscrito no CPF n° 022.942.519-46, Chefe de Divisão – Restaurante Popular, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Quarta: Fica alterado o Fiscal Suplente do presente contrato, passando a ser a Sra. NATHÁLIA SILVA DE OLIVEIRA SOUZA, inscrita no CPF n° 108.773.839-36, Assistente Administrativo no Restaurante Popular, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.
Cláusula Quinta: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
12.001.20.306.0003.2.284. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 636 – F: 1000
12.001.20.306.0003.2.284. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 639 – F: 1000
Cláusula Sexta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 16/05/2025
Umuarama, 25 de junho de 2025
CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 129/2025 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: HOTEL PRESIDENTE UMUARAMA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de hotelaria, para hospedagem dos atletas que participarão do Campeonato Brasileiro de Handebol de Seleção, que será sediado no Município de Umuarama.
Vigência: 13/06/2025 a 13/08/2025.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/04/535, no Processo de Dispensa de Licitação n° 021/2025, homologado pela Portaria nº. 1.656 em 12 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 13 de junho de 2025, edição nº 13.338, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 75, inciso II; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022, Art. 75, III da Lei Federal n° 14.133/2021, combinado com o Art. 22, III, da Instrução Normativa 67/2021 – SEGES e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 134/2025 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: COMETA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de capina, roçada, despraguejamento, retirada e transporte de resíduos, de canteiros, praças e demais logradouros públicos do Município, com destinação ao local apropriado.
Vigência: 18/06/2025 a 18/06/2026.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/02/225, no Processo de Licitatório n° 021/2025, homologado pela Portaria nº. 1.662 em 13 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 18 de junho de 2025, edição nº 13.342, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 136/2025 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: RUFATO BOMBAS INJETORAS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa, em caráter emergencial, para fornecimento de peças e prestação de serviços de mão de obra para a reparação de pá carregadeira Caterpillar, modelo 924H, Frota Municipal 475.
Vigência: 24/06/2025 a 24/12/2025.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/05/624; no Processo de Dispensa de Licitação n° 030/2025, ratificado em 23 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 24 de junho de 2025, edição nº. 13.346, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial em seu art. 75, inciso VIII, da Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 137/2025 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: PESO CAMINHÕES E IMPLEMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição de 02(dois) caminhões compactadores coletores de lixo de 19 m³, novo, 0(zero) km, para atender a Secretaria de Serviços Públicos.
Vigência: 24/06/2025 a 24/06/2026.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/04/522, no Processo de Licitatório n° 031/2025, homologado pela Portaria nº 1.663 em 13 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 18 de junho de 2025, edição nº 13.342, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 131/2025 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de peças e mão de obra para revisão de 10.000Km da Frota nº 882, através da Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários.
Vigência: 17/06/2025 a 17/09/2025.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/05/548; no Processo de Dispensa de Licitação n° 029/2025, ratificado/autorizado em 13 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 14 de junho de 2025, edição nº. 13.339, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial em seu art. 75, inciso IV, "a", da Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 135/2025 – PMU
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de uso de software de design gráfico, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Comunicação Social e Secretaria de Esportes e Lazer, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços nº 196/2025 – CELIC, oriunda do Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 0023/2025 da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos - Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC RS – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
Vigência: 23/06/2025 a 23/06/2026.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/03/412; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 007/2025, autorizado/ratificado em 13 de JUNHO de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 14 de junho de 2025, edição nº. 13.339, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial em seu art. 74, "caput"; na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis, bem como do Edital de Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 0023/2025 da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos - Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC RS – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
Umuarama, 25 de junho de 2025
CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MANUAL DE 'BOCAS DE LOBO', BUEIROS, GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E SARJETAS, DE FORMA CONTÍNUA, EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário (Item).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 11/07/2025, às 08h30min.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar Municipal nº 001/09, Decreto Municipal nº 123/18, Decreto Municipal nº 071/17 e Lei Estadual nº 15.608/07.

INFORMAÇÕES: Maiores informações poderão ser obtidas no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409 – Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao *link* do Portal da Transparência no site www.tuneirasdooeste.pr.gov.br, ou através do e-mail licitacao@tuneirasdooeste.pr.gov.br ou licita.tuneiras@gmail.com.

Tuneiras do Oeste, 25 de junho de 2025.

Diego Silva dos Santos
Agente de Contratação
Portaria nº 158/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
Estado do Paraná

CARTA DE RENÚNCIA

Senhor Presidente Vanderlei Vieira Mendes:

Eu, Jucineide Aparecida de Brito da Silva, vereadora, venho apresentar minha Carta De Renúncia ao cargo de 1ª Procuradora-Adjunta à Procuradoria da Mulher, na qual fui designada pelo Ato de Nomeação Nº002/2025 desta Câmara Municipal de Tapira.

Minha decisão se dá por motivo pessoal que impossibilita minhas atividades na Procuradoria da Mulher.

Sem mais para o momento, reitero saudações.

Sala de Sessões, 17 de junho de 2025.

RECEBIDO EM: 23/06/2025
ÀS 17:00 HS

JUCINEIDE AP.ª DE BRITO DA SILVA
Vereadora

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 052/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) TRATOR AGRICOLA TRAÇADO 4 X 4 ZERO KM, CABINADO COM AR CONDICIONADO POTENCIA MÍNIMA DE 100 CV, CONVÊNIO SEAB - PLANO PARANÁ MAIS CIDADES III - PPMC III.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 09/07/2025, às 08h30min.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 15.608/2007, e Lei Complementar nº 123/2006.

INFORMAÇÕES: Maiores informações poderão ser obtidas no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409 – Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao *link* do Portal da Transparência no *site* www.tuneirasdooeste.pr.gov.br, ou através do *e-mail* licitacao@tuneirasdooeste.pr.gov.br.

Tuneiras do Oeste/PR, 25 de junho de 2025.

Diego Silva dos Santos
Agente de Contratação
Portaria nº 158/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025
PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente e **LUCAS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 60.850.095/0001-64, com sede na RUA TARCISO SALES MEDEIROS MAIA, nº 906, CENTRO, Esperança Nova, ESTADO DO PARANÁ, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.º **LUCAS ROBERTO JAMBERS DA SILVA,** Portador do RG sob nº 12.722.087-5 e CPF 138.173.239-99, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 21/2025, processo administrativo n.º 27/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a finalidade o **registro de preços para contratação de serviços de serviços de hora máquina, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 21/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total
5	Caminhão caçamba truck, com capacidade mínima de 06 m³. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	GMC/ 14.190	HR	487	R$240,00	R$116.880,00
6	Caminhão caçamba truck, com capacidade mínima de 06 m³. (EXCLUSIVO ME/EPP	GMC/ 14.190	HR	163	R$240,00	R$39.120,00
9	Caminhão com prancha 03 eixos para deslocamento de equipamentos pesados como: Pás carregadeiras, escavadeiras, retroescavadeira, trator, motoniveladora e rolo compressor. Especificação da carreta com no mínimo 3 eixos e o caminhão com no mínimo 340cv de potência. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	CAVALO MECANICO M. BENZ/ LS 1935 CARGA SEMI-REBOQUE REB/FNV - FRUEHAUF	KM	3900	R$13,80	R$53.820,00
10	Caminhão com prancha 03 eixos para deslocamento de equipamentos pesados como: Pás carregadeiras, escavadeiras, retroescavadeira, trator, motoniveladora e rolo compressor. Especificação da carreta com no mínimo 3 eixos e o caminhão com no mínimo 340cv de potência. (EXCLUSIVO ME/EPP)	CAVALO MECANICO M. BENZ/ LS 1935 CARGA SEMI-REBOQUE REB/FNV - FRUEHAUF	KM	1300	R$14,70	R$19.110,00
VALOR TOTAL: R$ 228.930,00						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 16 de junho de 2025

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

LUCAS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

LUCAS ROBERTO JAMBERS DA SILVA

CPF 138.173.239-99

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE UMUARAMA

RESOLUÇÃO N.º 16, de 24 de junho de 2025
Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e da solicitação de execução de obra de construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa no município de Umuarama referentes à Deliberação n.º 024/2025 – CEDIPI/PR e à Resolução SEMIPI nº 25/2025.
O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI do Município de Umuarama/PR, no uso de suas atribuições asseguradas pela Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, pela Lei Municipal nº 4.669 de 31 de maio de 2023, e pelo seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO a Deliberação n.º 024/2025 – CEDIPI/PR, que aprovou o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, para investimento em obras de construção, reforma e ampliação da política da pessoa idosa;
CONSIDERANDO a Resolução SEMIPI nº 25/2025 que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em Reunião Ordinária realizada no dia 24 de junho de 2025, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos de Umuarama;
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar, por unanimidade, o Termo de Adesão e a solicitação de execução de obra de construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa no município de Umuarama, referente à Deliberação nº 024/2025 – CEDIPI/PR e à Resolução SEMIPI nº 25/2025, no valor de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 24 de junho de 2025.
Franzimar Siqueira de Morais
Presidente do CMDPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
Convite para Audiência Pública
A Prefeitura Municipal de Umuarama, CONVIDA toda a população para participar da Audiência Pública, que será realizada no dia 11 de julho de 2025 às 18h na Faculdade Unialfa, Auditório Prof. Luiz Carlos Rodrigues, localizada na Avenida Paraná, n. 7327, Zona III, Umuarama-PR.
Pauta da Audiência:
Desenvolvimento Econômico do Município;
O tema visa debater a Proposta de Revisão da Lei Complementar nº 445, de 07 de maio de 2018, Plano Diretor Municipal, que dispõem sobre: I- Uso e Ocupação do Solo; II - Parcelamento do Solo; III - Perímetro Urbano; IV - Sistema Viário; V - Código de Obras e VI - Código de Posturas.
A colaboração de todos é essencial para garantir que esta iniciativa represente fielmente os valores e anseios da nossa comunidade. Contamos com a sua estimada presença, pois Vossa participação é vital para o enriquecimento deste processo democrático e contribui significativamente para o desenvolvimento do nosso município.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
SERGIO VERCEZI FILHO
Secretário de Aceleração Econômica
RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025
PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente e **GRUPO ACTUAL ENGENHARIA** inscrita no CNPJ sob nº 59.669.399/0001-40, com sede na RUA JOSÉ ROSCHEL RODRIGUES 520, RECANTO CAMPO BELO – SÃO PAULO – SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.º **DIOGO PEREIRA BISPO,** Portador do RG sob nº 39.480.634-7e CPF nº 371.786.168-90, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 21/2025, processo administrativo n.º 27/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a finalidade o **registro de preços para contratação de serviços de serviços de hora máquina, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 21/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
11	Guindauto hidráulico, capacidade de carga 6200 kg, momento de carga 11,7 tm, alcance horizontal 9,70 m, inclusive caminhhão toco pbt 16.000 kg, potência de 189 cv ou superior. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	MARCA: VOLVO MODELO: VM290 LEITO LX GUINDASTE MARCA: HIAB ARGOS MODELO: MODELO: AGI 45.0 "45T"	KM	9375	R$ 64,00	R$ 600.000,00
12	Guindauto hidráulico, capacidade de carga 6200 kg, momento de carga 11,7 tm, alcance horizontal 9,70 m, inclusive caminhhão toco pbt 16.000 kg, potência de 189 cv ou superior. (EXCLUSIVO ME/EPP)	MARCA: VOLVO MODELO: VM290 LEITO LX GUINDASTE MARCA: HIAB ARGOS MODELO: MODELO: AGI 45.0 "45T"	KM	3.125	R$ 64,00	R$ 200.000,00
13	Caminhão Munck, Momento de elevação: 45 tm, Capacidade de elevação: 10900 kg, Alcance Horiz. Máx. Hidr.: 11,5 m, Alcance Horiz. Manual: 17,5 m, Alcance Vertical : 20,5 m, Abertura das Sapatas: 5,7 m ou superior. (EXCLUSIVO ME/EPP)	CAMINHÃO MUNCK MB ATEGO 1719	HORA	250	R$ 250,00	R$ 62.500,00
14	Máquina extrusora de concreto para guias e sarjetas, motor a diesel, potência 14 cv ou superior. (EXCLUSIVO ME/EPP)	IBM 900G	HORA	125	R$ 28,65	R$ 3.581,25
Valor total: R$ 886.081,25						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 16 de junho de 2025

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

GRUPO ACTUAL ENGENHARIA LTDA

DIOGO PEREIRA BISPO

CPF 371.786.168-90

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025
PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente e **NATURA LOCADORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 05.924.291/0001-28, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, à Rua Dep. Néo Alves Martins, nº 2999, sala 14, zona 01, Condomínio Marquezini Trade Center Shopping – CEP: 87013-060, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.º **LIETE APARECIDA FIORI DE ARAÚJO,** portadora da carteira de identidade civil RG. nº. 2.195.514-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em e inscrito no CPF/MF. Sob o nº. 443.595.279-34, residente e domiciliada na Avenida Arquiteto Nildo Ribeiro Rocha, nº 3.086, Jardim Higienópolis, CEP. 87060-390, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 21/2025, processo administrativo n.º 27/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a finalidade o **registro de preços para contratação de serviços de serviços de hora máquina, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 21/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	Marca Modelo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
7	Rolo compactador vibratório de um cilindro, aço liso, potência 80 hp, peso operacional 8,1 t, impacto dinâmico 16,15/9,5 t, largura trabalho 1,68 m ou superior. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Caterpillar CP 54B	Horas	277	R 334,20	R$ 92.573,40
8	Rolo compactador vibratório de um cilindro, aço liso, potência 80 hp, peso operacional 8,1 t, impacto dinâmico 16,15/9,5 t, largura trabalho 1,68 m ou superior. (EXCLUSIVO ME/EPP)	Caterpillar CP 54B	Horas	93	R$ 334,20	R$ 31.080,60
VALOR TOTAL: R$ 123.654,00						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 16 de junho de 2025

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

NATURA LOCADORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

LIETE APARECIDA FIORI DE ARAÚJO

CPF 443.595.279-34

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025
PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente e **PANGONI DIAS TERRAPLANAGEM LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 25.354.527/0001-45, com sede Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2555, Sala 01, Centro, CEP: 87.560-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.º **Alexandre Ascencio Dias,** sócio administrador, RG nº 5.311.122-0 SESP-PR, CPF nº 945.650.909-53, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 21/2025, processo administrativo n.º 27/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a finalidade o **registro de preços para contratação de serviços de serviços de hora máquina, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 21/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / MODELO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Pá carregadeira, com potência acima de 150 HP. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Caterpillar 938K	HR	187	R$ 291,50	R$ 54.510,50
2	Pá carregadeira, com potência acima de 150 HP. (EXCLUSIVO ME/EPP)	Caterpillar 938K	HR	63	R$ 281,50	R$ 17.734,50
3	Escavadeira Hidráulica, com capacidade acima de 22.500 KG e concha acima de 1,20 M (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Caterpillar 320	HR	360	R$ 366,50	R$ 131.940,00
4	Escavadeira Hidráulica, com capacidade acima de 22.500 KG e concha acima de 1,20 M (EXCLUSIVO ME/EPP)	Caterpillar 320	HR	120	R$ 359,50	R$ 43.140,00
VALOR TOTAL: R$ 247.325,00 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais)						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 16 de junho de 2025

DECIO JARDIM
Prefeito do Município de Xambrê

PANGONI DIAS TERRAPLANAGEM LTDA
Alexandre Ascencio Dias
CPF 945.650.909-53

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE

Tuneiras do Oeste - PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
Rua SANTA CATARINA, 409 - Centro - Tuneiras do Oeste - PR - CEP: 87450-000
CNPJ Nº 76.247.329/0001-13

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo	Processo Requerimento Nº 046/2025
Compra	**1680 - Pregão Eletrônico 000015/2025 - 24/06/2025 08:30:00**

Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal, GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 8º, VI do Decreto Municipal nº123/18, faz saber que apo´s ana´lise dos atos praticados e observa^ncia do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Juri´dico exarado, HOMOLOGA a licitac¸a-o acima descrita para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA SINTÉTICA (PEAD) DE 1MM, VISANDO A MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE**

em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):

Fornecedor e Proposta: **GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA 29.726.514/0001-00**
Rua RUA PROJETADA A, 2432, 0 - ANEL VIARIO - Itaipulândia - PR - Brasil - CEP: 85880-000 .
4599251022 45999251022 giorgisistemas@outlook.com
Validade: **30 Dia(s)** *Entrega/Conclusão:* **90 Dia(s)**

Lote: **1 - Lote 1**

Número	Item	Unidade	Marca/Modelo	Quantidade	Unitário	Total
1	**00028682 - Geomembrana PEAD 1 mm de espessura lisa, bobina de no mínimo 5,90 por 100m de polietileno de alta densidade (Instalado). O produto deverá ser entregue e instalado no Aterro Sanitário do município de** Geomembrana PEAD 1 mm de espessura lisa, bobina de no mínimo 5,90 por 100m de polietileno de alta densidade (Instalado). O produto deverá ser entregue e instalado no Aterro Sanitário do município de	metro quadrado	TechGeo - AZUL PACK TECHGROUND	2.000	19,390000	38.780,00

Total Lote: **38.780,00**
Total Fornecedor: **38.780,00**
Total Geral: **38.780,00**

Publique-se, e, apo´s, encaminhe-se a` Pregoeiro para as provide^ncias cabi´veis.
Tuneiras do Oeste, 25/06/2025

GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 156/2025
Baixa a cláusula de reversão decorrente da Lei Municipal nº 3.614, de 01 de outubro de 2010.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n° 3.614, de 01 de outubro de 2010, que autorizou a doação do imóvel urbano a SILVA & MONTANHOLI LTDA - ME, atualmente denominada SOBRAL REZENDE CONCHÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.375.881/0001-89;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n° 152, expedida pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, que solicita a baixa da cláusula de reversão do imóvel, de 17 de junho de 2025;
CONSIDERANDO a Ata da Reunião ordinária da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, em 10 de junho de 2025;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n° 2.387, art. 2°, § 3°de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre a liberação da cláusula de reversão de terrenos doados pelo Município para fins de indústrias.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica decretada a baixa da cláusula de reversão constante no artigo 7º, da Lei Municipal n° 3.614, de 01 de outubro de 2010, referente ao imóvel constituído pelo lote de terras nº 3, da Quadra 4, localizado no Parque Industrial 3/A, com área total de 1.953,66 m² (um mil novecentos e cinquenta e três vírgula sessenta e seis metros quadrados), no município de Umuarama – PR, matriculado sob n° 38.325, perante o 1° Serviço de Registro de Imóveis desta cidade de Umuarama, Estado do Paraná
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 23 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 1.685/2025
Constitui Comissão Técnica de Avaliação – CTA, para acompanhamento da Prova de Conceito do Pregão Eletrônico 034/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Constituir Comissão Técnica de Avaliação – CTA, para acompanhamento da Prova de Conceito do Pregão Eletrônico 034/2025, integrada por:
VALDINEY ROBERTO RISSATO CPF nº 756.464.639-04
MARCOS VINICIUS ZAMIANI MOYA CPF nº 866.087.469-20
FERNANDO CLAVISSO FERNANDES CPF nº 051.823.909-80
VALDECIR GONÇALVES CAPELLI CPF nº 711.175.719-04
HENRIQUE JOSÉ STEDILE CPF nº 047.639.449-08
ROSANE STÉDILE POMBO MEYER CPF nº 019.206.409-67
Art. 2º. A Comissão ora constituída realizará a avaliação prática em que deverá ser demonstrado o desempenho dos equipamentos e a execução das funcionalidades e apresentará, em tempo posterior, relatório técnico que conterá a conclusão final de aprovação ou reprovação da solução ofertada.
Art. 3º. Considerar de relevância os serviços prestados pela Comissão ora constituída, porém sem ônus ao Município.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 23 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 – ☎ (0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Torna-se pública, após cumprimento das formalidades legais, a homologação do objeto do procedimento licitatório Pregão Nº 29/2025, em favor da empresa abaixo descrita, conforme ata lavrada em 11 de junho de 2025.

Fornecedor: CHAGAS EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 49.834.549/0001-70

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	SOM E ILUMINAÇÃO - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL	3	R$ 26.120,6400	R$ 78.361,9200
2	PALCO 18 X 21MT CONCHA ALUMINIO - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL	3	R$ 25.891,2000	R$ 77.673,6000
3	GERADOR DE ENERGIA - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNOMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	7	R$ 9.917,0200	R$ 69.419,1400
4	Equipamentos de captação de vídeo (câmeras HD, operadores de câmera, monitores, mesa de captura e rádios comunicadores) - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	7	R$ 11.053,7600	R$ 77.376,3200
5	BANHEIRO QUIMICO - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	112	R$ 694,4200	R$ 77.775,0400
6	TENDAS 10X10 - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	22	R$ 3.452,1600	R$ 75.947,5200
7	TENDAS DO TIPO PIRÂMIDE, COM TAMANHO DE 5X5 - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	77	R$ 991,9800	R$ 76.382,4600
8	PAINEL DE LED - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	10	R$ 7.440,0000	R$ 74.400,0000
9	CAMAROTES - DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGÍDAS NO EDITAL	60	R$ 694,4000	R$ 41.664,0000

Valor Total Homologado - **R$ 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais)**

Encaminhe-se à Divisão de Licitação e Compras para elaboração dos Instrumentos Contratuais.

Edifício da Prefeitura Municipal de Tapejara, em 25 de junho de 2025.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA DE CONVOCAÇÃO

LUANA VITORIA RODRIGUES DA SILVA, portadora do CPF/MF nº 068.743.389-43, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais n.º 219, no município de Cidade Gaúcha/Pr., candidata aprovada no Concurso Público, instituído pelo Edital de Concurso nº 001, de 03 de agosto de 2022, com Homologação do resultado final divulgado através do Edital nº 008 de 21 de novembro de 2022, para o cargo de **Educador Social**, tendo em vista recebido a convocação para preencher a vaga ora existente, de acordo com o Edital n.º 009 de 09 de junho de 2025, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado em 10 de junho de 2025, mui respeitosamente, vem a presença de Vossa Excelência, **DESISTIR** da vaga ora oferecida, em caráter definitivo e irrevogável.

Ciente do teor da desistência firmo a presente, para surtir os jurídicos e legais efeitos.

Tapejara-PR, em 12 de junho de 2025.

Luana Vitória Rodrigues da Silva.
LUANA VITORIA RODRIGUES DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 4.860
De: 25 de junho de 2025.
Altera a redação do artigo 1º e do parágrafo primeiro do artigo 2º da Lei n.º 4.836, de 26 de março de 2025.
A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei n.º 4.836, de 26 de março de 2025, passando a ter a seguinte redação:
"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir parte ideal do imóvel denominado Lote "A-1", da subd. do lote "A", unificação do lote 27-H/Rem-A, da subd. do lote 27-H/Rem e Lote 27-H/1, ambos da subd. do Lote 27-H este da subd. do Lote n° 27, da Gleba n° 12-Jaborandi, da Colônia Cruzeiro, situado no Município e Comarca de Umuarama, Estado do Paraná; consistente na porção de terras com área de 547,55 m² (quinhentos e quarenta e sete metros quadrados e cinquenta e cinco centésimos de metro quadrado), objeto da matrícula n.º 70.255, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Umuarama, contendo os limites e confrontações constantes no mapa e memorial anexo, avaliado no valor de R$219.020,00 (duzentos e dezenove mil e vinte reais)."
Art. 2º Fica alterada a redação do parágrafo primeiro do artigo 2º da Lei n.º 4.836, de 26 de março de 2025, passando a ter a seguinte redação:
"§ 1º O montante de R$219.020,00 (duzentos e dezenove mil e vinte reais) será pago em dinheiro, de forma parcelada, em 3 (três) parcelas, conforme a previsão orçamentária. A primeira parcela deverá ser quitada no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão dos atos legislativos, administrativos, notariais e registrais para a concretização deste ato de desapropriação, e as demais em intervalos de 30 (trinta) dias consecutivos."
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Projeto de Lei nº 030/2025
Autor: Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N° 1.687/2025
Exonera CARLOS GABRIEL ZANATA CARDOZO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E :
Art. 1º Exonerar CARLOS GABRIEL ZANATA CARDOZO, portador da Cédula de Identidade 7.014.830-7 SESP-PR, inscrito no CPF nº 042.017.459-10, nomeado em 10 de janeiro de 2025, ocupante do cargo em comissão Assessor Especial - CC-3 lotado no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 02 de junho de 2025, ficando revogada a portaria nº 133/2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 23 de junho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Av. Pres. Castelo Branco, nº 3370, salas 5 e 6
CEP: 87503-200 Umuarama-PR
Fones:(44) 3906-1092 / 3906-1019
E-mail: cmdm@umuarama.pr.gov.br
RESOLUÇÃO Nº 05, DE 24 DE JUNHO DE 2025
Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e a solicitação de execução de obra de construção da Casa da Mulher Paranaense no município de Umuarama, nos termos da Resolução SEMIPI nº 25/2025.
O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Umuarama, Estado do Paraná, usando das atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 4.429, de 23 de março de 2020, e Regimento Interno;
CONSIDERANDO a Resolução SEMIPI nº 25/2025, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo, aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas públicas de direitos da mulher e da pessoa idosa;
CONSIDERANDO a previsão de construção da Casa da Mulher Paranaense, conforme projeto padrão disponibilizado pelo Governo do Estado, com valor de repasse de até R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais);
CONSIDERANDO a importância da implantação da Casa da Mulher Paranaense como equipamento essencial à promoção da cidadania, autonomia, proteção e garantia dos direitos das mulheres no município de Umuarama;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDM, em Reunião Extraordinária realizada no dia 24 de junho de 2025, na sede da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Umuarama;
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar, por unanimidade, o Termo de Adesão e a solicitação de execução de obra de construção da Casa da Mulher Paranaense no município de Umuarama, conforme previsto na Resolução SEMIPI nº 25/2025, no valor de até R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 24 de junho de 2025.
Marcia Cristina de Souza
Presidente do CMDM

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00552-3, em face do fornecedor COMERCIAL PENA E LOPES LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 01.740.432/0032-06, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UMUARAMA

RESOLUÇÃO Nº 51, DE 23 DE JUNHO DE 2025
Súmula: Revoga a Resolução nº41, de 09 de maio de 2025, que nomeia membros da Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Criança e Adolescente.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama, de acordo com as competências estabelecidas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015, e alterações conforme Lei nº. 4.209 de 14 de agosto de 2017, pela Lei n° 4.830 de 23 de dezembro de 2024 Regimento Interno, e
CONSIDERANDO a existência da Resolução nº 76, de 08 de novembro de 2024, que disciplina de forma ampla e adequada a criação, composição e funcionamento da Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Criança e Adolescente, com indicação apenas dos setores e órgãos envolvidos;
CONSIDERANDO a desnecessidade de especificar nomes de representantes na referida Comissão, conforme previsto na Resolução nº 76/2024;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica revogada a Resolução nº 41, de 09 de maio de 2025, que nomeia membros específicos para a Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Criança e Adolescente.
Art. 2°. Permanecem em pleno vigor as disposições contidas na Resolução nº 76, de 08 de novembro de 2024, que regulamenta a Comissão supracitada com base em órgãos e setores, garantindo sua atuação técnica e intersetorial.
Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR,09 de maio de 2025.
Cristiane da Conceição Pereira Martins
Vice-Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UMUARAMA

RESOLUÇÃO Nº 51, DE 23 DE JUNHO DE 2025
Súmula: Revoga a Resolução nº41, de 09 de maio de 2025, que nomeia membros da Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Criança e Adolescente.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama, de acordo com as competências estabelecidas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015, e alterações conforme Lei nº. 4.209 de 14 de agosto de 2017, pela Lei n° 4.830 de 23 de dezembro de 2024 Regimento Interno, e
CONSIDERANDO a existência da Resolução nº 76, de 08 de novembro de 2024, que disciplina de forma ampla e adequada a criação, composição e funcionamento da Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Criança e Adolescente, com indicação apenas dos setores e órgãos envolvidos;
CONSIDERANDO a desnecessidade de especificar nomes de representantes na referida Comissão, conforme previsto na Resolução nº 76/2024;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica revogada a Resolução nº 41, de 09 de maio de 2025, que nomeia membros específicos para a Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Criança e Adolescente.
Art. 2°. Permanecem em pleno vigor as disposições contidas na Resolução nº 76, de 08 de novembro de 2024, que regulamenta a Comissão supracitada com base em órgãos e setores, garantindo sua atuação técnica e intersetorial.
Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR,09 de maio de 2025.
Cristiane da Conceição Pereira Martins
Vice-Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. 25.06.0052.001.00406-3, em face do fornecedor GISELLA VENANCIO, CPF n .344.855.918-08, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo NOTIFICADO para comparecer em AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA, em 31/07/2025 às 15:00, na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade APRESENTAR DEFESA ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00233-3, em face do fornecedor E L SCHEREMETA , inscrito no CNPJ sob n. 38.258.159/0001-83, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.05.0052.001.00224-3, em face do fornecedor GL TOOLS ECOMMERCE LTDA, inscrito no CNPJ sob n. 55.809.521/0001-86, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00537-3, em face do fornecedor GRUPLAST COMÉRCIO DE EMBALAGENS, inscrito no CNPJ sob n. 46.681.831/0001-77, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.03.0052.001.00596-3, em face do fornecedor GUFFO ARTIGOS TEXTEIS LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 27.957.530/0001-89, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00540-3, em face do fornecedor LUMA GATTI ENGENHARIA, inscrito no CNPJ sob n. 36.548.163/0001-50 , atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00431-3, em face do fornecedor J. HELT LTDA, inscrito no CNPJ sob n. 31.088.569/0001-84, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

Publicações legais

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2025

Pelo presente Termo de Homologação, eu, **GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, nos termos da legislação vigente, faço saber que após análise dos atos praticados e observância do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Jurídico exarado, **HOMOLOGO** o credenciamento abaixo relacionado junto ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025**, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS (GRUPOS FORMAIS, INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS) PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**, em favor do(s) seguinte(s) credenciado(s):

Nº Protocolo	Nome do Produtor Rural	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total Item (R$)	Valor Total Itens (R$)
01	Iracy Da Silva Araujo	Mandioca Descascada Convencional	kg	100	7,00	700,00	3.883,25
		Acerola Congelada Convencional	kg	60*	20,75	1.245,00	
		Cebolinha Verde Convencional	kg	20	12,80	256,00	
		Salsinha Convencional	kg	10	14,30	143,00	
		Alface Convencional	kg	50	8,45	422,50	
		Milho Verde Sem Palha Convencional	kg	60	12,00	720,00	
		Abóbora Convencional	kg	40	5,30	212,00	
		Mamão Convencional	kg	15	7,85	117,75	
		Couve Manteiga Convencional	kg	10	6,70	67,00	
02	Danieli Aparecida Kaneda	Alface Convencional	kg	200	8,45	1.690,00	5.513,00
		Abobora Convencional	kg	60*	5,30	318,00	
		Couve Convencional	kg	30	6,70	201,00	
		Cebolinha Convencional	kg	30	12,80	384,00	
		Pepino Caipira Convencional	kg	80	5,60	448,00	
		Repolho Convencional	kg	150	3,85	577,50	
		Salsinha Convencional	kg	20	14,30	286,00	
		Mamão Convencional	kg	30	7,85	235,50	
		Pimenta Doce Convencional	kg	70	16,70	1.169,00	
		Maracujá Convencional	kg	20	10,20	204,00	
03	Marta Augusto da	Abobora Convencional	kg	**	5,30	0	882,50
	Silva	Abacate	kg	50	5,65	282,50	
		Milho Verde Sem Palha	kg	50	12,00	600,00	
04	Vitor Bezerra Silva Araujo	Milho Verde Sem Palha Convencional	kg	100	12,00	1.200,00	2.173,75
		Abóbora Convencional	kg	**	5,30	0	
		Banana Prata Convencional	kg	20	6,80	136,00	
		Banana Nanica Convencional	kg	20	4,70	94,00	
		Cebolinha Convencional	kg	15	12,80	192,00	
		Salsinha Convencional	kg	10	14,30	143,00	
		Alface Convencional	kg	**	8,45	0	
		Mamão Convencional	kg	35*	7,85	274,75	
		Couve Convencional	KG	20*	6,70	134,00	
05	Angelina Ferreira Heringer	Alface Orgânico	Kg	100	10,70	1.070,00	3.706,10
		Abobora Orgânica	Kg	50	4,50	225,00	
		Abacate Orgânico	Kg	50	7,65	382,50	
		Banana Nanica Orgânica	Kg	50	6,10	305,00	
		Banana Prata Orgânica	Kg	30	7,20	216,00	
		Batata Doce Orgânica	Kg	25	5,20	130,00	
		Chuchu Orgânico	Kg	20	4,20	84,00	
		Cenoura Orgânica	Kg	20	5,45	109,00	
		Couve Manteiga Orgânico	Kg	15	10,00	150,00	
		Cebolinha Orgânica	Kg	06	24,20	145,20	
		Colorau	Kg	08	30,80	246,40	
		Mamão Orgânico	Kg	20	5,90	118,00	
		Maracujá Orgânico	Kg	15	10,80	162,00	
		Repolho Orgânico	Kg	30	5,80	174,00	
		Salsinha Orgânica	Kg	05	16,80	84,00	
		Tomate Orgânico	Kg	15	7,00	105,00	
06	José Barbosa Duda	Cenoura Convencional	Kg	50	4,75	237,50	870,55
		Cebolinha Verde Convencional	Kg	10	12,80	128,00	
		Cebola Branca Convencional	Kg	25	4,65	116,25	
		Colorau Convencional	Kg	06	30,80	184,80	
		Mamão Convencional	Kg	**	7,85	0	
		Maracujá Convencional	Kg	20	10,20	204,00	
		Alface Convencional	Kg	**	8,45	0	
		Repolho Convencional	Kg	**	3,85	0	
		Abobora Convencional	Kg	**	5,30	0	
07	Adelorice Freitas Martins	Alface Orgânico	Kg	70	10,70	749,00	7.197,00
		Cebolinha Orgânica	Kg	10	24,20	242,00	
		Salsinha Orgânica	Kg	10	16,80	168,00	
		Couve Manteiga Orgânica	Kg	45*	10,00	450,00	
		Banana Nanica Orgânica	Kg	50	6,10	305,00	
		Batata Doce Orgânica	Kg	75*	5,20	390,00	
		Chuchu Orgânico	Kg	40	4,20	168,00	
		Mamão Orgânico	Kg	30	5,90	177,00	
		Mandioca Orgânica	Kg	100	8,80	880,00	
		Repolho Orgânico	Kg	30	5,80	174,00	
		Pão	Kg	100	14,85	1.485,00	
		Bolacha Caseira	Kg	70*	28,70	2.009,00	
08	Marlice Aparecida Guarnieri Greatti	Alface Convencional	Kg	**	8,45	0	4.123,50
		Acelga Convencional	Kg	50	7,90	395,00	
		Abobora Convencional	Kg	**	5,30	0	
		Abacate Convencional	Kg	**	5,65	0	
		Batata Doce Convencional	Kg	50	3,70	185,00	
		Cebolinha Verde	Kg	25*	12,80	320,00	
		Acerola Congelada	Kg	**	12,80	0	
		Melancia Convencional	Kg	300	2,95	885,00	
		Milho Verde Descascado	Kg	90	12,00	1.080,00	
		Pimenta Doce Convencional	Kg	**	16,70	0	
		Pepino Caipira Convencional	Kg	40	5,60	224,00	
		Repolho Convencional	Kg	**	3,85	0	
		Cenoura Convencional	Kg	150	4,75	712,50	
		Beterraba Convencional	Kg	70	4,60	322,00	
09	Maria Da Conceição Santos	Acerola Congelada Orgânica	Kg	90*	21,80	1.962,00	3.186,00
		Banana Prata Orgânica	Kg	170*	7,20	1.224,00	
10	Antônio Aparecido Eliziário Martins	Alface Orgânico	Kg	40	10,70	428,00	2.605,50
		Abobora Orgânica	Kg	40	4,50	180,00	
		Batata Doce Orgânica	Kg	**	5,20	0	
		Beterraba orgânica	Kg	40	4,90	196,00	
		Cenoura Orgânica	Kg	40	5,45	218,00	
		Cebola Branca Convencional	Kg	50	4,65	232,50	
		Cebolinha orgânica	Kg	10	24,20	242,00	
		Pepino Caipira Orgânico	Kg	50	4,90	245,00	
		Repolho Orgânico	Kg	50	5,80	290,00	
		Salsinha Orgânica	Kg	10	16,80	168,00	
		Tomate Orgânico	Kg	40	7,00	280,00	
		Chuchu Orgânico	Kg	30	4,20	126,00	
11	Jose Loiola Neto	Alface Convencional	Kg	**	8,45	0	580,00
		Mamão Convencional	Kg	**	7,85	0	
		Maracujá Convencional	Kg	20*	10,20	204,00	
		Pimenta Doce Convencional	Kg	**	16,70	0	
		Pepino Caipira Convencional	Kg	20*	5,60	112,00	
		Tomate Convencional	Kg	30	8,80	264,00	
12	Cleusa Alves De Oliveira	Alface Orgânico	Kg	30	10,70	321,00	4834,80
		Alho Poro Orgânico	Kg	20	30,50	610,00	
		Banana Nanica orgânica	Kg	40	6,10	244,00	
		Banana Prata Orgânica	Kg	**	7,20	0	
		Bolacha Caseira C/ Coco	Kg	**	28,70	0	
		Cebola Branca Convencional	Kg	20	4,65	93,00	
		Couve Manteiga Orgânica	Kg	**	10,00	0	
		Cebolinha Verde Organic	Kg	20	24,20	484,00	
		Colorau	Kg	26*	30,80	800,80	
		Mamão Orgânico	Kg	20*	5,90	118,00	
		Pimenta Doce orgânica	Kg	**	16,70	0	
		Salsinha orgânica	Kg	25	16,80	420,00	
		Abacaxi Congelado Orgânico	Kg	50	21,80	1,090,00	
		Acerola Congelada Orgânica	Kg	**	21,80	0	
		Goiaba Congelada Orgânica	Kg	30	21,80	654,00	
13	Lucia Rodrigues Benfica De Souza	Alface Orgânica	Kg	10*	10,70	107,00	976,80
		Abobora Orgânica	Kg	50	4,50	225,00	
		Beterraba Orgânica	Kg	20	4,90	98,00	
		Cenoura Orgânica	Kg	40*	5,45	218,00	
		Couve Manteiga	Kg	**	10,00	0	
		Cebolinha Verde	Kg	04*	24,20	96,80	
		Colorau	Kg	**	30,80	0	
		Repolho Orgânico	Kg	40*	5,80	232,00	
		Salsinha Orgânica	Kg	**	16,80	0	
14	Edilaine Pereira Da Silva	Alface Orgânica	Kg	**	10,70	0	143,00
		Abobora Orgânica	Kg	10*	4,50	45,00	
		Beterraba Orgânica	Kg	20	4,90	98,00	
		Cenoura Orgânica	Kg	**	5,45	0	
		Couve Manteiga Orgânica	Kg	**	10,00	0	
		Cebolinha Verde Orgânica	Kg	**	24,20	0	
		Colorau	Kg	**	30,80	0	
		Repolho Orgânico	Kg	**	5,80	0	
		Salsinha Orgânica	Kg	**	16,80	0	
15	Ailda Dias De Freitas	Tomate Orgânico	Kg	25*	7,00	175,00	224,00
		Batata Doce Orgânica	Kg	**	5,20	0	
		Beterraba Orgânica	Kg	**	4,90	0	
		Cenoura Orgânica	Kg	**	5,45	0	
		Abobora Orgânica	Kg	**	4,50	0	
		Cebolinha Verde Orgânica	Kg	**	24,20	0	
		Pepino Orgânico	Kg	10	4,90	49,00	
		Repolho Orgânico	Kg	**	5,80	0	
		Alface Orgânica	Kg	10	10,70	0	
16	Manoel Sebastião Da Silva	Alface Orgânico	Kg	**	10,70	0	1.111,00
		Alho Poró Orgânico	Kg	20	30,50	610,00	
		Abobora Orgânica	Kg	**	4,50	0	
		Banana Nanica Orgânica	Kg	20	6,10	122,00	
		Banana Prata Orgânica	Kg	**	7,20	0	
		Bolacha Caseira C/Coco	Kg	**	28,70	0	
		Beterraba Orgânica	Kg	**	4,90	0	
		Chuchu Orgânico	Kg	20	4,20	84,00	
		Cebolinha Verde Orgânica	Kg	**	24,20	0	
		Melancia Convencional	Kg	100*	2,95	295,00	
		Milho Verde S/Palha Convencional	Kg	**	12,00	0	
		Mandioca Descascada Orgânica	Kg	**	8,80	0	
		Pão Caseiro	Kg	**	14,85	0	
		Pimenta Doce Orgânica	Kg	**	16,70	0	
		Pepino Caipira Orgânica	Kg	**	4,90	0	
		Repolho Orgânico	Kg	**	5,80	0	
		Salsinha Orgânica	Kg	**	16,80	0	
17	Antônio Alves Martins	Alface Orgânico	Kg	**	10,70	0	347,00
		Abóbora Orgânica	Kg	**	4,50	0	
		Batata Doce Orgânica	Kg	**	5,20	0	
		Chuchu Orgânico	Kg	10*	4,20	42,00	
		Pepino Orgânico	Kg	**	4,90	0	
		Banana Prata Orgânica	Kg	**	7,20	0	
		Banana Nanica Orgânica	Kg	50	6,10	305,00	
		Tomate Orgânico	Kg	**	7,00	0	
18	Cooperativa – Agricultura Familiar COOANORTE	Banana Nanica Convencional	Kg	380*	4,70	1.786,00	9.667,25
		Banana Prata Convencional	Kg	80*	6,80	544,00	
		Beterraba Convencional	Kg	**	4,60	0	
		Cenoura Convencional	Kg	**	4,75	0	
		Cebola Branca Convencional	Kg	105	4,65	488,25	
		Mamão Convencional	Kg	**	7,85	0	
		Maracujá Convencional	Kg	**	10,20	0	
		Melancia Convencional	Kg	**	2,95	0	
		Morango Convencional	Kg	70	25,20	1.764,00	
		Ovos De Galinha	Dúzia	60	11,80	708,00	
		Repolho Convencional	Kg	**	3,85	0	
		Tomate Convencional	Kg	90*	8,80	792,00	
		Uva Niagara Convencional	Kg	150	13,90	2.085,00	
		Goiaba Convencional	Kg	200	7,50	1.500,00	

Publique-se e após encaminhe-se a Comissão de Contratação para proceder com as providências cabíveis conforme requisitos da Lei Federal nº14.133/2021.

Tuneiras do Oeste, em 24 de junho 2025.

GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

LEI Nº 2.744/2025

SÚMULA: RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E ESTATUTO/CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ,** aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado na QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, firmado entre este Município e o Consórcio Público CISA, nos termos do artigo 12-A da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Parágrafo único. O texto consolidado do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE é parte integrante desta Lei, conforme Anexo I.

Art. 2º Ficam ratificadas, em todos os seus termos, a Décima Alteração e Consolidação do Estatuto/Contrato do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, nos termos do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Ficam convalidados do Primeiro ao Quarto Aditamentos do Protocolo de Intenções, bem como as alterações anteriores do Estatuto/Contrato do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

Art. 4º Ficam convalidados a quantidade cargos, de vagas, ocupadas ou não, e de remuneração atuais dos servidores do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, conforme Anexo III desta Lei, assim como a criação de novos cargos, transformação e ampliação de vagas para atender a demanda de pessoal do Consórcio, conforme Anexos IV, V, VI e VII desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Jorge do Patrocínio-PR, 24 de junho de 2025

Ronaldo Tinti
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUINTO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CISA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
AMERIOS - 12ª R. S.
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM
www.cisaamerios.com.br

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE.

ANEXO

Considerando a necessidade de alterações estruturais com extinção, criação e alteração de cargos junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS – 12ª Regional de Saúde, os Municípios de Altônia, Alto Paraiso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olimpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Xambrê, de comum acordo, em Assembleia Geral realizada em 23 de fevereiro de 2024, conforme Ata nº 001/2024, em conformidade com o princípio da cooperação interfederativa implícito no art. 241 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, resolvem celebrar a QUINTA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E CONSOLIDAÇÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE, firmado em 30 de novembro de 2007, mediante a subscrição do presente, que convalida as alterações estatutárias até então praticadas, e modifica os seus dispositivos, que passam a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I
DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA 1ª. *(Dos subscritores)* Subscrevem o Protocolo de Intenções os seguintes Municípios: Altônia, Alto Paraiso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Xambrê, através de seus Prefeitos Municipais.

CLÁUSULA 2ª. *(Da ratificação)* O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por, no mínimo 3 (três) dos municípios que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE.
§ 1º. Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.
§ 2º. Será automaticamente admitido no Consórcio o Município que efetuar ratificação em até 2 anos.
§ 3º. A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.
§4º. A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja autorização pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.
§5º. O Município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o consórcio, salvo por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público, através da concordância da maioria absoluta dos Consorciados.

OS CONCEITOS

CLÁUSULA 3ª. Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou por Município consorciado, consideram-se:
I – Consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa,

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br – ANEXO

inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica;
II- área de atuação do consórcio público: área correspondente à soma dos territórios dos municípios associados que o integram;
III- protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;
IV- ratificação: aprovação pelo ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;
V- retirada: saída de ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;
VI – contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;
VII- Convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;
VIII- gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio do consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas o não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços de pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;
IX- planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;
X- regulação – todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto sócio-ambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;
XI- fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;
XII- prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quanto operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;
XIII- serviço público: atividade ou comodidade material fruível diretamente a usuário, que possa ser remunerado por meio de taxa ou preço público, inclusive tarifa;
XIV- titular de serviço público: ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta:
XV- contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa;
XVI- termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no Artigo 3º da Lei Nº 9.7901 de 23 de março de 1999; e,
XVII- contrato de gestão: instrumento firmado entre a administração pública e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, na forma do Art. 51 da Lei Nº 9.649, de

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br

27 de maio de 1998, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
Parágrafo único: A área de atuação do consórcio público mencionada no inciso II do *caput* deste artigo refere-se exclusivamente aos territórios dos entes da Federação que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções, que o integram constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ANEXO

DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA 4ª. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE é constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica que integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Parágrafo Único: O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de, no mínimo, 3 (três) municípios subscritores do Protocolo de Intenções;

CLÁUSULA 5ª. *(Do prazo de duração)* O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 6ª. *(Da sede)* A sede do Consórcio é o Município de Umuarama-PR, situada na Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, CEP 87503-030.

Parágrafo único: A Assembleia Geral do Consórcio, instância máxima do consórcio público, presidida obrigatoriamente pelo Chefe do Executivo de ente da Federação consorciado, mediante decisão da maioria absoluta dos consorciados, poderá alterar a sede.

DAS FINALIDADES

CLÁUSULA 7ª. Além das finalidades constantes no ato de constituição do CISA, as quais são ratificadas neste ato, são objetivos do Consórcio:

I – a integração, o planejamento, gerenciamento, coordenação, execução e regulação e, nos termos de delegação específica de cada consorciado, a fiscalização da prestação de serviços públicos de saúde, odontológico, assistencial, atendimento psicossocial, especializada e ambulatorial, na forma direta ou indireta, suplementares ou complementares ao SUS, bem como a gestão associada de serviços públicos, podendo o CISA exercer outras atribuições, desde que expressamente autorizadas pelos entes federativos interessados;
II- Obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada de serviços públicos;
III- assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS;
IV- assegurar o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência eficiente e eficaz, inclusive a execução direta, ou indireta, suplementar e complementar dos

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br – ANEXO

serviços de saúde e médicos disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação específica;
V- gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;
VI – representar os municípios que o integram perante as esferas de governo e nos assuntos de interesse comum sobre saúde pública e serviços médicos, perante quaisquer autoridades, instituições e entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
VII- criar Instrumento de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;
VIII- otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do consórcio;
IX- planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde e assistência social dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná;
X- desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
XI- realizar estudos de caráter sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
XII- viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de materiais, medicamentos e outros;
XIII- formentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios ou que neles vier a se estabelecer, assegurando prestação de serviços à população eficientes, eficazes e igualitários, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis nos municípios;
XIV- incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
XV- prestar assessoria no planejamento, adoção, implantação e execução de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados, tendo como esteio as regras e condições da Lei Federal Nº 11.107/2005;
XVI- estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
XVII- viabilizar a existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
XVIII- a capacitação técnica do pessoal encarregado da gestão dos serviços públicos nos Municípios consorciados; e
XIX – mesmo quando não referentes aos serviços públicos da área da saúde, o CISA poderá:
a) realizar licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta, nos termos do artigo 19, da Lei 11.107/2005;
b) aquisição de bens ou serviços técnicos especializados para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;
c) a prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br – ANEXO

Parágrafo único: Os bens adquiridos ou administrados na forma da alínea "b" do inciso V do *caput* serão de uso somente dos entes Consorciados, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

CLÁUSULA 8ª. Para cumprir as suas finalidades, o CISA poderá:

I- adquirir os bens móveis e imóveis que entender necessários a ampla realização das finalidades do Consórcio, através de recursos próprios ou decorrentes de rateio de investimento de seus entes, os quais integrarão o seu patrimônio;
II – firmar convênios, contratos, termos de parceria e de ajuste, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo;
III- prestar a seus associados serviços de acordo com a disponibilidade existente, especialmente assistência técnica fornecendo e recebendo, inclusive, recursos humanos e materiais, materiais técnicos, utensílios e equipamentos profissionais, veículos de transporte para pacientes e outros;
IV- adquirir equipamentos na área específica médica e odontológica, insumos e produtos, drogas, medicamentos necessários à realização de serviços de saúde à população pertencentes aos municípios consorciados;
V- contratar e credenciar profissionais especializados para prestação de serviços médicos e de saúde, bem como pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços delegados a título de substituição de escalas e férias, plantões e emergências, através de parceria, convênios de cooperação, com consorciados, unidades básicas de saúde, laboratórios, entidades beneficentes e privadas, hospitais, escolas públicas e particulares, além de órgãos e entidades Estaduais e Federais;
VI- administrar direta ou indiretamente os serviços médicos e de saúde, programas governamentais e projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar o complementar, desde que disponíveis pelos municípios associados, nos termos da Lei Nº 11.107/2005.
VII- receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integração seu patrimônio;
VIII- conceder adicionais a servidores cedidos ao CISA, no montante fixado pelo Conselho de Prefeitos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do Art. 23, § 1º, do Dec. 6.017/2007, e,
IX- em caso de necessidade temporária excepcional de interesse público, contratar serviços por tempo determinado.

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 9ª. *(Da autorização da gestão associada de serviços públicos de saúde)* Os municípios signatários autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único: A gestão associada autorizada no *caput* abrange a integração, aquisição, contratação, planejamento, gerenciamento, coordenação, execução, regulação, nos termos de delegação específica de cada consorciado, a fiscalização da prestação dos serviços públicos de saúde, odontológica, especializada e ambulatorial, na forma direta ou indireta, suplementares ou ambulatorial, na forma direta ou indireta, suplementares ou complementares ao SUS, bem como a gestão associada de serviços públicos, podendo o

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br – ANEXO

CISA exercer outras atribuições, desde que expressamente autorizadas pelos entes federativos interessados;

CLÁUSULA 10ª. *(As competências cujo exercício se transfere ao Consórcio)* Para a consecução da gestão associada, os Municípios transferem ao Consórcio o exercício das competências de planejamento integrado e de regulação de interesse comum dos serviços públicos de saúde, estando o CISA autorizado a representar os consorciados perante outras esferas de governo.

§1º. As competências cujo exercício se transferem por meio do *caput* incluem, dentre outras atividades:
I – a execução e a fiscalização da prestação de serviços públicos na área da saúde;
II – autorização para licitar e outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços na área de saúde;
III- contratação e/ou aquisição de bens e de serviços necessários para o atendimento dos habitantes dos municípios consorciados, usuários do SUS;
IV- a elaboração, a avaliação e o monitoramento de planos diretores integrados de saúde, bem como de projetos e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;
V- a elaboração de planos de investimentos integrados para a expansão, a reposição e a modernização da prestação de serviços na área da saúde dos habitantes dos municípios consorciados; e
VI – o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços.
§ 2º. Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências ou esferas referentes ao planejamento, regulação e fiscalização de serviços públicos de saúde.

CLÁUSULA 11. Quando adimplentes com as suas obrigações, o consorciado tem direito de exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de consórcio público.

DAS DIRETRIZES

DAS DIRETRIZES BÁSICAS

CLÁUSULA 12. *(Das diretrizes básicas)* No que não contrariar a legislação federal, são diretrizes básicas dos serviços públicos de saúde promovidos pelo Consórcio ou pelos Municípios consorciados:

I- a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
II – *a universalização*, consistente na garantia a todos de acesso aos serviços, indistintamente e em menor prazo, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, da saúde pública e de outros interesses coletivos;
III- *a integralidade*, compreendida como a provisão do atendimento na área da saúde à população dos municípios consorciados o acesso na conformidade de suas necessidades e a maximização da eficácia das ações e resultados;
IV- *a regularidade*, concretizada pela prestação dos serviços sempre de acordo com a respectiva regulação e com as outras normas aplicáveis;
V- *a continuidade*, consistente na obrigação de prestar os serviços públicos sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas no presente protocolo ou em estatuto;

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br – ANEXO

VI- *a segurança*, implicando em que os serviços sejam prestados com o menor risco possível para os usuários, os trabalhadores que os prestam e à população;
VII- *a atualidade*, que compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua dos serviços;
VIII- *a cortesia*, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para realizar atendimento em tempo adequado e de fornecer as informações referentes aos serviços que sejam de interesse dos usuários e da coletividade;
IX- *a sustentabilidade*, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico-institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes a elas associados;
X- *a intersetorialidade*, compreendendo a integração das ações de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural e desenvolvimento regional;
XI- *a cooperação federativa* na melhoria das condições dos municípios consorciados;
XII- *a participação* da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização, avaliação e prestação dos serviços por meio de instâncias e controle social;
XIII- *a promoção e a proteção da saúde*, mediante ações preventivas de doenças relacionadas à falta ou à inadequação dos serviços públicos na área da saúde, observadas as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);
XIV- *a preservação e a conservação do meio ambiente*;
XV- *a promoção do direito à cidade;*
XVI- *a integração à política urbana;*
XVII- *a promoção e a defesa da saúde* e nas atividades relacionadas;
XIX- *o fomento da pesquisa científica e tecnológica* e a difusão dos conhecimentos.

DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 13. *(Do dever de regular e fiscalizar)* Atendidas as diretrizes fixadas neste Protocolo de Intenções, resolução aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão compreender pelo menos:
I- os indicadores de qualidade dos serviços e de sua adequada e eficiente prestação;
II- as metas de expansão e qualidade dos serviços e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais;
III- sistemas de medição, faturamento e cobrança dos serviços;
IV- o método de monitoramento dos custos e reajustamento;
V- os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;
VI- os planos de contingência e de segurança;
VII- as penalidades a que estarão sujeitos os usuários e os prestadores;

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA 14. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas gerais do direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA 15. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio mediante contrato de rateio.

CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA – AMERIOS - 12ª R. S. – AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM – www.cisaamerios.com.br – ANEXO

CLÁUSULA 16. O Consórcio deve fornecer informações para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com recursos entregues, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e projetos atendidos.

CLÁUSULA 17. O Rateio das despesas entre os Consorciados obedecerá:

I- Despesas relativas ao custo administrativo e demais serviços não mensuráveis, por atendimento, que esteja à disposição dos consorciados, calculado proporcionalmente ao número de habitantes (per capita) de cada Município consorciado;
II- Serviços prestados aos usuários do Município consorciado, através do agendamento, será pago o custo de cada serviço.
Parágrafo Primeiro: Serão descontados do valor do rateio descrito no item I, os repasses de recursos financeiros recebidos pelo Consórcio que tiverem origem na transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio, assim como dos valores de cada Município, repassados pelo SUS diretamente ao Consórcio.
Parágrafo Segundo: O valor do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas ou jurídicas no âmbito do consórcio, será repassado aos municípios consorciados por meio do critério de rateio per capita, considerando-se a população de cada ente federado participante.

DOS DIREITOS DO USUÁRIO

CLÁUSULA 18. Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação federal, neste Protocolo de Intenções, na legislação dos Municípios consorciados e nos regulamentos adotados pelo Consórcio, asseguram-se aos usuários:

I – em atenção ao princípio da publicidade, as Assembleias Gerais serão públicas, bem como as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, contratação de bens e serviços, bem como permitir que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos.

CLÁUSULA 19. É direito dos usuários dos serviços prestados pelo CISA apresentar reclamações e sugestões junto a Ouvidoria, especialmente criada para a finalidade de receber, apurar e solucionar queixas, reclamações e sugestões dos consorciados, dos cidadãos e dos demais usuários.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 20. Os contratos de programa, tendo por objeto a prestação de serviços na área da saúde, serão firmados, na forma da lei, por cada Município consorciado.

Parágrafo único: O(s) objeto(s) dos contratos de programa que serão celebrados se darão mediante despesa de licitação ou procedimento legal previsto, incumbindo ao Município contratante obedecer às condições e procedimentos previstos na legislação pertinente.

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO
DISPOSIÇÕES GERAIS

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

CLÁUSULA 21. *(Do estatuto)* O Consórcio será organizado por Estatuto cuja disposição deverá atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público decorrente da homologação, por lei, do Protocolo de Intenções.

Parágrafo único: Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar, regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento da organização do consórcio.

**DA ESTRUTURA
DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULA 22. A estrutura básica será composta pelo Conselho de Prefeitos, Presidente e Vice-Presidente, Conselho Fiscal, Ouvidoria, Procuradoria Geral, Controle Interno, Diretoria Administrativa, Diretoria de Execução de Serviços de Saúde, Departamento de Orçamento e Contabilidade, Departamento de Finanças e Tesouraria, Departamento de Compras, Departamento de Licitações, Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal, Divisão de Controle Patrimonial, Divisão do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO); Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia; Divisão do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), Divisão da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF); Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades (AME).

§ 1º. A Assembleia Geral poderá criar outros órgãos, cargos e/ou empregos públicos, mediante comprovação da necessidade.

§ 2º. Os Cargos e Empregos Públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS/12ª R.S. são os constantes dos quadros abaixo:

CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS – CISA

GRUPO ADMINISTRATIVO SUPERIOR

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Advogado	01	20H
Assistente Social 20 horas	02	20H
Assistente Social 30 horas	01	30H
Contador	01	40H

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Enfermeiro 40 horas	04	40H
Farmacêutico 20 horas	01	20H
Farmacêutico 40 horas	01	40H
Farmacêutico Bioquímico 30 horas	01	30H
Fonoaudiólogo 20 horas	01	20H

GRUPO ADMINISTRATIVO MÉDIO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Auxiliar de Enfermagem	01	40H
Assistente Administrativo	16	40H
Oficial de Administração	02	40H
Telefonista	02	30H
Técnico em Enfermagem	10	40H
Técnico em Informática	01	40H

GRUPO ADMINISTRATIVO SERVIÇOS GERAIS

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Motorista (D)	02	40H
Porteiro/ Zelador	02	30H
Serviços Gerais	08	40H

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – CAPS-AD

GRUPO ADMINISTRATIVO SUPERIOR

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Assistente Social (CAPS-AD)	01	30H
Enfermeiro (c/ Esp. Saúde Mental) 20 HS	01	20H
Enfermeiro (c/ Esp. Saúde Mental) 40 HS	01	40H
Médico/psiquiatra 20 horas (CAPS-AD)	02	20H
Psicólogo (CAPS-AD)	02	40H
Terapeuta Ocupacional (CAPS-AD) (30HS)	01	30H

GRUPO ADMINISTRATIVO MÉDIO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Artesão(CAPS-AD)	01	40H
Técnico em Administração (CAPS-AD)	03	40H
Técnico em Enfermagem (CAPS-AD)	03	40H

CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO

GRUPO ADMINISTRATIVO SUPERIOR

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Odontólogo/endodontia 20 horas	02	20H
Odontólogo/periodontia 20 horas	01	20H
Odontólogo/protesista 20 horas	02	20H

GRUPO ADMINISTRATIVO MÉDIO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Recepcionista	01	40H
Auxiliar de Higiene Dental	04	40H

CLÁUSULA 23. A remuneração do Coordenador Geral será fixada periodicamente pelo Conselho de Prefeitos, em Assembleia Geral.

CLÁUSULA 24. O ingresso no emprego público será exclusivamente através de aprovação em concurso público.

DOS CARGOS E PROVIMENTOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

CLÁUSULA 25. Para o desempenho das atividades é possível a nomeação por ato do Presidente de cargos de provimento em comissão, na forma das Resoluções Nº 003/2004, 015/2009 e 006/2019.

CLÁUSULA 26. Os valores dos símbolos dos cargos de provimento em comissão, previstos nas Resoluções Nº 003/2004 e Resolução Nº 006/2019 e outras que vierem a alterá-las, poderão ser alterados por Resolução específica de iniciativa do Presidente, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

CLÁUSULA 27. EXCLUÍDA

CLÁUSULA 28. Os ocupantes do Cargo em Comissão correspondentes ao CC-01, CC-02 e CC-03, serão remunerados por subsídio em parcela única (Subsídio Único).

CLÁUSULA 29. Os integrantes dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas terão direito ao recebimento do décimo terceiro salário e férias com o adicional de 1/3.

CLÁUSULA 30. Os Servidores federais, estaduais e municipais cedidos, que forem designados para ocupar cargos de provimento em comissão, poderão desde que o ato e regulamento de cessão permitam, optar entre a remuneração deste e a do cargo de origem.

CLÁUSULA 31. EXCLUÍDA

CLÁUSULA 32. É vedada a cumulação de gratificações, adicionais em razão de função e/ou cargo em comissão.

CLÁUSULA 33. Para atender encargos de Chefia, quando não constituírem atribuições do próprio emprego, o Presidente instituirá Funções Gratificadas aos titulares de unidades administrativas, quando em efetivo exercício de suas funções.

§ 1º. As funções gratificadas serão exercidas somente por servidores efetivos ou cedidos.

§ 2º. A função gratificada não constitui cargo e será considerada como vantagem acessória ao vencimento do servidor que exercer funções de chefia.

CLÁUSULA 34. Os ocupantes nomeados em Cargos em Comissão e os com direito à função gratificada não serão remunerados por horas extraordinárias prestadas no exercício do cargo ou função.

Parágrafo único: Os cargos em Comissão e Função Gratificada seguem quadro abaixo:

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO
	I- NÍVEL DE ASSESSORAMENTO		
01	Procurador Geral	36h	CC-02
	II – NÍVEL DE DIREÇÃO		
01	Coordenador	40h	CC-01
01	Diretor de Administração Geral	40h	CC-03
01	Diretor Execução de Serviços de Saúde	40h	CC-03

III – NÍVEL DE CHEFIA

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Chefe de Departamento de Orçamento e Contabilidade	FG-02
01	Chefe do Departamento de Compras	FG-02
01	Chefe do Departamento de Licitações	FG-02
01	Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal	FG-02
01	Chefe do Departamento de Finanças e Tesouraria	FG-02
01	Chefe de Divisão do CEO	FG-03
01	Chefe da Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia	FG-03
01	Chefe de Divisão – Central de Abastecimento Farmacêutico	FG-03
01	Chefe de Divisão do CAPS-AD	FG-03
01	Chefe do Controle Interno	FG-01
01	Chefe da Ouvidoria	FG-03
01	Chefe de Divisão de Controle Patrimonial	FG-03
01	Chefe do Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades (AME)	FG-02

DA ASSEMBLEIA GERAL

DO FUNCIONAMENTO

CLÁUSULA 35. *(Natureza e composição)* A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados.

§1º. Os Vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

§2º. No caso de ausência do Prefeito, o vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.
§3º. O disposto no §2º desta cláusula não se aplica caso tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá os direitos de voz e voto.
§4º. O servidor ou ocupante de cargo ou emprego em comissão de um Município não poderá representar outro município na Assembleia Geral. A mesma proibição se entende aos servidores do Consórcio.

CLÁUSULA 36. *(Das reuniões)* A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Parágrafo único. As formas de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias serão definidas em estatuto.

CLÁUSULA 37. *(Dos votos)* Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único: O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto no julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a empregados do consórcio ou a ente consorciado, ou por deliberação da maioria da Assembleia geral, quando lhe convir.

CLÁUSULA 38. *(Do quorum)* Serão necessárias as presenças de pelo menos 4/5 (quatro quintos) dos municípios consorciados para a instalação da Assembleia Geral, na primeira votação, e 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos municípios consorciados em segunda votação, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.

Parágrafo único: Os estatutos deliberarão sobre o número mínimo de presenças necessário para que sejam válidas as deliberações da Assembleia Geral e, ainda, o número de votos necessários a apreciação de determinadas matérias.

DAS COMPETÊNCIAS

DO ROL DE COMPETÊNCIAS

CLÁUSULA 39. *(Das Competências)* Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de usa subscrição;
II- aplicar a pena de exclusão do Consórcio;
III- elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;
IV- eleger o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição;
V- a criação e extinção de cargos em comissão e empregos públicos;
VI- Aprovar:
a) o orçamento plurianual de investimentos;
b) o programa anual de trabalho;
c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos der rateio;
d) a realização de operações de crédito;
e) a fixação, revisão e reajuste de tarifas e outros preços públicos, forma de rateio e despesas;
f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio;

VII- criar o fundo intermunicipal destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos consorciados;
VIII- aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;
IX- aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos; e
X- deliberar em casos de omissões no Protocolo de Intenções ou no Estatuto.

§1º. A cessão de servidores de outros órgãos da Federação para o consórcio, quando o ônus da cessão ficar a cargo deste, exigir-se-á, para a aprovação, o voto da maioria dos consorciados.

§2º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 40. (*Da eleição*). O presidente será eleito em reunião da Assembleia Geral especialmente convocada, devendo ser apresentada a chapa contendo o nome do candidato a Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Prefeitos, até 60 minutos que antecederem o pleito.

§ 1º. Somente serão aceitos como candidatos o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

§ 2º. O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

§ 3º. Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos.

§ 4º. Caso nenhuma chapa tenha alcançado maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujas chapas serão as duas mais votadas.

§ 5º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, serão convocados turnos subsequentes, até a solução do impasse.

CLÁUSULA 41. O Presidente indicará o nome dos integrantes do Conselho Fiscal, os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo dos Municípios consorciados.
§ 1º. A Secretaria Executiva é o órgão executivo, constituída por um Coordenador Geral e pelo apoio técnico e administrativo integrado pelo quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho de Prefeitos, após indicação do Presidente.
§ 2º. O Coordenador Geral deverá ter experiência comprovada na área de saúde e será indicado pelo Presidente, sendo de livre provimento em comissão.

DA ELABORAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

CLÁUSULA 42. Convertido o presente protocolo em contrato de Consórcio Público, com, pelo menos, três entes federativos que tenham ratificado o Protocolo de Intenções, convocarão reunião da Assembleia Geral para elaboração e/ou ratificação dos estatutos do Consórcio.

§ 1º. Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral aprovará os estatutos do Consórcio por unanimidade.

§ 2º. Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação no órgão oficial do CISA.

§ 3º. A publicação poderá se dar por extrato caso a íntegra dos estatutos esteja disponibilizada em sítio da rede mundial de computadores – internet - a ser mantido pelo Consórcio.

DAS ATAS

CLÁUSULA 43. (*Do registro*). Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista, a presença de todos os Municípios representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral; e

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 44. (*Da publicação*). A íntegra da ata da Assembleia Geral será de livre acesso para qualquer interessado, o qual, mediante o pagamento das despesas de reprodução, poderá receber cópia da ata.

DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 45. (*Da competência*). Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Diretoria;

IV – nomear o Coordenador Geral;

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

VI – julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;
b) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

VII – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, *ad referendum*, tomar as medidas que reputar urgentes;

VIII – suspender o atendimento dos consorciados nas hipóteses previstas.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Geral.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Geral poderá ser autorizado a praticar atos *ad referendum* do Presidente.

**DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS AGENTES PÚBLICOS
DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA 46. (*Do exercício de funções remuneradas*) Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento.

Parágrafo ÚNICO. A atividade da Presidência, Vice- Presidente e Conselheiros do Consórcio, bem como de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

DOS EMPREGOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 47 (*Do regime jurídico*). Os servidores do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º. A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, será definida em ato administrativo próprio.

§ 2º. A contratação e dispensa de empregados públicos compete ao Presidente.

§ 3º. Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para consorciados.

§ 4º. O Conselho de Prefeitos poderá conceder revisão anual de remuneração dos empregados e dos cargos em comissão.

**DOS CONTRATOS
DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA 48. (*Das contratações diretas por ínfimo valor*) Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo do disposto na legislação pertinente aos Consórcios Públicos, observarão o seguinte procedimento:

I – serão instauradas por decisão do Presidente ou do Coordenador Geral;
II – a homologação e a adjudicação poderá ser delegada pelo Presidente do Consórcio ao Coordenador Geral.

CLÁUSULA 49. (*Da publicidade das licitações*) Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas disponíveis a qualquer interessado, mediante o fornecimento de cópia, com o pagamento do valor referente a custo das mesmas.

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA 50. (*Do regime da atividade financeira*). A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I – contratos de rateio;
II – remuneração pela prestação de serviços;
III – remuneração por atividades de regulação e fiscalização da prestação de serviços delegados;
IV – subvenções recebidas de entes públicos não consorciados;
V – doações;
VI – os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;
VII – as rendas de seu patrimônio;
VIII – o produto da alienação dos seus bens;
IX – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicações de capitais.

CLÁUSULA 51. *(Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio)* Os entes consorciados somente destinarão recursos ao Consórcio nos termos previstos no presente instrumento e quando:

I – tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – houver contrato de rateio.

§ 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária de outra esfera ou competência administrativa, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

CLÁUSULA 52. (*Da fiscalização*). O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o operador do serviço.

DA CONTABILIDADE

CLÁUSULA 53. (*Da segregação contábil*) No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º. Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º. Todas as demonstrações financeiras serão apresentadas na Assembleia Geral, ao final de cada exercício contábil.

DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA 54. (*Dos convênios*. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA 55. (*Da interveniência*) Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

**DA SAÍDA DO CONSÓRCIO
DO RECESSO**

CLÁUSULA 56. (*Do recesso*). A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA 57. (*Dos efeitos*) A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:
I – decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em reunião de Assembleia Geral;

II – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA 58. O município consorciado que deixar de efetuar o pagamento de 1 (uma) fatura mensal, referentemente aos serviços prestados pelo CISA, terá o serviço suspenso até o efetivo pagamento integral do débito vencido e não pago, sem prejuízo de manter o pagamento do custo administrativo através de repasse direto da verba proveniente do SUS.

DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 59. (*Das hipóteses de exclusão*) São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por contrato de rateio;

II – a subscrição do protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis.

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 60. (*Do procedimento*) Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa do contraditório.

PARÁGRAFO ÚNICO: A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 61. *(Da extinção)* A extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 62. (*Do regime jurídico*) O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005; por seu Estatuto; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

CLÁUSULA 63. (*Da interpretação*) A interpretação do disposto neste Contrato deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios;

I – *respeito à autonomia dos entes federativos consorciados*, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
II – *solidariedade*, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;
III – *eletividade* de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;
IV – *transparência*, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;
V – *eficiência*, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA 64. (*Da exigibilidade*) Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legitima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 65. (*Da correção*) Havendo omissão, contradição e/ou obscuridade no Contrato de Consórcio e no Contrato de Programa, ficará a cargo da Assembleia Geral dirimi-las.

DO FORO

CLÁUSULA 66. (Do foro). Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, fica eleito o foro de Umuarama-PR.

Sede do CISA.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

ALTÔNIA	ALTO PARAISO	ALTO PIQUIRI
BRASILÂNDIA DO SUL	CAFEZAL DO SUL	CRUZEIRO DO OESTE
DOURADINA	ESPERANÇA NOVA	FRANCISCO ALVES
ICARAIMA	IPORÃ	IVATÉ
MARIA HELENA	MARILUZ	NOVA OLIMPIA
PEROBAL	PEROLA	SÃO JORGE DO PATROCINIO
TAPIRA	XAMBRÊ	

**ANEXO II
DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO/CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL DE SAÚDE**

ESTATUTO

CISA/AMERIOS – 12ª. R. S.

10ª ALTERAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Municípios representados pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, devidamente autorizados por suas respectivas Leis Municipais e conforme disposto no artigo 30, inciso VII, da Constituição Federal combinado com o artigo 10, inciso II, da Lei Federal nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990; artigo 3º, § 3º, da Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Complementar do Estado do Paraná nº. 82, de 24 de junho de 1998, constituem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª. REGIONAL DE SAÚDE, que será regido pelas seguintes normas:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª R.S. é constituído como associação pública, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica que integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, com sede no Município de Umuarama – PR, na Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, nº 866, CEP 87503-030.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral do Consórcio, instância máxima do consórcio público, presidida obrigatoriamente pelo Chefe do Executivo de ente da Federação consorciado, mediante decisão da maioria absoluta dos consorciados, poderá alterar a sede.

Art. 2º. O Consórcio é constituído pelo Municípios representados pelos Prefeitos Municipais de Altônia, Alto Paraíso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Xambrê.

Art. 3º. O CISA/AMERIOS-12ª.R.S. é constituído por prazo indeterminado, devendo reger-se pelas normas do Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº. 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Nº 6017/2007 e demais Legislações pertinentes, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos.

Parágrafo Único. Por se revestir de personalidade jurídica de direito público, o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Art. 4º. É facultado o ingresso de novo(s) associado(s) no CISA/AMERIOS-12ª.R.S. a qualquer momento e a critério do Conselho de Prefeitos e pelo(s) Prefeito(s) do Município que desejar(em) consorciar-se, o qual apresentará a Lei Municipal autorizadora, por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público, através da concordância da maioria absoluta dos Consorciados.

§ 1º. Além do pagamento do valor correspondente a participação inicial dos Municípios fundadores, devidamente corrigida, o Município recém consorciado submeter-se-á aos critérios técnicos para cálculo do valor dos custos (patrimônio à época / população total de todos os consorciados x população do Município ingressante) e de outros preços públicos, bem como para seu reajuste e revisão.

§ 2º. Caso um dos Municípios consorciados se retire do Consórcio e seja deliberada sua volta, a pedido do mesmo, este também se sujeitará ao pagamento do valor da joia, proporcionalmente ao tempo em que se manteve afastado.

Art. 5º. O CISA/AMERIOS – 12ª. R. S. terá duração indeterminada.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS OU FINS SOCIAIS

Art. 6º. São finalidades do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S.:

I - obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS nos municípios consorciados, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada, contratos de programa e rateio, conforme estipulado na Constituição Federal, artigos 196 à 200;

II - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a Saúde dos habitantes da região e implantar serviços afins, tendo como esteio as regras e condições previstas pela Lei Federal nº. 11.107/2005;

III - assegurar a prestação de serviços de saúde à População dos municípios consorciados, de maneira eficiente, eficaz e igualitária, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação de Contrato de Rateio e pagamento de preço público;

IV - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado.

Art. 7º. São objetivos do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S.:

I - a integração, do planejamento, gerenciamento, coordenação, execução e regulação e, nos termos de delegação específica de cada consorciado, a fiscalização da prestação dos serviços públicos de saúde, odontológica, assistencial, atendimento psicossocial, especializada e ambulatorial, na forma direta ou indireta, suplementares ou complementares ao SUS, bem como a gestão associada de serviços públicos, podendo o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. exercer outras atribuições, desde que expressamente autorizada pelos entes federativos interessados;

II - obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS, além de garantir a implantação de serviços públicos suplementares e complementares, através de gestão associada de serviços públicos;

III - assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS;

IV - assegurar o estabelecimento de um sistema de referência e contrarreferência eficiente e eficaz, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação específica;

V - gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;

VI - representar os municípios que o integram perante as esferas de governo e nos assuntos de interesse comum sobre saúde pública e serviços médicos, perante quaisquer autoridades, instituições ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

VII - criar Instrumento de Controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;

VIII - otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do consórcio;

IX - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde e assistência social dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná;

X - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

XI - realizar estudos sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

XII - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de materiais, medicamentos e outros;

XIII - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios ou que neles vier a se estabelecer, assegurando prestação de serviços à população, eficiente, eficaz e igualitário, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde e médicos disponíveis nos municípios;

XIV - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XV - prestar assessoria no planejamento, adoção, implantação e execução de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados, tendo como esteio as regras e condições da Federal nº 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Nº 6017/2007;

XVI - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XVII - viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde.

XVIII - a capacitação técnica do pessoal encarregado da gestão dos serviços públicos nos Municípios consorciados; e,

XIX - mesmo quando não referentes aos serviços públicos da área de saúde, o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. poderá:

a) realizar licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta, nos termos do artigo 19, da Lei 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Nº 6017/2007;

b) aquisição de bens ou serviços técnicos especializados para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;

c) a prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único. Os bens adquiridos ou administrados na forma da alínea 'b' do inciso XIV do caput serão de uso somente dos entes Consorciados, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

Art. 8º. Para cumprir suas finalidades e objetivos, o CISA/AMERIOS-12ª.R.S. poderá:

I - adquirir os bens móveis e imóveis que entender necessários a ampla realização das finalidades do Consórcio, através de recursos próprios ou decorrentes de rateio de investimento de seus entes, os quais integrarão o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, termos de parceria e de ajuste, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo;

III - prestar a seus associados serviços de acordo com a disponibilidade existente, especialmente assistência técnica fornecendo e recebendo, inclusive, recursos humanos e materiais, materiais técnicos, utensílios e equipamentos profissionais, veículos de transporte para pacientes e outros;

IV - adquirir equipamentos na área específica médica e odontológica, insumos e produtos, drogas, medicamentos, necessários à realização de serviços de saúde à população pertencente aos municípios consorciados;

V - contratar e credenciar profissionais especializados para prestação de serviços médicos e de saúde, bem como pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços delegados a título de substituição de escalas e férias, plantões e emergências, através de parcerias, convênios de cooperação, com consorciados, unidades básicas de saúde, laboratórios, entidades beneficentes e privadas, hospitais, escolas públicas e particulares, além de órgãos e entidades Estaduais e Federais;

VI - administrar direta ou indiretamente os serviços médicos e de saúde, programas governamentais e projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar ou complementar, desde que disponíveis pelos municípios associados, nos termos da Lei nº. 11.107/2005 e regulamentada pelo Decreto Nº 6017/2007;

VII - receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VIII - conceder adicionais aos servidores cedidos ao CISA/AMERIOS-12ª.R.S., no montante fixado pelo Conselho de Prefeitos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos art. 23, §1º, do Dec. 6.017/2007;

IX - em casos de necessidade temporária excepcional de interesse público, contratar serviços por tempo determinado.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 9º. Constitui-se, dentre outros, direitos dos consorciados:

I - votar e ser votado em reuniões extraordinárias, assembleias e eleições;

II - receber rendimento de acordo com o cronograma de agendamento previamente fixado pela Administração do Consórcio;

III - obter informativos sobre todos os atos realizados, bem como acesso ao balanço, balancetes, relatórios e planos de atividades;

IV - elaborar sugestões para melhor funcionamento administrativo do Consórcio;

V - convocar os órgãos deliberativos para discussão de assuntos de interesse geral, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.

Art. 10. Constituem-se, dentre outros, deveres dos consorciados:

I - saldar em dia os débitos relativos aos serviços prestados pelo CISA/AMERIOS-12ª.R.S.;

II - respeitar o cronograma de agendamento de consultas fixado pela Administração do Consórcio;

III - contribuir para melhor e efetivo funcionamento das atividades do CISA/AMERIOS-12ª.R.S.

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 11. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas gerais do direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA

DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12. A estrutura básica será composta pelo Conselho de Prefeitos, Presidente e Vice-Presidente, Conselho Fiscal, Secretaria Executiva, Ouvidoria, Procuradoria Geral, Diretoria de Administração Geral, Diretoria de Execução de Serviços de Saúde; Departamento de Finanças e Tesouraria; Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal, Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades (AME); Departamento de Orçamento e Contabilidade; Departamento de Compras; Departamento de Licitações, Divisão de Execução – Controle Patrimonial; Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomias; Divisão do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas; Divisão do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial; Divisão da Central de Abastecimento Farmacêutico.

§ 1º A Assembleia Geral poderá criar outros órgãos, cargos e/ou empregos públicos, mediante comprovação da necessidade.

§ 2º O Quadro Geral de Cargos e Funções do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA encontra-se definido em documento próprio.

Art. 13. A remuneração do Coordenador Geral será fixada pelo Conselho de Prefeitos, em assembleia geral e reajustada na mesma data e índice dos demais empregados.

Art. 14. O ingresso no emprego público será exclusivamente através de aprovação em concurso público.

Art. 15. Para atender encargos de Chefia, quando não constituírem atribuições do próprio emprego, o Presidente instituirá Funções Gratificadas aos titulares de unidades administrativas, quando em efetivo exercício de suas funções.

§ 1º. As funções gratificadas serão exercidas somente por servidores efetivos ou cedidos.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE
Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ
Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 2º. A função gratificada não constitui cargo e será considerada como vantagem acessória ao vencimento do servidor que exercer funções de chefia.

Art. 16. Os ocupantes nomeados em Cargos em Comissão e os com direito à função gratificada não serão remunerados por horas extraordinárias prestadas no exercício do cargo ou função.

DA ASSEMBLEIA GERAL

DO FUNCIONAMENTO

Art. 17. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados, competindo-lhe, privativamente:

I - eleger os administradores;

II - destituir os administradores;

III - aprovar as contas;

IV - alterar o estatuto.

§ 1º. Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

§ 2º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º. O disposto no § 2º desta cláusula não se aplica caso tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá os direitos de voz e voto.

§ 4º. O servidor ou ocupante de cargo ou emprego em comissão de um Município não poderá representar outro Município na Assembleia Geral. A mesma proibição se estende aos empregados do Consórcio.

Art. 18. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Parágrafo único. Os consorciados serão convocados com, pelo menos, 10 dias de antecedência para a Assembleia Geral ou Extraordinária, ou em 48 horas quando tratar de assunto urgente, que possa trazer prejuízo ao CISA/AMERIOS-12ª.R.S. .

Art. 19. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto no julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a empregados do Consórcio ou a ente consorciado, ou por deliberação da maioria da Assembleia Geral, quando lhe convir.

Art. 20. Será necessária a presença de pelo menos 4/5 (quatro quintos) dos municípios consorciados para a instalação da Assembleia Geral, na primeira votação, e 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos municípios consorciados em segunda votação, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.

Art. 21. Para realização de Assembleia Extraordinária será necessária a maioria simples em primeira convocação e qualquer número em segunda convocação.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

DO ROL DE COMPETÊNCIAS

Art. 22. Compete ao Conselho de Prefeitos:

I - homologar o ingresso no Consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III -elaborar o estatuto do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger o Presidente do Consórcio, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição. A eleição ocorrerá em Assembleia convocada na primeira quinzena do mês de janeiro.

V - a criação e extinção de cargos em comissão e empregos públicos;

VI - aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

e) a fixação, revisão e reajuste de tarifas e outros preços públicos, forma de rateio das despesas;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio;

VII – criar o fundo intermunicipal destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos consorciados;

VIII – aceitar a cessão de empregados por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos; e,

X – deliberar em caso de omissões no Protocolo de Intenções ou no Estatuto.

§ 1º. A cessão de empregados de outros órgãos da Federação para o Consórcio, quando o ônus da cessão ficar a cargo deste, exigir-se-á, para a aprovação, o voto da maioria dos consorciados.

§ 2º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

Art. 23. Incumbe ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III - convocar as reuniões da Diretoria;

IV - nomear o Coordenador Geral;

V - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

VI - julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

b) aplicação de penalidades a empregados do consórcio;

VII – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

VIII – suspender o atendimento dos consorciados nas hipóteses previstas.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Geral.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Geral poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 24. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente quando da sua ausência ou impedimentos.

Art. 25. O Presidente indicará o nome dos integrantes do Conselho Fiscal, os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo dos Municípios consorciados.

§ 1º. A Secretaria Executiva é o órgão executivo, constituída por um Coordenador Geral e pelo apoio técnico e administrativo integrado pelo quadro de pessoal, após indicação do Presidente.

§ 2º. O Coordenador Geral deverá ter experiência comprovada na área de saúde e será indicado pelo Presidente, sendo de livre provimento em comissão.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio.

II - Acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômico-financeiras da entidade;

III – Exercer o controle de gestão e de finalidades do CISA/AMERIOS-12ª.R.S. ;

IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos pelo Coordenador Geral;

V - emitir parecer sobre proposta de alterações do presente Estatuto;

VI - eleger seu Presidente, Vice – Presidente, 1º Secretário, e 2º Secretário.

Art. 27. Compete à Ouvidoria, que será dirigida por um Ouvidor-Geral:

I - Estruturar o departamento visando facilitar o acesso aos interessados a comunicar elogios, sugestões e reclamações;

II - Avaliar a complexibilidade dos elogios, sugestões e reclamações e encaminhar relatório ao Coordenador, que poderá encaminhar ao Presidente e ao Conselho de Prefeitos;

III - Realizar avaliações de redução ou aumento de reclamações, sugestões ou elogios após alterações administrativas e funcionais do CISA;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

IV - Confeccionar imparcialmente e objetivamente os relatórios a serem entregues ao Coordenador;

V - Executar todas as demais tarefas compatíveis com a função ou que forem sugeridas pelo Coordenador e acolhidas por deliberação do Conselho de Prefeitos;

Art. 28. Os empregados dos órgãos e unidades integrantes da estrutura do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S. deverão prestar apoio e informações ao Ouvidor-Geral em caráter prioritário e em regime de urgência.

Art. 29. O Ouvidor-Geral, ou quem por ele expressamente designado, no uso das atribuições específicas da Ouvidoria Geral, terá acesso a quaisquer repartições, órgãos e unidades do âmbito do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S. e dos órgãos a ele vinculados, podendo requisitar documentos para exame e posterior devolução.

Art. 30. O Ouvidor-Geral representará aos órgãos superiores competentes, para os efeitos disciplinares e funcionais, contra os que descumprirem o disposto neste estatuto.

Art. 31. O suporte técnico-administrativo necessário ao desempenho das atribuições do Ouvidor-Geral será prestado por todos os setores da estrutura administrativa do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S., mediante requisição fundamentada.

Parágrafo único. O Ouvidor-Geral poderá criar grupos de trabalhos ou comissões, de caráter transitório, para atuar em projetos específicos, contando com a participação dos departamentos e setores do CISA/AMERIOS – 12ª. R.S.

Art. 32. Do Controle Interno:

O Controle Interno é departamento independente que atuará de forma prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivará a avaliação da ação administrativa e da gestão fiscal dos gestores e funcionários, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Art. 33. À Procuradoria Geral compete:

I - auxiliar a Presidência, Conselho, Coordenador e Diretores no cumprimento das atribuições de cada órgão;

II - presidir sindicância e processos administrativos em geral, sempre que julgar necessário ou quando solicitado;

III - defender o CISA nas ações trabalhistas, utilizando-se de todos os recursos legais aplicáveis;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

IV - assessorar o Departamento de Recursos Humanos, na área de pessoal e suas relações empregatícias;

V - proceder estudos e emitir pareceres pertinentes às relações de trabalho, previdência social, processos disciplinares e outros assuntos e matérias submetidos à seu exame;

VI - acompanhar o andamento dos processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado;

VII - assessorar e participar de processos de avaliação de desempenho de funcionários, para fins do estágio probatório e das promoções do plano de carreira;

VIII - promover ações judiciais de interesse do CISA;

IX - efetuar a cobrança judicial dos devedores do CISA;

X - acompanhar as publicações dos órgãos oficiais relativas à processos em que o CISA esteja envolvido, bem como fazer a defesa dos mesmos nos prazos legais;

XI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente ou Coordenador.

Art. 34. A Diretoria de Administração será responsável por:

I - Assessorar o Presidente e o Coordenador em suas ações administrativas, bem como subsidiar ações assessoramento administrativo a todos os órgãos do Consórcio;

II - Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de Compras e Licitações, estabelecendo diretrizes e prestando auxílio nas atividades relacionadas ao processo licitatório e aquisições de materiais;

III - Fazer acompanhamento das ações de planejamento, programação, comando, controle e avaliação executadas pelos serviços componentes do CISA;

IV - Ter conhecimento global das Unidades Prestadoras de Serviços - UPS credenciadas no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS, do cadastramento dos serviços e acompanhamento do pagamento, quantidade e qualidade dos serviços prestados aos usuários;

V - Realizar acompanhamento da Programação Físico-Orçamentária;

VI - Coordenar a elaboração de relatório mensal dos créditos financeiros dos serviços prestados de consultas, exames e procedimentos por profissionais contratados e conveniados pelo preço da Tabela SUS e Tabela CISA;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VII - Controlar a emissão de autorização e elaboração do relatório mensal de produção de consultas, de exames e procedimentos gerados pelos profissionais nos ambulatórios do Consórcio, para fins de faturamento;

VIII - Designar o fechamento e a elaboração de relatório das requisições de consultas, das requisições de exames, procedimentos e cirurgias prestadas por profissionais credenciados pelo preço da Tabela de Procedimentos Médicos do CISA/AMERIOS, para fins de faturamento junto aos municípios, e empenhos dos créditos aos profissionais;

IX - Sistematizar as ações setoriais no Plano de Ação Integrado;

X - Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência.

Art. 35. À Diretoria de Execução dos Serviços de Saúde compete:

I - Fazer acompanhamento das ações de planejamento, programação, comando, controle e avaliação executadas pelos serviços componentes do CISA;

II - Coordenar a elaboração do Registro Geral, que abrange a organização de mapas diários do movimento ambulatorial quanto à marcação de consultas, exames e procedimentos, abertura de prontuário, controle e distribuição aos serviços contratados e conveniados pelo preço da Tabela Nacional do SUS e Tabela CISA;

III - Controle e emissão de autorização e elaboração do relatório mensal de produção de consultas, de exames e procedimentos gerados pelos profissionais nos ambulatórios do Consórcio, para fins de faturamento junto ao fundo municipal de saúde de Umuarama e registro no SIASUS ou outro que por força de lei;

IV - Acompanhar a produção de serviços de saúde com otimização dos recursos recebidos em relação aos serviços ofertados;

V - Agilizar e facilitar o acesso às consultas e exames especializados referenciados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados;

VI - Integrar as ações do Sistema Único de Saúde - SUS;

VII - Desenvolver atividades de assistência e prestação de serviços à comunidade dos Municípios consorciados;

VIII - Elaborar relatório das requisições de consultas, das requisições de exames, procedimentos e cirurgias prestadas por profissionais credenciados pelo preço da Tabela de Procedimentos Médicos do CISA/AMERIOS, para fins de faturamento junto aos Municípios;

IX - Implementar ações de articulação das atividades das entidades assistenciais;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

X - Planejar e praticar as atividades do Plano de Assistência Social de acordo com o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum - PLACIC;

XI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador no âmbito de sua área de atuação.

Art. 36. Ao Departamento de Finanças e Tesouraria compete:

I - Executar as atividades de rotina contábil;

II - Promover a guarda e movimentação de valores;

III - Supervisionar os investimentos, bem como o controle dos mesmos e da capacidade financeira do Consórcio;

IV - Elaborar e manter o controle do cronograma de desembolso financeiro;

V - Promover o planejamento operacional e a execução financeira da secretaria executiva;

VI - Elaborar relatórios financeiros aos municípios consorciados, identificando as despesas efetuadas com os serviços de saúde;

VII - Executar as atividades financeiras, quanto ao pagamento das despesas da Secretaria Executiva;

VIII - Emitir notas de empenho;

IX - Controlar os cheques expedidos com lançamento em registro próprio;

X - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou Coordenador no âmbito de sua área de atuação;

Art. 37. Ao Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal compete:

I - Executar normas sobre o controle da administração de pessoal, tais como: planejar, controlar, orientar e executar, as atividades relativas à administração de pessoal, compreendendo recrutamento, seleção, admissão, locação, exoneração;

II - Propor, estudar, regulamentar e gerir toda a legislação e administração de pessoal;

III - Administrar, controlar a previdência social dos empregados públicos quando necessário;

IV - Coordenar a intermediação e contratação de fornecedores visando estabelecer parcerias com bom nível de serviço e otimização de custos para contratação de estagiários;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

V - Elaborar o fechamento da folha de pagamento e o controle dos atos formais de pessoal, inclusive os cedidos por órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Centro de Integração Empresa e Escola;

VI - Manter os registros funcionais de recursos humanos, controle das perícias médicas e segurança no trabalho;

VII - Manter o controle de exames médicos pré-admissionais, demissionais e periódicos dos funcionários;

VIII - Coordenar o relacionamento do Consórcio com os órgãos representativos dos funcionários;

IX - Controlar o Relógio Ponto, a carga horária, as horas extras, elaborar escala de férias, notificações, advertências, avaliações e manter controle sobre as licenças legais, afastamento dos funcionários lotados na instituição, solicitando pareceres técnicos quando houver necessidade;

X - Solicitar a abertura de sindicâncias ou a instauração de inquéritos administrativos para apurar irregularidades cometidas por empregados públicos;

XI - Aplicar as penalidades previstas na legislação específica em vigor;

XII - Manter o controle de pagamento de guias dos encargos sociais;

XIII - Elaborar e entregar no prazo legal todos os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas, bem como o SIM/AP;

XIV - Participar do levantamento de necessidades de treinamento e de demandas por projetos de desenvolvimento;

XV - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador no âmbito de sua área de atuação.

Art. 38. Ao Departamento do Ambulatório Médico de Especialidades - AME compete:

I – Coordenar técnica e assistencialmente a equipe ambulatorial do Ambulatório Médico de Especialidades – AME.

II – Coordenar, dirigir, controlar e monitorar todos os assuntos relativos ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME;

III – Garantir a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências e boas práticas em saúde;

IV – Promover e manter o desenvolvimento da equipe;

V – Estimular e garantir a interdisciplinaridade da equipe.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VI - Gerenciar os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, medicamentos, no âmbito de sua competência, garantindo a sua utilização;

VII - cumprir todos os compromissos descritos nas Resoluções SESA que instituem o Programa QualiCIS e seu monitoramento bem como as legislações do SUS vigentes conforme cronograma estabelecido pela SESA.

VIII – Demais atividades afins relativas ao cargo;

Art. 39. Ao Departamento de Orçamento e Contabilidade compete:

I - Promover a elaboração e acompanhamento na execução do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – PLACIC, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Programa Anual;

II - Elaborar e acompanhar a execução do Cronograma de Desembolso Financeiro e do Plano de Ação Conjunta com Interesse Comum (PLACIC);

III - Coordenar o empenho, liquidação e o pagamento das despesas do Consórcio;

IV - Coordenar a elaboração de balancetes, demonstrativos e balanços;

V - Coordenar a elaboração e a prestação anual de contas e o cumprimento das exigências do controle externo;

VI - Coordenar os registros e controles contábeis;

VII - Coordenar a análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades dos Órgãos da Secretaria Executiva;

VIII - Analisar a necessidade de suplementação e criação das dotações Orçamentárias dos Órgãos da Secretaria Executiva;

IX - Elaborar prestação de contas aos órgãos governamentais e/ou instituições privadas dos recursos oriundos de convênios, contratos, termos de parcerias e acordos de qualquer natureza;

X - Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil;

XI - Controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos;

XII - Controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, analisar aspectos financeiros, contábeis e

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações;

XIII - Verificar a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;

XIV - Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;

XV – Planejar, programar, coordenar e realizar exames de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processo de tomadas de contas, com a finalidade de atender as exigências legais;

XVI – Elaborar e analisar processos de prestação de contas em geral e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

XVII – Fazer e entregar no prazo legal todos os documentos relativos à contabilidade exigidos pelo Tribunal de Contas, bem como o SIM/AM e SIM/PCA.

XVIII - Desenvolver outras atividades correlatas ou determinadas pelo Presidente ou Coordenador.

Art. 40. Ao Departamento de Licitação compete:

I - Estabelecer relações com o mercado fornecedor de bens, serviços e obras;

II - Manter atualizado registro de fornecedores, bem como o fornecimento de certificado de registro cadastral, mantendo a rotina de consultas de preço;

III - Acompanhar a execução dos contratos de fornecimento;

IV - Controlar os prazos e arquivamento dos contratos de serviços terceirizados;

V - Elaborar processos de credenciamento e arquivar os documentos relativos à prestadores de serviços na área da saúde;

VI - Elaborar cronograma (anual/semestral) de realização das licitações;

VII - Administrar e controlar a ocupação física dos prédios de uso do Consórcio, bem como o controle dos contratos de locação;

VIII - Coordenar o processo licitatório, desenvolvendo atividades inerentes ao bom andamento da licitação: realizar coleta de preços, elaborar minuta de editais, assessorar a Comissão nas Sessões de abertura de envelopes e julgamento de propostas em todas as modalidades de licitações;.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

IX - Elaborar e submeter minutas de editais de licitação e de termos de contrato e seus aditivos à Diretoria Administrativa;

X - Subsidiar relatórios e demais instrumentos que integrem a prestação de contas do Consórcio;

XI - Elaborar estudos e emitir parecer em assuntos de sua área de competência;

XII - Triagem e impressão das solicitações de compras, montagem dos processos de compras, lançamento dos processos no Sistema, elaboração de editais de compras e publicação dos processos e acompanhamento de contratos;

XIII - Providenciar anualmente o cadastramento de serviços e funcionários que irão compor as comissões julgadoras, através de Resolução e devidamente publicado antes do início do exercício financeiro;

XIV - Providenciar semestralmente através de Resolução a comissão julgadora para os processos licitatórios e leiloeiro;

XV - Preparar o arquivamento dos processos licitatórios por bimestre, convite, pregão e ou dispensa de licitação devidamente identificados para o Departamento de Orçamento e Contabilidade;

XVI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador, ou superior hierárquico, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 41. Ao Departamento de Compras compete:

I - Coordenar a execução das atividades relativas à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado;

II - Elaborar e promover a aprovação e divulgação do calendário de compras do CISA/AMERIOS 12ª. R.S;

III - Manter atualizado registro de fornecedores, bem como o fornecimento de certificado de registro cadastral, mantendo a rotina de consultas de preço;

IV - Proceder à pesquisa de preços;

V - Controlar os níveis de estoque de materiais, promovendo as respectivas aquisições;

VI - Elaborar demonstrativos de entrada e saída de materiais efetuando os devidos controles e promovendo os registros necessários, bem como promover o levantamento do inventário físico-financeiro do material estocado;

VII - Atender às requisições de material;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VIII - Elaborar planos de distribuição de material;

IX - Orientar quanto à correta especificação de material de consumo e permanente;

X - Controlar prazos de entrega de material e propor a aplicação de multas a fornecedores inadimplentes;

XI - Adequar os estoques ao cronograma de realização de licitações;

XII - Conferir as Notas Fiscais dos fornecedores, carimbar no verso atestando que os materiais foram entregues, com assinatura e carimbo do responsável, e entregar ao Departamento de Orçamento e Contabilidade;

XIII - Instruir processos relativos e assuntos de sua competência;

XIV - Subsidiar relatórios e demais instrumentos que integrem a prestação de contas do Consórcio;

XV - Elaborar estudos e emitir parecer em assuntos de sua área de competência;

XVI - Triagem e impressão das solicitações de compras, montagem dos processos de compras, lançamento dos processos no Sistema, elaboração de editais de compras e publicação dos processos e acompanhamento de contratos;

XVII - gerar relatório estatístico sobre a demanda anual dos materiais de consumo para orientar a elaboração do planejamento para o exercício financeiro seguinte;

XVIII - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador ou superior hierárquico, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 42. À Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomias compete:

I – Coordenar técnica e assistencialmente a equipe ambulatorial do Ambulatório de Feridas e Ostomias;

II – Coordenar, dirigir, controlar e monitorar todos os assuntos relativos ao Ambulatório de Feridas e Ostomias;

III – Garantir a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências e boas práticas em saúde;

IV – Promover e manter o desenvolvimento da equipe;

V – Estimular e garantir a interdisciplinaridade da equipe;

VI - Gerenciar os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, medicamentos, no âmbito de sua competência, garantindo a sua utilização;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VII - cumprir todos os compromissos descritos em diretrizes e regras relativas aos atendimentos, tratamentos e reabilitações de acordo com as legislações e demais regras do SUS vigentes;

VIII – Demais atividades afins relativas.

Art. 43. À Divisão de Execução - Controle Patrimonial compete:

I - Atestar o recebimento dos itens de patrimônio adquiridos pelo CISA/AMERIOS 12ª. R.S.;

II - Promover o tombamento do material permanente antes de sua distribuição;

III - Efetuar a distribuição do material permanente;

IV - Orientar quanto à correta especificação de material de consumo e permanente;

V - Instruir processos relativos a assuntos de sua competência;

VI - Proceder o controle de movimentação de bens móveis nos diversos setores;

VII - Baixar e/ou promover a baixa de material permanente; inservível ou em desuso, cedido, permutado ou alienado, comunicando a ocorrência aos setores interessados;

VIII - Manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do CISA/AMERIOS 12ª. R.S, elaborando periodicamente o rol dos responsáveis por sua guarda;

IX - Promover o levantamento do inventário físico e prestar os esclarecimentos necessários;

X - Receber, em devolução, mantendo-o sob sua guarda, o material ocioso, obsoleto ou defeituoso, efetuando os registros necessários e redistribuindo-os, quando possível;

XI - Controlar os contratos de serviços de manutenção terceirizados;

XII - Solicitar dos prestadores de serviços laudo técnico dos serviços executados para maior controle e melhor uso dos equipamentos;

XIII - entregar aos fornecedores as notas de empenho dos bens patrimoniáveis adquiridos pela Instituição, com posterior envio à Seção de Almoxarifado para controle do prazo de entrega;

XIV - colher, quando necessário, nas notas fiscais emitidas pelos fornecedores dos bens patrimoniáveis, o atestado do solicitante para fins do seu recebimento definitivo;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

XV - receber e encaminhar móveis e equipamentos danificados à manutenção;

XVI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas por Chefia Superior no âmbito de sua área de atuação.

Art. 44. À Divisão do CEO compete:

I - Coordenar a equipe do CEO técnica e administrativamente, fazendo interlocução entre Chefes de Divisões, Diretores, Coordenador e Presidente, mantendo os superiores informados sobre o andamento dos trabalhos e assessorando-o nos assuntos de sua competência, reportando-se administrativamente ao Diretor Administrativo e tecnicamente ao Diretor da Saúde, quando necessário.

II - Disponibilizar em trabalhar na lógica do território: conhecer, diagnosticar, intervir e avaliar a prática cotidiana de acordo com as necessidades da população da região;

III - Gerenciar toda a equipe, planejar e conduzir reuniões técnicas locais com a mesma, inclusive controlar horários e frequências da Equipe do CEO;

IV - Garantir o bom funcionamento da unidade, mantendo previsões das necessidades logísticas (medicamentos, insumos, alimentação, materiais de escritório, etc) realizando planejamento, monitoramento, supervisão e avaliação do serviço;

V - Manter registro de produtividade respondendo pelo envio de dados da produção mensal e responder a outras tarefas conforme o necessário;

VI - Participar de reuniões, sempre que necessário;

VII - Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público e sociedade civil, bem como com outros equipamentos da saúde;

VIII - Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme as políticas públicas de saúde;

IX - Responder aos usuários e familiares, dando apoio e estrutura necessária;

X - Inspecionar os consultórios que prestam assistência odontológica, com ou sem raio X, verificando fluxo de trabalho, equipamentos, condições de higienização das mãos, processamento de artigos, biossegurança, condições de higienização e conservação do ambiente, manejo dos resíduos;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

XI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador no âmbito de sua área de atuação.

Art. 45. À Divisão do CAPS compete:

I - Construir, junto com a equipe, o projeto terapêutico da unidade especializada de saúde e o desenvolvimento do Projeto CAPS – AD, baseados em diretrizes técnicas do Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde e CISA;

II - Gerenciar a equipe CAPS – AD técnica e administrativamente, fazendo interlocução entre Chefes de Divisões, Diretores, Coordenador e Presidente, mantendo os superiores informados sobre o andamento dos trabalhos e assessorando-os nos assuntos de sua competência, reportando-se administrativamente ao Diretor Administrativo e tecnicamente ao Diretor da Saúde quando necessário;

III - Disponibilizar em trabalhar na lógica do território: conhecer, diagnosticar, intervir e avaliar a prática cotidiana de acordo com as necessidades da população da região;

IV - Gerenciar toda a equipe, planejar e conduzir reuniões técnicas locais com a mesma, inclusive controlar horários e frequências da Equipe do CAPS;

V - Garantir o bom funcionamento da unidade, mantendo previsões das necessidades logísticas (medicamentos, insumos, alimentação, materiais de escritório, etc) realizando planejamento, monitoramento, supervisão e avaliação do serviço;

VI - Manter registro de produtividade respondendo pelo envio de dados da produção mensal e responder a outras tarefas conforme o necessário;

VII - Participar de reuniões, sempre que necessário;

VIII - Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público e sociedade civil, bem como com outros equipamentos da saúde;

IX - Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme as políticas públicas de saúde;

X - Responder aos usuários e familiares, dando apoio e estrutura necessária;

XI - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador, no âmbito de sua área de atuação;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

Art. 46. À Divisão – Central de Abastecimento Farmacêutico compete:

I - Coordenar o setor da Central de Abastecimento Farmacêutico;

II - Receber os produtos comprados acompanhados das notas fiscais e conferi-los, adotando as normas técnicas de recebimento de produtos farmacêuticos . O recebimento deve seguir a rotina escrita descrita no manual da farmácia;

III - Realizar os lançamentos de entrada por meio de sistema informatizado ou manualmente e guardar os produtos em locais apropriados de acordo com as normas técnicas;

IV - Receber requisições das unidades assistenciais e da dispensação promovendo a separação, distribuição e registro de saída;

V - Realizar as atividades relacionadas à gestão de estoques;

VI - Conservar os medicamentos em condições seguras, preservando a qualidade e permitindo o uso do sistema PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair, considerando o prazo de validade) para movimentação dos medicamentos;

VII - Realizar levantamentos periódicos dos estoques e elaborar relatórios gerenciais;

VIII - Acompanhar os processos de licitação e compras de medicamentos, participando das comissões destinadas a esse fim;

IX - Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador ou superior hierárquico no âmbito de sua área de atuação.

Art. 47. Compete ao Coordenador Geral:

I - Articular as relações entre os consorciados;

II - coordenar e acompanhar a execução dos atos, reuniões, assembleias do Conselho de Prefeitos;

III - viabilizar as condições para a tomada de decisões referentes às ações do CISA;

IV - promover a execução das atividades do Consórcio;

V - propor a estruturação administrativa de seus serviços o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à aprovação do Conselho de Prefeitos;

VI - contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal, com anuência do gestor; propor ao Conselho de Prefeitos a requisição de servidores municipais para servirem no Consórcio;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

VII - elaborar o plano de atividades e proposta orçamentária anuais, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

VIII - elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

IX- elaborar os balancetes para a ciência do Conselho de Prefeitos;

X - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada pelo Conselho de prefeitos no órgão concessor;

XI - publicar, anualmente, em jornal de circulação nos Municípios consorciados, o balanço anual do Consórcio;

XII - movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Prefeitos, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

XIII - autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho de Prefeitos, e fornecimentos, que estejam de acordo com plano de atividades aprovado pelo mesmo Conselho;

XIV- Providenciar a autenticação de livros atas e de registro do Consórcio;

XV- administrar outras atividades correlatas ou determinadas pelo Presidente;

CAPÍTULO VI

DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

Art. 48. O Presidente será eleito em reunião da Assembleia Geral especialmente convocada, devendo ser apresentada a chapa contendo o nome do candidato a Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Prefeitos, até 60 minutos que antecederem o pleito.

§ 1º. Somente serão aceitos como candidatos o Chefe de Poder Executivo de ente Consorciado, que estiverem com os pagamentos das mensalidades em dia.

§ 2º. Terão direito a voto os consorciados que estiverem com, no máximo, 01 (um) mês de atraso das mensalidades.

§ 3º. O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

§ 4º. Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 5º. Caso nenhuma chapa tenha alcançado maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujas chapas serão as duas mais votadas.

§ 6º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, serão convocados turnos subsequentes, até a solução do impasse.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 49. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Parágrafo único. Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I -contratos de rateio;

II - remuneração pela prestação de serviços;

III - remuneração por atividades de regulação e fiscalização da prestação de serviços delegados;

IV - subvenções recebidas de entes públicos não consorciados;

V - doações;

VI - os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;

VII - as rendas de seu patrimônio;

VIII - o produto da alienação dos seus bens;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicações de capitais.

Art. 50. Os entes consorciados somente destinarão recursos ao Consórcio nos termos previstos no presente instrumento e quando:

I – tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – houver contrato de rateio.

§ 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS SELO DE AUTENTICIDADE Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

§ 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária de outra esfera ou competência administrativa, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

Art. 51. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o operador do serviço.

CAPÍTULO VIII

DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

Art. 52. A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Art. 53. A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em reunião da Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação.

DA SUSPENSÃO

Art. 54. O município consorciado que deixar de efetuar o pagamento de 2 (duas) faturas mensais, referentemente aos serviços prestados pelo CISA/AMERIOS-12ª.R.S., terá a serviço suspenso até o efetivo pagamento integral do débito vencido e não pago, sem prejuízo de manter o pagamento do custo administrativo através do repasse direto da verba proveniente do SUS.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE
Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ. Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

DA EXCLUSÃO

Art. 55. São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis.

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

Art. 56. Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo único. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 57. A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE
Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 da CGJ. Certifico que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

§ 4º. A alteração do estatuto de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput, observado o quórum previsto no art. 60.

Art. 58. Os associados que se retirarem espontaneamente e os excluídos do quadro social, por qualquer motivo, somente participarão da reversão dos bens e recursos da associação quando de sua extinção, proporcionalmente ao período em que era consorciado, ou encerramento de atividades de que participou.

Parágrafo único. Qualquer consorciado, entretanto, pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que esse fez na associação.

Art. 59. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste estatuto.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. O Estatuto do CISA/AMERIOS-12ª.R.S. somente poderá ser alterado pelo voto de, no mínimo, 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros do Conselho de Prefeitos, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

Art. 61. Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria absoluta do Conselho de Prefeitos.

Art. 62. Havendo consenso entre seus membros, as eleições e demais deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 63. Os votos de cada membro do Conselho de Prefeitos serão singulares, independentemente das inversões feitas pelo município que representam na associação.

Art. 64. A Diretoria do Conselho Fiscal será eleita tão logo tenham sido indicados seus membros, pelos respectivos Prefeitos.

Art. 65. Os municípios consorciados respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelo Consórcio.

Art. 66. Os membros da Diretoria do CISA/AMERIOS-12ª.R.S. não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da associação, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

O presente Estatuto foi aprovado por Assembleia Geral Extraordinária, aos 25 dias do mês de abril de 2025.

1.º TABELIONATO UMUARAMA - PR

EVERTON BARBIERI
Presidente em exercício

ROBERTO DA SILVA
Secretário em exercício

1º TABELIONATO DE NOTAS DE UMUARAMA - PR
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: EVERTON BARBIERI
Umuarama, 22 de Maio de 2025
RUTE CUSTÓDIO DA SILVA - ESCREVENTE

1º TABELIONATO DE NOTAS DE UMUARAMA - PR
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: ROBERTO DA SILVA
Umuarama, 23 de Maio de 2025
RUTE CUSTÓDIO DA SILVA - ESCREVENTE
Consulte em http://horus.funarpen.com.br

Edmundo G. Brueckheimer ADVOGADO OAB/PR [illegible]

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Umuarama - PR
SELO Nº SFTD38Opupc73TTXOAIU1225q
Consulte esse selo em http://horus.funarpen.com.br/consulta
PROTOCOLADO SOB Nº 79.950
AVERBADO AO REGISTRO Nº 957
LIVRO Nº A-023
ARQUIVO Nº 297
Umuarama-PR, 26 de maio de 2025.
Elvira Santos Moreira
Oficial Registradora
DOCUMENTO REGISTRADO POR MEIO ELETRÔNICO

ANEXO III
QUANTIDADE DE TODOS OS CARGOS, VAGAS E DE REMUNERAÇÃO ATUAIS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2025

Atualiza os valores de remuneração do Quadro constante no Anexo II e VI, Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O número de cargos e os valores percebidos pelos empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S., constantes no Quadro do Anexo II da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, ficam atualizados da seguinte maneira:

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE EMPREGO PÚBLICO

SEGMENTO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÚMERO TOTAL DE CARGOS	JORNADA SEMANAL	VALOR
Básico	Motorista (D)	05	40H	R$ 2.470,93
	Porteiro/ Zelador	02	30H	R$ 1.663,70
	Serviços Gerais	08	40H	R$ 1.718,88
Técnico	Artesão – CAPS	01	40H	R$ 2.749,68
	Auxiliar de Enfermagem	01	40H	R$ 2.287,55
	Auxiliar de Higiene Dental	04	40H	R$ 1.767,66
	Assistente Administrativo	12	40H	R$ 1.975,62
	Oficial de Administração	02	40H	R$ 3.350,36
	Recepcionista	01	40H	R$ 1.767,66
	Telefonista	02	30H	R$ 1.717,05
	Técnico em Administração (CAPS)	03	40H	R$ 1.975,62
	Técnico em Enfermagem	06	40H	R$ 2.287,55
	Técnico em Enfermagem (CAPS)	03	40H	R$ 2.287,55
Profissional	Advogado	01	20H	R$ 7.174,65
	Assistente Social (CAPS)	01	30H	R$ 5.835,25
	Assistente Social 20 horas	02	20H	R$ 2.469,65
	Assistente Social 30 horas	01	30 H	R$ 5.835,25
	Contador	01	40H	R$ 6.893,65
	Enfermeiro (c/ Esp. Saúde Mental) 20 HS	01	20H	R$ 5.160,97
	Enfermeiro (c/ Esp. Saúde Mental) 40 HS	01	40H	R$ 10.321,94
	Enfermeiro 40 horas	04	40H	R$ 5.304,76
	Farmacêutico 20 horas	03	20H	R$ 2.652,37
	Farmacêutico 40 horas	01	40H	R$ 5.304,76
	Farmacêutico Bioquímico 30 horas	01	30H	R$ 4.955,74
	Fonoaudiólogo 20 horas	01	20H	R$ 2.945,54
	Médico/psiquiatra 20 horas (CAPS)	02	20H	R$ 9.540,98
	Odontólogo/endodontia 20 horas	02	20H	R$ 4.240,43
	Odontólogo/periodontia 20 horas	01	20H	R$ 4.240,43
	Odontólogo/protesista 20 horas	02	20H	R$ 4.240,43
	Psicólogo (CAPS)	02	40H	R$ 5.160,97
	Terapeuta Ocupacional (CAPS) (30HS)	01	30 H	R$ 5.160,97

Art. 2º. Os valores percebidos pelos empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S., constantes no Quadro do Anexo VI da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, ficam atualizados da seguinte maneira:

ANEXO VI

QUADRO DOS SÍMBOLOS E VALORES RESPECTIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número total de cargos	SIMBOLO - CARGOS EM COMISSÃO	VALOR
01	CC-01	R$ 13.045,84
01	CC-02	R$ 9.600,39
02	CC-03	R$ 9.132,09

Número total de cargos	SÍMBOLO FUNÇÕES GRATIFICADAS	VALOR GRATIFICAÇÃO
1	FG01	R$ 5.822,89
6	FG02	R$ 4.783,08
5	FG03	R$ 2.079,62

Art. 3º. São atualizados: os valores remuneratórios, a quantidade de cargos públicos demonstrados nesta Resolução, assim como os valores já pagos aos servidores do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S. ao longo de sua existência,

2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

devendo esta Resolução ser devidamente ratificada como anexo ao Protocolo de Intenções do Consórcio nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, juntamente com as demais.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, respeitadas as ratificações necessárias, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para que produza efeitos, e sendo respeitadas as reposições inflacionárias remuneratórias no período em que devam ser aplicadas, na forma da lei.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente de Cisa

ANEXO IV
AMPLIAÇÃO DE VAGAS - CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - E RETIFICAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2025

Amplia vagas na estrutura administrativa do Cisa, alterando termos da Resolução 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O número de cargos de Assistente Administrativo, constante na tabela de vencimentos da Resolução nº 056/2013, é ampliado de 12 (doze) para 16 (dezesseis) vagas.

Art. 2º. Retifica-se a nomenclatura do cargo de Auxiliar Administrativo constante no Protocolo de Intenções, o qual será atualizada para Assistente Administrativo, com a ampliação do número de vagas que trata esta Resolução, sem modificação da descrição do cargo e demais atribuições no Manual de ocupações constante na Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, devendo estas e as demais retificações serem devidamente atualizadas junto ao Protocolo de Intenções do Consórcio.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente

ANEXO V
CRIAÇÃO DE CARGO DE T.I. NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2025

Súmula: Cria o cargo de Técnico em Informática no Cisa, alterando termos da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado junto à estrutura do Cisa o cargo de emprego público de Técnico em Informática – TI, com carga horária semanal de 40 (quarenta horas), Grupo Técnico do Manual de Ocupações constante na Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, Anexo VII, tendo como requisito mínimo de escolaridade educação profissional técnica de nível médio na área de informática em estabelecimento ou instituição de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), cuja investidura se fará através de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, o qual contará com 1 (uma) vaga.

Art. 2º Acrescenta-se ao Anexo VII da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013 - Manual de Ocupações, com a criação do cargo de Técnico em Informática, a seguinte redação:

ANEXO VII
ITEM 11-A

MANUAL DE OCUPAÇÕES

GRUPO:	Técnico
CARGO:	Técnico em Informática – TI
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 horas

DESCRIÇÃO DO CARGO

Realizar montagem, diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, identificando os defeitos e substituindo componentes; Instalar e configurar software (sistema operacional, utilitários e aplicativos) para desktop e servidores; Realizar instalação e manutenção de redes de computadores; Programar arquiteturas de rede e analisar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação aplicáveis em soluções de TI, avaliar a necessidade de substituição e atualização tecnológica dos componentes de redes; Instalar, configurar e desinstalar programas e softwares, utilitários e aplicativos; realizar procedimentos de backup e recuperação de dados; Prestar assistência técnica aos usuários em relação à utilização dos serviços de TI; Auxiliar nas atividades de infraestrutura de TI, mantendo a disponibilidade de sistemas; Executar manutenção de software; Prestar suporte ao ambiente interno, instalação e configuração de sistemas operacionais, redes e impressoras; Identificar problemas e/ou dificuldades de acesso e utilização de aplicações; Acompanhar e avaliar os níveis de serviços prestados; Analisar a requisição ou problema apresentado, identificando a complexidade técnica para atuar na solução e direcionar para atendimento de acordo com nível técnico correspondente; Verificar os sistemas das requisições e incidentes na fila de atendimento e analisar a prioridade conforme a urgência de cada caso; Detectar e diagnosticar, pessoalmente, os sintomas apresentados pelo equipamento de um solicitante, fisicamente ou virtualmente, verificando as condições de funcionamento das instalações físicas e do sistema, para tomar as providências necessárias de acordo com o problema apresentado; Responder pela organização e controle de peças e equipamentos quando retirados do estoque, controlando a logística e movimentação deles; Configurar equipamentos para novos funcionários ou postos de trabalho, registrando os dados (protocolos de identificação, e-mail, perfil, dispositivos móveis) no equipamento destinado ao funcionário; Realizar constante manutenção nos equipamentos, executando a manutenção de sistemas de telefonia, dados, som, imagem e afins; substituindo componentes/periféricos quando necessário, visando garantir o funcionamento adequado; Recolher equipamentos usados (que não serão mais utilizados pelos funcionários), realizar a formatação e substituição de peças, otimizando o hardware (upgrade) com o objetivo de disponibilizar o equipamento a outro colaborador; Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho com colegas e superiores hierárquicos, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho; garantir a segurança da informação, bem como fornecer suporte técnico, diagnosticar problemas, solucionar falhas de hardware e software, promover montagem, instalação e manutenção de computadores; alimentar Portal de Transparência, sítios eletrônicos e contas de aplicativos ou tarefas assemelhadas; estar disponível para realizar todas as atividades designadas em quaisquer unidades ou órgãos do Cisa, inclusive em locais que exijam locomoção entre a sede e as unidades ou municípios consorciados; Acompanhar e coordenar a execução de atividades em sua área de atuação, quando necessário e/ou solicitado, distribuindo tarefas, apurando irregularidades, efetuando conferências e analisando produtos e resultados; Elaborar pareceres, informes e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas, órgãos ou unidades integrantes do Cisa e/ou particulares, realizando estudos e orientações, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Cisa; participar efetivamente, quando solicitado ou determinado, de planos de compras ou ações, estudos técnicos preliminares, documentos de oficializações de demandas, em relação à requisição de itens, insumos, equipamentos ou serviços do gênero e espécie relacionados às suas atribuições; participar ou responder pela criação de documentos relacionados às suas atribuições e atividades quando solicitado ou determinado; Executar outras atribuições e atividades relacionadas ou compatíveis com a natureza do cargo.

REQUISITOS PARA O CARGO

Formação e exigências mínimas: Educação profissional técnica de nível médio ou superior na área de informática em estabelecimento ou instituição de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e ter Carteira Nacional de Habilitação – CNH – Categoria B

Art. 3º. O Quadro de Cargos de Emprego Público, previsto no Anexo II da Resolução nº 056/2013 de 20 de dezembro de 2013, que determina o segmento, e prevê a quantidade, jornada semanal e remuneração dos cargos de empregos públicos junto ao Cisa, passa a vigorar com o seguinte acréscimo, produzindo efeitos:

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE EMPREGO PÚBLICO

SEGMENTO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÚMERO TOTAL DE CARGOS	JORNADA SEMANAL		VALOR INICIAL
Técnico	.....	....	....	....	
	Técnico em Informática - TI	01	40H	R$	3.100,00
	....	....	....	....	

Art. 4º. Ficam ratificados os demais itens da Resolução nº 056/2013 de 20 de dezembro de 2013 e Resoluções posteriores não conflitantes.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, produzindo efeitos legais após ratificações necessárias, sem prejuízo das correções atinentes às reposições inflacionárias remuneratórias do cargo criado.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente

ANEXO VI
TRANSFORMAÇÃO DE CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM EM TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2025

Altera a Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e autoriza o Presidente do Cisa a transformar o Cargo de Auxiliar de Enfermagem em Técnico em Enfermagem, e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica transformado o Cargo de Auxiliar de Enfermagem, constante do Quadro de Carreiras da Saúde do Cisa, em Cargo de Técnico em Enfermagem, da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013.

§1º. Pela transformação do cargo a que alude o caput deste artigo, e após o enquadramento e provimento que se dará mediante nomeação de todos os servidores já integrantes do Consórcio no Cargo de Técnico em Enfermagem, fica extinto o Cargo de Auxiliar de Enfermagem.

§2º. É condição prévia e obrigatória para o enquadramento e nomeação no Cargo de Técnico em Enfermagem que o servidor já integrante da Administração Pública investido no Cargo de Auxiliar de Enfermagem haja concluído o correspondente Curso Técnico e tenha obtido o registro no Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Paraná- COREN/PR.

§3º. A investidura no Cargo de Técnico em Enfermagem para aqueles que não integram o Quadro de Cargos da Administração Pública, deverá ser efetuada obrigatoriamente e originalmente através de concurso público na forma legal.

Art. 2º - O enquadramento e nomeação do servidor no cargo de Técnico de Enfermagem nos termos dos postos no §2º do art. 1º desta Resolução, será realizado de forma graduada, à medida em que o servidor Integrante do Consórcio for preenchendo os requisitos desta Resolução e mediante prévio requerimento do interessado.

Art. 3º - O cargo de Técnico em enfermagem constante na tabela de vencimentos da Resolução nº 056/2013, assim como Protocolo de Intenções, passará a contar com 10 (dez) vagas.

Paragrafo único - O número de vagas criadas para o cargo de Técnico em Enfermagem, serão deduzidos do número de vagas existentes do Cargo de Auxiliar em Enfermagem.

Art. 4º - Com a transformação do Cargo de Auxiliar de Enfermagem em Cargo de Técnico em Enfermagem, fica expressamente vedada a contratação, nomeação ou, de qualquer forma, a admissão de pessoal para ocupar o cargo extinto por força desta Resolução.

Art. 5º - Em relação a remuneração, os Auxiliares de Enfermagem progredidos, passarão a receber valor salarial base correspondente ao do Técnico de Enfermagem.

Art. 6º - A critério da Administração, por necessidade do órgão, o servidor qualificado, poderá ser cedido temporariamente para exercer a função de Técnico em Enfermagem, mesmo que seja efetivado em outro cargo.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, respeitadas as ratificações necessárias, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para que produza efeitos, e sendo respeitadas as reposições inflacionárias remuneratórias no período em que devam ser aplicadas, na forma da lei.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente do Cisa

ANEXO VII
CRIAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E AMBULATÓRIO DE FERIDAS E OSTOMIA NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS – 12ª REGIONAL DE SAÚDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2025

Altera termos da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013 e dá outras providências.

O CONSELHO DE PREFEITOS, em Assembleia Geral realizada aos 25 dias do mês de abril de 2025, APROVOU, e eu, Presidente, baixo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica criado, na estrutura administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS 12ª REGIONAL, o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DO AMBULATÓRIO DE FERIDAS E OSTOMIA, FG-03, alterando-se o Título II – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, Art. 3º, IV, parágrafo único, da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Constituem-se unidades administrativo-operacionais:

...
V – Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia.

Art. 2º. Fica alterado o item 4 da alínea *a*, Inciso III, do Artigo 4º, Título III - DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, alterado pela Resolução Nº 006/2019 de 30 de janeiro de 2019, que passa a ter a seguinte redação:

III – DIRETORIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DA SAÚDE, compreendendo as seguintes unidades:
a) Gabinete do Diretor;
.....
4. Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia
.....

Art. 3º. Fica alterado o Anexo III – QUADRO DE CARGOS DE FUNÇÃO GRATIFICADA, da Resolução nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, alterado pela Resolução Nº 006/2019 de 30 de janeiro de 2019, que passa a ter acrescida a seguinte redação:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO
.....	.....	.....	....
Diretoria de Execução de Serviços da Saúde	01	Chefe da Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia	FG – 03

1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

Art. 4º Fica acrescentado ao Anexo VIII – DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, da Resolução Nº 005/2015 de 26 de agosto de 2015, o Cargo de Função Gratificada de Chefe da Divisão do Ambulatório de Feridas e Ostomia, com a seguinte redação:

FUNÇÃO : CHEFE DA DIVISÃO DO AMBULATÓRIO DE FERIDAS E OSTOMIA

Atribuições:
I – Coordenar técnica e assistencialmente a equipe ambulatorial do Ambulatório de Feridas e Ostomias;
II – Coordenar, dirigir, controlar e monitorar todos os assuntos relativos ao Ambulatório de Feridas e Ostomias;
III – Garantir a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências e boas práticas em saúde;
IV – Promover e manter o desenvolvimento da equipe;
V – Estimular e garantir a interdisciplinaridade da equipe;
VI - Gerenciar os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, medicamentos, no âmbito de sua competência, garantindo a sua utilização;
VII - cumprir todos os compromissos descritos em diretrizes e regras relativas aos atendimentos, tratamentos e reabilitações de acordo com as legislações e demais regras do SUS vigentes;
VIII – Demais atividades afins relativas.
Requisitos mínimos para o cargo: curso superior de Enfermagem com especialidade em área de dermatologia, e experiência na área de, no mínimo, 1 (um) ano.

Art. 5º. Ficam ratificados os demais itens das Resoluções Nº 056/2013, de 20 de dezembro de 2013, e subsequentes que não dispunham de modo contrário.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Umuarama, 25 de abril de 2025.

Everton Barbieri
Presidente

2

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00487-3, em face do fornecedor M.A MULTIPEÇAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n. 47.271.955/0001-47, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.05.0052.001.00066-3, em face do fornecedor MERCADO NPL MULTISEGMENTOS LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 53.982.746/0001-04, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.03.0052.001.00684-3, em face do fornecedor MEV CORPORATION INTERMEDIACAO EM VENDAS ONLINE LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 38.267.751/0001-41, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00395-3, em face do fornecedor MSG TREINAMENTOS LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 36.296.365/0001-52, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00605-3, em face do fornecedor NACIONAL MIDIA COMUNICAÇÃO ON-LINE LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 15.152.757/0001-78, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00549-3, em face do fornecedor P H R OLIVEIRA DR INVESTIMENTO LTDA , inscrito no CNPJ sob n. 58.321.455/0001-99, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.05.0052.001.00417-3, em face do fornecedor SIGIANI PASCOTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , inscrito no CNPJ sob n. 35.524.634/0001-28, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação 25.04.0052.001.00076-3, em face do fornecedor UP 360 MARKETING DIGITAL RADIO E TV LTDA, inscrito no CNPJ sob n. 47.203.363/0001-98, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.
Umuarama/PR, 24 de junho de 2025
Aline Cunha Martiolli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon de Umuarama

Página: 1 de 2
08/04/2025 14:03:23

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		2026 Direta	2026 Indireta	2027 Direta	2027 Indireta	2028 Direta	2028 Indireta	2029 Direta	2029 Indireta	Total
Receitas Correntes										
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	70.768.600,00	9.186.000,00	75.014.716,00	9.737.160,00	78.765.451,80	10.224.018,00	82.703.724,54	10.735.218,90	347.134.889,24
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.354.000,00	300.000,00	5.675.240,00	318.000,00	5.959.002,00	333.900,00	6.256.952,11	350.595,00	24.547.689,11
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	831.000,00	2.466.000,00	880.860,00	2.613.960,00	924.903,00	2.744.658,00	971.148,15	2.881.890,90	14.314.420,05
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial	535.700,00	6.210.000,00	567.842,00	6.582.600,00	596.234,10	6.911.730,00	626.045,92	7.257.316,50	29.287.468,52
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Agropecuária	12.000,00	-	12.720,00	-	13.356,00	-	14.023,80	-	52.099,80
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Industrial	6.000,00	-	6.360,00	-	6.678,00	-	7.011,90	-	26.049,90
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	72.400,00	-	76.744,00	-	80.581,20	-	84.610,28	-	314.335,48
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	63.857.000,00	-	67.688.420,00	-	71.072.841,00	-	74.626.483,05	-	277.244.744,05
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	100.500,00	210.000,00	106.530,00	222.600,00	111.856,50	233.730,00	117.449,33	245.416,50	1.348.082,33
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias										
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	2.715.000,00	-	2.877.900,00	-	3.021.795,00	-	3.172.884,75	11.787.579,75
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	-	2.465.000,00	-	2.612.900,00	-	2.743.545,00	-	2.880.722,25	10.702.167,25
7.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	-	250.000,00	-	265.000,00	-	278.250,00	-	292.162,50	1.085.412,50
Receitas de capital										
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	3.499.000,00	-	3.708.940,00	-	3.894.387,00	-	4.089.106,35	-	15.191.433,35
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito	1.300.000,00	-	1.378.000,00	-	1.446.900,00	-	1.519.245,00	-	5.644.145,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens	300.000,00	-	318.000,00	-	333.900,00	-	350.595,00	-	1.302.495,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital	1.899.000,00	-	2.012.940,00	-	2.113.587,00	-	2.219.266,35	-	8.244.793,35
Total de Receitas		**74.267.600,00**	**11.901.000,00**	**78.723.656,00**	**12.615.060,00**	**82.659.838,80**	**13.245.813,00**	**86.792.830,89**	**13.908.103,65**	**374.113.902,34**
Deduções da receita										
Renúncia										
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	98.000,00	-	103.880,00	-	109.074,00	-	114.527,70	-	425.481,70
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	78.000,00	-	82.680,00	-	86.814,00	-	91.154,70	-	338.648,70
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	20.000,00	-	21.200,00	-	22.260,00	-	23.373,00	-	86.833,00

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		2026 Direta	2026 Indireta	2027 Direta	2027 Indireta	2028 Direta	2028 Indireta	2029 Direta	2029 Indireta	Total
Deduções da receita										
Descontos Concedidos										
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	151.000,00	-	160.060,00	-	168.063,00	-	176.466,15	-	655.589,15
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	138.000,00	-	146.280,00	-	153.594,00	-	161.273,70	-	599.147,70
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	13.000,00	-	13.780,00	-	14.469,00	-	15.192,45	-	56.441,45
Deduções da receita										
FUNDEB										
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	8.888.000,00	-	9.421.280,00	-	9.892.344,00	-	10.386.961,20	-	38.588.585,20
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	8.888.000,00	-	9.421.280,00	-	9.892.344,00	-	10.386.961,20	-	38.588.585,20
Total das Deduções		**9.137.000,00**	**-**	**9.685.220,00**	**-**	**10.169.481,00**	**-**	**10.677.955,05**	**-**	**39.669.656,05**
Total Líquido das Receitas		**65.130.600,00**	**11.901.000,00**	**69.038.436,00**	**12.615.060,00**	**72.490.357,80**	**13.245.813,00**	**76.114.875,84**	**13.908.103,65**	
Total Geral		**77.031.600,00**		**81.653.496,00**		**85.736.170,80**		**90.022.979,49**		**334.444.246,29**

RONALDO TINTI
PREFEITO MUNICIPAL

DAYANE GOUVEIA OCHMAN
CONTADORA

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

LEI Nº 2.743/2025

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2026/2029 e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de São Jorge do Patrocínio, para o quadriênio de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I – Função, área de atuação principal do governo, indicando o setor da política pública.

II - Subfunção: Detalha a área de atuação dentro da função, especificando o tipo de intervenção.

III - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

Art. 2º Nos termos da Lei Orgânica do Município e Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas, bem como a fonte de receita para custeio dos programas do ente municipal, para o quadriênio 2026 a 2029, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

Anexo I – Estimativa das Receitas;

Anexo III – Planejamento Orçamentário/Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;

Anexo IV – Planejamento Orçamentário/Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras;

Metas das Ações – Órgão/ Unidade/ Função/ Subfunção/ Programa.

Art. 3º Os programas que constituem os anexos de que trata o artigo anterior, constituem a integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas a serem fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a programação do orçamento anual, referente ao quadriênio 2026/2029.

Art. 4º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa da estrutura de planejamento, será sempre proposta pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado alterar, mediante Decreto, os indicadores dos programas e ações sempre que tais modificações não requeiram mudanças no orçamento do município.

§ 2º A movimentação e alteração de valores das ações de um mesmo programa, poderão ocorrer por Decreto desde que não alterem substancialmente as metas fiscais de cada ação e o indicador do programa.

Art. 5º As prioridades da administração municipal em cada exercício serão expressas na lei de diretrizes orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 6º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Jorge do Patrocínio, dia 12 de junho de 2025

Ronaldo Tinti
Prefeito Municipal

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
CÂMARA MUNICIPAL	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 01.01
FUNÇÃO	
Legislativa	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 1
SUBFUNÇÃO	
Ação Legislativa	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 31
PROGRAMA	
Processo Legislativo	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 1

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção e Encargos das Atividades da Câmara Municipal	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 1

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.660.000,00	1.759.600,00	1.847.580,00	1.939.959,00	7.207.139,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
GABINETE DO PREFEITO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 02.01
FUNÇÃO	
Administração	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 4
SUBFUNÇÃO	
Administração Geral	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 122
PROGRAMA	
Coordenação Superior	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 2

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção do Gabinete do Prefeito	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 2

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
578.000,00	612.680,00	643.314,00	675.479,70	2.509.473,70

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
ASSESSORIA JURIDICA	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 02.03
FUNÇÃO	
Judiciária	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 2
SUBFUNÇÃO	
Ação Judiciária	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 61
PROGRAMA	
Processo Judiciário	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 3

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 10

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
604.000,00	640.240,00	672.252,00	705.864,60	2.622.356,60

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
CONTROLE INTERNO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 02.04
FUNÇÃO	
Administração	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 4
SUBFUNÇÃO	
Controle Interno	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 124
PROGRAMA	
Controle Interno	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 50

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção das atividades do Controle Interno	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 11

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
15.000,00	15.900,00	16.695,00	17.529,75	65.124,75

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 02.05
FUNÇÃO	
Defesa Nacional	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 5
SUBFUNÇÃO	
Defesa Terrestre	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 153
PROGRAMA	
Segurança Pública	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 47

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 4

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
144.000,00	152.640,00	160.272,00	168.285,60	625.197,60

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 02.06
FUNÇÃO	
Administração	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 4
SUBFUNÇÃO	
Planejamento e Orçamento	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 121
PROGRAMA	
Planejamento	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 103

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades do Setor de Planejamento	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 182

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
35.200,00	37.312,00	39.177,60	41.136,48	152.826,08

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
GABINETE DO SECRETARIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 03.01
FUNÇÃO	
Administração	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 4
SUBFUNÇÃO	
Administração Geral	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 122
PROGRAMA	
Administração Geral - Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 51

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 12

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
3.333.552,00	3.533.565,12	3.710.243,38	3.895.755,55	14.473.116,05

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
GABINETE DO SECRETARIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 03.01
FUNÇÃO	
Administração	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 4
SUBFUNÇÃO	
Administração Geral	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 122
PROGRAMA	
Administração Geral - Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 51

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 12

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
3.333.552,00	3.533.565,12	3.710.243,38	3.895.755,55	14.473.116,05

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 03.05
FUNÇÃO	
Indústria	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 22
SUBFUNÇÃO	
Promoção Industrial	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 661
PROGRAMA	
Incentivo à Indústria e ao Comércio	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 35

AÇÕES

PROJETO	
Construção, Ampliação, Reforma, Aquisição de Equipamentos e Imóveis para a Indústria.	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
2.000,00	m²

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
2.142.400,00	2.270.944,00	2.384.491,20	2.503.715,76	9.301.550,96

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
GABINETE DO SECRETARIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 03.01
FUNÇÃO	
Administração	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 4
SUBFUNÇÃO	
Administração Geral	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 122
PROGRAMA	
Administração Geral - Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 51

AÇÕES

ATIVIDADE	
Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 12

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
3.333.552,00	3.533.565,12	3.710.243,38	3.895.755,55	14.473.116,05

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 2738	Data: 01/04/2025	Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA	
DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 03.05
FUNÇÃO	
Indústria	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 22
SUBFUNÇÃO	
Promoção Industrial	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 661
PROGRAMA	
Incentivo à Indústria e ao Comércio	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 35

AÇÕES

PROJETO	
Construção, Ampliação, Reforma, Aquisição de Equipamentos e Imóveis para a Indústria.	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa	
QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
2.000,00	m²

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
2.142.400,00	2.270.944,00	2.384.491,20	2.503.715,76	9.301.550,96

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.05

FUNÇÃO
Indústria
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 22

SUBFUNÇÃO
Promoção Industrial
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 661

PROGRAMA
Incentivo à Indústria e ao Comércio
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 35

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção de imóveis p/ Indústrias
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 23

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
240.000,00	254.400,00	267.120,00	280.476,00	1.041.996,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.05

FUNÇÃO
Indústria
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 22

SUBFUNÇÃO
Promoção Industrial
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 661

PROGRAMA
Incentivo à Indústria e ao Comércio
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 35

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Departamento de Indústria e Comércio
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 24

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
265.500,00	281.430,00	295.501,50	310.276,58	1.152.708,08

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.06

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Infra-estrutura Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 451

PROGRAMA
Pavimentação de Vias Urbanas e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 10

AÇÕES

PROJETO
Execução de Pavimentação Asfaltica, Meio Fio, Sarjetas e Calçadas na area Urbana
CÓDIGO DO PROJETO Nº 61

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4.000,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.06

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Infra-estrutura Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 451

PROGRAMA
Pavimentação de Vias Urbanas e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 10

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção de Pavimentação Asfáltica, Meio Fios, Sarjetas e Calçadas
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 25

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1.000,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
240.000,00	254.400,00	267.120,00	280.476,00	1.041.996,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.06

FUNÇÃO
Saneamento
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 17

SUBFUNÇÃO
Saneamento Básico Urbano
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 512

PROGRAMA
Saneamento Geral - Esgoto Sanitário
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 16

AÇÕES

PROJETO
Construção de Esgoto Sanitário
CÓDIGO DO PROJETO Nº 14

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.06

FUNÇÃO
Saneamento
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 17

SUBFUNÇÃO
Saneamento Básico Urbano
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 512

PROGRAMA
Defesa Contra Inundações
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 17

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Manutenção de Bueiros e Galerias de Águas Pluviais
CÓDIGO DO PROJETO Nº 13

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
215.000,00	227.900,00	239.295,00	251.259,75	933.454,75

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.07

FUNÇÃO
Segurança Pública
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 6

SUBFUNÇÃO
Defesa Civil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 182

PROGRAMA
Segurança Pública
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 47

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção das Atividades da Defesa Civil
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 231

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
234.000,00	248.040,00	260.442,00	273.464,10	1.015.946,10

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.07

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Serviços Urbanos
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 452

PROGRAMA
Limpeza Pública
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 11

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Atividades do Serviço de Limpeza Pública
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 30

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.278.500,00	1.355.210,00	1.422.970,50	1.494.119,03	5.550.799,53

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.07

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Serviços Urbanos
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 452

PROGRAMA
Parques e Jardins
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 14

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Praças, Parques e Jardins
CÓDIGO DO PROJETO Nº 19

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.07

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Serviços Urbanos
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 452

PROGRAMA
Limpeza Pública
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 11

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Atividades do Departamento de Serviços Urbanos
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 28

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
951.000,00	1.008.060,00	1.058.463,00	1.111.386,15	4.128.909,15

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.07

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Serviços Urbanos
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 452

PROGRAMA
Serviços Funerários
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 12

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção, atividades e serviços Funerais e de Cemitério
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 32

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
170.500,00	180.730,00	189.766,50	199.254,83	740.251,33

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.07

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 15

SUBFUNÇÃO
Serviços Urbanos
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 452

PROGRAMA
Administração - Serviços Urbanos
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 60

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Atividades do Departamento de Serviços Urbanos
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 28

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
733.900,00	777.934,00	816.830,70	857.672,24	3.186.336,94

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.08

FUNÇÃO
Transporte
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 26

SUBFUNÇÃO
Transporte Rodoviário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 782

PROGRAMA
Pavimentação de Vias Urbanas e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 10

AÇÕES

PROJETO
Execução de Pavimentação Asfaltica, Meio Fio e Sarjeta na Area Rural
CÓDIGO DO PROJETO Nº 7

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
8.000,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.100.000,00	1.166.000,00	1.224.300,00	1.285.515,00	4.775.815,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.08

FUNÇÃO
Transporte
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 26

SUBFUNÇÃO
Transporte Rodoviário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 782

PROGRAMA
Pavimentação de Vias Urbanas e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 10

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção da Pavimentação Asfaltica em Estradas Rurais
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 242

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
120.000,00	127.200,00	133.560,00	140.238,00	520.998,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.08

FUNÇÃO
Transporte
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 26

SUBFUNÇÃO
Transporte Rodoviário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 782

PROGRAMA
Transporte Rodoviário Urbano e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 20

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para o Pátio Rodoviário
CÓDIGO DO PROJETO Nº 21

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
40,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
10,00	10,00	10,00	10,00	40,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
335.000,00	355.100,00	372.855,00	391.497,75	1.454.452,75

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.08

FUNÇÃO
Transporte
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 26

SUBFUNÇÃO
Transporte Rodoviário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 782

PROGRAMA
Transporte Rodoviário Urbano e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 20

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Pátio Rodoviário
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 38

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
2.499.800,00	2.649.788,00	2.782.277,40	2.921.391,27	10.853.256,67

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.08

FUNÇÃO
Transporte
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 26

SUBFUNÇÃO
Transporte Rodoviário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 782

PROGRAMA
Transporte Rodoviário Urbano e Rural
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 20

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Terminal Rodoviário
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 40

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
79.000,00	83.740,00	87.927,00	92.323,35	342.990,35

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.08

FUNÇÃO
Transporte
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 26

SUBFUNÇÃO
Transporte Rodoviário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 782

PROGRAMA
Estradas Vicinais
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 21

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção, Melhorias e Execução de Pontes e Estradas Vicinais
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 42

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
364.100,00	385.946,00	405.243,30	425.505,47	1.580.794,77

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.09

FUNÇÃO
Habitação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 16

SUBFUNÇÃO
Habitação Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 482

PROGRAMA
Programas Habitacionais de Moradias
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 34

AÇÕES

PROJETO
Aquisição de Imóveis e Construção de Casas Populares
CÓDIGO DO PROJETO Nº 11

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
50.000,00	53.000,00	55.650,00	58.432,50	217.082,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.09

FUNÇÃO
Habitação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 16

SUBFUNÇÃO
Habitação Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 482

PROGRAMA
Programas Habitacionais de Moradias
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 34

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos de Programas Habitacionais
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 27

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 03.10

FUNÇÃO
Habitação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 16

SUBFUNÇÃO
Habitação Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 482

PROGRAMA
Programas Habitacionais de Moradias
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 34

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Departamento de Habitação
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 29

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.01

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 4

SUBFUNÇÃO
Administração Financeira
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 123

PROGRAMA
Administração Geral - Finanças
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 5

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Secretaria da Fazenda
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 44

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
509.148,00	539.696,88	566.681,72	595.015,81	2.210.542,41

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.01

FUNÇÃO
Encargos Especiais
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 28

SUBFUNÇÃO
Serviço da Dívida Interna
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 843

PROGRAMA
Dívida Fundada Interna
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 6

AÇÕES

ATIVIDADE
Parcelamento de débitos com INSS, FGTS, PASEP e outros
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 48

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
280.000,00	296.800,00	311.640,00	327.222,00	1.215.662,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE RECEITA E CADASTRO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.02

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 4

SUBFUNÇÃO
Administração de Receitas
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 129

PROGRAMA
Receita e Cadastro
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 67

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção do Departamento de Receita e Cadastro
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 50

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
253.000,00	268.180,00	281.589,00	295.668,45	1.098.437,45

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.03

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 4

SUBFUNÇÃO
Normatização e Fiscalização
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 125

PROGRAMA
Fiscalização de Tributos
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 68

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Departamento de Fiscalização
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 52

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
199.000,00	210.940,00	221.487,00	232.561,35	863.988,35

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.04

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 4

SUBFUNÇÃO
Administração Financeira
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 123

PROGRAMA
Administração Geral - Finanças
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 5

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Atividades do Departamento de Tesouraria
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 54

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
271.000,00	287.260,00	301.623,00	316.704,15	1.176.587,15

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.01

FUNÇÃO
Encargos Especiais
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 28

SUBFUNÇÃO
Serviço da Dívida Interna
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 843

PROGRAMA
Dívida Fundada Interna
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 6

AÇÕES

ATIVIDADE
Encargos e Financiamento da Dívida Fundada Interna
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 46

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
420.000,00	445.200,00	467.460,00	490.833,00	1.823.493,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração | **Fundamento Legal: 2738** | **Data: 01/04/2025** | **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 04.05

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 4

SUBFUNÇÃO
Controle Interno
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 124

PROGRAMA
Planejamento e Execução Orçamentária
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 7

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Departamento de Contabilidade
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 56

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
526.000,00	557.560,00	585.438,00	614.709,90	2.283.707,90

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.01

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Administração Geral - Educação
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 70

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos Gerais da Educação
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 58

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
391.000,00	414.460,00	435.183,00	456.942,15	1.697.585,15

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Superior
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 364

PROGRAMA
Campus Universitário
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 31

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Transporte de Universitários
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 65

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
290.000,00	307.400,00	322.770,00	338.908,50	1.259.078,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB- F M D E B V P E
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.03

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 24

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 74

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
324,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
324,00	324,00	324,00	324,00	324,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
2.190.000,00	2.321.400,00	2.437.470,00	2.559.343,50	9.508.213,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Ensino Regular Fundamental
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 25

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Unidades Escolares
CÓDIGO DO PROJETO Nº 23

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
198.000,00	209.880,00	220.374,00	231.392,70	859.646,70

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Educação Infantil
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 29

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos P/ a Educação Infantil
CÓDIGO DO PROJETO Nº 27

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
79.000,00	83.740,00	87.927,00	92.323,35	342.990,35

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB- F M D E B V P E
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.03

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 24

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos das Escolas Municipais - FUNDEB 30%
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 76

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
324,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
324,00	324,00	324,00	324,00	324,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
824.000,00	873.440,00	917.112,00	962.967,60	3.577.519,60

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Ensino Regular Fundamental
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 25

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Atividades do Departamento de Educação
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 60

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
538.000,00	570.280,00	598.794,00	628.733,70	2.335.807,70

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Educação Infantil
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 29

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos com a Educação Infantil - Creche
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 68

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
164,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
164,00	164,00	164,00	164,00	164,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
820.000,00	869.200,00	912.660,00	958.293,00	3.560.153,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB- F M D E B V P E
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.03

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 24

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Educação Infantil Creche- FUNDEB 70%
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 212

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
164,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
164,00	164,00	164,00	164,00	164,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
2.490.000,00	2.639.400,00	2.771.370,00	2.909.938,50	10.810.708,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Ensino Regular Fundamental
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 25

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 62

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1.296,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
324,00	324,00	324,00	324,00	1.296,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.605.500,00	1.701.830,00	1.786.921,50	1.876.267,58	6.970.519,08

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Transporte Escolar
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 26

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 64

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
592.500,00	628.050,00	659.452,50	692.425,13	2.572.427,63

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Especial
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 367

PROGRAMA
Educação Compensatória
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 30

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Educação Especial
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 72

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
8,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
120.000,00	127.200,00	133.560,00	140.238,00	520.998,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB- F M D E B V P E
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.03

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Especial
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 367

PROGRAMA
Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 24

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos das Escolas Municipais Educação Especial - FUNDEB 70%
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 216

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
8,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
60.000,00	63.600,00	66.780,00	70.119,00	260.499,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB- F M D E B V P E
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.03

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 24

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Educação Infantil Pre Escola- FUNDEB 70%
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 230

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
149,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
149,00	149,00	149,00	149,00	149,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.590.000,00	1.685.400,00	1.769.670,00	1.858.153,50	6.903.223,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Educação Infantil
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 29

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos com a Educação Infantil - Pre Escola
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 219

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
149,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
149,00	149,00	149,00	149,00	149,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
818.500,00	867.610,00	910.990,50	956.540,03	3.553.640,53

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.02

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Especial
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 367

PROGRAMA
Educação Compensatória
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 30

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Educação Especial
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 72

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
8,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
120.000,00	127.200,00	133.560,00	140.238,00	520.998,00

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE CULTURA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.04

FUNÇÃO
Cultura
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 13

SUBFUNÇÃO
Difusão Cultural
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 392

PROGRAMA
Promoção Cultural e Artística
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 33

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos p/ Centros Culturais
CÓDIGO DO PROJETO Nº 28

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
50,00	m²

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
50,00	50,00	50,00	50,00	50,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
50.000,00	53.000,00	55.650,00	58.432,50	217.082,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE CULTURA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.04

FUNÇÃO
Cultura
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 13

SUBFUNÇÃO
Difusão Cultural
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 392

PROGRAMA
Promoção Cultural e Artística
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 33

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção de Unidades da Difusão Cultura Artística
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 80

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
286.700,00	303.902,00	319.097,10	335.051,96	1.244.751,06

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE ESPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.05

FUNÇÃO
Desporto e Lazer
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 27

SUBFUNÇÃO
Desporto Comunitário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 812

PROGRAMA
Desporto Amador e Profissional
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 36

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Departamento de Esportes
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 82

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
419.000,00	444.140,00	466.347,00	489.664,35	1.819.151,35

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE ESPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.05

FUNÇÃO
Desporto e Lazer
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 27

SUBFUNÇÃO
Desporto Comunitário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 812

PROGRAMA
Parques Recreativos e Desportivos
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 37

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para o Desporto Comunitário
CÓDIGO DO PROJETO Nº 31

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
30.000,00	31.800,00	33.390,00	35.059,50	130.249,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPART.ALIMENTACAO NUTRICAO ESCOLAR
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.06

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA
Alimentação e Nutrição das Pessoas
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 23

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Merenda Escolar-Ensino Fundamental
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 86

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
401.500,00	425.590,00	446.869,50	469.212,98	1.743.172,48

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPART.ALIMENTACAO NUTRICAO ESCOLAR
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.06

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Alimentação e Nutrição das Pessoas
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 23

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos da Merenda Escolar-Educação Infantil
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 218

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
405.000,00	429.300,00	450.765,00	473.303,25	1.758.368,25

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 05.07

FUNÇÃO
Desporto e Lazer
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 27

SUBFUNÇÃO
Desporto Comunitário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 812

PROGRAMA
Desporto Amador e Profissional
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 36

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção do Fundo Municipal do Esporte
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 244

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.01

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Administração Geral
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 122

PROGRAMA
Assistência Social Geral
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 41

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção da Secretaria de Assistencia Social
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 220

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
176.500,00	187.090,00	196.444,50	206.266,73	766.301,23

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.01

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Assistência Social Geral
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 41

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos p/ Centros Assistenciais
CÓDIGO DO PROJETO Nº 33

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
50,00	m²

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
50,00	50,00	50,00	50,00	50,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.070.000,00	1.134.200,00	1.190.910,00	1.250.455,50	4.645.565,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.01

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Benefícios Eventuais
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 86

AÇÕES

ATIVIDADE
Programa Benefícios Eventuais
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 120

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
45.000,00	47.700,00	50.085,00	52.589,25	195.374,25

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.02

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Bolsa Família
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 79

AÇÕES

ATIVIDADE
Programa Bolsa Família
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 121

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
44.000,00	46.640,00	48.972,00	51.420,60	191.032,60

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.02

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Atenção Integral a Família
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 82

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Aquisição de Equipamentos para Serviços de Convivencia e Fortalecimento de Vinculo.
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 100

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
191.500,00	202.990,00	213.139,50	223.796,48	831.425,98

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.02

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Atenção Integral a Família
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 82

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção das Atividades do Programa de Atenção Integral a Família-PAIF
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 222

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
89.500,00	94.870,00	99.613,50	104.594,18	388.577,68

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.02

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Atenção Integral a Família
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 82

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção das Atividades do Programa MDS/IGD-SUAS
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 226

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
30.500,00	32.330,00	33.946,50	35.643,83	132.420,33

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DO IDOSO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.03

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência à Pessoa Idosa
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 241

PROGRAMA
Assistência a Melhor Idade
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 39

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Atividades da Assistência ao Idoso
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 96

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
24.000,00	25.440,00	26.712,00	28.047,60	104.199,60

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO SECRETARIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.01

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 244

PROGRAMA
Benefícios Eventuais
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 86

AÇÕES

ATIVIDADE
Programa Benefícios Eventuais
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 120

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
45.000,00	47.700,00	50.085,00	52.589,25	195.374,25

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 06.04

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 8

SUBFUNÇÃO
Assistência à Criança e ao Adolescente
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 243

PROGRAMA
Assistência ao Menor
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 40

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Conselho da Criança e do Adolescente - Conselho Tutelar
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 88

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
292.500,00	310.050,00	325.552,50	341.830,13	1.269.932,63

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 06.04**
FUNÇÃO	
Assistência Social	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 8**
SUBFUNÇÃO	
Assistência à Criança e ao Adolescente	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 243**
PROGRAMA	
Assistência ao Menor em Situação de Risco	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 80**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Programa de Atendimento a Criança e Adolescente em Situação de Risco (Casa Lar)	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 92**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
70.000,00	74.200,00	77.910,00	81.805,50	303.915,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 06.04**
FUNÇÃO	
Assistência Social	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 8**
SUBFUNÇÃO	
Assistência à Criança e ao Adolescente	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 243**
PROGRAMA	
Assistência ao Menor em conflito com a Lei	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 81**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Programa de Proteção Social Especial p/ Adolescente em Conflito com a Lei e Substancia Psicoativas	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 94**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
14.000,00	14.840,00	15.582,00	16.361,10	60.783,10

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 06.04**
FUNÇÃO	
Assistência Social	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 8**
SUBFUNÇÃO	
Assistência à Criança e ao Adolescente	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 243**
PROGRAMA	
Centro de Atendimento Espaço Criança	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 83**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades do Atendimento ao menor de 7 a 14 anos/CAEC	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 102**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
190.000,00	201.400,00	211.470,00	222.043,50	824.913,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 06.04**
FUNÇÃO	
Assistência Social	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 8**
SUBFUNÇÃO	
Assistência à Criança e ao Adolescente	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 243**
PROGRAMA	
Assistencia a Criança e ao Adolescente	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 101**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades do Fundo da Infancia e da Adolecencia - FIA	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 224**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
10.000,00	10.600,00	11.130,00	11.686,50	43.416,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA MULHER	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 06.05**
FUNÇÃO	
Assistência Social	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 8**
SUBFUNÇÃO	
Assistência Comunitária	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 244**
PROGRAMA	
Assistência Social Geral	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 41**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DIREITO DA MULHER	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 246**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
81.000,00	85.860,00	90.153,00	94.660,65	351.673,65

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
GABINETE DO SECRETARIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.01**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Administração Geral	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 122**
PROGRAMA	
Administração Geral - Saúde	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 87**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção e Encargos do Gabinete do Secretário	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 122**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
176.000,00	186.560,00	195.888,00	205.682,40	764.130,40

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
GABINETE DO SECRETARIO	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.01**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Administração Geral	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 122**
PROGRAMA	
Administração Geral - Saúde	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 87**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades de Enfrentamento da COVID-19	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 236**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
10.000,00	10.600,00	11.130,00	11.686,50	43.416,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.02**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Administração Saúde	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 88**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção e Encargos Gerais da Saúde	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 124**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
339.500,00	359.870,00	377.863,50	396.756,68	1.473.990,18

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Administração Saúde	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 88**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção e Encargos da Vigilancia em Saude	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 238**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
287.000,00	304.220,00	319.431,00	335.402,55	1.246.053,55

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Atenção Primária de Saude	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 89**
AÇÕES	
PROJETO	
Construçao e Ampliação de Unidades Basica de Saude	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº 59**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
400,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
100,00	100,00	100,00	100,00	400,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
20.000,00	21.200,00	22.260,00	23.373,00	86.833,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Atenção Primária de Saude	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 89**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção das Atividades da Atenção Primaria em Saude	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 126**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
5.011.500,00	5.312.190,00	5.577.799,50	5.856.689,48	21.758.178,98

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Atenção Primária de Saude	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 89**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 130**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
603.500,00	639.710,00	671.695,50	705.280,28	2.620.185,78

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Atenção Primária de Saude	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 89**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção e Encargos do Programa Agente Comunitária de Saúde	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 132**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.213.500,00	1.286.310,00	1.350.625,50	1.418.156,78	5.268.592,28

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 301**
PROGRAMA	
Atenção Primária de Saude	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 89**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção e Encargos do Programa Saúde Bucal	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 136**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
283.000,00	299.980,00	314.979,00	330.727,95	1.228.686,95

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 302**
PROGRAMA	
Assistência Médica e Ambulatorial	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 44**
AÇÕES	
PROJETO	
Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos p/ melhoramento de Unidades de Saúde	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº 35**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
265.500,00	281.430,00	295.501,50	310.276,58	1.152.708,08

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 302**
PROGRAMA	
Assistência Médica e Ambulatorial	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 44**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção e Atividades de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 138**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
7.691.500,00	8.152.990,00	8.560.639,50	8.988.671,48	33.393.800,98

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº 07.03**
FUNÇÃO	
Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº 10**
SUBFUNÇÃO	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº 302**
PROGRAMA	
Consorcio Intermunicipal	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº 104**
AÇÕES	
ATIVIDADE	
Manutenção do Consorcio Intermunicipal de Saude - CISA	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº 232**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.555.000,00	1.648.300,00	1.730.715,00	1.817.250,75	6.751.265,75

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**07.03**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**302**
PROGRAMA		
Consorcio Intermunicipal		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**104**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção do Consorcio Intermunicipal de Urgencia e Emergencia do Noroeste do Parana- CIUENP		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**234**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
4,00				Pessoas
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
185.000,00	196.100,00	205.905,00	216.200,25	803.205,25

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**07.03**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Suporte Profilático e Terapêutico		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**303**
PROGRAMA		
Assistência Famacêutica Básica		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**91**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Encargos da Assistência Farmacêutica		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**128**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Pessoas
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
455.000,00	482.300,00	506.415,00	531.735,75	1.975.450,75

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**07.03**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Vigilância Sanitária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**304**
PROGRAMA		
Vigilância Sanitária		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**45**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Encargos da Vigilância Sanitária e Combate a Endemias		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**142**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
659.000,00	698.540,00	733.467,00	770.140,35	2.861.147,35

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**07.03**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Vigilância Epidemiológica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**305**
PROGRAMA		
Vigilância Epidemiológica		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**94**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Encargos do Programa de Vigilância Epidemiológica		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**144**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
35.000,00	37.100,00	38.955,00	40.902,75	151.957,75

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**07.03**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Alimentação e Nutrição		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**306**
PROGRAMA		
Alimentação e Nutrição das Pessoas		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**23**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção do Programa de Alimentação a Pacientes		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**248**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
52,00				Pessoas
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
10,00	12,00	14,00	16,00	52,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO SECRETARIO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.01**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**122**
PROGRAMA		
Administração Geral - Agricultura		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**63**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**146**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
222.500,00	235.850,00	247.642,50	260.024,63	966.017,13

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**122**
PROGRAMA		
Administração - Agricultura		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**64**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**148**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
722.500,00	765.850,00	804.142,50	844.349,63	3.136.842,13

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Extensão Rural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**606**
PROGRAMA		
Promoção e Extensão Rural		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**19**
AÇÕES		
PROJETO		
Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos p/ a Extensão Rural		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**39**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
20,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
5,00	5,00	5,00	5,00	20,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
80.000,00	84.800,00	89.040,00	93.492,00	347.332,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Extensão Rural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**606**
PROGRAMA		
Promoção e Extensão Rural		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**19**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Encargos da Extensão Rural		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**156**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
1.160.000,00	1.229.600,00	1.291.080,00	1.355.634,00	5.036.314,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Irrigação		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**607**
PROGRAMA		
Irrigação Rural		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**102**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção, Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Sistemas de Irrigação		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**228**

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
12,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
90.000,00	95.400,00	100.170,00	105.178,50	390.748,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Promoção da Produção Agropecuária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**608**
PROGRAMA		
Produção Vegetal		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**65**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Encargos da Promoção da Produção Vegetal		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**150**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
45.000,00	47.700,00	50.085,00	52.589,25	195.374,25

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Promoção da Produção Agropecuária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**608**
PROGRAMA		
Produção Animal		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**66**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Encargos da Promoção da Produção Animal		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**152**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
65.000,00	68.900,00	72.345,00	75.962,25	282.207,25

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**09.01**
FUNÇÃO		
Gestão Ambiental		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**18**
SUBFUNÇÃO		
Preservação e Conservação Ambiental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**541**
PROGRAMA		
Adminstração Geral - Meio Ambiente		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**56**
AÇÕES		
PROJETO		
Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Secretaria do Meio Ambiente e Turismo		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**43**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
5,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
70.000,00	74.200,00	77.910,00	81.805,50	303.915,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**09.01**
FUNÇÃO		
Gestão Ambiental		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**18**
SUBFUNÇÃO		
Preservação e Conservação Ambiental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**541**
PROGRAMA		
Adminstração Geral - Meio Ambiente		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**56**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção e Atividades da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**160**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
403.500,00	427.710,00	449.095,50	471.550,28	1.751.855,78

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**09.01**
FUNÇÃO		
Gestão Ambiental		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**18**
SUBFUNÇÃO		
Preservação e Conservação Ambiental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**541**
PROGRAMA		
CORIPA - Consórcio Intermunicipal p/ Conservação do Remanescente do Rio Paraná		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**71**
AÇÕES		
ATIVIDADE		
Manutenção do CORIPA - Consórcio Intermunicipal p'/ Conservação do Remanescente do Rio Paraná		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**162**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
1,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
180.000,00	190.800,00	200.340,00	210.357,00	781.497,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA		
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**09.02**
FUNÇÃO		
Gestão Ambiental		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**18**
SUBFUNÇÃO		
Saneamento Básico Urbano		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**512**
PROGRAMA		
Saneamento Ambiental		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**58**
AÇÕES		
PROJETO		
Construção, Ampliação e Aquisição de equipamentos para o Programa de Saneamento Ambiental		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**41**

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual				
QUANTIDADE TOTAL				UNIDADE DE MEDIDA
5,00				Unid
META POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	META PPA
5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
CUSTO FINANCEIRO TOTAL				
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO				
2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
80.000,00	84.800,00	89.040,00	93.492,00	347.332,00

Publicações legais

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.02
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Saneamento Básico Urbano
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 512
PROGRAMA
Saneamento Ambiental
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 58

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção das Atividades do Programa de Saneamento Ambiental
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 158

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
471.500,00	499.790,00	524.779,50	551.018,48	2.047.087,98

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.02
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Preservação e Conservação Ambiental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 541
PROGRAMA
Administração Departamento do Meio Ambiente
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 38

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Meio Ambiente
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 176

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
82.500,00	87.450,00	91.822,50	96.413,63	358.186,13

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.02
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Controle Ambiental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 542
PROGRAMA
Fiscalização e Controle Ambiental
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 72

AÇÕES

ATIVIDADE
Programa de Fiscalização e Controle Ambiental
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 170

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
260.000,00	275.600,00	289.380,00	303.849,00	1.128.829,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.02
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Controle Ambiental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 542
PROGRAMA
Reabilitação Provisórias para Cães
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 105

AÇÕES

ATIVIDADE
Centro de Reabilitação Provisório para Cães - CRPCÃES
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 240

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
110.000,00	116.600,00	122.430,00	128.551,50	477.581,50

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.02
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Recursos Hídricos
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 544
PROGRAMA
Abastecimento de água
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 18

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Aquisição de Equipamento de Recursos Hídricos
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 174

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.03
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Preservação e Conservação Ambiental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 541
PROGRAMA
Ações de Proteção ao Meio Ambiente
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 62

AÇÕES

PROJETO
Construção, Ampliação Reforma e Aquisição de Equipamentos para o Meio Ambiente
CÓDIGO DO PROJETO Nº 53

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
400,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
100,00	100,00	100,00	100,00	400,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
60.000,00	63.600,00	66.780,00	70.119,00	260.499,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.03
FUNÇÃO
Gestão Ambiental
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 18
SUBFUNÇÃO
Preservação e Conservação Ambiental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 541
PROGRAMA
Ações de Proteção ao Meio Ambiente
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 62

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção, Encargos e Equipamentos do Fundo Municipal de Meio Ambiente
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 178

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
293.000,00	310.580,00	326.109,00	342.414,45	1.272.103,45

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.04
FUNÇÃO
Comércio e Serviços
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 23
SUBFUNÇÃO
Turismo
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 695
PROGRAMA
Turismo Local
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 49

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção e Encargos do Departamento de Turismo
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 180

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
60.500,00	64.130,00	67.336,50	70.703,33	262.669,83

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
RESERVA DE CONTINGÊNCIA
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 10.99
FUNÇÃO
Reservas
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 99
SUBFUNÇÃO
Reserva de Contingência
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 999
PROGRAMA
Reserva de Contingência
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 999

AÇÕES

ATIVIDADE
Reserva de Contingência
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 999

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
230.800,00	244.648,00	256.880,40	269.724,42	1.002.052,82

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO PREV. MUN. S. JORGE DO PATROCÍNIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 11.01
FUNÇÃO
Previdência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 9
SUBFUNÇÃO
Previdência do Regime Estatutário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 272
PROGRAMA
Regime Próprio de Previdência Social
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 8

AÇÕES

PROJETO
Construção de Sede para o Fundo de Previdencia do Municipio de São Jorge do Patrocinio
CÓDIGO DO PROJETO Nº 54

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
150,00	m²

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
150,00	150,00	150,00	150,00	150,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO PREV. MUN. S. JORGE DO PATROCÍNIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 11.01
FUNÇÃO
Previdência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 9
SUBFUNÇÃO
Previdência do Regime Estatutário
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 272
PROGRAMA
Regime Próprio de Previdência Social
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 8

AÇÕES

ATIVIDADE
Manutenção das atividades do Fundo de Previdência do Município de São Jorge do Patrocínio-SERVIPREV.
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 210

META FÍSICA / ANÁLISE Pontual

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
9.655.000,00	10.234.300,00	10.746.015,00	11.283.315,75	41.918.630,75

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
Plano Plurianual
PPA 2026 à 2029
Anexo III - Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO PREV. MUN. S. JORGE DO PATROCÍNIO
CÓDIGO DA UNIDADE Nº 11.01
FUNÇÃO
Reservas
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 99
SUBFUNÇÃO
Reserva de Contingência
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 999
PROGRAMA
Regime Próprio de Previdência Social
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 8

AÇÕES

ATIVIDADE
RESERVA DO REGIME PROPRIO DO SERVIDOR - RPPS
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 997

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
4,00	Unid

META POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	META PPA
1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

CUSTO FINANCEIRO TOTAL
CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
2.206.000,00	2.338.360,00	2.455.278,00	2.578.041,90	9.577.679,90

11/04/2025 15:2

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Plano Plurianual
Anexo IV - Planejamento Orçamentário
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: 2738** **Data: 01/04/2025** **Tipo: Projeto de Lei**

Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras

Código	Denominação
01.0	PODER LEGISLATIVO
01.1	CAMARA MUNICIPAL
02.0	PODER EXECUTIVO
02.1	GABINETE DO PREFEITO
02.2	CHEFE DE GABINETE
02.3	ASSESSORIA JURIDICA
02.4	CONTROLE INTERNO
02.5	JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
02.6	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
03.0	SECR. ADM. DESENVOL. INDUST. E COMERCIO
03.1	GABINETE DO SECRETARIO
03.2	DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E COMUNICAÇÃO
03.3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
03.4	DEP. COMPRAS, PATRIMONIO E LICITAÇÕES
03.5	DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO
03.6	DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA
03.7	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
03.8	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
03.9	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
03.10	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO
04.0	SECRETARIA DA FAZENDA
04.1	GABINETE DO SECRETARIO
04.2	DEPARTAMENTO DE RECEITA E CADASTRO
04.3	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
04.4	DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
04.5	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
05.0	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULT. E ESPORT.
05.1	GABINETE DO SECRETARIO
05.2	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.3	FUNDEB- F M D E B V P E
05.4	DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
05.6	DEPART.ALIMENTACAO NUTRICAO ESCOLAR
05.7	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
06.0	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.1	GABINETE DO SECRETARIO
06.2	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.3	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DO IDOSO
06.4	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
06.5	FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA MULHER
07.0	SECRETARIA DE SAÚDE
07.1	GABINETE DO SECRETARIO
07.2	DEPARTAMENTO DE SAÚDE
07.3	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.0	SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.1	GABINETE DO SECRETARIO
08.2	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
09.0	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
09.1	GABINETE DO SECRETÁRIO
09.2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
09.3	FUNDO MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
09.4	DEPARTAMENTO DE TURISMO
10.0	RESERVA DE CONTINGENCIA
10.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
11.0	FUNDO PREVIDÊNCIA MUN. S. JORGE PATROCÍN
11.1	FUNDO PREV. MUN. S. JORGE DO PATROCÍNIO

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 11/Abr/2025, 15h e 27m.

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio-PR
PPA-2026/2029-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa	Valores				
	2026	2027	2028	2029	Total
01-PODER LEGISLATIVO	1.660.000,00	1.759.600,00	1.847.580,00	1.939.959,00	7.207.139,00
01.01-CAMARA MUNICIPAL	1.660.000,00	1.759.600,00	1.847.580,00	1.939.959,00	7.207.139,00
1-Legislativa	1.660.000,00	1.759.600,00	1.847.580,00	1.939.959,00	7.207.139,00
31-Ação Legislativa	1.660.000,00	1.759.600,00	1.847.580,00	1.939.959,00	7.207.139,00
1-Processo Legislativo	1.660.000,00	1.759.600,00	1.847.580,00	1.939.959,00	7.207.139,00
02-PODER EXECUTIVO	1.415.200,00	1.500.112,00	1.575.117,60	1.653.873,48	6.144.303,08
02.01-GABINETE DO PREFEITO	578.000,00	612.680,00	643.314,00	675.479,70	2.509.473,70
4-Administração	578.000,00	612.680,00	643.314,00	675.479,70	2.509.473,70
122-Administração Geral	578.000,00	612.680,00	643.314,00	675.479,70	2.509.473,70
2-Coordenação Superior	578.000,00	612.680,00	643.314,00	675.479,70	2.509.473,70
02.02-CHEFE DE GABINETE	39.000,00	41.340,00	43.407,00	45.577,35	169.324,35
4-Administração	39.000,00	41.340,00	43.407,00	45.577,35	169.324,35
122-Administração Geral	39.000,00	41.340,00	43.407,00	45.577,35	169.324,35
4-Administração Geral - Chefe de Gabinete	39.000,00	41.340,00	43.407,00	45.577,35	169.324,35
02.03-ASSESSORIA JURIDICA	604.000,00	640.240,00	672.252,00	705.864,60	2.622.356,60
2-Judiciária	604.000,00	640.240,00	672.252,00	705.864,60	2.622.356,60
61-Ação Judiciária	604.000,00	640.240,00	672.252,00	705.864,60	2.622.356,60
3-Processo Judiciário	604.000,00	640.240,00	672.252,00	705.864,60	2.622.356,60
02.04-CONTROLE INTERNO	15.000,00	15.900,00	16.695,00	17.529,75	65.124,75
4-Administração	15.000,00	15.900,00	16.695,00	17.529,75	65.124,75
124-Controle Interno	15.000,00	15.900,00	16.695,00	17.529,75	65.124,75
50-Controle Interno	15.000,00	15.900,00	16.695,00	17.529,75	65.124,75
02.05-JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	144.000,00	152.640,00	160.272,00	168.285,60	625.197,60
5-Defesa Nacional	144.000,00	152.640,00	160.272,00	168.285,60	625.197,60
153-Defesa Terrestre	144.000,00	152.640,00	160.272,00	168.285,60	625.197,60
47-Segurança Pública	144.000,00	152.640,00	160.272,00	168.285,60	625.197,60
02.06-PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	35.200,00	37.312,00	39.177,60	41.136,48	152.826,08
4-Administração	35.200,00	37.312,00	39.177,60	41.136,48	152.826,08
121-Planejamento e Orçamento	35.200,00	37.312,00	39.177,60	41.136,48	152.826,08
103-Planejamento	35.200,00	37.312,00	39.177,60	41.136,48	152.826,08
03-SECR. ADM. DESENVOL. INDUST. E COMERCIO	17.503.752,00	18.553.977,12	19.481.675,98	20.455.759,81	75.995.164,91
03.01-GABINETE DO SECRETARIO	3.433.552,00	3.639.565,12	3.821.543,38	4.012.620,55	14.907.281,05
4-Administração	3.433.552,00	3.639.565,12	3.821.543,38	4.012.620,55	14.907.281,05
122-Administração Geral	3.333.552,00	3.533.565,12	3.710.243,38	3.895.755,55	14.473.116,05
51-Administração Geral - Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	3.333.552,00	3.533.565,12	3.710.243,38	3.895.755,55	14.473.116,05
126-Tecnologia da Informação	100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00
52-Processamento de Dados	100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00
03.02-DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E COMUNICAÇÃO	28.000,00	29.680,00	31.164,00	32.722,20	121.566,20
4-Administração	28.000,00	29.680,00	31.164,00	32.722,20	121.566,20
122-Administração Geral	28.000,00	29.680,00	31.164,00	32.722,20	121.566,20
53-Telecomunicações	28.000,00	29.680,00	31.164,00	32.722,20	121.566,20
03.03-DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	704.000,00	746.240,00	783.552,00	822.729,60	3.056.521,60
4-Administração	704.000,00	746.240,00	783.552,00	822.729,60	3.056.521,60
128-Formação de Recursos Humanos	704.000,00	746.240,00	783.552,00	822.729,60	3.056.521,60
54-Recursos Humanos	704.000,00	746.240,00	783.552,00	822.729,60	3.056.521,60
03.04-DEP. COMPRAS, PATRIMONIO E LICITAÇÕES	524.000,00	555.440,00	583.212,00	612.372,60	2.275.024,60
4-Administração	524.000,00	555.440,00	583.212,00	612.372,60	2.275.024,60
122-Administração Geral	524.000,00	555.440,00	583.212,00	612.372,60	2.275.024,60
55-Compras, Patrimônio e Licitações	524.000,00	555.440,00	583.212,00	612.372,60	2.275.024,60

Dados Enviados ao Legislativo

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa	Valores				
	2026	2027	2028	2029	Total
03.05-DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	2.647.900,00	2.806.774,00	2.947.112,70	3.094.468,34	11.496.255,04
22-Indústria	2.647.900,00	2.806.774,00	2.947.112,70	3.094.468,34	11.496.255,04
661-Promoção Industrial	2.647.900,00	2.806.774,00	2.947.112,70	3.094.468,34	11.496.255,04
35-Incentivo à Indústria e ao Comércio	2.647.900,00	2.806.774,00	2.947.112,70	3.094.468,34	11.496.255,04
03.06-DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA	1.896.000,00	2.009.760,00	2.110.248,00	2.215.760,40	8.231.768,40
15-Urbanismo	1.531.000,00	1.622.860,00	1.704.003,00	1.789.203,15	6.647.066,15
451-Infra-estrutura Urbana	1.531.000,00	1.622.860,00	1.704.003,00	1.789.203,15	6.647.066,15
10-Pavimentação de Vias Urbanas e Rural	390.000,00	413.400,00	434.070,00	455.773,50	1.693.243,50
15-Edificações Públicas	190.000,00	201.400,00	211.470,00	222.043,50	824.913,50
57-Administração - Obras e Engenharia	951.000,00	1.008.060,00	1.058.463,00	1.111.386,15	4.128.909,15
17-Saneamento	365.000,00	386.900,00	406.245,00	426.557,25	1.584.702,25
512-Saneamento Básico Urbano	365.000,00	386.900,00	406.245,00	426.557,25	1.584.702,25
16-Saneamento Geral - Esgoto Sanitário	150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50
17-Defesa Contra Inundações	215.000,00	227.900,00	239.295,00	251.259,75	933.454,75
03.07-DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	3.582.400,00	3.797.344,00	3.987.211,20	4.186.571,78	15.553.526,98
6-Segurança Pública	234.000,00	248.040,00	260.442,00	273.464,10	1.015.946,10
182-Defesa Civil	234.000,00	248.040,00	260.442,00	273.464,10	1.015.946,10
47-Segurança Pública	234.000,00	248.040,00	260.442,00	273.464,10	1.015.946,10
15-Urbanismo	3.348.400,00	3.549.304,00	3.726.769,20	3.913.107,68	14.537.580,88
452-Serviços Urbanos	3.348.400,00	3.549.304,00	3.726.769,20	3.913.107,68	14.537.580,88
11-Limpeza Pública	1.278.500,00	1.355.210,00	1.422.970,50	1.494.119,03	5.550.799,53
12-Serviços Funerários	170.500,00	180.730,00	189.766,50	199.254,83	740.251,33
13-Iluminação Pública	850.000,00	901.000,00	946.050,00	993.352,50	3.690.402,50
14-Parques e Jardins	315.500,00	334.430,00	351.151,50	368.709,08	1.369.790,58
60-Administração - Serviços Urbanos	733.900,00	777.934,00	816.830,70	857.672,24	3.186.336,94
03.08-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	4.497.900,00	4.767.774,00	5.006.162,70	5.256.470,84	19.528.307,54
26-Transporte	4.497.900,00	4.767.774,00	5.006.162,70	5.256.470,84	19.528.307,54
782-Transporte Rodoviário	4.497.900,00	4.767.774,00	5.006.162,70	5.256.470,84	19.528.307,54
10-Pavimentação de Vias Urbanas e Rural	1.220.000,00	1.293.200,00	1.357.860,00	1.425.753,00	5.296.813,00
20-Transporte Rodoviário Urbano e Rural	2.913.800,00	3.088.628,00	3.243.059,40	3.405.212,37	12.650.699,77
21-Estradas Vicinais	364.100,00	385.946,00	405.243,30	425.505,47	1.580.794,77
03.09-FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50
16-Habitação	150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50
482-Habitação Urbana	150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50
34-Programas Habitacionais de Moradias	150.000,00	159.000,00	166.950,00	175.297,50	651.247,50
03.10-DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
16-Habitação	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
482-Habitação Urbana	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
34-Programas Habitacionais de Moradias	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
04-SECRETARIA DA FAZENDA	2.458.148,00	2.605.636,88	2.735.918,72	2.872.714,66	10.672.418,26
04.01-GABINETE DO SECRETARIO	1.209.148,00	1.281.696,88	1.345.781,72	1.413.070,81	5.249.697,41
4-Administração	509.148,00	539.696,88	566.681,72	595.015,81	2.210.542,41
123-Administração Financeira	509.148,00	539.696,88	566.681,72	595.015,81	2.210.542,41
5-Administração Geral - Finanças	509.148,00	539.696,88	566.681,72	595.015,81	2.210.542,41
28-Encargos Especiais	700.000,00	742.000,00	779.100,00	818.055,00	3.039.155,00
843-Serviço da Dívida Interna	700.000,00	742.000,00	779.100,00	818.055,00	3.039.155,00
6-Dívida Fundada Interna	700.000,00	742.000,00	779.100,00	818.055,00	3.039.155,00
04.02-DEPARTAMENTO DE RECEITA E CADASTRO	253.000,00	268.180,00	281.589,00	295.668,45	1.098.437,45
4-Administração	253.000,00	268.180,00	281.589,00	295.668,45	1.098.437,45

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa	Valores				
	2026	2027	2028	2029	Total
129-Administração de Receitas	253.000,00	268.180,00	281.589,00	295.668,45	1.098.437,45
67-Receita e Cadastro	253.000,00	268.180,00	281.589,00	295.668,45	1.098.437,45
04.03-DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	199.000,00	210.940,00	221.487,00	232.561,35	863.988,35
4-Administração	199.000,00	210.940,00	221.487,00	232.561,35	863.988,35
125-Normatização e Fiscalização	199.000,00	210.940,00	221.487,00	232.561,35	863.988,35
68-Fiscalização de Tributos	199.000,00	210.940,00	221.487,00	232.561,35	863.988,35
04.04-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	271.000,00	287.260,00	301.623,00	316.704,15	1.176.587,15
4-Administração	271.000,00	287.260,00	301.623,00	316.704,15	1.176.587,15
123-Administração Financeira	271.000,00	287.260,00	301.623,00	316.704,15	1.176.587,15
5-Administração Geral - Finanças	271.000,00	287.260,00	301.623,00	316.704,15	1.176.587,15
04.05-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	526.000,00	557.560,00	585.438,00	614.709,90	2.283.707,90
4-Administração	526.000,00	557.560,00	585.438,00	614.709,90	2.283.707,90
124-Controle Interno	526.000,00	557.560,00	585.438,00	614.709,90	2.283.707,90
7-Planejamento e Execução Orçamentária	526.000,00	557.560,00	585.438,00	614.709,90	2.283.707,90
05-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULT. E ESPORT.	14.685.700,00	15.566.842,00	16.345.184,10	17.162.443,33	63.760.169,43
05.01-GABINETE DO SECRETARIO	391.000,00	414.460,00	435.183,00	456.942,15	1.697.585,15
12-Educação	391.000,00	414.460,00	435.183,00	456.942,15	1.697.585,15
361-Ensino Fundamental	391.000,00	414.460,00	435.183,00	456.942,15	1.697.585,15
70-Administração Geral - Educação	391.000,00	414.460,00	435.183,00	456.942,15	1.697.585,15
05.02-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	5.361.500,00	5.683.190,00	5.967.349,50	6.265.716,99	23.277.756,49
12-Educação	5.361.500,00	5.683.190,00	5.967.349,50	6.265.716,99	23.277.756,49
361-Ensino Fundamental	2.934.000,00	3.110.040,00	3.265.542,00	3.428.819,11	12.738.401,11
25-Ensino Regular Fundamental	2.341.500,00	2.481.990,00	2.606.089,50	2.736.393,98	10.165.973,48
26-Transporte Escolar	592.500,00	628.050,00	659.452,50	692.425,13	2.572.427,63
362-Ensino Médio	300.000,00	318.000,00	333.900,00	350.595,00	1.302.495,00
98-Manutenção e Encargos da Casa Familiar Rural	300.000,00	318.000,00	333.900,00	350.595,00	1.302.495,00
364-Ensino Superior	290.000,00	307.400,00	322.770,00	338.908,50	1.259.078,50
31-Campus Universitário	290.000,00	307.400,00	322.770,00	338.908,50	1.259.078,50
365-Educação Infantil	1.717.500,00	1.820.550,00	1.911.577,50	2.007.156,38	7.456.783,88
29-Educação Infantil	1.717.500,00	1.820.550,00	1.911.577,50	2.007.156,38	7.456.783,88
367-Educação Especial	120.000,00	127.200,00	133.560,00	140.238,00	520.998,00
30-Educação Compensatória	120.000,00	127.200,00	133.560,00	140.238,00	520.998,00
05.03-FUNDEB- F M D E B V P E	7.301.000,00	7.739.060,00	8.126.013,00	8.532.313,65	31.698.386,65
12-Educação	7.301.000,00	7.739.060,00	8.126.013,00	8.532.313,65	31.698.386,65
361-Ensino Fundamental	3.161.000,00	3.350.660,00	3.518.193,00	3.694.102,65	13.723.955,65
24-Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica	3.161.000,00	3.350.660,00	3.518.193,00	3.694.102,65	13.723.955,65
365-Educação Infantil	4.080.000,00	4.324.800,00	4.541.040,00	4.768.092,00	17.713.932,00
24-Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica	4.080.000,00	4.324.800,00	4.541.040,00	4.768.092,00	17.713.932,00
367-Educação Especial	60.000,00	63.600,00	66.780,00	70.119,00	260.499,00
24-Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica	60.000,00	63.600,00	66.780,00	70.119,00	260.499,00
05.04-DEPARTAMENTO DE CULTURA	336.700,00	356.902,00	374.747,10	393.484,46	1.461.833,56
13-Cultura	336.700,00	356.902,00	374.747,10	393.484,46	1.461.833,56
392-Difusão Cultural	336.700,00	356.902,00	374.747,10	393.484,46	1.461.833,56
33-Promoção Cultural e Artística	336.700,00	356.902,00	374.747,10	393.484,46	1.461.833,56
05.05-DEPARTAMENTO DE ESPORTE	449.000,00	475.940,00	499.737,00	524.723,85	1.949.400,85
27-Desporto e Lazer	449.000,00	475.940,00	499.737,00	524.723,85	1.949.400,85
812-Desporto Comunitário	449.000,00	475.940,00	499.737,00	524.723,85	1.949.400,85
36-Desporto Amador e Profissional	419.000,00	444.140,00	466.347,00	489.664,35	1.819.151,35
37-Parques Recreativos e Desportivos	30.000,00	31.800,00	33.390,00	35.059,50	130.249,50

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa	Valores				
	2026	2027	2028	2029	Total
05.06-DEPART.ALIMENTACAO NUTRICAO ESCOLAR	806.500,00	854.890,00	897.634,50	942.516,23	3.501.540,73
12-Educação	806.500,00	854.890,00	897.634,50	942.516,23	3.501.540,73
361-Ensino Fundamental	401.500,00	425.590,00	446.869,50	469.212,98	1.743.172,48
23-Alimentação e Nutrição das Pessoas	401.500,00	425.590,00	446.869,50	469.212,98	1.743.172,48
365-Educação Infantil	405.000,00	429.300,00	450.765,00	473.303,25	1.758.368,25
23-Alimentação e Nutrição das Pessoas	405.000,00	429.300,00	450.765,00	473.303,25	1.758.368,25
05.07-FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
27-Desporto e Lazer	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
812-Desporto Comunitário	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
36-Desporto Amador e Profissional	40.000,00	42.400,00	44.520,00	46.746,00	173.666,00
06-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.481.000,00	3.689.860,00	3.874.353,00	4.068.070,68	15.113.283,68
06.01-GABINETE DO SECRETARIO	2.444.000,00	2.590.640,00	2.720.172,00	2.856.180,61	10.610.992,61
8-Assistência Social	2.444.000,00	2.590.640,00	2.720.172,00	2.856.180,61	10.610.992,61
122-Administração Geral	176.500,00	187.090,00	196.444,50	206.266,73	766.301,23
41-Assistência Social Geral	176.500,00	187.090,00	196.444,50	206.266,73	766.301,23
244-Assistência Comunitária	2.267.500,00	2.403.550,00	2.523.727,50	2.649.913,88	9.844.691,38
41-Assistência Social Geral	2.222.500,00	2.355.850,00	2.473.642,50	2.597.324,63	9.649.317,13
86-Benefícios Eventuais	45.000,00	47.700,00	50.085,00	52.589,25	195.374,25
06.02-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	355.500,00	376.830,00	395.671,50	415.455,09	1.543.456,59
8-Assistência Social	355.500,00	376.830,00	395.671,50	415.455,09	1.543.456,59
244-Assistência Comunitária	355.500,00	376.830,00	395.671,50	415.455,09	1.543.456,59
79-Bolsa Família	44.000,00	46.640,00	48.972,00	51.420,60	191.032,60
82-Atenção Integral a Família	311.500,00	330.190,00	346.699,50	364.034,49	1.352.423,99
06.03-FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DO IDOSO	24.000,00	25.440,00	26.712,00	28.047,60	104.199,60
8-Assistência Social	24.000,00	25.440,00	26.712,00	28.047,60	104.199,60
241-Assistência à Pessoa Idosa	24.000,00	25.440,00	26.712,00	28.047,60	104.199,60
39-Assistência a Melhor Idade	24.000,00	25.440,00	26.712,00	28.047,60	104.199,60
06.04-FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	576.500,00	611.090,00	641.644,50	673.726,73	2.502.961,23
8-Assistência Social	576.500,00	611.090,00	641.644,50	673.726,73	2.502.961,23
243-Assistência à Criança e ao Adolescente	576.500,00	611.090,00	641.644,50	673.726,73	2.502.961,23
40-Assistência ao Menor	292.500,00	310.050,00	325.552,50	341.830,13	1.269.932,63
80-Assistência ao Menor em Situação de Risco	70.000,00	74.200,00	77.910,00	81.805,50	303.915,50
81-Assistência ao Menor em conflito com a Lei	14.000,00	14.840,00	15.582,00	16.361,10	60.783,10
83-Centro de Atendimento Espaço Criança	190.000,00	201.400,00	211.470,00	222.043,50	824.913,50
101-Assistencia a Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.600,00	11.130,00	11.686,50	43.416,50
06.05-FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA MULHER	81.000,00	85.860,00	90.153,00	94.660,65	351.673,65
8-Assistência Social	81.000,00	85.860,00	90.153,00	94.660,65	351.673,65
244-Assistência Comunitária	81.000,00	85.860,00	90.153,00	94.660,65	351.673,65
41-Assistência Social Geral	81.000,00	85.860,00	90.153,00	94.660,65	351.673,65
07-SECRETARIA DE SAÚDE	18.890.000,00	20.023.400,00	21.024.570,00	22.075.798,53	82.013.768,53
07.01-GABINETE DO SECRETARIO	186.000,00	197.160,00	207.018,00	217.368,90	807.546,90
10-Saúde	186.000,00	197.160,00	207.018,00	217.368,90	807.546,90
122-Administração Geral	186.000,00	197.160,00	207.018,00	217.368,90	807.546,90
87-Administração Geral - Saúde	186.000,00	197.160,00	207.018,00	217.368,90	807.546,90
07.02-DEPARTAMENTO DE SAÚDE	339.500,00	359.870,00	377.863,50	396.756,68	1.473.990,18
10-Saúde	339.500,00	359.870,00	377.863,50	396.756,68	1.473.990,18
301-Atenção Básica	339.500,00	359.870,00	377.863,50	396.756,68	1.473.990,18
88-Administração Saúde	339.500,00	359.870,00	377.863,50	396.756,68	1.473.990,18
07.03-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	18.364.500,00	19.466.370,00	20.439.688,50	21.461.672,95	79.732.231,45

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa	Valores				
	2026	2027	2028	2029	Total
10-Saúde	18.364.500,00	19.466.370,00	20.439.688,50	21.461.672,95	79.732.231,45
301-Atenção Básica	7.418.500,00	7.863.610,00	8.256.790,50	8.669.630,04	32.208.530,54
88-Administração Saúde	287.000,00	304.220,00	319.431,00	335.402,55	1.246.053,55
89-Atenção Primária de Saude	7.131.500,00	7.559.390,00	7.937.359,50	8.334.227,49	30.962.476,99
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.697.000,00	10.278.820,00	10.792.761,00	11.332.399,06	42.100.980,06
44-Assistência Médica e Ambulatorial	7.957.000,00	8.434.420,00	8.856.141,00	9.298.948,06	34.546.509,06
104-Consorcio Intermunicipal	1.740.000,00	1.844.400,00	1.936.620,00	2.033.451,00	7.554.471,00
303-Suporte Profilático e Terapêutico	455.000,00	482.300,00	506.415,00	531.735,75	1.975.450,75
91-Assistência Famacêutica Básica	455.000,00	482.300,00	506.415,00	531.735,75	1.975.450,75
304-Vigilância Sanitária	659.000,00	698.540,00	733.467,00	770.140,35	2.861.147,35
45-Vigilância Sanitária	659.000,00	698.540,00	733.467,00	770.140,35	2.861.147,35
305-Vigilância Epidemiológica	35.000,00	37.100,00	38.955,00	40.902,75	151.957,75
94-Vigilância Epidemiológica	35.000,00	37.100,00	38.955,00	40.902,75	151.957,75
306-Alimentação e Nutrição	100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00
23-Alimentação e Nutrição das Pessoas	100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00
08-SECRETARIA DE AGRICULTURA	2.385.000,00	2.528.100,00	2.654.505,00	2.787.230,26	10.354.835,26
08.01-GABINETE DO SECRETARIO	222.500,00	235.850,00	247.642,50	260.024,63	966.017,13
20-Agricultura	222.500,00	235.850,00	247.642,50	260.024,63	966.017,13
122-Administração Geral	222.500,00	235.850,00	247.642,50	260.024,63	966.017,13
63-Administração Geral - Agricultura	222.500,00	235.850,00	247.642,50	260.024,63	966.017,13
08.02-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	2.162.500,00	2.292.250,00	2.406.862,50	2.527.205,63	9.388.818,13
20-Agricultura	2.162.500,00	2.292.250,00	2.406.862,50	2.527.205,63	9.388.818,13
122-Administração Geral	722.500,00	765.850,00	804.142,50	844.349,63	3.136.842,13
64-Administração - Agricultura	722.500,00	765.850,00	804.142,50	844.349,63	3.136.842,13
606-Extensão Rural	1.240.000,00	1.314.400,00	1.380.120,00	1.449.126,00	5.383.646,00
19-Promoção e Extensão Rural	1.240.000,00	1.314.400,00	1.380.120,00	1.449.126,00	5.383.646,00
607-Irrigação	90.000,00	95.400,00	100.170,00	105.178,50	390.748,50
102-Irrigação Rural	90.000,00	95.400,00	100.170,00	105.178,50	390.748,50
608-Promoção da Produção Agropecuária	110.000,00	116.600,00	122.430,00	128.551,50	477.581,50
65-Produção Vegetal	45.000,00	47.700,00	50.085,00	52.589,25	195.374,25
66-Produção Animal	65.000,00	68.900,00	72.345,00	75.962,25	282.207,25
09-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	2.171.000,00	2.301.260,00	2.416.323,00	2.537.139,17	9.425.722,17
09.01-GABINETE DO SECRETÁRIO	653.500,00	692.710,00	727.345,50	763.712,78	2.837.268,28
18-Gestão Ambiental	653.500,00	692.710,00	727.345,50	763.712,78	2.837.268,28
541-Preservação e Conservação Ambiental	653.500,00	692.710,00	727.345,50	763.712,78	2.837.268,28
56-Adminstração Geral - Meio Ambiente	473.500,00	501.910,00	527.005,50	553.355,78	2.055.771,28
71-CORIPA - Consórcio Intermunicipal p/ Conservação do Remanescente do Rio Paraná	180.000,00	190.800,00	200.340,00	210.357,00	781.497,00
09.02-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1.104.000,00	1.170.240,00	1.228.752,00	1.290.189,61	4.793.181,61
18-Gestão Ambiental	1.104.000,00	1.170.240,00	1.228.752,00	1.290.189,61	4.793.181,61
512-Saneamento Básico Urbano	551.500,00	584.590,00	613.819,50	644.510,48	2.394.419,98
58-Saneamento Ambiental	551.500,00	584.590,00	613.819,50	644.510,48	2.394.419,98
541-Preservação e Conservação Ambiental	82.500,00	87.450,00	91.822,50	96.413,63	358.186,13
38-Administração Departamento do Meio Ambiente	82.500,00	87.450,00	91.822,50	96.413,63	358.186,13
542-Controle Ambiental	370.000,00	392.200,00	411.810,00	432.400,50	1.606.410,50
72-Fiscalização e Controle Ambiental	260.000,00	275.600,00	289.380,00	303.849,00	1.128.829,00
105-Reabilitação Provisórias para Cães	110.000,00	116.600,00	122.430,00	128.551,50	477.581,50
544-Recursos Hídricos	100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00
18-Abastecimento de água	100.000,00	106.000,00	111.300,00	116.865,00	434.165,00
09.03-FUNDO MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	353.000,00	374.180,00	392.889,00	412.533,45	1.532.602,45

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa	Valores				
	2026	2027	2028	2029	Total
18-Gestão Ambiental	353.000,00	374.180,00	392.889,00	412.533,45	1.532.602,45
541-Preservação e Conservação Ambiental	353.000,00	374.180,00	392.889,00	412.533,45	1.532.602,45
62-Ações de Proteção ao Meio Ambiente	353.000,00	374.180,00	392.889,00	412.533,45	1.532.602,45
09.04-DEPARTAMENTO DE TURISMO	60.500,00	64.130,00	67.336,50	70.703,33	262.669,83
23-Comércio e Serviços	60.500,00	64.130,00	67.336,50	70.703,33	262.669,83
695-Turismo	60.500,00	64.130,00	67.336,50	70.703,33	262.669,83
49-Turismo Local	60.500,00	64.130,00	67.336,50	70.703,33	262.669,83
10-RESERVA DE CONTINGENCIA	230.800,00	244.648,00	256.880,40	269.724,42	1.002.052,82
10.99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.800,00	244.648,00	256.880,40	269.724,42	1.002.052,82
99-Reservas	230.800,00	244.648,00	256.880,40	269.724,42	1.002.052,82
999-Reserva de Contingência	230.800,00	244.648,00	256.880,40	269.724,42	1.002.052,82
999-Reserva de Contingência	230.800,00	244.648,00	256.880,40	269.724,42	1.002.052,82
11-FUNDO PREVIDÊNCIA MUN. S. JORGE PATROCÍN	11.901.000,00	12.615.060,00	13.245.813,00	13.908.103,65	51.669.976,65
11.01-FUNDO PREV. MUN. S. JORGE DO PATROCÍNIO	11.901.000,00	12.615.060,00	13.245.813,00	13.908.103,65	51.669.976,65
9-Previdência Social	9.695.000,00	10.276.700,00	10.790.535,00	11.330.061,75	42.092.296,75
272-Previdência do Regime Estatutário	9.695.000,00	10.276.700,00	10.790.535,00	11.330.061,75	42.092.296,75
8-Regime Próprio de Previdência Social	9.695.000,00	10.276.700,00	10.790.535,00	11.330.061,75	42.092.296,75
99-Reservas	2.206.000,00	2.338.360,00	2.455.278,00	2.578.041,90	9.577.679,90
999-Reserva de Contingência	2.206.000,00	2.338.360,00	2.455.278,00	2.578.041,90	9.577.679,90
8-Regime Próprio de Previdência Social	2.206.000,00	2.338.360,00	2.455.278,00	2.578.041,90	9.577.679,90
TOTAL DO PPA	76.781.600,00	81.388.496,00	85.457.920,80	89.730.816,99	333.358.833,79

RONALDO TINTI
PREFEITO MUNICIPAL

DAYANE GOUVEIA OCHMAN
CONTADORA
CRC - 073749/O-4